

nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009746/01-11.

Considerando que a ESTAÇÃO ECOLÓGICA JUAMI-JAPURÁ teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da ESTAÇÃO ECOLÓGICA JUAMI-JAPURÁ;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo da ESTAÇÃO ECOLÓGICA JUAMI-JAPURÁ é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1210)

PORTARIA Nº 163, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009751/01-43.

Considerando que o PARQUE NACIONAL DO JAÚ teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo do PARQUE NACIONAL DO JAÚ;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo do PARQUE NACIONAL DO JAÚ é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1211)

PORTARIA Nº 164, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009750/01-81.

Considerando que o PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo do PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo do PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1212)

PORTARIA Nº 165, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009745/01-41.

Considerando que a RESERVA BIOLÓGICA AUGUSTO RUSCHI teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA AUGUSTO RUSCHI;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA AUGUSTO RUSCHI é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1213)

PORTARIA Nº 166, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009753/01-79.

Considerando que a RESERVA BIOLÓGICA DE COMBOIOS teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA DE COMBOIOS;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA DE COMBOIOS é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1214)

PORTARIA Nº 168, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009749/01-00.

Considerando que a RESERVA BIOLÓGICA DE UATUMÁ teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA DE UATUMÁ;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA DE UATUMÁ é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1216)

PORTARIA Nº 169, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009752/01-14.

Considerando que a RESERVA BIOLÓGICA DE UNA teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA DE UNA;

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo da RESERVA BIOLÓGICA DE UNA é disponibilizado pelo IBAMA no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/ IBAMA, bem como na página do IBAMA na Internet.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 1217)

PORTARIA Nº 170, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 13 de Maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 do Anexo I ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 6 de junho de 2001, e o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/ MMA nº230, de 14 de maio de 2002, republicada no D. O. U. do dia 21 de junho de 2002;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 e o que consta do processo nº 02001.009748/01-39.

Considerando que o PARQUE NACIONAL DE UBAJARA teve seu Plano de Manejo elaborado conforme determina a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Considerando que o Art. 27 da mesma Lei diz que toda Unidade de Conservação disporá de seu Plano de Manejo.

Considerando que o Art. 16 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na Sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

RESERVA BIOLÓGICA de UNA



Plano de Manejo

Foto: Luciano Candisani

1997

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA
LEGAL**

Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS**

Eduardo de Souza Martins, Presidente

DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

Ricardo Soavisnsky, Diretor

DEPARTAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Gilberto Sales, Chefe

DIVISÃO DE MANEJO

Augusta Rosa Gonçalves, Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA DA BAHIA

José Guilherme Mota, Superintendente

RESERVA BIOLÓGICA DE UNA

Saturnino Neto Firmo de Sousa, Chefe

NÚCLEO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – BA

Maria Teresa Fernanda Moraes

PLANOS DE MANEJO

Margarene Beserra, Coordenadora

TÉCNICA RESPONSÁVEL

Edilene Oliveira de Menezes

RESERVA BIOLÓGICA DE UNA

Plano de Manejo

VALÉRIA FERNANDA SARACURA

Consultora

Prefácio

A utilização de planos de manejo como instrumento para o ordenamento territorial e a organização sistematizada das atividades nas unidades de conservação iniciou-se no Brasil em 1978. Na década seguinte, principalmente em 1981, muitos planos foram publicados. Mais dois planos de manejo surgiram nos primeiros anos desta década, publicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Vários anos se passaram nos quais a elaboração de planos de manejo tornou-se extremamente difícil, mas nova fase é vivida atualmente, tendo a Diretoria de Ecossistemas desenvolvido o Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto, visando a orientação e a uniformização no processo de planejamento e nos produtos finais. Alguns planos de manejo de Reservas Biológicas foram agora elaborados, caracterizando-se este trabalho como um projeto piloto para testar a metodologia estruturada e servir como referência para a segura continuação do desenvolvimento de novos planos.

Integrando o Projeto Unidades de Conservação, cujo objetivo é desenvolver um modelo gerencial aplicável a todo o Sistema de Unidades de Conservação Federais, esta experiência pioneira destina-se a fortalecer as ações da gestão das unidades de conservação, principalmente no que se refere à proteção das unidades e sua integração com as áreas de entorno, de forma participativa e eficaz.

O Plano de Manejo da Reserva Biológica de Una - BA é agora homologado e apresentado às entidades governamentais e não-governamentais bem como a todos os interessados na conservação da imensa diversidade biológica do Brasil e no desenvolvimento das unidades de conservação.

Esta fase do planejamento deverá ser implementada em três anos, ao longo dos quais sofrerá os ajustes necessários de acordo com as indicações que a evolução deste planejamento apontar, de modo a levar esta unidade de conservação a atingir plenamente seus objetivos de manejo.



Ricardo José Scavinski
Diretor de Ecossistemas
IBAMA
Doc. s/n.º - 11.09.95

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Unidades de Conservação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA desenvolveu uma metodologia de planejamento para as áreas protegidas federais de uso indireto, a qual se encontra atualmente em teste.

O processo de planejamento possui três características básicas, sendo participativo, gradual e flexível. Desta forma, a evolução dos conhecimentos possibilitará ações específicas de manejo da área. Este planejamento está estruturado em fases, de modo que o órgão responsável pela área tenha sempre disponível um documento atualizado. O nível de informações do temas estabelecidos em cada uma das fases determina o grau de profundidade das ações.

Este novo conceito de planejamento baseia-se no conhecimento técnico-científico disponível acerca da Unidade, apresentando como principal característica o dinamismo das ações em função da evolução da implementação do plano e do conhecimento científico adquirido com esta implantação.

Para a Reserva Biológica de Una - BA, está sendo elaborado o primeiro Plano de Manejo, tendo como base dados já disponíveis, despendendo-se 6 meses no planejamento, com um horizonte temporal de cerca de 3 anos para a implementação. Durante este período, será feita uma análise do trabalho com ajustes do planejamento, de modo a obter conhecimentos necessários para um novo planejamento.

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica não é homogênea e nem contínua, apresentando bolsões de endemismos em suas sub-regiões, sendo que um destes ricos nichos ecológicos está situado no sul do estado da Bahia, onde predominou a cultura do cacau (*Theobroma cacao*). Apesar desta monocultura ter dominado a região, muitos cacauicultores, até os anos 60, possuíam mais terras com mata primária do que plantada com cacau. No entanto, as fortes pressões econômicas e a crise do mercado do cacau está forçando os produtores a buscarem outras alternativas econômicas. Dados levantados em 1989 demonstram que apenas 15,7% da Mata Atlântica existente no litoral sul da Bahia encontram-se preservados em ilhas remanescentes e 24,4% da área desmatada está sob forma de capoeira (PRODACAU, 1991).

A taxa de biodiversidade no sul da Bahia está entre as mais altas registradas no planeta (BROOKE, 1993). Nesta região, as áreas remanescentes de floresta representam apenas de 2% a 7% da cobertura original.

A Mata Atlântica do sul da Bahia tem recebido especial de vários órgãos em virtude da sua grande diversidade biológica e por representar a parcela mais significativa deste bioma na região Nordeste. Estudos realizados por especialistas do Jardim Botânico de Nova York e do Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC observaram que a maior diversidade de espécies de árvores do mundo (com 450 espécies/ha), ocorre na região cacauzeira baiana. Este fato vem reforçar a hipótese de alguns pesquisadores que consideram o sul da Bahia como um dos centros de endemismo da Mata Atlântica (MORI *et al.*, 1981). VINHA *et al.* (1976) estimaram que a floresta pluvial cobria uma área de 70.577 km² no sul da Bahia.

Para preservação e conservação deste ameaçado bioma, a criação e gestão de Unidades de Conservação de uso indireto, tanto no âmbito federal, como estadual e municipal se faz necessária, bem como a manutenção de corredores contíguos com remanescentes florestais mais preservados.

Unidades de Conservação de uso indireto são aquelas onde estão totalmente restringidos a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios, sendo identificadas como Unidades de Proteção Integral.

A categoria de Reserva Biológica - REBIO é destinada à assegurar a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos (GALANTE, 1997). Estas áreas servem também como banco de germoplasma e local de preservação *in situ*. As Reservas não são destinadas à visitação com finalidades recreativas, podem recebê-la com objetivos educacionais, de acordo com as determinações de seu Plano de Manejo, podendo desenvolver programas de interpretação e Educação Ambiental em Centros de Vivência.

A REBIO de Una é a única Unidade de Conservação inserida nesta categoria, no sul da Bahia e necessita com urgência da mobilização da sociedade para protegê-la das ameaças que vem constantemente sofrendo.

A Reserva Biológica de Una está sendo contemplada com um Plano de Manejo na fase 1. Ao final do segundo ano de execução, iniciam-se os levantamentos de campo, os quais subsidiarão o Plano de Manejo - fase 2.

O processo de planejamento conta com três etapas: 1.) levantamento de dados através de revisão bibliográfica, visitas à campo e entrevistas, culminando na produção dos encartes: Informações

Gerais da UC, Contexto Estadual, Contexto Regional, Unidade de Conservação e Zona de Transição; 2.) realização de uma oficina de planejamento participativo, onde representantes de várias instituições ligadas direta ou indiretamente com a UC participam do planejamento e 3) compilação e consolidação do documento final, tendo como subsídio a oficina de planejamento e as informações do documento inicial revisadas, com conseqüentemente elaboração do Encarte 6: Planejamento da Unidade de Conservação.

O Plano de Manejo é considerado o documento mais importante das Unidades de Conservação. Este instrumento é elaborado com o objetivo de orientar as ações que visem a conservação da área protegida em questão. Desta forma, o planejamento é estruturado de modo a fornecer embasamento técnico-científico e administrativo sobre a área e, em uma segunda parte, a estratégia do plano e as ações que nortearão o órgão gestor quanto ao manejo da Unidade.

Para que a atualização e readequação dos programas abrangidos no Plano de Manejo sejam feitas, atividades de monitoramento e avaliações serão conduzidas concomitantemente à sua implantação.

Dada a grande diferença de conhecimento e grau de implantação em que as Unidades de Conservação Federais se encontram, a elaboração e implementação do planejamento foram estruturados em três fases, de forma a atender as demandas específicas de cada área protegida. Assim, o planejamento fase 1 está estruturado para enfatizar principalmente ações que objetivem minimizar os impactos negativos sobre a UC, integrando-a com o entorno e promovendo a proteção efetiva da mesma.

Na fase 2, o enfoque do planejamento é orientado para o início das ações de conhecimento e proteção da diversidade biológica da UC e ao incentivo de alternativas de desenvolvimento das áreas vizinhas.

Para a fase 3, ações específicas de manejo dos recursos naturais são enfocadas, assegurando sua evolução natural e proteção efetiva.

Encarte 1

VISÃO GERAL

1. ENCARTE: INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1. Ficha Técnica da Unidade de Conservação

Quadro 01: Ficha técnica sobre a Reserva Biológica de Una - BA.

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: Reserva Biológica de Una	
Unidade Gestora Responsável: Superintendência do IBAMA no Estado da Bahia	
Endereço da sede	Reserva Biológica de Una - CEP: 45.690-000 Una-BA
Superfície (ha)	11.400 ha
Perímetro (km)	52 km
Município que abrange e percentual abrangido pela UC	A Unidade está 100% inserida no município de Una
Estado que abrange	Bahia
Coordenadas geográficas	
Latitude sul	15° 00' - 15° 15'
Longitude oeste	30° 00' - 30° 15'
Data de Criação e Número do Decreto	10/12/80, Decreto nº 85.463 (Anexo I)
Marcos Importantes (limites)	rio Maruim ao nordeste da UC e braço direito do rio Bandeira a sudeste da Unidade
Bioma e Ecossistema	Floresta Atlântica, Floresta Ombrófila Densa
Atividades desenvolvidas:	
Educação Ambiental	não
Fiscalização	sim
Pesquisa	sim
Atividades Conflitantes:	Agricultura, pecuária e extração de madeira por proprietários e posseiros, extração de piaçava e caça.

A Figura 01 apresenta o mapa geral da Reserva Biológica de Una. No entanto, deve-se ressaltar que a área adquirida cartograficamente não corresponde a realidade, tendo em vista a existência de cerca de 1.000 ha que já foram adquiridos e não estão apontados no mapa básico.

1.2. Acesso à Unidade

A Reserva Biológica de Una localiza-se ao sul do estado da Bahia, distante cerca de 500 km de Salvador, 58 km de Ilhéus e 13 km da sede do município de Una.

Para atingir a Unidade partindo-se de Salvador, segue pela BR-101, sentido Itabuna. Nesta cidade, toma-se a rodovia BR-415 para Ilhéus, de onde segue pela BA-001 até uma estrada vicinal não asfaltada.

De Vitória -ES segue sentido norte também pela rodovia BR-101 até atingir o município de Arataca, quando toma-se à direita por uma estrada de terra para o município de Una. Daí parte-se para a Reserva pela BA-001, sentido Una-Ilhéus, atingindo a estrada vicinal de terra à esquerda, após 5 km de viagem. A BA-001 encontra-se asfaltada e em bom estado de conservação.

Na altura do km 50, toma-se à direita por uma estrada de terra vicinal, percorrendo cerca de 8 km até atingir a sede do Maruim. O tempo de viagem de Ilhéus até a estrada da vicinal de acesso à UC, e desta até a sede Maruim é estimado em 45 e 20 minutos, respectivamente.

Para atingir a sede Piedade, localizada na parte noroeste da Reserva, parte-se de Una em direção ao Distrito de Colônia, deste segue-se pela propriedade da empresa Unacau e fazenda Piedade, até uma estrada vicinal, percorrendo-se mais 5 km até atingir a sede Piedade, ao todo são 28 km neste percurso.

O transporte coletivo intermunicipal é feito apenas pela empresa Águia Branca, apresentando os seguintes trajetos: Una à Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Camacã e Salvador. Para Ilhéus o transporte coletivo parte a cada hora e o último às 19:40 horas. Já para Salvador o transporte é diário e à noite, em carro leito, às 21:40 horas.

O município de Ilhéus dispõe de um aeroporto que recebe serviços de quatro empresas aéreas, apresentando vários horários de vôos para Salvador, Porto Seguro, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, principalmente. Esta cidade também é bem servida de rodovias de acesso para outras cidades importantes da região e para a capital, sendo que quatro rodovias asfaltadas atingem a sede do município: BR-415, BR-324, BA-001 e BA-262.

1.3. Histórico e Antecedentes Legais

Desde o início da década de 70, técnicos da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA estudaram e recomendaram a preservação do frágil ecossistema existente no sul da Bahia, mais precisamente no município de Una. Neste local foram identificados, não só, várias espécies de fauna e flora indígena, como também o habitat natural do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*). Em 30 de março de 1976 o Delegado Estadual do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF na Bahia, apresentou ao diretor do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes - DN, o relatório do Dr. Ademar Coimbra-Filho sobre a "REBIO do Mico-leão", localizada no município de Una. Esta avaliação foi solicitada pela presidência do IBDF e da FEEMA para escolher terras deste município, com o intuito do estabelecimento de uma Reserva Biológica, tendo em mente a preservação da biota rica em formas ameaçadas de desaparecimento, em especial o mico-leão-da-cara-dourada. Esta apreciação foi

realizada durante o período de 26 a 30 de janeiro de 1976. Infelizmente, desde 1969 quando o Sr. Coimbra esteve em Una pela primeira vez e, até 1976, a situação mudou muito, praticamente toda a parte de solos melhores do município, onde crescem as matas mais opulentas, já haviam sido transformados num mosaico de propriedades relativamente pequenas, que sofreram desmatamento para aproveitamento agrícola, e as matas restantes situavam-se em tabuleiros terciário de latossolo, extremamente pobre.

Quase um mês após este ocorrido, em 22 de abril de 1976, o Delegado Estadual do IBDF da Bahia, Sr. Renato Braga de Aragão, em carta ao Secretário Geral do IBDF, sugere a imediata aquisição das áreas pertencentes ao espólio Manuel Joaquim de Carvalho, num total de cerca de 4.130 ha. Julgando necessário e urgente o decreto de criação da Reserva Biológica, insistindo muito na aquisição da área e na criação da Reserva em pelo menos 5.000 ha. O então diretor do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, Sr. Celso Soares de Castro no dia 27 de maio de 1976, analisa os documentos com relação ao laudo para criação da Unidade e afirma que é ‘imperioso e inadiável’ a criação da REBIO, se apoiando nos seguintes documentos: diagnóstico do Sr. Coimbra, nas recomendações da International Union Conservation of Nature - IUCN, no laudo do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA e na recomendação do Sr. Renato Braga.

Em 09 de julho de 1980, o então presidente do IBDF, Sr. Mauro Silva Reis encaminha ao Ministro de Estado da Agricultura, Sr. Angelo Amauri Stábile, a minuta do decreto e exposição de motivos para criação da Reserva Biológica de Una. Nesta minuta ressalta-se que o principal objetivo da unidade é o de resguardar uma amostra do ecossistema florestal da mata higrófila do sul da Bahia e proteger o *Leontopithecus chrysomelas*, espécie drasticamente ameaçada de extinção no Brasil, que possui ali o seu habitat, já bastante fragmentado, devido a intensa exploração madeireira. A carta ainda cita que a IUCN com sede na Suíça, demonstra o interesse na preservação do mico-leão e colabora para o suporte financeiro do projeto científico, que busca incessantemente a salvação deste primata, mantendo exemplares no banco biológico instalado no Centro de Primatologia do Rio de Janeiro - CPRJ.

O tamanho da área a ser decretada, inicialmente proposto foi de 12.470 ha, dos quais 5.268 ha já haviam sido adquiridos pelo IBDF, cujos os títulos estavam devidamente registrados em nome da autarquia no cartório de registro de imóveis de Itabuna. O restante não foi adquirido devido às indenizações dos espólios detentores das mesmas, que dificultaram a análise e transferência de títulos dominiais.

Desta forma, a Reserva Biológica de Una foi criada através do Decreto de número 85.463, com 11.400 ha, publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 1980.

Houve um hiato entre a aquisição das terras em 1976 e a criação da Reserva em 1980, o que propiciou a invasão por 100 posseiros da área já adquirida.

1.4. Origem do Nome

O nome da REBIO foi dado em função do município, que por sua vez teve o nome em função do rio Una, localizado à sudoeste da Unidade. Este passa pelo município de Una e sua sede, constituindo uma importante subbacia hidrográfica. O rio Una é considerado o principal curso d’água da região. Segundo informações, a palavra Una, significa água-escura, tendo sua origem na língua indígena do tronco tupi-guarani.

1.5. Situação Fundiária

No início do processo de aquisição das terras, cinco propriedades foram adquiridas, formando uma área total de 4.773 ha. No entanto, uma propriedade de José Joaquim de Carvalho com 493,33 ha não foi adquirida. Para compra desta área restante foi feita uma avaliação pelo Engenheiro Agrônomo do INCRA, Sr. José Dortas Montargil, que era responsável pelo posto de fomento do INCRA no município de Una, estimando em Cr\$ 5.000,00; o hectare de terra.

Em 27 de abril de 1978, a Sra. Sonia Maria Pereira, advogada do IBDF, envia um parecer ao diretor do DN para a compra do último polígono que ligaria as duas partes da REBIO. Ela informa que o IBDF da Bahia possui este recurso proveniente do fundo de reposição florestal, sugerindo a aquisição dos 493,33 ha da fazenda Bela Vista, os quais foram comprados e anexados à Unidade.

Os 5.268 ha que inicialmente formaram a área adquirida da Reserva correspondem a três conjuntos: conjunto Carvalho com 2.802,75 ha, conjunto Kágados que representava as fazendas Kágados, Antas e Santa Clara somando cerca de 1.199 ha e conjunto Rosário - fazendas Rosário, Bandeira e Santa Cruz com 1.258,5 ha. O conjunto Kágados pertencia a Sra. Rossana Frassine de Almeida e o conjunto Rosário ao Sr. Walter Castro de Macedo e outros. Segundo relatório do Sr. José Dortas Montargil que avaliou as áreas para serem adquiridas pelo IBDF, os conjuntos Kágados e Rosário possuíam cada um cerca de 300 ha de matas onde haviam piaçavais nativos e o restante constituía-se de floresta nativa sem invasores e sinal de exploração de madeira, sendo que este último situava-se entre os rios da Serra e Maruim. Para o conjunto Carvalho havia plantio de cacau e intenção de retirada de madeira por partes do invasores. Nesta área situada na parte oeste da Unidade havia uma pequena vila, bem estrutura com linha de ônibus que transportava os moradores para a cidade.

Os herdeiros da fazenda de Manoel Joaquim de Carvalho possuíam 6 glebas tituladas em maio de 1976, sendo apresentadas no Quadro 02.

Quadro 02: Tamanho das propriedades em hectare do conjunto Carvalho.

Nome da Propriedade*	Tamanho (hectares)
Eldorado	453
Nossa Senhora da Conceição	432
Bela Vista	493
Santa Terezinha	458
Santa Clara	495
Mato Grosso	476

*Estas propriedades apresentavam ao todo cerca de 100 invasores em 1979.

O Diário Oficial da União do dia 11 de dezembro de 1980, informa que as glebas estão incluídas na área dos primeiros 5.000 ha adquiridos, conhecido como conjunto Maruim - Bandeira, processo nº 2.995/IBDF, de 25 de maio de 1976.

Segundo o relatório do procurador autárquico de 16 de novembro de 1982, a situação da REBIO de Una era desalentadora, apresentando enormes clareiras feitas por posseiros e estradas de rodagem ligando as posses. Cita a construção de uma estrada que corta a UC em toda sua extensão. Destaca-se o seguinte comentário: "a impressão que se tem visitando a reserva é de que o local está servindo como núcleo de colonização". Ainda segundo o relatório, quatro ou cinco posseiros controlam os demais sob orientação de um advogado em Itabuna. O início da desocupação da Unidade se deu nesta época, com a indenização da primeira posse em dezembro de 1984. Neste mesmo ano, com o intuito de avaliar as benfeitorias das posses, Sr. Noé Barbosa Dias, engenheiro agrônomo do IBDF e Sr. Mariosvaldo Moraes Macedo, técnico da Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, foram impedidos pelos posseiros de promover a avaliação da posse do Sr. Waldemar Esteves, que alegavam que o documento apresentado pelo IBDF era falso. Ao longo do percurso mais de 30 posseiros estavam posicionados para impedir as avaliações. Os conflitos e disputas de terras naquela região sempre embasaram-se na violência. Após várias tentativas, a medição das terras foi concluída. Este trabalho contou com o apoio da CEPLAC que avaliou a benfeitoria das posses e com a equipe do Instituto de Terras da Bahia - INTERBA, que auxiliou nas atividades de demarcação, no ano de 1984. Neste ano começou o programa de indenização com recursos do IBAMA e do World Wide Fund for Nature - WWF. Ao todo foram indenizados em torno de 85 posseiros.

Em 1986 foi efetuado um levantamento fundiário e avaliação das benfeitorias de 34 famílias de posseiros.

Entre os anos de 1985 e 1993 o WWF angariou recursos financeiros em favor da REBIO de Una, tendo como principal objetivo a compra das terras do decreto que ainda não tinham sido adquiridas. Algumas instituições internacionais junto com o WWF, envolveram-se nesta atividade, a saber: Jersey Wildlife Preservation Trust - JWPT, Brookfield Zoo, Chicago Rainforest Action e Conservation International-CI. Os fundos obtidos foram repassados para a Fundação Biodiversitas, uma organização não governamental - ONG nacional, a qual intermediou os processos de aquisição das terras, doando-as logo em seguida ao IBAMA. Mais de US\$ 250.000 levantados sob coordenação do WWF serviram para aumentar a área da reserva em 1.753 ha, com a aquisição de duas fazendas em dois momentos diferentes, no ano de 1990 e 1993 (LEITE, 1994).

No ano de 1988, cerca de 2.607 ha dos 5.268 ha estavam ocupados por invasores em plena atividade agropecuária e de desmatamento.

Em 4 de agosto de 1989, Sra. Sonia Wiedmann, procuradora do IBDF, relata que os dois títulos principais para serem adquiridos pertencem ao Sr. Antonio Gusmão com 612 ha e ao Sr. Luis Mendes, área com maior relevância ecológica, apresentando 9 posseiros. Este último proprietário vendeu 121 ha ao Sr. Geraldo Adanine Sé. Foi sugerido na época a verificação junto ao INCRA da possibilidade de reassentamento dos posseiros, como é o caso da fazenda Fortaleza, localizada no entorno da UC.

Alguns proprietários que encontram-se dentro da área do decreto, ainda não adquirida pelo IBAMA, tem interesse em vender suas propriedades. A fazenda Eldorado, segundo o proprietário, apresentava cerca de 500 ha de mata e os 1.600 ha restantes em plantação de cacau e pastagem.

Foram feitos alguns pedidos ao Instituto de Terra da Bahia - INTERBA em Itabuna, para medição de terra. Estes pedidos foram deferidos e o órgão alegou que, devido a inexistência de demarcação

não era possível saber se os títulos estavam dentro da área do decreto. Naquela época ficou acertado que o IBDF seria consultado perante qualquer pedido de medição de terra para àquela região.

Várias vezes aparecem em documentos de técnicos de ex-IBDF sugestões para alteração do decreto, abordando o redimensionamento e criação de novas linhas limítrofes, devido ao estado de desmatamento e degradação da área do decreto. A área restante à adquirir é ocupada quase totalmente por plantio de cacau, seringueira, culturas regionais e pastagem.

Até 1989 somente 5.268 ha tinham sido regularizados em dois blocos separados. Entre 1989 e 1993 foram acrescidos mais 1.754 ha, para promover um corredor entre estes blocos de mata que a compunham, somando cerca de 7.022 ha de área total adquirida, apresentado na Figura 02 - Mapa de Regularização Fundiária.

No entanto, mesmo dentro da área adquirida ainda existem 24 famílias de posseiros, que estão esperando as indenizações das benfeitorias de suas posses. Todos os recursos financeiros e humanos, disponibilizados para a Reserva, são utilizados para mitigar o desmatamento dentro da própria unidade, por conta destes posseiros, ficando outras atividades prioritárias deixadas de lado.

O perímetro da área adquirida pelo IBAMA estão demarcados, com algumas placas de advertência e 12 km de cerca, sendo que o restante apresenta divisas naturais.

O principal problema da Unidade se refere à questão fundiária. Dos 11.400 ha estabelecidos no decreto, apenas 7.022 foram regularizados, correspondendo a 61,6% da área. Os 4.378 ha que faltam ser adquiridos apresentam vegetação em diferentes estádios de sucessão e formas de uso e ocupação do solo. Não se sabe ainda o número de propriedades, situação fundiária das mesmas, limites e atividades que estão sendo desenvolvidas.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

Reserva Biológica de Una

- Carta Imagem TM Landsat-

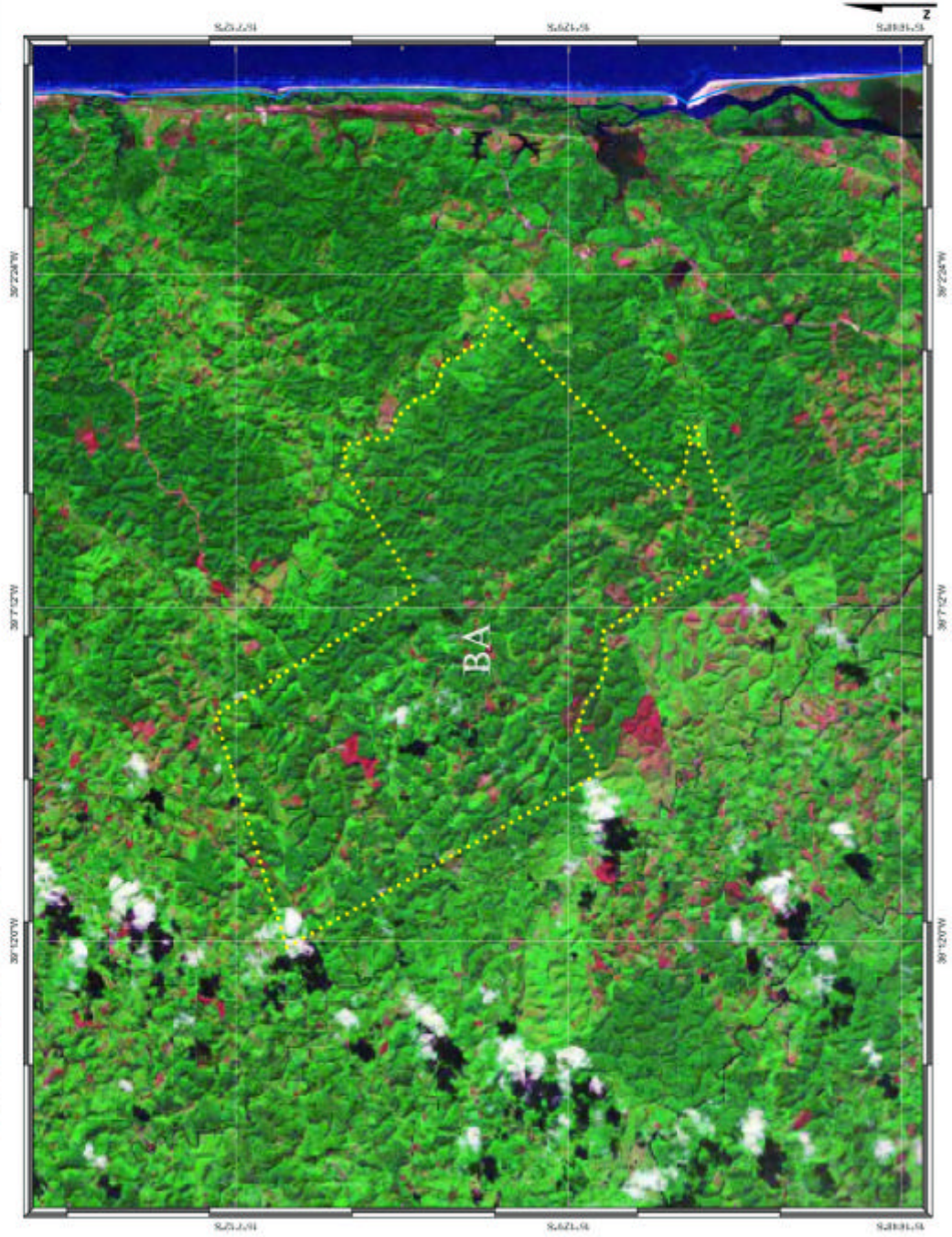
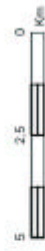


Imagem TM Landsat,
bandas 7-4-2, de 1990
(+/- 3 anos), obtidas da
NASA.

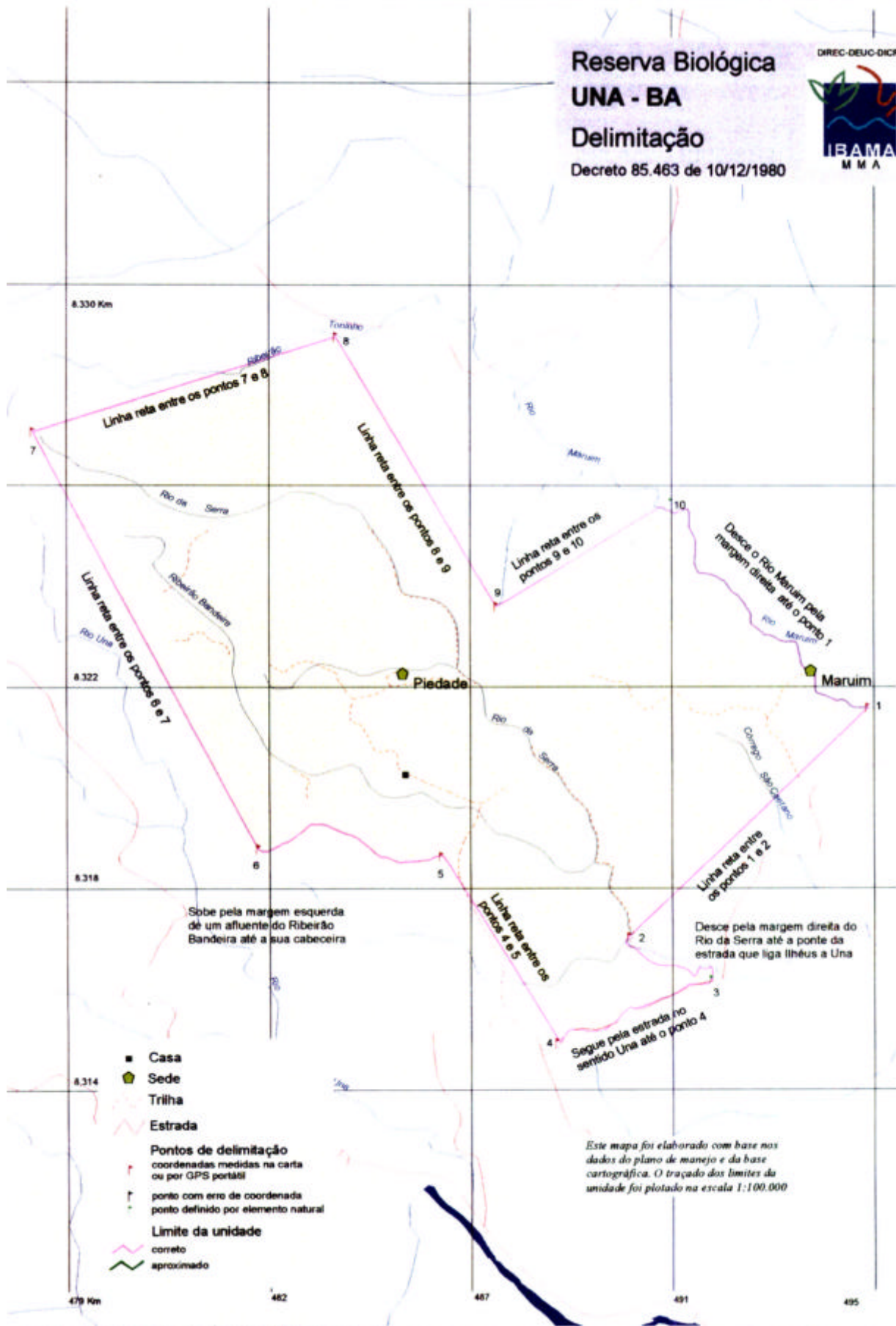
O georreferenciamento
das imagens pode
apresentar deslocamentos,
em função das distorções
existentes nas bases
cartográficas utilizadas.

Os limites políticos e
localidades foram
obtidos do IBGE.



**Reserva Biológica
UNA - BA
Delimitação**

Decreto 85.463 de 10/12/1980



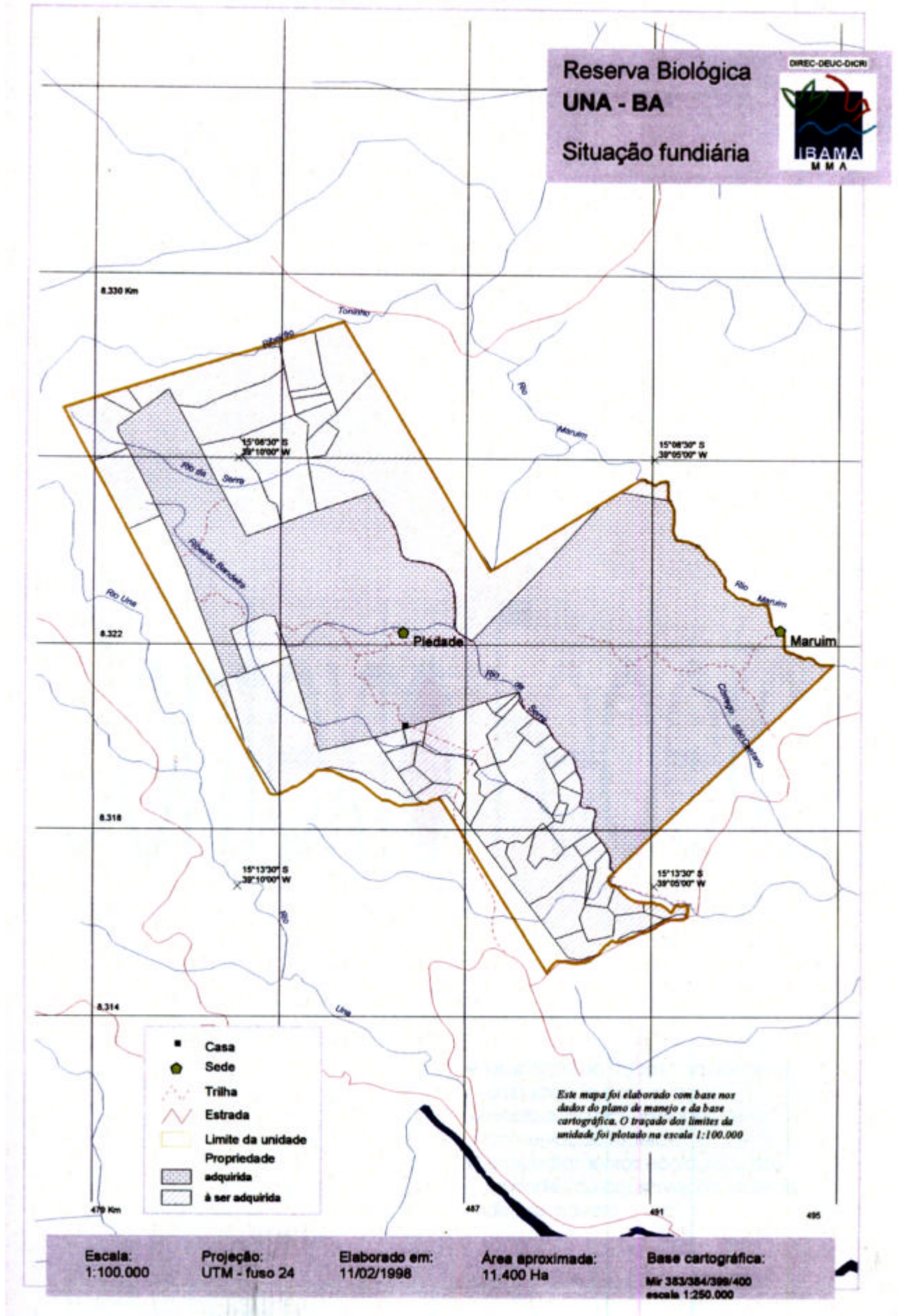
Escala:
1:100.000

Projeção:
UTM - fuso 24

Elaborado em:
11/02/1998

Área aproximada:
11.400 Ha

Base cartográfica:
Mir 383/384/399/400
escala 1:250.000



Encarte 2

CONTEXTO

FEDERAL

2. ENCARTE: CONTEXTO FEDERAL

(revisado em fev/2002)

O território brasileiro encontra-se recoberto pelos mais variados ecossistemas, colocando-se entre os países com maior diversidade de vida no planeta, abrigo de cerca de 2% do total das espécies existentes.

A cada ano, milhares de plantas e animais desaparecem da terra e com eles a possibilidade de serem reconhecidas pela ciência. Desaparecem também as oportunidades de fornecerem benefícios para a humanidade e de ajudarem a manutenção da vida no planeta. Por isso, preservar a diversidade biológica de um país é, antes de tudo, um investimento necessário para manter válidas as opções futuras, contribuindo para a evolução do conhecimento científico, econômico e social.

As unidades de conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e patrimônio naturais. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade.

2.1. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)

A existência de objetivos de conservação em um país evidencia a necessidade das unidades de conservação, em seu conjunto, serem estruturadas em um sistema, tendo por finalidade organizar, proteger e gerenciar estas áreas protegidas.

Algumas categorias de áreas protegidas também representam uma oportunidade de desenvolvimento de modelos de utilização sustentável dos recursos naturais. Quanto aos valores estéticos e culturais, oferecem condições para sua proteção e conservação.

No Brasil, O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, foi instituído em 18 de julho de 2.000, através da Lei Nº 9.985, e está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal.

Os objetivos do SNUC, de acordo como o disposto na Lei, são os seguintes:

- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

A consolidação do Sistema busca a conservação *in situ* da diversidade biológica a longo prazo, centrando-a em um eixo fundamental do processo conservacionista. Estabelece ainda a necessária relação de complementariedade entre as diferentes categorias de unidades de conservação, organizando-as de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso: Proteção Integral e Uso Sustentado.

As Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC.

Este grupo é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação:

I – Estação Ecológica:

Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável.

II – Reserva Biológica:

Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.

III – Parque Nacional:

Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico

IV – Monumento Natural:

Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

V – Refúgio de Vida Silvestre:

Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

As Unidades de Uso Sustentável tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais.

O Grupo das Unidades de Uso Sustentável divide-se nas seguintes categorias:

I – Área de Proteção Ambiental:

É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

II – Área de Relevante Interesse Ecológico:

É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

III – Floresta Nacional:

É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

IV – Reserva Extrativista:

É uma área utilizada por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

V – Reserva de Fauna:

É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável:

Conforme definição do SNUC, é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural:

É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Anteriormente à Lei do SNUC existiam, ainda, em nível federal quatro (04) Reservas Ecológicas, sendo que duas (02) já foram reclassificadas para estações ecológicas. Existem ainda, duas que terão sua categoria redefinida de acordo com o que preceitua o artigo 55 da Lei 9.985 / 2000 (SNUC).

2.2 Classificação e Localização das Unidades de Conservação Federais

A seguir apresenta-se a organização das unidades de conservação segundo as diferentes categorias de manejo e sua localização no território nacional.

A **Tabela 1** e a **Figura 1 e 1a – Número Total de Unidades e Classificação das Unidades de Conservação (UC) por Categorias de Manejo** sintetiza a contribuição das diferentes categorias de manejo frente ao total das áreas protegidas. Pode-se observar como as Áreas de Proteção Ambiental (A.P.A.), Áreas de Relevante Interesse ecológico (A.R.I.E.), Florestas Nacionais (F.N.) e Reservas Extrativistas (R.Ex.) somam 55,90% do total de Unidades, um pouco mais da metade do número de áreas naturais protegidas no Brasil, constituindo unidades de uso sustentável. Correspondendo a 44,10% do total, as unidades de conservação de proteção integral dividem-se entre as categorias parque nacional (P.N.), reserva biológica (R.B.) e estação ecológica (E.E.). Seu objetivo maior é a conservação integral dos recursos naturais. A **Figura 1** mostra a participação das categorias de Unidades de Conservação em função de sua extensão geográfica no continente e a **Figura 1a** a participação dessas categorias na região oceânica brasileira. Deve-se ressaltar ainda a existência de 312 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (R.P.P.N.) pertencentes ao grupo de unidades de uso sustentável.

Tipo	Sub-total	%	Total
Proteção Integral (P.N., R.B., R.Ec., E.E.)	101	44,10	229
Uso Sustentável (A.R.I.E., A.P.A., R.Ex., F.N.)	128	55,90	

Tabela 1 - Número total de Unidades

A **Figura 2 – Classificação das UC por Categorias de Manejo Segundo o Bioma Onde Ocorrem** representa a distribuição das UC conforme o bioma onde estão localizadas, registrando-se também o total da área ocupada e a porcentagem protegida em relação ao mesmo. Considerando o território brasileiro na sua totalidade, observa-se que no bioma Amazônia encontra-se a maior quantidade de hectares protegidos, tanto na forma de UC de proteção integral como de uso sustentável. O Ecótono Caatinga-Amazônia tem a maior porcentagem relativa do bioma protegido (7,36 %) na forma de UC de uso sustentável, seguido do bioma costeiro (6,25%), sendo que este ainda tem a maior porcentagem em termos de UC de proteção integral

(6,38%). Em contrapartida os Ecótonos Cerrado-Amazônia possuem a menor porcentagem do bioma em área protegida tanto em UC de uso sustentável (0,09%) quanto de proteção integral (0,01%), seguido dos Campos Sulinos, que apresentam 0,3% em unidades de proteção integral.

A **Figura 3 – Localização das Unidades de Conservação Federais** indica o posicionamento das unidades de conservação no território federal, segundo as categorias de manejo. Sua identificação é auxiliada pela colocação, no mapa, das unidades da federação e bacias hidrográficas.

Esta Figura é complementada por uma tabela organizada por categorias de manejo, indicando a Unidade de Conservação e a unidade da federação à qual pertence. São ainda indicados, para cada Unidade de Conservação, seu instrumento legal de criação, a área que ocupa e o bioma ao qual pertence. Pode-se identificar ainda os números totais de áreas protegidas segundo cada categoria de manejo, assim como a área total protegida por categoria de manejo.

Unidades de Conservação (UC) Federais no Brasil Situação em 18/02/2002

Classificação por categoria de uso

Abrangência: continente (não inclui as ilhas oceânicas)

Área expressa em hectares

Cálculos efetuados através do software ARCVIEW, projeção sinusoidal

Dados sujeitos a alterações em função do aprimoramento dos mapas digitais utilizados.

Categoria	tipo de uso	área das Ucs*	área continental do Brasil**
Estação Ecológica	proteção integral	3.694.311,67	854.540.835,78
Parque Nacional	proteção integral	11.669.883,78	854.540.835,78
Reserva Biológica	proteção integral	2.984.401,23	854.540.835,78
Área de Proteção Ambiental	uso sustentável	6.473.193,04	854.540.835,78
Área de Relev. Inte. Ecológico	uso sustentável	32.371,24	854.540.835,78
Floresta Nacional	uso sustentável	16.075.244,67	854.540.835,78
Reserva Extrativista	uso sustentável	3.906.555,22	854.540.835,78
Totais		44.835.960,84	

* as sobreposições entre as Ucs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição

** baseia-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo IBGE, não inclui as ilhas oceânicas

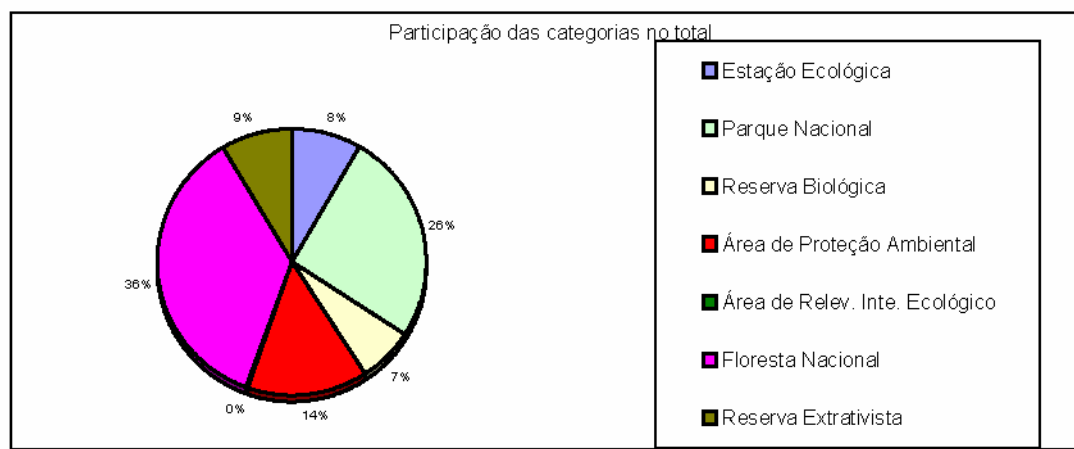


Figura 1

Cálculos efetuados através do software ARCVIEW, projeção sinusoidal

Dados sujeitos a alterações em função do aprimoramento dos mapas digitais utilizados

Categoria	Tipo de uso	área	área oceânica**	% da região oceânica
Estação Ecológica	proteção integral	1.446,13	360.239.749,36	0,00
Parque Nacional	proteção integral	338.577,04	360.239.749,36	0,09
Reserva Biológica	proteção integral	56.116,21	360.239.749,36	0,02
Reserva Ecológica	proteção integral	2,28	360.239.749,36	0,00
Área de Proteção Ambiental	uso sustentável	630.148,70	360.239.749,36	0,17
Área de Relev. Ints. Ecológico	uso sustentável	171,00	360.239.749,36	0,00
Reserva Extrativista	uso sustentável	153.335,27	360.239.749,36	0,04
Totais		1.169.796,63		0,32

* as sobreposições entre as Ucs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição

** a linha costeira e ilhas baseiam-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo IBGE, mais as 200 milhas

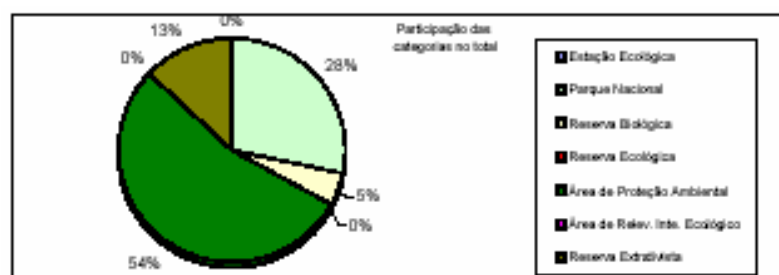


Figura 1a

Unidades de Conservação Federais (UCs) no Brasil por Bioma Situação em 18/02/2002 Classificação por tipo de uso

Abrangência: mapeamento dos Biomas

Área expressa em hectares

Cálculos efetuados através do software ARCVIEW, projeção sinusoidal

Dados sujeitos a alterações em função do aprimoramento dos mapas digitais utilizados.

BIOMA	área do Bioma*	% do total	uso sustentável**	% do Bioma	proteção integral*	% do Bioma
Amazônia	368.896.022,37	43,17	19.846.195,37	5,38	13.568.629,85	3,68
Caatinga	73.683.115,53	8,62	1.597.553,44	2,17	504.938,65	0,69
Campos Sulinos	17.137.704,54	2,01	317.015,82	1,85	50.992,75	0,30
Cerrado	196.776.092,28	23,03	1.467.786,66	0,75	2.638.266,86	1,34
Costeiro	5.056.768,47	0,59	316.060,62	6,25	322.675,01	6,38
Ecótonos Caatinga-Amazônia	14.458.259,63	1,69	1.064.640,06	7,36	6.659,04	0,05
Ecótonos Cerrado-Amazônia	41.400.717,92	4,84	36.127,02	0,09	5.678,78	0,01
Ecótonos Cerrado-Caatinga	11.510.813,00	1,35	15.527,72	0,13	383.732,97	3,33
Mata Atlântica	110.626.617,41	12,95	1.823.262,27	1,65	790.857,21	0,71
Pantanal	13.684.530,26	1,60			75.494,59	0,55
Totais	853.230.641,42	99,85	26.484.168,98		18.347.925,72	
Área não mapeada	1.310.194,36					

* segundo mapeamento elaborado pelo IBAMA/WWF na escala 1:5.000.000 sendo considerado apenas a área continental

** as sobreposições entre as Ucs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição

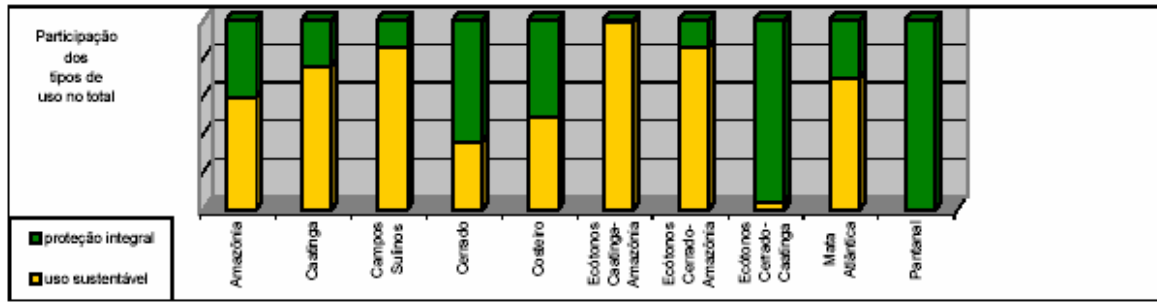


Figura 2

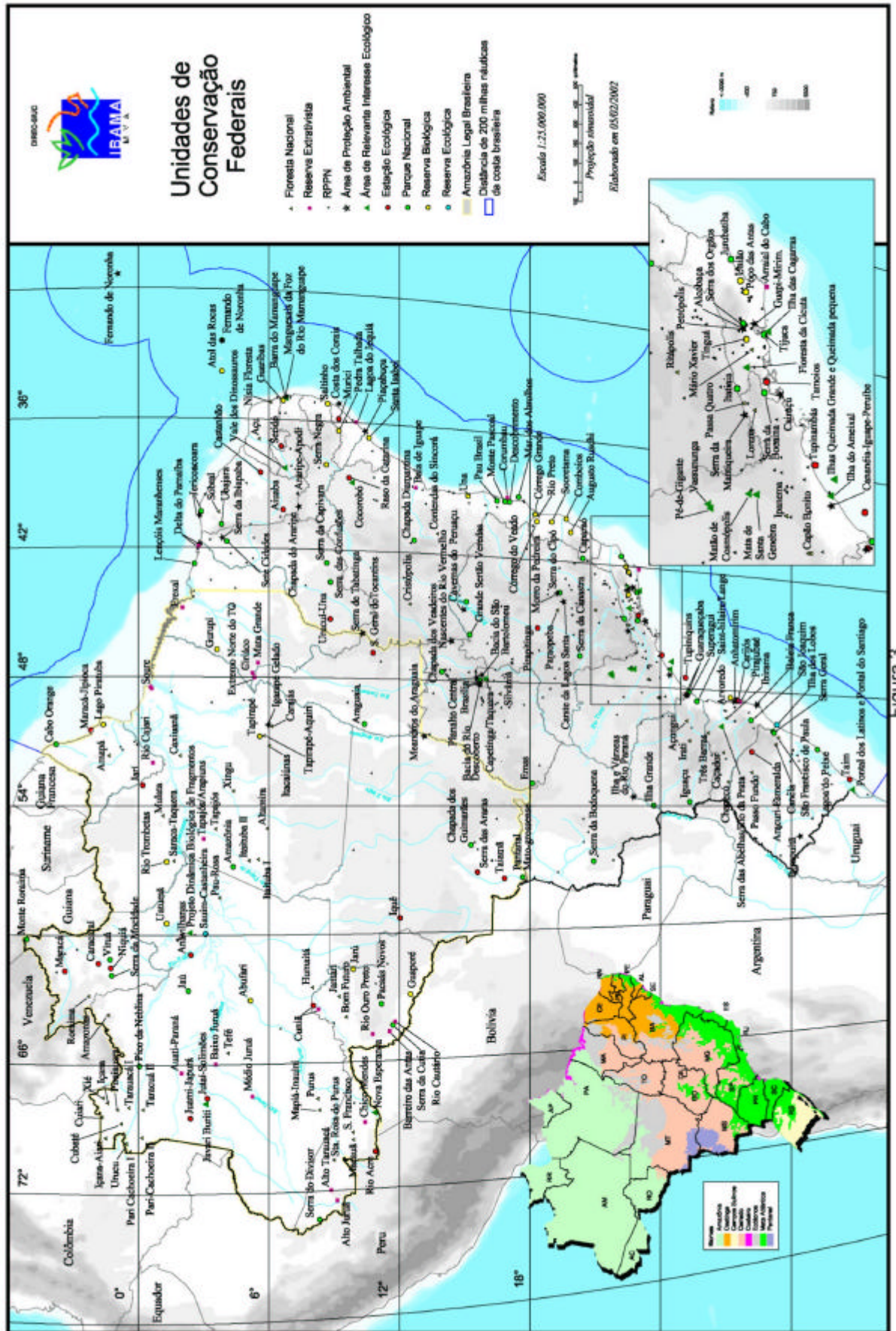


Figura 3

2.3 Histórico da Criação das Unidades de Conservação Federais

O histórico de criação das unidades de conservação está apresentado nas figuras 4,5 e 6.

Para as unidades de proteção integral (Figura 4) e de uso sustentável (Figura 5) os anos estão organizados por quinquênios. Quanto à Figura 6, referente às RPPN, o intervalo considerado é anual.

Nas figuras 3 e 4 são registrados o número total de unidades criadas e o total das áreas em hectares. Observe-se que o número de hectares assinalado refere-se somente a área atual das UC.

Com relação à Figura 5 os dados estão analisados correlacionando área acumulada em hectares e os anos em que foram criadas.

Figura 4 - Unidades de Conservação de Proteção Integral.

A criação dos três primeiros Parques Nacionais no Brasil, no quinquênio 1935 a 1939 refletiu o início da sensibilização mundial para a necessidade da existência de espaços naturais institucionalmente protegidos, iniciada nos Estados Unidos com a criação do Yellowstone National Park (1872). A rede de áreas naturais legalmente protegidas no Brasil foi iniciada com a criação dos Parques Nacionais do Itatiaia, da Serra dos Órgãos e do Iguaçu. Estes primeiros parques nacionais eram administrados pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. De 1940 a 1958, 18 anos se passaram sem a criação de novas unidades de conservação. Em 1959, foram criados mais três Parques Nacionais: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra, destinados a proteger belezas cênicas excepcionais.

A fundação de Brasília, localizada em área de Cerrado e destinada a ser a capital federal, colocou em foco a necessidade de criação de áreas protegidas neste bioma. Foram então criados no quinquênio seguinte, entre 1960 e 1964, os Parques de Brasília, da Chapada dos Veadeiros e das Emas, todos em 1961. No mesmo quinquênio outras áreas de excepcionais atributos naturais tornaram-se parques nacionais: Caparaó, (maciço montanhoso onde se localiza o Pico da Bandeira, considerado à época como sendo o ponto culminante do Brasil); Monte Pascoal, (de extrema importância histórica, pois abriga o Monte Pascoal, primeira terra avistada pela expedição de Pedro Álvares Cabral); Tijuca, (área de florestas sobranceira à cidade do Rio de Janeiro); Sete Cidades, (visando proteger monumentos geológico-geomorfológicos excepcionais) e São Joaquim, (já à época uma das últimas áreas remanescentes de araucária).

A seguir, mais um quinquênio se passou (65 a 69) sem que fosse estabelecida qualquer unidade de conservação. Neste período foi criado o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF (Decreto – Lei nº 289 de 1967), que passou a ser responsável pela administração das Unidades já criadas, incluindo-se às suas atribuições a de criar novos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e os parques de caça.

O período entre 1970 a 1974 foi importante para o surgimento das unidades de conservação, pois data daí a criação da primeira reserva biológica no Brasil, Poço das Antas. Sua importância decorre do fato de constituir o último remanescente do habitat original do mico-leão-dourado (*Leontopithecus r. rosalia*), espécie ameaçada de extinção justamente pela degradação de seu ambiente natural. Prevista desde a promulgação do Novo Código Florestal (Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965) e ratificada pela Lei de Proteção à Fauna (Lei Nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967), esta categoria de manejo destina-se à preservação total do meio ambiente, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pelo órgão competente. Trata-se de uma categoria de manejo então inovadora, voltada unicamente à conservação da biota, pesquisa e à educação

ambiental, excluída a visitação para lazer.

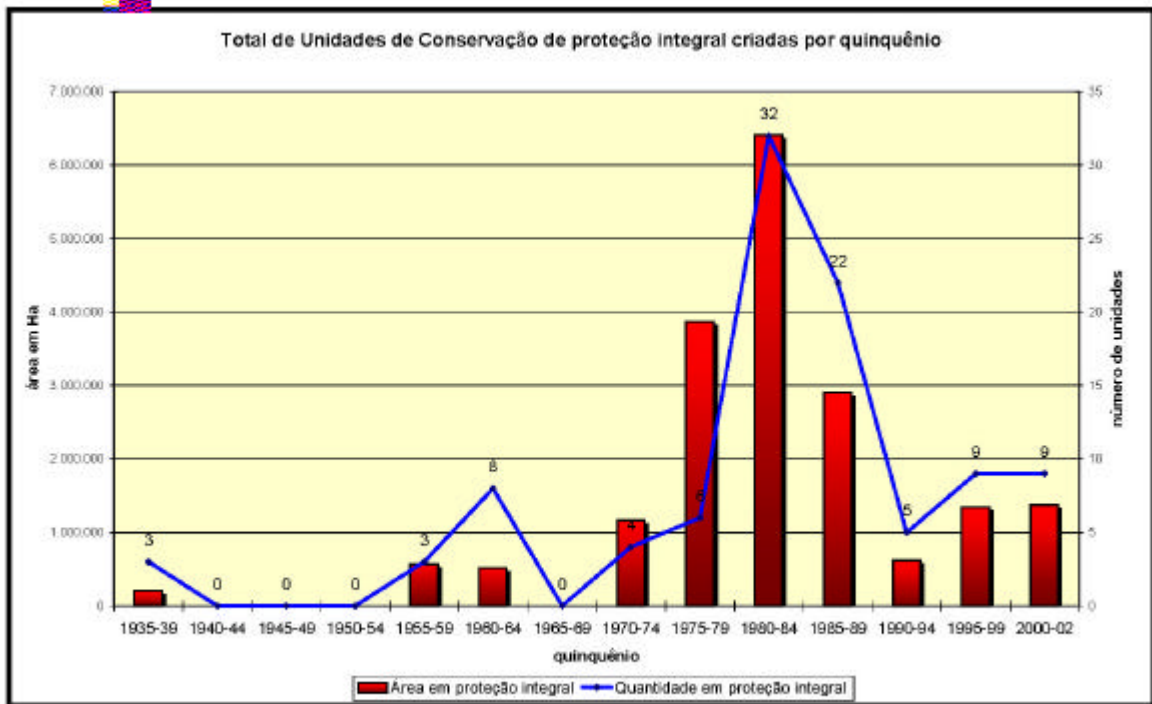


Figura 4

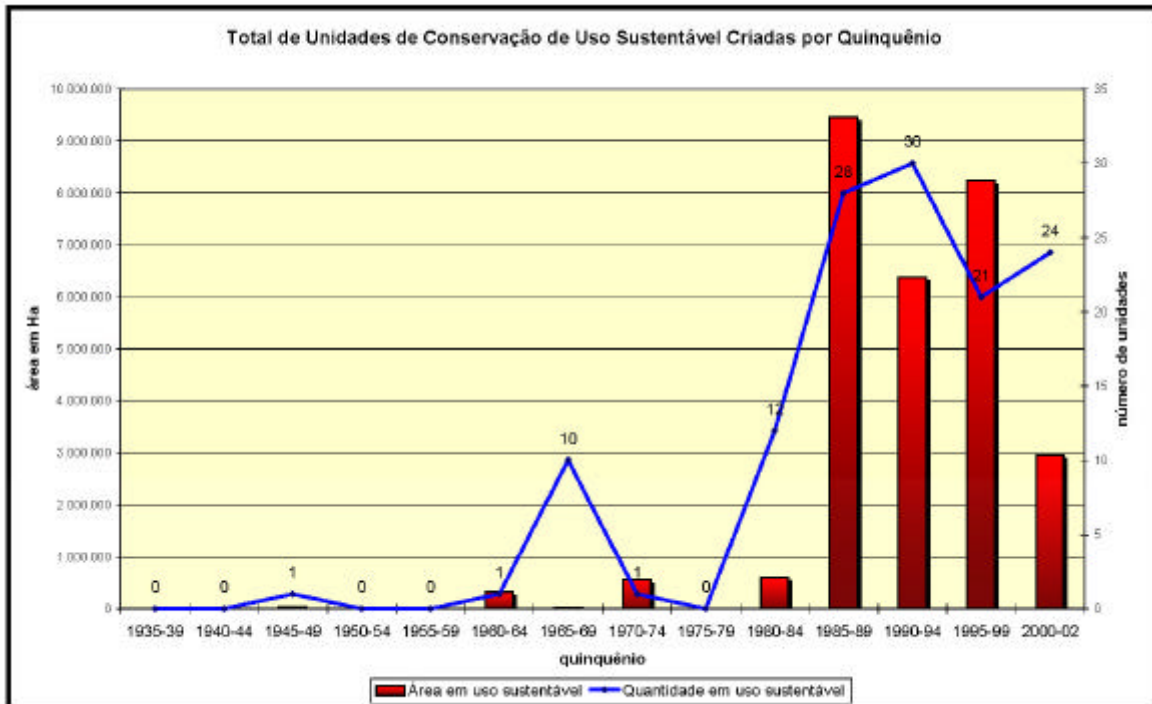


Figura 5

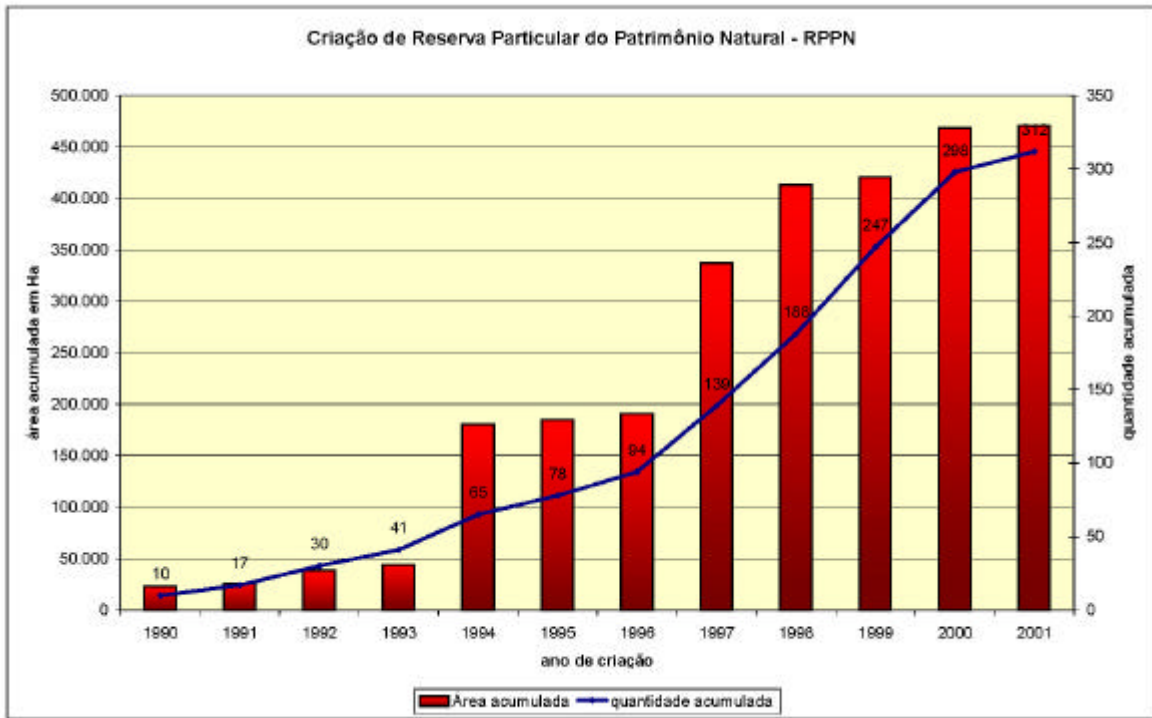


Figura 6

Esse período marca também o início da criação das unidades de conservação na Região Norte, abrangendo áreas gigantescas. Nesta época o Brasil e outros países com fronteiras na Amazonia buscavam critérios para a demarcação de novas UC nesta vasta região. Para tanto, foi criado o Comitê Intergovernamental Técnico para a Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônicas (CIT). O IBDF então considerou prioritárias para a conservação as áreas indicadas por trabalhos científicos especializados. Nesse período foi criado o Parque Nacional da Amazônia, além de outros dois parques na Região Sudeste.

Os dois próximos segmentos da Figura 4 marcam a concentração do estabelecimento das unidades gigantes, tanto Parques Nacionais quanto Reservas Biológicas, somente possíveis na região amazônica que era até então um grande vazio populacional. Foram os maiores, os parques nacionais de Picaás Novos e Pico da Neblina. Menores, embora ainda significativas, foram as Reservas Biológicas do Jaru e do Rio Trombetas. No quinquênio 75 a 79 foram ainda criadas duas unidades importantes: O Parque Nacional da Serra da Capivara por seu valor arqueológico e a Reserva Biológica do Atol das Rocas, primeira unidade de conservação marinha criada no Brasil.

O início da década de 80 representa um marco histórico da criação das unidades de conservação: 33 unidades criadas entre 80 e 84. Até então todas as unidades de conservação eram criadas pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF. Com a instituição da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA do Ministério do Interior uma nova categoria de manejo de uso restritivo veio somar-se às outras: as Estações Ecológicas (Lei Nº 6.902 de 27 de abril de 1981).

Das 33 unidades de conservação criadas nessa época, 6 foram parques nacionais, 9 reservas biológicas, 2 reservas ecológicas e 15 estações ecológicas. Neste quinquênio atingiu-se o máximo quanto ao total de hectares protegidos, somando aproximadamente 6.800.000,00 ha, sendo que somente o Parque Nacional do Jaú conta com 2.272.000,00 hectares, o que representa um terço do valor total desta área (cerca de um terço da respectiva coluna).

No quinquênio 1985 a 1989 iniciou-se os procedimentos para a compensação ambiental por danos aos recursos ambientais causados por empreendimentos de médio e grande porte. A Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) Nº 10 de 1987 criou estes procedimentos, que foram efetivamente homologados pela Resolução CONAMA 02/96. Finalmente a Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, em seu Artigo 36 dispõe sobre os casos de licenciamento ambiental de empreendimentos que causem significativo impacto ao meio ambiente, orientando o montante e a aplicação de recursos para a criação, a implantação e a manutenção de unidades de conservação de proteção integral.

Embora alcançando níveis menores, no tocante ao número de unidades criadas e do número de hectares protegidos, foi também significativo o quinquênio 85 – 89, quando 22 unidades foram criadas, abrangendo mais de 2.500.000,00 ha. No tocante às categorias de manejo, o quinquênio apresentou-se como um período equilibrado, com 8 parques nacionais, 7 reservas biológicas e 7 estações ecológicas. Quanto ao tamanho das unidades este foi um período bastante diversificado contando com UC pequenas, a menor: Estação Ecológica de Tupinambás (27,0 ha) e UC grandes, o maior: Parque Nacional da Serra do Divisor (846. 633,00 ha).

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, englobando os dois órgãos ambientais que instituíam UC de Proteção Integral (à época unidades de uso indireto), o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal - IBDF e a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, ocorrendo assim a homogeneização da política de criação de unidades de conservação de proteção integral.

De 1990 a 1994 foram criadas cinco (05) UC, sendo que para a realidade amazônica, quatro eram pequenas e a uma com tamanho médio. Destaca-se neste período a criação da Reserva Biológica de Uatumã, para compensar a extensa área a ser alagada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas.

No período de 1995 a 1999, foram criadas 09 (nove) unidades de conservação, sendo 08 (oito) parques nacionais e 01 (uma) reserva biológica, refletindo a política de abertura de UC à visitação pública e conseqüente aumento da categoria que privilegia o uso público: os parques nacionais. Neste quinquênio se destaca a criação do PN de Ilha Grande em razão de compensação ambiental de UHE de Ourinhos - SP.

No período atual, de 2000 a março de 2002, já foram criadas 10 unidades de conservação, sendo quatro (04) parques nacionais e seis (06) estações ecológicas. A indicação das áreas a serem prioritariamente transformadas em unidades de proteção integral, neste período, foi obtida em seminários que recomendaram a criação de UC por biomas, através do Programa da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Também por influência da compensação por danos ambientais ocasionados pela construção da Represa do Castanhão, foi criada a E.E. Castanhão, no Ceará, em 2001.

O SNUC prevê também a criação de monumento natural e refúgio de vida silvestre como unidades de conservação de proteção integral. Até agora não foi criada nenhuma unidade nestas duas categorias.

Figura 5 - Criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Nesta Figura estão contempladas as seguintes categorias de unidades de conservação: Área de Proteção Integral – APA, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, Reserva Extrativista – RESEX e Floresta Nacional – FLONA. Segundo o SNUC, nesta categoria de manejo estão também incluídas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, tratadas na Figura 5. Acompanha a figura uma listagem das unidades de conservação existentes.

A primeira unidade de conservação de uso sustentável criada no Brasil foi a Floresta Nacional de Araripe – Apodi, no Ceará, em 1946, pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. A categoria de manejo fora instituída pelo Código Florestal, aprovada pelo Decreto 23.793 / 1934. No quinquênio seguinte nenhuma unidade de uso sustentável foi criada. Entre 60 e 64 surgiu apenas a Floresta Nacional de Cuxianã, de grande porte como a maioria das unidades criadas na Amazônia. Seguiu-se novo quinquênio sem que fosse criada qualquer unidade de conservação de uso sustentável.

Entre 1965 e 1969 foram criadas 10 pequenas florestas nacionais, variando o tamanho de 500,00 a 4.500,00 ha, nas Regiões Sul e Sudeste. No período seguinte (1970 a 1975) foi instituída apenas uma unidade, a Floresta Nacional de Tapajós, no Pará, de grande porte (600.000,00 ha). De 1975 a 79 nenhuma unidade foi estabelecida.

As primeiras Áreas de Proteção Ambiental – APA e Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE surgiram no quinquênio 1980 a 84, criadas pela SEMA (instituída já em 1973). Foram sete (07) APA e quatro (04) ARIE e uma (01) floresta nacional. As categorias APA e ARIE foram estabelecidas pelas Leis Nº 6902/81 e a Nº 6. 938/81, respectivamente.

O período seguinte, 1985 a 1989 foi o mais marcante em relação ao número de hectares protegidos, mais de nove milhões. As responsáveis pelo significativo soerguimento da coluna foram mais uma vez as grandes FN criadas na Amazônia, ocupando mais de 80% da coluna. Foram também criadas algumas APA e ARIE.

Em contraponto o período de 1990 a 1994 assistiu ao maior número de unidades de conservação de uso sustentável sendo criadas (30), embora com diminuição de hectares protegidos. Mais uma vez as FN são responsáveis por grande parte do tamanho da coluna, seguidas pelas reservas extrativistas – RESEX, categoria instituída pelo Decreto Nº 98.897/90. Algumas poucas APA e ARIE completam a coluna.

Entre 1995 a 99 volta a crescer o número de unidades de conservação de usos sustentável criadas, sendo que o maior espaço da coluna, quase dois terços, é ocupado por APA.

Finalmente no período vigente (2000 a 2002) o número de unidades estabelecidas já foi significativo, apresentando, até agora, porcentagem equilibrada entre as três categorias.

Figura 6 - Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN

As primeiras RPPN surgiram em 1990, com base no Decreto Federal Nº 98.914 de 31 de janeiro de 1990, que instituiu esta categoria de manejo. Em 1996, o Decreto Nº 1.922 de 5 de junho de 1996 reconheceu a categoria de manejo e complementou sua regulamentação. A Lei do SNUC veio consolidar o arcabouço normativo de todas as categorias de manejo usadas no Brasil, inclusive das RPPN. Define-a como “área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.”

A efetivação da RPPN estará condicionada a um Termo de Compromisso assinado perante o órgão ambiental, Termo este que será averbado à margem da inscrição da propriedade no Registro Público de Imóveis.

No Brasil a criação das RPPN tem sido solicitada por proprietários particulares, empresas e Organizações Não Governamentais – (ONG). Parte da manifestação expressa da vontade dos proprietários em proteger, no todo ou em parte, áreas que ainda conservam características naturais primitivas, representativas da região que ocorrem. As RPPN, terras gravadas com perpetuidade para a conservação, são isentas de imposto territorial rural. Até o momento a maior RPPN existente é a do SESC Pantanal no município de Barão de Melgaço–MT com 87.871,44 ha, considerada unidade modelo. A menor está localizada em Cubatão –SP pertencente a CARBOCLORO, com 750m².

As RPPN permitem, conforme se dispuser em regulamento, o desenvolvimento de atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer.

Pode-se observar na Figura 5 que as primeiras 10 RPPN foram criadas em 1990. Até 1993, o aumento dos hectares protegidos associados ao número de unidades criadas, foi pouco significativo, totalizando 41 unidades. No triênio 1994 a 1996, houve um aporte considerável principalmente com relação à quantidade de hectares protegidos, acrescentando mais 53 RPPN. Embora o aporte de unidades tenha sido relativamente alto em relação ao quadriênio anterior, o número de hectares foi muito pequeno.

No quadriênio 1997 a 2000, com o aumento da divulgação em seminários, encontros e através de material impresso, houve um substancial acréscimo tanto no número de unidades quanto em hectares destas áreas, chegando a 204 RPPN criadas totalizando mais de 450.000,00 ha de áreas protegidas acumuladas. No ano de 2001, foram criadas mais 14 unidades porém que não influenciaram muito a quantidade acumulada de hectares protegidos.

2.4 Enquadramento Ecológico das Unidades de Conservação Federais

Objetivando orientar o conhecimento sobre os ambientes naturais protegidos pelas unidades de conservação, apresenta-se a seguir o seu enquadramento ecológico.

Figura 7 – Vegetação do Brasil

O documento denominado **Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a Um Sistema Universal**,^{123p}, produzida pelo IBGE em 1991, tratou a classificação dos Biomas Brasileiros de uma forma universal. Conforme pode ser observado na Figura 7, a vegetação do Brasil foi agrupada em 12 grandes formações descritas abaixo:

Áreas das Formações Pioneiras (Sistema Edáfico de Primeira Ocupação) - Subdivididas em Influência Marinha (restingas); Influência fluviomarina (manguezal e campos salinos); e Influência fluvial (comunidades aluviais);

Áreas de Tensão Ecológica - Sistemas de Transição (representado pelo contato entre biomas);

Floresta Estacional Decidual (Floresta Tropical Caducifólia) – caracterizada por duas estações climáticas (chuvosa e seca). Apresenta o estrato dominante com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período seco;

Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia) – está também condicionada à dupla estacionalidade climática. A porcentagem das espécies caducifólias no conjunto florestal situa-se entre 20 e 50%;

Floresta Ombrófila Aberta – Apresenta quatro faciações florísticas que alteram a fisionomia ecológica da Floresta Ombrófila Densa, imprimindo-lhe clareiras, advindo daí o nome adotado, além dos gradientes climáticos com mais de 60 dias secos por ano;

Floresta Ombrófila Mista (Floresta das Araucárias ou pinheiral) – tipo de vegetação predominante do planalto meridional;

Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical) – Está relacionada a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas e de alta precipitação, bem distribuídas durante o ano, o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período seco;

Refúgios ecológicos (Relíquias) – toda e qualquer vegetação florísticamente e fisionômico-ecológica diferente do contexto geral da flora dominante em determinada região ecológica;

Campinarana - Termo regionalista brasileiro empregado para a área do alto rio Negro como sinônimo de campina, que também significa na linguagem dos indígenas falso campo. Foi adotado por ser ímpar na fitogeografia mundial. Este tipo de vegetação próprio da *Hylaea* amazônica, ocorre em áreas fronteiriças da Colômbia e Venezuela, sem similar fora do território florístico endêmico, adaptado ao solo Podzol Hidromórfico;

Savana (Cerrado e Campos) - Termo criado para designar os *Lhanos arbolados* da Venezuela, foi introduzido na África como *Savannah*. Veio universalizar as definições regionais para cerrado e campo sujo. É conceituada como uma vegetação xeromorfa sobre solos lixiviados aluminizados, de clima estacional (mais o menos seis meses secos), podendo não obstante ser encontrada também em clima ombrófilo;

Savana Estépica (Vegetação de Roraima, Chaquenha e parte da Campanha Gaúcha) - Esta fisionomia foi extrapolada como sinônimo universalizado do termo indígena Tupi-Guarani “caatinga”;

Estepe – Termo de procedência russa empregado originalmente na Zona Holártica, foi extrapolado por apresentar homologia ecológica para outras áreas mundiais, inclusive a Neotropical brasileira. Está sendo utilizada para denominar os campos gerais paranaenses, a campanha gaúcha e porções da caatinga.

Figura 8 – Bacias Hidrográficas

São apresentadas as seis principais bacias hidrográficas brasileiras e ainda o agrupamento das bacias que vertem diretamente para o mar, em três segmentos:

- 1 - do Amapá até a foz do rio Amazonas,
- 2 - Meio Norte e Nordeste, até a foz do rio São Francisco;
- 3 - Sudeste / Sul, do rio São Francisco até o riacho Chuí.

Como características gerais, a hidrografia brasileira é representada pela presença de muitos rios e poucos lagos, com predominância de rios de planalto. Apresentam regime tropical austral e direta ou indiretamente são todos tributários do oceano Atlântico.

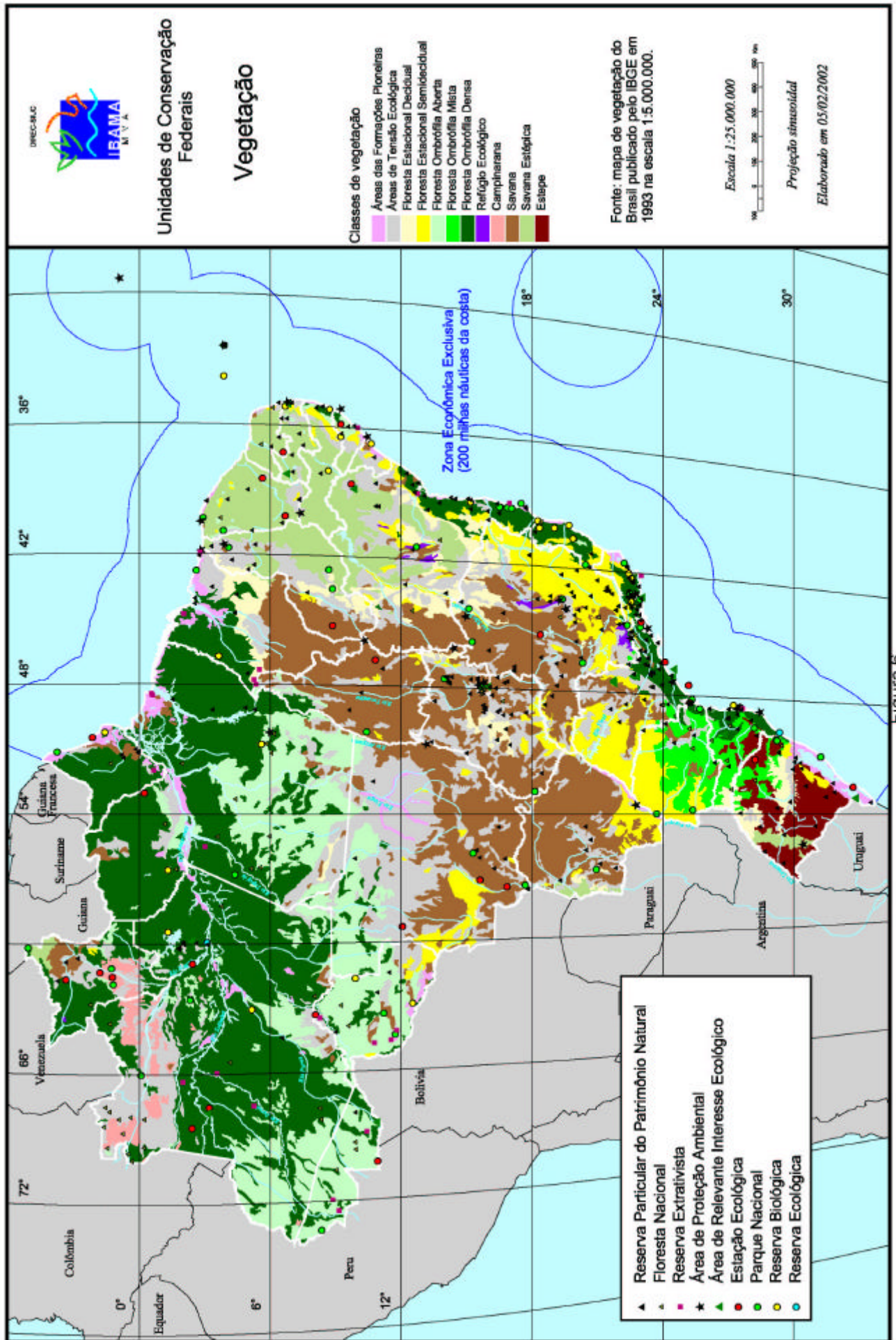


Figura 6

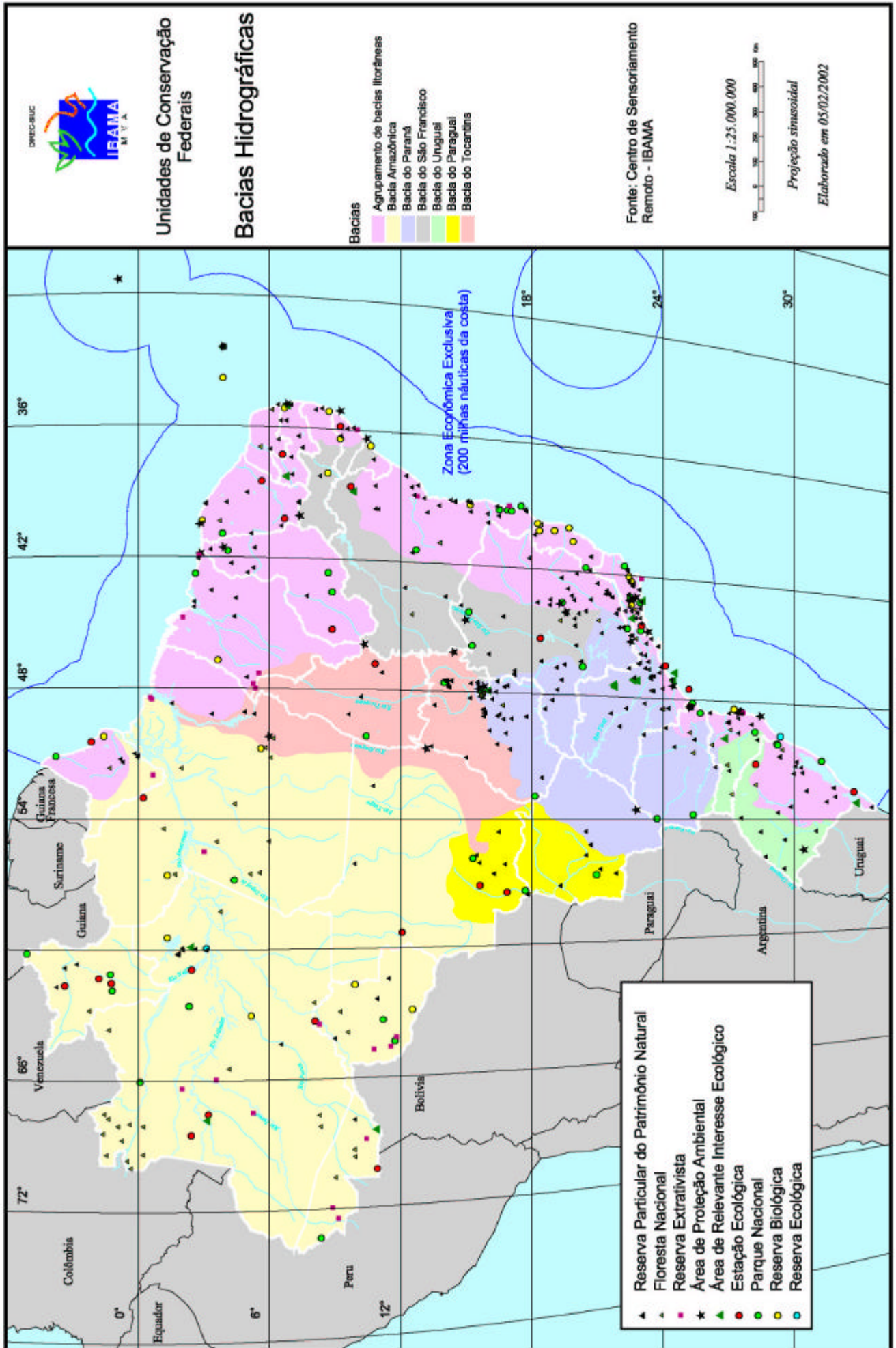


Figura 7

Lista das Unidades de Conservação Federais (não inclui as RPPNs)

Observações:

A Unidade da Federação indicada em primeiro lugar corresponde ao Estado sob o qual a Unidade de Conservação está vinculada administrativamente. O bioma ou biomas principais de cada UC foram obtidos do mapeamento de ecorregiões do Brasil elaborado por Eric Dirnstein e complementado pelo IBAMA, WWF e outros pesquisadores. Foram citados para cada UC os biomas que compreendem 20% ou mais da sua superfície.

Junto ao nome da Unidade podem constar as seguintes siglas: PM - existe Plano de Manejo (0000) código da UC

Outras siglas utilizadas:

P.N. - Parque Nacional, R.B. - Reserva Biológica, R.Ec. - Reserva Ecológica, E.E. - Estação Ecológica, A.P.A. - Área de Proteção Ambiental, A.R.I.E. - Área de Relevante Interesse Ecológico, F.N. - Floresta Nacional, R.Ex. - Reserva Extrativista.

Os valores referentes a área de cada unidade foram obtidos dos decretos de criação ou revisão de limites. Nos casos em que a área não consta nesses documentos foi feito o cálculo através de técnicas de geoprocessamento. Esses casos estão indicados com um "*" após o valor da área.

Lista atualizada em 14/01/2002 PROTEÇÃO INTEGRAL

PARQUES NACIONAIS

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMA
NORTE				
P.N. da Amazônia PM (1017)	AM e PA	90.823 de 18.01.85 73.683 de 19.02.74	864.047,00*	Amazônia
P.N. do Pico da Neblina (1019)	AM	83.550 de 05.06.79	2.200.000,00	Amazônia
P.N. de Pacaás Novos PM (1020)	RO	84.019 de 21.09.79 098894 de 30.01.90	764.801,00	Amazônia
P.N. do Cabo Orange (1021)	AP	84.913 de 15.07.80	619.000,00	Amazônia
P.N. do Jaú PM (1022)	AM	85.200 de 24.09.80	2.272.000,00	Amazônia
P.N. da Serra do Divisor PM (1033)	AC	97.839 de 16.06.89	846.633,00*	Amazônia
P.N. do Monte Roraima (1034)	RR	97.867 de 26.05.89	116.000,00	Amazônia
P.N. Viruá (1039)	RR	s/n 29.04.98	227.011,00	Amazônia
P.N. Serra da Mocidade (1038)	RR	s/n 29.04.98	350.960,45	Amazônia
P.N. do Araguaia PM (1016)	TO	84.844 de 24.06.80 71.879 de 01.03.73 68.873 de 05.07.71 47.570 de 31.12.59	557.714,00*	Cerrado
P.N. da Serra da Cutia (1046)	RO	s/n 01.06.01	283.611,70	Amazônia
NORDESTE				

P.N. de Ubajara PM (1004)	CE	72.144 de 26.04.73 45.954 de 30.04.59	563,00	Caatinga Ecótonos- Caatinga/Amazônia
P.N. de Sete Cidades PM (1008)	PI	50.744 de 03.06.61	7.700,00	Ecótonos- Caatinga/Amazônia
P.N. do Monte Pascoal PM (1011)	BA	242 de 29.11.61	22.500,00	Mata Atlântica
P.N. da Serra da Capivara PM (1018)	PI	83.548 de 05.06.79	100.000,00	Caatinga
P.N. dos Lençóis Maranhenses (1023)	MA	86.060 de 02.06.81	155.000,00	Costeiro
P.N. Marinho dos Abrolhos PAE, PM (1025)	BA	88.218 de 06.04.83 15.02.91 23.03.92	88.249,00*	Marinho
P.N. da Chapada Diamantina (1027)	BA	91.655 de 17.09.85	152.000,00	Caatinga Mata Atlântica
P.N. Mar. de Fernando de Noronha PM (1029)	PE	96.893 de 14.09.86	11.270,00	Marinho
P.N. Serra das Confusões (1040)	PI	s/n 02.10.98	502.411,00	Caatinga Ecótonos - Cerrado/Caatinga
P.N. Pau Brasil (1042)	BA	s/n 20.04.99	11.538,00	Mata Atlântica
P.N. Descobrimento (1041)	BA	s/n 20.04.99	21.129,00	Mata Atlântica
P.N. de Jericoacoara (1047)	CE	s/n 04.02.02	8.416,08	Costeiro
SUDESTE				
P.N. do Itatiaia PM (1001)	RJ e MG	87.586 de 20.09.82 1.713 de 14.05.37	30.000,00	Mata Atlântica
P.N. da Serra dos Orgãos PM (1003)	RJ	90.023 de 02.08.84 1.822 de 30.11.39	10.527,00*	Mata Atlântica
P.N. de Caparaó PM (1007)	MG e ES	50.646 de 24.05.61 s/n 20.11.97	31.853,00*	Mata Atlântica
P.N. da Tijuca PM (1009)	RJ	70.186 de 23.02.72 60.183 de 08.02.67 50.923 de 06.07.61	3.200,00	Mata Atlântica
P.N. da Serra da Bocaina PM (1013)	RJ e SP	68.172 de 04.02.71 70.694 de 08.06.72	100.000,00	Mata Atlântica
P.N. da Serra da Canastra PM (1014)	MG	70.355 de 03.04.72	200.000,00	Cerrado
P.N. da Serra da Cipó (1026)	MG	90.223 de 25.09.84 94.984 de 30.09.87	33.800,00	Cerrado
P.N. Grande Sertão Veredas (1031)	MG	97.658 de 12.04.89	84.000,00	Cerrado
P.N. Restinga de Jurubatiba (1037)	RJ	s/n 29.04.98	14.860,00	Mata Atlântica
P.N. Cavernas do Peruaçu (1043)	MG	s/n 21.09.99	56.800,00	Frónnos-

				Cerrado/Caatinga
SUL				
P.N. do Iguaçu PM (1002)	PR	86.876 de 01.12.81 1035 de 10.01.39	185.262,50	Mata Atlântica
P.N. de Aparados da Serra PM (1005)	RS	47.446 de 17.12.59 70.296 de 17.03.72	10.250,00	Mata Atlântica
P.N. Ilha Grande (1036)	PR e MS	s/n 30.09.97	78.875,00	Mata Atlântica
P.N. de São Joaquim (1010)	SC	50.922 de 06.07.61	49.300,00	Mata Atlântica
P.N. da Lagoa do Peixe PM (1028)	RS	93.546 de 06.11.86	34.400,00	Campos Sulinos
P.N. do Superagui (1032)	PR	97.688 de 25.04.89 9.513 de 20.11.97	33.928,00*	Costeiro Mata Atlântica
P.N. da Serra Geral (1035)	RS	531 de 20.05.92	1 7.300,00	Mata Atlântica
P.N. de Saint-Hilaire/Lange (1045)	PR	Lei 10.227 de 23.05.01	25.000,00*	Mata Atlântica
CENTRO-OESTE				
P.N. da Chapada dos Veadeiros PM (1015)	GO	49.875 de 11.01.61 70.492 de 11.05.72 86.173 de 02.07.81 86.596 de 17.11.81 s/n de 27.09.01	236.570,00	Cerrado
P.N. das Emas PM (1006)	GO	49.874 de 11.01.61 70.375 de 06.04.72	133.063,00*	Cerrado
P.N. de Brasília PM (1012)	DF	241 de 29.11.61	30.000,00	Cerrado
P.N. do Pantanal Matogrossense (1024)	MT	86.392 de 24.09.81	135.000,00	Cerrado Pantanal
P.N. da Chapada dos Guimarães (1030)	MT	97.656 de 12.04.89	33.000,00	Cerrado
P.N. da Serra da Bodoquena (1044)	MS	s/n de 22.09.00	76.481,00	Mata Atlântica

RESERVAS BIOLÓGICAS

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMA
NORTE				
R.B. do Jarú PM (2003)	RO	83.716 de 11.07.79	268.150,00	Amazônia
R.B. do Rio Trombetas (2004)	PA	84.018 de 21.09.79	385.000,00	Amazônia
R.B. do Lago Piratuba (2005)	AP	84.914 de 16.07.80 89.932 de 10.07.84	357.000,00	Amazônia
R.B. do Abufari (2011)	AM	87.585 de 20.09.82	288.000,00	Amazônia
R.B. do Guaporé PM (2012)	RO	87.587 de 20.09.82	600.000,00	Amazônia

R.B. do Tapirapé PM (2018)	PA	97.719 de 05.05.89	103.000,00	Amazônia
R.B. do Uatumã PM (2023)	AM	99.277 de 06.06.90	560.000,00	Amazônia
NORDESTE				
R.B. de Una PM (2006)	BA	85.463 de 10.12.80	11.400,00	Mata Atlântica
R.B. de Serra Negra (2007)	PE	87.591 de 20.09.82	1.100,00	Caatinga
R.B. de Saltinho (2013)	PE	88.744 de 21.09.83	548,00	Mata Atlântica
R.B. do Gurupi PM (2015)	MA	95.614 de 12.01.88	341.650,00	Amazônia
R.B. de Santa Isabel (2016)	SE	96.999 de 20.10.88	2.766,00	Costeiro
R.B. de Pedra Talhada (2020)	AL e PE	98.524 de 13.12.89	4.469,00	Mata Atlântica Caatinga
R.B. do Atoil das Rocas (2002)	RN	83.549 de 05.06.79	36.249,00	Marinho
R.B. Guaribas (2021)	PB	98.684 de 25.01.90	4.321,60	Mata Atlântica Caatinga
SUDESTE				
R.B. de Poço das Antas PM (2001)	RJ	73.791 de 11.03.74 76.534 de 03.11.75	5.000,00	Mata Atlântica
R.B. do Córrego do Veado PM (2006)	ES	87.590 de 20.09.82 89.589 de 23.04.84	2.392,00	Mata Atlântica
R.B. Augusto Ruschi PM (2009)	ES	92.753 de 05.06.86	4.000,00*	Mata Atlântica
R.B. de Sooretama PM (2010)	ES	87.588 de 20.09.82	24.000,00	Mata Atlântica
R.B. de Comboios PM (2014)	ES	90.222 de 25.09.84	833,23	Mata Atlântica
R.B. do Córrego Grande PM (2017)	ES	97.657 de 12.04.89	1.504,80	Mata Atlântica
R.B. União (2024)	RJ	s/n 22.04.98	3.126,00	Mata Atlântica
R.B. do Tinguá (2019)	RJ	97.780 de 23.05.89	26.000,00*	Mata Atlântica
SUL				
R.B. Marinha do Arvoredo (2022)	SC	99.142 de 12.03.90	17.600,00	Mata Atlântica

RESERVA ECOLÓGICA

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMA
NORTE				
R.Ec. de Sauim-Castanheira (4001)	AM	87.455 de 12.08.82	109,00	Amazônia
R.Ec. de Jutai-Solimões (mudou para Estação Ecológica)	AM	88.541 de 21.07.83	288.187,37	Amazônia
R.Ec. Juami-Japurá (englobada pela Estação Ecológica)	AM	88.542 de 21.07.83	297.850,00*	Amazônia

NORDESTE				
R.Ec. Raso da Catarina (mudou para Estação Ecológica)	BA	89.268 de 03.01.84	99.772,00	Caatinga
SUL				
R.Ec. Ilha dos Lobos (4002)	RS	88.463 de 04.07.83	1,70	Marinho

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS NÃO DECRETADAS

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	UF
E.E. Côco Javaês (3023)	TO
E.E. Itabaiana (3024)	SE

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMA
NORTE				
E.E. Rio Acre (3004)	AC	86.061 de 02.06.81	77.500,00	Amazônia
E.E. de Anavilhanas PM (3008)	AM	86.061 de 02.06.81	350.018,00	Amazônia
E.E. de Maracá-Jipoca (3003)	AP	86.061 de 02.06.81	72.000,00	Amazônia
E.E. do Jari (3009)	AP e PA	87.092 de 12.04.82 89.440 de 13.03.84	227.126,00	Amazônia
E.E. Juami-Japurá (3015)	AM	91.307 de 03.08.85 Port. 374 de 11.10.01	870.300,00*	Amazônia
E.E. de Caracarái (3013)	RR	87.222 de 31.05.82	80.560,00	Amazônia
E.E. Niquiá (3014)	RR	91.306 de 03.06.85	286.600,00	Amazônia
E.E. de Maracá (3005)	RR	86.061 de 02.06.81	101.312,00	Amazônia
E.E. Serra Geral do Tocantins (3029)	TO	s/n de 27.09.01	716.306,00	Cerrado
E.E. de Jutai-Solimões (3030)	AM	88.541 de 21.07.83 Port. 375 de 11.10.01	288.187,37	Amazônia
E.E. de Cuniã (3022)	RO	s/n de 27.09.01	53.221,23	Cerrado
NORDESTE				
E.E. de Uruçui-Una (3006)	PI	86.061 de 02.06.81	135.000,00	Cerrado
E.E. do Seridó (3010)	RN	87.222 de 31.05.82	1.163,00	Caatinga
E.E. de Aiuaba (3025)	CE	s/n de 06.02.01	11.525,00	Caatinga
E.E. de Murici (3026)	AL	s/n de 28.05.01	6.116,43	Mata Atlântica

E.E. Raso da Catarina (3028)	BA	89.268 de 03.01.84 Port. 373 de 11.10.01	99.772,00	Caatinga
E.E. do Castanhão (3027)	CE	s/n de 27.09.01	12.579,20	Caatinga
SUDESTE				
E.E. dos Tupinambás (3018)	SP	94.656 de 20.07.87	27,8	Marinho
E.E. de Tamoios (3021)	RJ	98.864 de 23.01.90	8.450,00*	Marinho
E.E. de Pirapitinga (3020)	MG	94.656 de 20.07.87	1.090,00	Cerrado
E.E. Tupiniquins (3016)	SP	92.964 de 21.07.86	43,25	Marinho
SUL				
E.E. de Carijós (3019)	SC	94.656 de 20.07.87	618,70	Costeiro
E.E. do Taim (3017)	RS	92.963 de 21.07.86	10.764,63	Campos Sulinos
E.E. de Aracuri-Esmeralda (3001)	RS	86.061 de 02.06.81	272,63	Mata Atlântica
E.E. de Guaraqueçaba (3011)	PR	87.222 de 31.05.82 93.053 de 31.07.86 97.688 de 25.04.89 9.513 de 20.11.97	4.835,00*	Costeiro
CENTRO-OESTE				
E.E. de Taiamã (3002)	MT	86.061 de 02.06.81	11.200,00	Pantanal
E.E. da Serra das Araras (3012)	MT	87.222 de 31.05.82	28.700,00	Cerrado
E.E. de Iquã (3007)	MT	86.061 de 02.06.81	200.000,00	Cerrado

USO SUSTENTÁVEL

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMA
SUDESTE				
A.P.A. de Petrópolis (5001)	RJ	527 de 20.05.92	59.049,00	Mata Atlântica
A.P.A. de Cairuçu (5008)	RJ	89.242 de 27.12.83	32.688,00*	Mata Atlântica
A.P.A. Morro da Pedreira (5015)	MG	98.891 de 26.01.90	66.200,00	Cerrado
A.P.A. da Serra da Mantiqueira (5010)	MG, RJ e SP	91.304 de 03.06.85	422.873,00*	Mata Atlântica
A.P.A. de Cananãia-Iguapé-Peruibe (5007)	SP	90.347 de 23.10.84 91892 de 06.11.85	234.000,00	Mata Atlântica
A.P.A. Carste da Lagoa Santa (5014)	MG	98.881 de 25.01.90 1.876 de 25.04.96	35.600,00	Cerrado
A.P.A. Cavernas do Peruçu (5013)	MG	96.182 de 26.09.89	143.866,00*	Cerrado

A.P.A. de Guapi-Mirim (5005)	RJ	90.225 de 25.09.84	13.961,00*	Mata Atlântica Costeiro
SUL				
A.P.A. Ibirapuitã (5017)	RS	529 de 20.05.92	318.000,00	Campos Sulinos
A.P.A. Anhatomirim (5018)	SC	528 de 20.05.92	3.000,00	Mata Atlântica
A.P.A. de Guaraqueçaba (5009)	PR e SP	90.883 de 31.01.85	283.014,00*	Mata Atlântica Costeiro
A.P.A. Ilhas e Várzeas do Rio Paraná (5023)	PR, SP e MS	s/n 30.09.97	1.003.059,00	Mata Atlântica
A.P.A. da Baleia Franca (5026)	SC	s/n 14.09.00	156.100,00	Marinho Mata Atlântica
CENTRO-OESTE				
A.P.A. da Bacia do Rio Descoberto (5003)	DF e GO	88.940 de 07.11.83	35.588,00*	Cerrado
A.P.A. da Bacia do Rio São Bartolomeu (5004)	DF	88.940 de 07.11.83 9.282 12/01/1996	82.967,00*	Cerrado
A.P.A. Meandros do Araguaia (5025)	GO, TO e MT	s/n 02.10.98	357.126,00	Cerrado
A.P.A. das Nascentes do rio Vermelho (5027)	GO	s/n 27.09.01	176.159,00	Cerrado
A.P.A. do Planalto Central (5028)	GO e DF	s/n 11.01.02	504.608,00*	Cerrado
NORDESTE				
A.P.A. Barra do Rio Mamanguape (5019)	PB	924 de 10.09.93 s/n 07.04.98	14.640,00	Mata Atlântica Costeiro
A.P.A. Chapada do Araripe (5022)	CE, PI, e PE	s/n 04.08.97	1.063.000,00	Caatinga
A.P.A. Costa dos Corais (5024)	AL/PE	s/n 23.10.97	413.563,00	Mata Atlântica
A.P.A. Delta do Parnaíba (5020)	PI, CE e MA	s/n 28.08.98	313.800,00	Costeiro
A.P.A. de Fernando de Noronha (5011)	PE	92.755 de 05.08.86 94.780 de 14.03.87	93.000,00	Marinho
A.P.A. Jericoacoara (5006)	CE	90.379 de 20.10.84 s/n 04.02.02	207,00	Costeiro
A.P.A. de Piaçabuçu (5002)	AL	88.421 de 21.08.83	9.143,00*	Caatinga
A.P.A. Serra da Ibiapaba (5021)	CE e PI	s/n 28.11.98	1.592.550,00	Ecótonos Caatinga-Amazônia Caatinga
A.P.A. Serra de Tabatinga (5016)	MA, TO e BA	99.278 de 06.08.90	61.000,00	Cerrado
NORTE				
A.P.A. do Igarapé Gelado (5012)	PA	97.718 de 05.05.89	21.600,00	Amazônia

ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMA
SUDESTE				

A.R.I.E. Matão de Cosmópolis (7007)	SP	90.791 de 09.01.85	173,05	Cerrado
A.R.I.E. Floresta da Cicuta (7006)	RJ	90.792 de 09.01.85	131,28	Mata Atlântica
A.R.I.E. Mata de Santa Genebra (7012)	SP	91.885 de 05.11.85	251,78	Cerrado
A.R.I.E. Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena(7013)	SP	91.887 de 05.11.85	33,00	Marinho
A.R.I.E. Ilha Ameixal (7014)	SP	91.889 de 05.11.85	400,00	Costeiro
A.R.I.E. Pé-de-Gigante (7016)	SP	99.275 de 09.06.90	10,60	Cerrado
A.R.I.E. Vassununga (7017)	SP	99.276 de 06.06.90	149,87	Mata Atlântica
A.R.I.E. das Ilhas Cagarras (7015)	RJ	Res. 011 de 14.09.89	200,00*	Mata Atlântica
SUL				
A.R.I.E. Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho (englobada pelo P.N. do Superagui)	PR	91.888 de 05.11.85	109,00	-
A.R.I.E. Pontal dos Latinos e Pontal dos Santiagos (7003)	RS	Res. 005 de 05.06.84	1.245,00* 1.750,00*	Marinho
A.R.I.E. Serra das Abelhas e Rio da Prata (7018)	SC	Res. 005 de 17.10.90	4.604,00*	Mata Atlântica
CENTRO-OESTE				
A.R.I.E. Capetinga/Taquara (7004)	DF	Res. 014 de 18.12.84 91.303 de 03.06.85	2.100,00	Cerrado
NORDESTE				
A.R.I.E. Manguezais da Foz do Rio Mamanguape (7010)	PB	91.890 de 05.11.85	5.721,07	Costeiro
A.R.I.E. Murici (7001) (englobada pela E.E. de Murici)	AL	Res. 005 de 05.06.84	-	-
A.R.I.E. Cocorobó (7002)	BA	Res. 005 de 05.06.84	7.500,00*	Caatinga
A.R.I.E. Vale dos Dinossauros (7005)	PB	Res. 017 de 18.12.84	-	Caatinga
NORTE				
A.R.I.E. Javari Buriti (7009)	AM	91.886 de 05.11.85	15.000,00*	Amazônia
A.R.I.E. Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (7008)	AM	91.884 de 05.11.85	30.085,00*	Amazônia
A.R.I.E. Seringal Nova Esperança (7019)	AC	s/n 20.08.99	2.576,47	Amazônia

RESERVAS EXTRATIVISTAS

Tabela fornecida pelo CNPT

NOME	ESTADO ONDE SE LOCALIZA	LEGISLAÇÃO	AREA EM HA	POPULAÇÃO ESTIMADA	PRINCIPAIS RECURSOS MANEJADOS	BIOMAS
------	-------------------------	------------	------------	--------------------	-------------------------------	--------

NORTE						
ALTO JURUÁ	AC	99.863 23.01.90	506.186,00	3.600	SERINGUEIRA	Amazônia
CHICO MENDES	AC	99.144 12.03.90	970.570,00	7.500	CASTANHA, COPAÍBA E SERINGUEIRA	Amazônia
RIO CAJARI	AP	99.145 12.03.90	481.650,00	3.800	CASTANHA, COPAÍBA, SERINGUEIRA E AÇAÍ	Amazônia
RIO OURO PRETO	RO	99.166 13.03.90	204.583,00	700	CASTANHA, SERINGUEIRA E COPAÍBA	Amazônia
LAGO DO CUNIÃ	RO	3.238 10.11.1999 3.449 10.05.2000	55.850,00			Amazônia
EXTREMO NORTE DO TOCANTINS**	TO	535 20.05.92	9.280,00*	800	BABAÇU, PESCADO E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA	Ecótonos Cerrado- Amazônia
TAPAJÓS ARAPIUNS	PA	s/n 06.11.98	647.610,74	16000	BORRACHA, PESCA E ÓLEOS E RESINAS	Amazônia
MÉDIO JURUÁ	AM	s/n 04.03.97	253.226,50	700	SERINGUEIRA E PESCA	Amazônia
ALTO TARAUCÁ	AC	s/n 08.11.00	151.199,64		SERINGUEIRA	Amazônia
BAIXO JURUÁ	AM	s/n 01.08.01	187.962,31			Amazônia
RIO CAUTÁRIO	RO	s/n 07.08.01	73.817,90			Amazônia
AUATÍ-PARANÁ	AM	s/n 07.08.01	146.950,82			Amazônia
BARREIRO DAS ANTAS	RO	s/n 07.08.01	107.234,25			Amazônia
SOURE	PA	s/n 22.11.01	15.343,00*			-
SUL						
PIRAJUBAÉ	SC	533 20.05.92	1.444,00	600	BERBIGÃO E PEIXES E CRUSTÁCEOS	-
NORDESTE						
CIRIÁCO*	MA	534 20.05.92	7.050,00	1.150	BABAÇU E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA	Cerrado
MATA GRANDE**	MA	532 20.05.92	10.450,00*	500	BABAÇU, PESCADO E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA	Cerrado
QUILOMBO DO FREXAL	MA	536 20.05.92	9.542,00*	900	BABAÇU, PESCADO E AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA	Amazônia
BAÍA DE IGUAPE	BA	s/n 11.08.00	8.117,53	3.612	PESCA ESTUARINA	Costeiro
MARINHA DO CORUMBAU	BA	s/n 21.09.00	89.500,00	828	CAMARÃO PESCA OCEÂNICA E FORMAÇÃO DE CORAIS	Costeiro
MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA	MA	s/n 16.11.00	27.071,30			Costeiro

MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ	AL	s/n 27.09.01	10.203,90			Costeiro
SUDESTE						
ARRAIAL DO CABO	RJ	s/n 03.01.97	56.769,00*	600	PESCA	Mata Atlântica

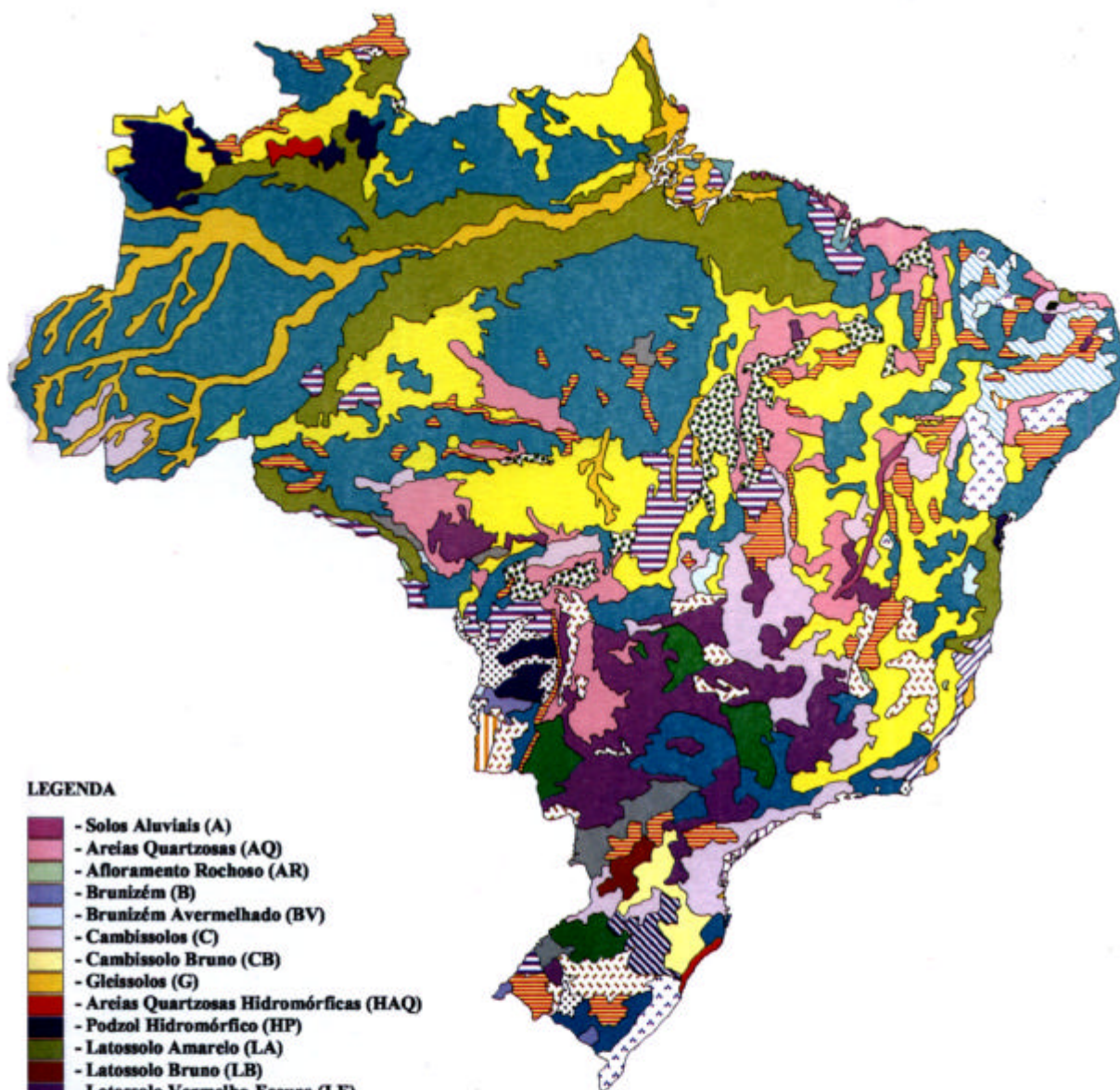
* Em transformação p/ Assentamento Agroextrativista
 ** Em processo de cancelamento pelo Congresso Nac.

FLORESTAS NACIONAIS

NOME	UF	LEGISLAÇÃO	ÁREA EM HA	BIOMAS
Região Sul				
Açungui	PR	Port. 559/68	728,28*	Mata Atlântica
Caçador	SC	Port. 560/68	710,44*	Mata Atlântica
Canela	RS	Port. 561/68	517,73*	Mata Atlântica
Chapecó	SC	Port. 560/68	1.606,63*	Mata Atlântica
Ibirama	SC	Dec. 95.818/88	570,58	Mata Atlântica
Irati	PR	Port 559/68	3.495,00*	Mata Atlântica
Passo Fundo	RS	Port. 561/68	1.328,00*	Mata Atlântica
São Francisco de Paula	RS	Port. 561/68	1.606,70*	Mata Atlântica
Três Barras	SC	Port. 560/68	4.458,50*	Mata Atlântica
Região Sudeste				
Capão Bonito	SP	Port. 558/68	4.344,33	Cerrado e Mata Atlântica
Ipanema	SP	Dec. 530/92	5.179,93	Mata Atlântica
Mário Xavier	RJ	Dec. 93.369/86	493,00	Mata Atlântica
Passa Quatro	MG	Port. 562/68	335,00*	Mata Atlântica
Rio Preto	ES	Dec. 98.845/90	2.830,63	Mata Atlântica
Ritópolis	MG	Dec. s/n 21.09.99	89,50	Cerrado
Lorena	SP	Port 246 18.07.01	249,31	Mata Atlântica
Paraopeba	MG	Port 248 18.07.01	200,00	Cerrado

Região Nordeste				
Araripe-Apodí	CE	Dec. 9.226/46	38.626,32*	Caatinga
Contendas do Sincorá	BA	Dec. s/n 21.09.99	11.034,30	Caatinga
Cristópolis	BA	Dec. s/n 18.05.01	11.952,70	Caatinga
Açu	RN	Port. 245 18.07.01	215,25	Mata Atlântica
Nisia Floresta	RN	Dec. s/n 27.09.01	174,95	Mata Atlântica
Sobral	CE	Port. 358 27.09.01	598,00	Caatinga
Região Norte				
Altamira	PA	Dec. 2.453/98	669.012,00	Amazônia
Amapá	AP	Dec. 97.630/89	412.000,00	Amazônia
Amazonas	AM	Dec. 97.546/89	1.573.100,00	Amazônia
Bom Futuro	RO	Dec. 96.188/88	280.000,00	Amazônia
Carajás	PA	Dec. 2.486/98	411.948,87	Amazônia
Caxluanã	PA	Dec. 239/61	200.000,00	Amazônia
Cubatê	AM	Dec. 99.105/90	416.532,17	Amazônia
Cuiari	AN	Dec. 99.109/90	109.518,55	Amazônia
Humaitá	AM	Dec. 2.485/98	468.790,00	Amazônia
Içana	AM	Dec. 99.110/90	200.561,47	Amazônia
Içana-Aiari	AM	Dec. 99.108/90	491.400,27	Amazônia
Itacaiunas	PA	Dec. 2.480/98	141.400,00	Amazônia
Itaituba I	PA	Dec. 2.481/98	220.034,20	Amazônia
Itaituba II	PA	Dec. 2.482/98	440.500,00	Amazônia
Jamari	RO	Dec. 90.224/84	215.000,00	Amazônia
Macauã	AC	Dec. 96.189/88	173.475,00	Amazônia
Mapiá-Itauini	AM	Dec. 98.051/89	311.000,00	Amazônia
Pari-Cachoeira I	AM	Dec. 98.440/89	18.000,00	Amazônia

Pari-Cachoeira II	AM	Dec. 98.440/89	654.000,00	Amazônia
Piraiçuara	AM	Dec. 99.111/90	631.436,66	Amazônia
Purus	AM	Dec. 96.190/88	256.000,00	Amazônia
Roraima	RR	Dec. 97.545/89	2.664.685,00	Amazônia
Saraçá-Taquera	PA	Dec. 98.704/89	429.600,00	Amazônia
Tapajós	PA	Dec. 73.684/74	600.000,00	Amazônia
Tapirapé-Aquiri	PA	Dec. 97.720/89	190.000,00	Amazônia
Taracú I	AM	Dec. 99.112/90	647.744,00	Amazônia
Taracú II	AM	Dec. 99.113/90	559.504,09	Amazônia
Tefé	AM	Dec. 97.629/89	1.020.000,00	Amazônia
Urucu	AM	Dec. 99.106/90	66.496,38	Amazônia
Xiê	AM	Dec. 99.107/90	407.935,81	Amazônia
Xingu	PA	Dec. 2.484/86	252.790,00	Amazônia
Mulata	PA	Dec. 01.08.01	212.751,18	Amazônia
Pau-Rosa	AM	Dec. 07.08.01	827.877,00	Amazônia
Santa Rosa do Purus	AC	Dec. 07.08.01	230.257,34	Amazônia
São Francisco	AC	Dec. 07.08.01	21.600,00	Amazônia
Região Centro-Oeste				
Brasília	DF	Dec. s/n de 10.06.1999	3.353,18	Cerrado
Silvânia	GO	Port. 247 18.07.01	466,55	Cerrado



LEGENDA

- Solos Aluviais (A)
- Arcias Quartzosas (AQ)
- Afloramento Rochoso (AR)
- Brunizém (B)
- Brunizém Avermelhado (BV)
- Cambissolos (C)
- Cambissolo Bruno (CB)
- Gleissolos (G)
- Arcias Quartzosas Hidromórficas (HAQ)
- Podzol Hidromórfico (HP)
- Latossolo Amarelo (LA)
- Latossolo Bruno (LB)
- Latossolo Vermelho-Escuro (LE)
- Latossolo Roxo (LR)
- Latossolo Vermelho- Amarelo (LV)
- Bruno não Cálcico (NC)
- Podzol (P)
- Podzólico Amarelo (PA)
- Podzólico Vermelho-Escuro (PE)
- Planossolo (PL)
- Plintossolo Pétrico (PP)
- Planossolo Solódico (PS)
- Plintossolo (PT)
- Podzólico Vermelho-Amarelo (PV)
- Solos Litólicos (R)
- Regossolo (RE)
- Rendzina (RZ)
- Solonchak (SK)
- Solos Indiscriminados de Mangue (SM)
- Solonetz Solodizado (SS)
- Terra Bruna Estruturada (TB)
- Terra Roxa Estruturada (TR)
- Vertissolos (V)

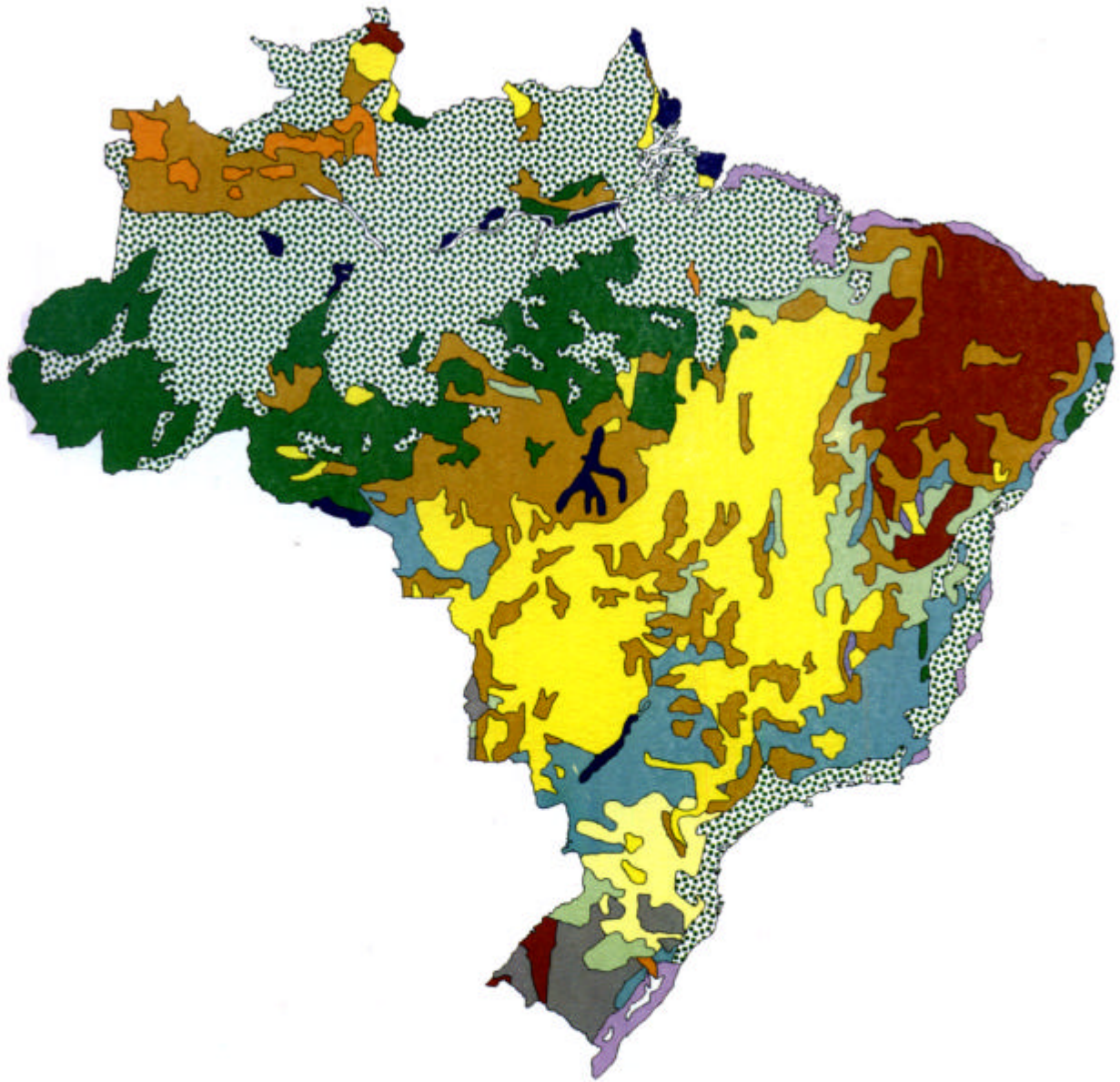
 IBAMA MMA	PLANO DE MANEJO - Contexto Federal -	
	MAPA DE SOLOS DO BRASIL	
GTZ	DATA:	ESCALA: 1: 25 000 000
DIREC/DEUC	Junho, 1997	 Projeção Polícônica
	Fonte: IBGE, 1992	



LEGENDA

- Amazônia
- Bahia
- Caatinga
- Campos Cerrados
- Floresta Pluvial Brasileira
- Guiana
- Madeira
- Pampas
- Planalto Brasileiro
- Serra do Mar

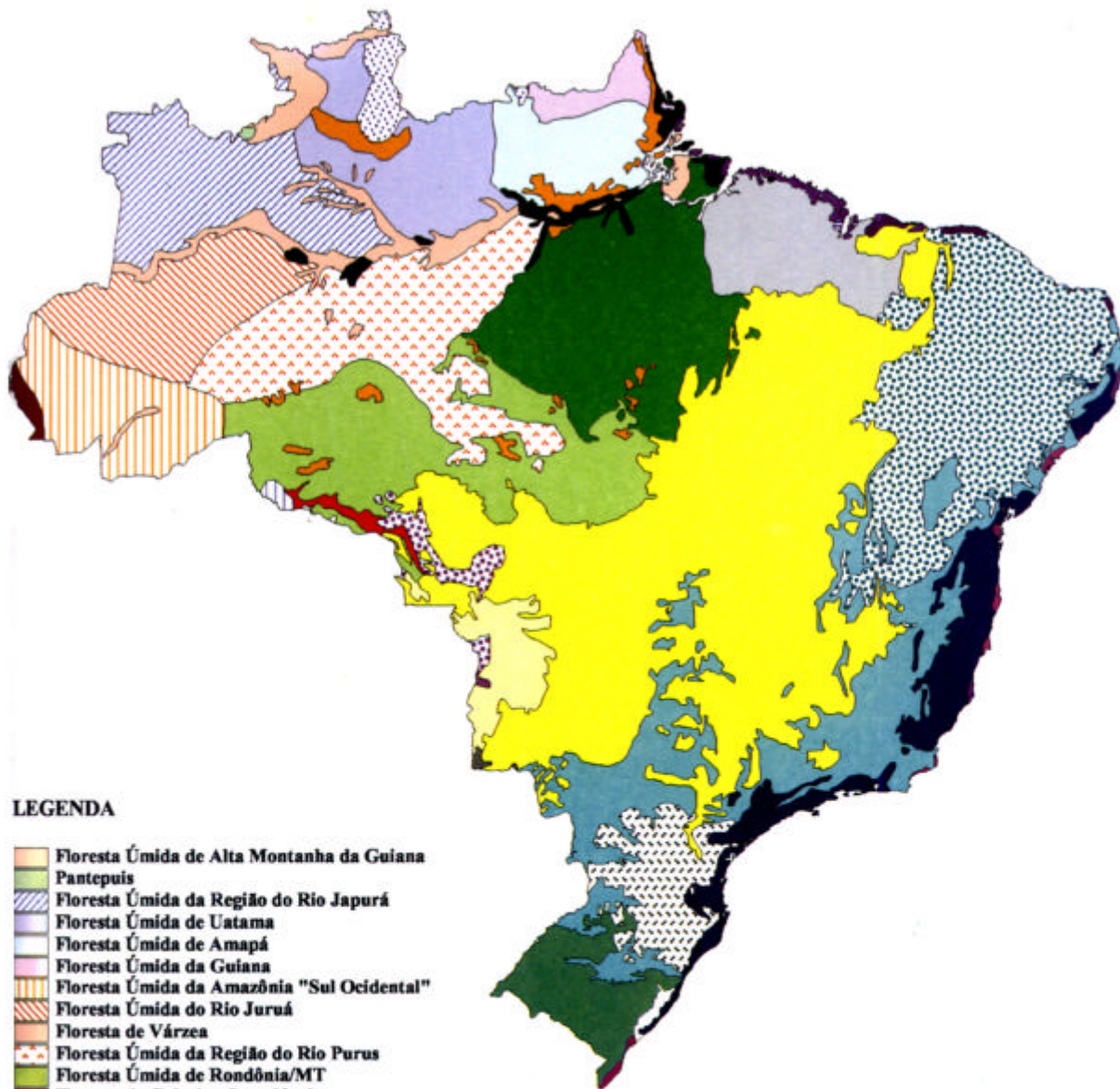
 IRAMA MMA	PLANO DE MANEJO - Contexto Federal -	
	PROVÍNCIAS BIOGEOGRÁFICAS DO BRASIL	
GTZ		
DIREC/DEUC	DATA: Junho, 1997	ESCALA: 1: 25 000 000  Projeção Policônica
	Fonte: Udrvardy, 1975	



LEGENDA

- Campinarana
- Corpos D'Água
- Estepe
- Floresta Estacional Decidual
- Floresta Estacional Semidecidual
- Floresta Ombrófila Aberta
- Floresta Ombrófila Densa
- Floresta Ombrófila Mista
- Form.Pioneiras Inf.Marinha/Fluviomarinha
- Form.Pioneiras Infl.Fluvial/Lacustre
- Refúgio Ecológico
- Savana
- Savana Estépica
- Área de Tensão Ecológica

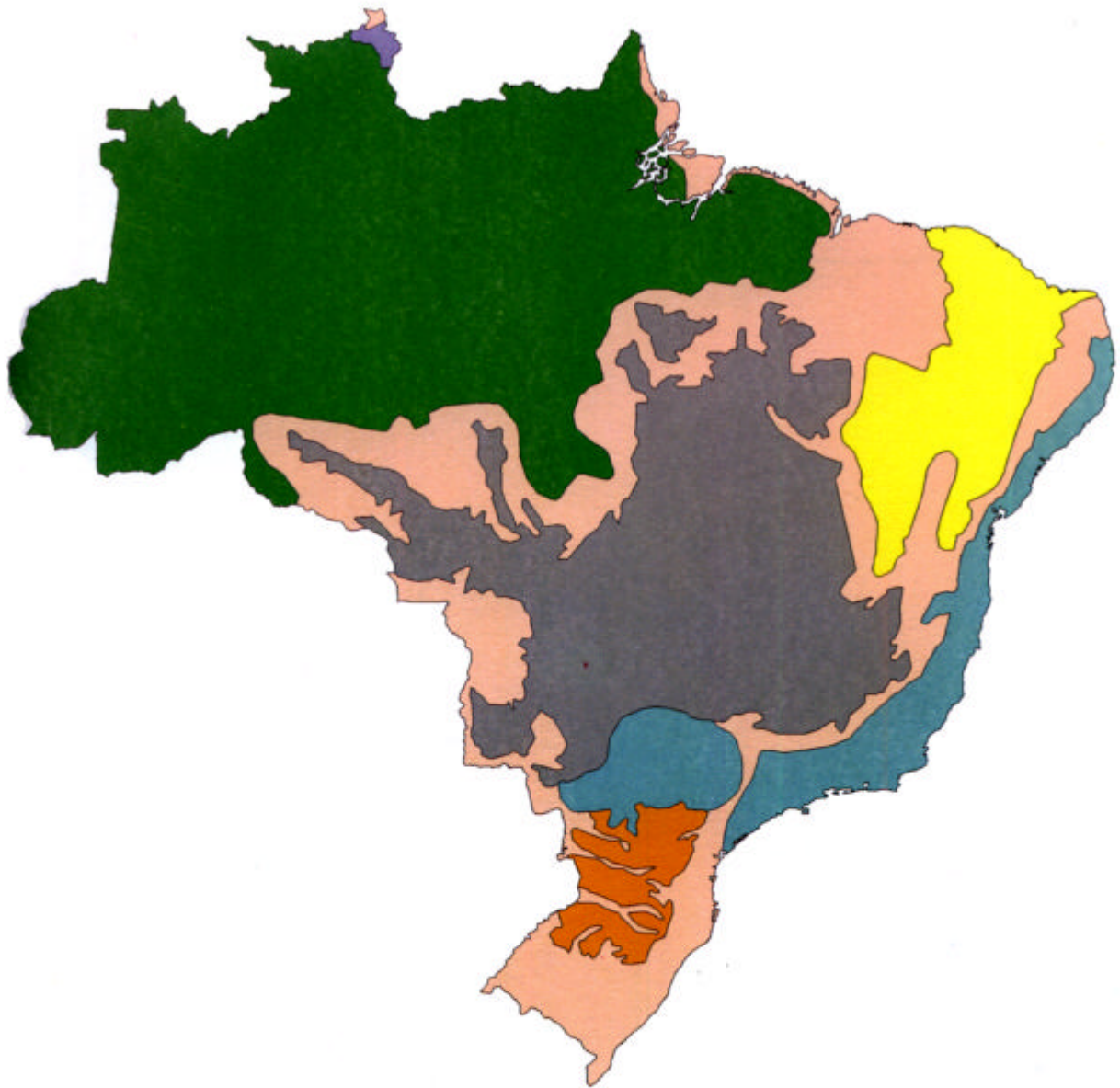
 IRAMA MMA	PLANO DE MANEJO	
	- Contexto Federal -	
GTZ	VEGETAÇÃO DO BRASIL	
DIREC/DEUC	DATA: Junho, 1997	ESCALA: 1: 25 000 000 Projeção Policônica
	Fonte: IBGE, 1984	



LEGENDA

- Floresta Úmida de Alta Montanha da Guiana
- Pantepuis
- Floresta Úmida da Região do Rio Japurá
- Floresta Úmida de Uatama
- Floresta Úmida de Amapá
- Floresta Úmida da Guiana
- Floresta Úmida da Amazônia "Sul Ocidental"
- Floresta Úmida do Rio Jurúá
- Floresta de Várzea
- Floresta Úmida da Região do Rio Purus
- Floresta Úmida de Rondônia/MT
- Floresta de Galeria e Inundável
- Floresta Úmida da Região do Rio Tapajós
- Floresta Úmida do Rio Tocantins
- Mata Atlântica da Costa Brasileira
- Mata Atlântica do Interior Brasileiro
- Floresta Seca de Terras Baixas
- Mata Araucária
- Savana da Guiana
- Savana da Amazônia
- Savana do Beni
- Cerrado
- Savana de Chaco
- Chaco Úmido
- Savana do Uruguai
- Pastagem Inundável da Amazônia Ocidental
- Pastagem Inundável da Amazônia Oriental
- Pastagem Inundável de São Luís
- Pantanal
- Caatinga
- Restingas do Nordeste
- Restingas da Costa Atlântica
- Mangue

 IPAMA MMA	PLANO DE MANEJO - Contexto Federal -	
	ECO-REGIÕES DO BRASIL	
GTZ	DATA:	ESCALA: 1: 25 000 000
DIREC/DEUC	Junho, 1997	 Projeção Polilobada
	Fonte: Eco-Regiões Segundo DENNERSTEIN et al. (1995)	



LEGENDA

- Domínio Equatorial Amazônico
- Domínio Roraima-Guianense
- Domínio Tropical Atlântico
- Domínio das Caatingas
- Domínio dos Cerrados
- Domínio dos Desertos Costeiros Pacíficos
- Domínio dos Planaltos de Araucária

 IBAMA MMA	PLANO DE MANEJO - Contexto Federal -	
	DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS E FITOGEOGRÁFICOS DO BRASIL	
GTZ	DATA:	ESCALA: 1: 25 000 000
DIREC/DEUC	Junho, 1997	 0 100 200 Km Projeção Polárctica
	Fonte: Ab'saber, 1980	



LEGENDA

- Província Amazônica
- Província Atlântica
- Província Central

 MMA	PLANO DE MANEJO - Contexto Federal -	
	DIVISÃO FITOGEOGRÁFICA	
GTZ		
DIREC/DEUC	DATA: Junho, 1997	ESCALA: 1: 25 000 000  Projeção Policialica
	Fonte: Ritzner, 1963	



LEGENDA

- 1 Agrupamento
- 2 Bacia Amazônica
- 3 Bacia Paraguai
- 4 Bacia Paraná
- 5 Bacia São Francisco
- 6 Bacia Tocantins
- 7 Bacia Uruguai

 IBAMA MMA	PLANO DE MANEJO - Contexto Federal -	
	BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL	
GTZ		
DIREC/DEUC	DATA: Junho, 1997	ESCALA: 1:25 000 000 Projeção Policialca
	Fonte: IBGE, 1995	

Encarte 3

CONTEXTO

ESTADUAL

3. ENCARTE: CONTEXTO ESTADUAL

BAHIA - setembro de 1998

A idéia central desse encarte⁽¹⁾ é fornecer informações sobre o Estado em que a Unidade de Conservação está inserida, propiciando uma melhor leitura da sua realidade e um vislumbre de alternativas, para maior proteção e integração da Unidade no contexto estadual.

As bases de dados utilizadas foram as mais recentes publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, particularmente o Censo Demográfico de 1991, atualizado por meio da Contagem da População de 1996, e os dados dos censos agropecuário e industrial divulgados pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, uma vez que o Censo do IBGE de 1995/1996 não havia sido concluído até o momento da elaboração deste documento. As informações sobre as unidades de conservação e as organizações governamentais e não governamentais existentes em nível estadual foram colhidas junto às Superintendências Estaduais do IBAMA e em bancos de dados via INTERNET.

Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia

À medida que se organiza socialmente, o homem estrutura o espaço em que vive em diferentes arranjos e níveis de organização, instituídos legalmente ou estabelecidos para fins de análise e divulgação do conhecimento sobre determinada extensão territorial. Os diferentes modelos de divisão do território nacional refletem esses arranjos e níveis⁽²⁾.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em função de sua atribuição de viabilizar a agregação e divulgação de dados estatísticos, estabeleceu a divisão do território nacional em espaços macrorregionais institucionalizados na década de 70, definindo as regiões: Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

A Bahia insere-se na Região Nordeste, com uma área total de 567.295,3 km², o que equivale a 6,64% do território brasileiro e 36,34% da Região Nordeste.

A Bahia possui 415 municípios distribuídos em 32 microrregiões geográficas, que são reunidas em cinco mesorregiões geográficas, conforme listado no Quadro 1.

Quadro 1. Mesorregiões e Microrregiões Geográficas do Estado da Bahia.

Mesorregião	Microrregião
1. Extremo Oeste Baiano	Barreiras
	Cotegipe
	Santa Maria da Vitória
2. Vale Sanfranciscano da Bahia	Juazeiro
	Paulo Afonso
	Barra
	Bom Jesus da Lapa
3. Centro-Oeste Baiano	Senhor do Bonfim
	Irecê
	Jacobina
	Itaberaba
	Feira de Santana

4. Nordeste Baiano	Jeremoabo
	Euclides da Cunha
	Ribeira do Pombal
	Serrinha
	Alagoinhas
	Entre Rios
5. Metropolitana de Salvador	Catu
	Santo Antônio de Jesus
	Salvador
6. Centro Sul Baiano	Boquira
	Seabra
	Jequié
	Livramento de Brumado
	Guanambi
	Brumado
	Vitória da Conquista
	Itapetinga
7.Sul Baiano	Valença
	Ilhéus-Itabuna
	Porto Seguro

Fonte: IBGE, 1996. Op. cit.

A Bahia, em 1996, era o quarto estado brasileiro mais populoso, precedido apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em quinto e sexto lugares vinham Rio Grande do Sul e Paraná. Esses seis estados concentravam, em conjunto, 60,71% do total da população brasileira. A população baiana dobrou, em termos absolutos, no período compreendido entre 1960 e 1996, conforme se depreende dos dados apresentados na Figura 1.

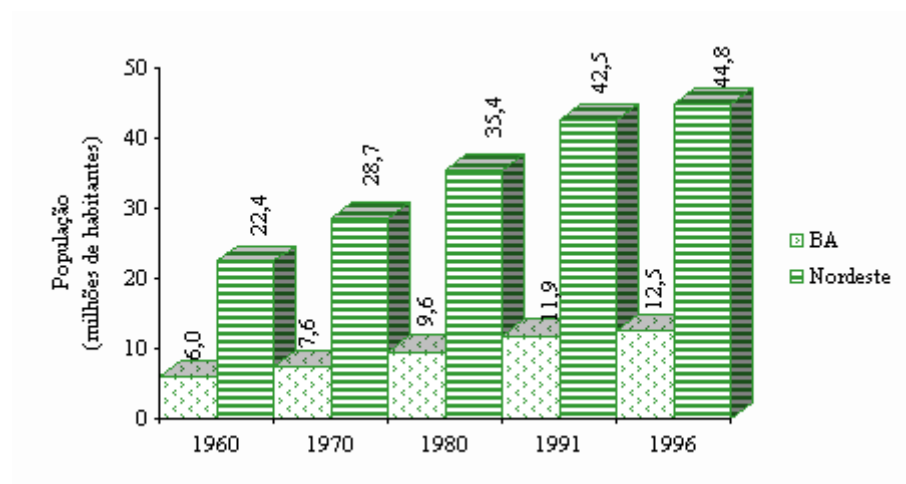


Figura 1. População do Estado da Bahia no período entre 1960 e 1996⁽³⁾.

Atualmente se verifica uma concentração da população nas zonas urbanas do Estado, perfazendo 62% do total⁽⁴⁾ (Figura 2).

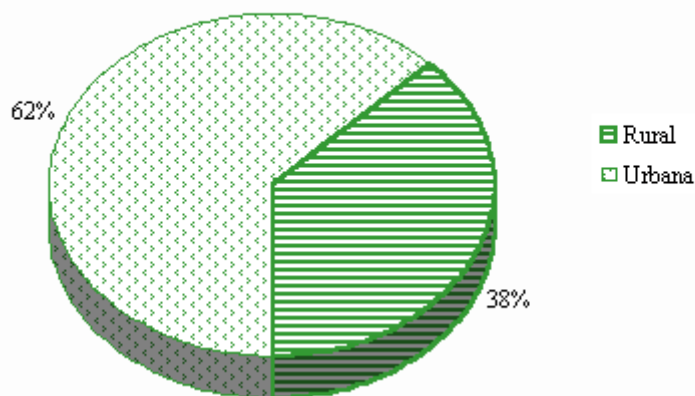


Figura 2. Distribuição da População Baiana por Unidade Domiciliar.

Uso e Ocupação do Solo

O Estado da Bahia é atualmente a 6ª economia brasileira e vem mostrando mais altos índices de crescimento que os outros estados nos últimos 25 anos. No mesmo período, impulsionado pelo setor industrial, a economia baiana tem crescido mais rápido que a economia brasileira. As taxas de crescimento da indústria de transformação baiana foram maiores que as do restante do país: no período de 1980 a 1995 este setor cresceu 55,0% (2,8% a.a.), enquanto a indústria nacional cresceu somente 12,0% (0,6% a.a).

É importante destacar que, de 1980 a 1992, a economia brasileira sofreu as conseqüências das altas taxas de juros e inflacionárias, dos déficits da balança comercial e a desconfiança do mercado internacional. Estes fatores desaceleraram o desenvolvimento industrial nacional, fato que não inviabilizou o crescimento da indústria baiana. O Pólo de Camaçari foi um dos grandes responsáveis por esse desempenho.

Durante as últimas décadas em relação as atividades industriais, a composição do Produto Interno Bruto(PIB), experimentou um aumento de 13,4% para 35,0%, ao passo que a agricultura caiu de 21,2% para 14,0% e as atividades varejistas, as quais formavam 65,4% do PIB em 1970 caiu para cerca de 51,0%.

De acordo com as previsões do governo baiano⁽⁵⁾, até o ano 2.000 o PIB estadual alcançará a cifra dos US\$ 43,0 bilhões, representando uma expansão anual média de 5,0%.

Em relação à expansão da indústria de transformação e a possibilidade de incremento de novos setores na metalurgia por meio da mineração, a Bahia está experimentando uma rápida expansão do setor de turismo, abertura de novas fronteiras agrícolas e instalação de modernos complexos de 'agrobusiness' que centralizam investimentos na produção de grãos e em projetos de irrigação.

As atividades desenvolvimentistas mais diretamente relacionadas com a perda da biodiversidade dizem respeito fundamentalmente àquelas vinculadas ao meio rural, onde a vegetação nativa (nichos e habitats para a fauna autóctone) é substituída por culturas comerciais e de subsistência. A despeito das dificuldades intempéricas, o Estado da Bahia vem consolidando uma política agrícola que não destoa do restante do país.

Destacam-se entre as atividades consideradas de alto impacto ambiental (MMA, 1995⁽⁶⁾):

- fábrica de celulose - efluentes gerados ameaçam os recursos hídricos e a população;

- exploração de petróleo e gás natural - possibilidade de vazamentos em todas as etapas do processo;
- silvicultura com espécies exóticas - substituição dos ecossistemas naturais, com desaparecimento destes e empobrecimento/degradação dos solos;
- pólo petroquímico - alta periculosidade dos efluentes gerados, somado á ainda precária estrutura de monitoramento e controle;
- derramamento de óleo e outras cargas perigosas por navios - poluição das baías e enseadas;
- indústrias variadas - poluição causada por efluentes, em função do precário monitoramento e controle ambiental;
- turismo intensivo - degradação das paisagens e desorganização da economia local;
- exploração e desmatamento ilegal das madeiras nobres da Mata Atlântica - extinção de espécies e ecossistemas.

Na zona costeira predominam as atividades extrativistas: coco, pesca artesanal, pesca industrial, fruticultura, silvicultura, pimenta-do-reino, feijão, milho, arroz, laranja, maracujá, banana, cacau; indústrias extrativistas mineiras: petróleo, gás, argila, turfa e outros.

As figuras 3, e 4 mostram a área plantada e as quantidades produzidas das principais culturas temporárias e permanentes do Estado da Bahia no ano de 1993. Considerando área plantada o feijão, o cacau e o milho sobressaem-se com cerca de 52,7% do total de produtos cultivados no Estado (Figura 3). Observe-se o avanço da soja sobre as culturas tidas como tradicionais na Bahia: o cacau, cultura permanente típica do Sul da Bahia, e o feijão mais disseminado pelo Estado.

A soja vem avançando nas regiões de planalto do Estado, assim como o café que, apesar de não aparecer significativamente nas estatísticas oficiais, tem-se expandido na região de Barreiras, com o uso intensivo de pivôs de irrigação.

Em termos quantitativos mais de 60,0% do total produzido é representado por três produtos principais: cana-de-açúcar, mandioca e laranja (mil frutos) (Figura 4). O segundo produto por ser uma importante cultura de subsistência no Nordeste Brasileiro.

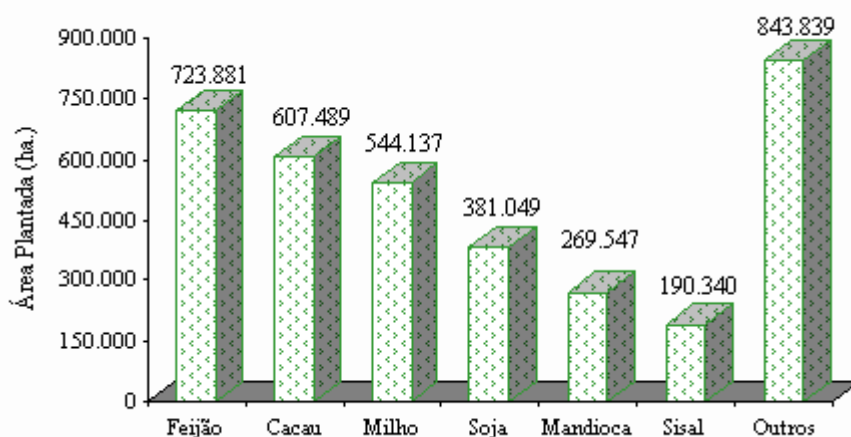


Figura 3. Área Plantada das Principais Culturas Temporárias e Permanentes do Estado da Bahia (1994).

A Bahia é o maior produtor de feijão em termos de área plantada, seguida do Ceará e Paraná.

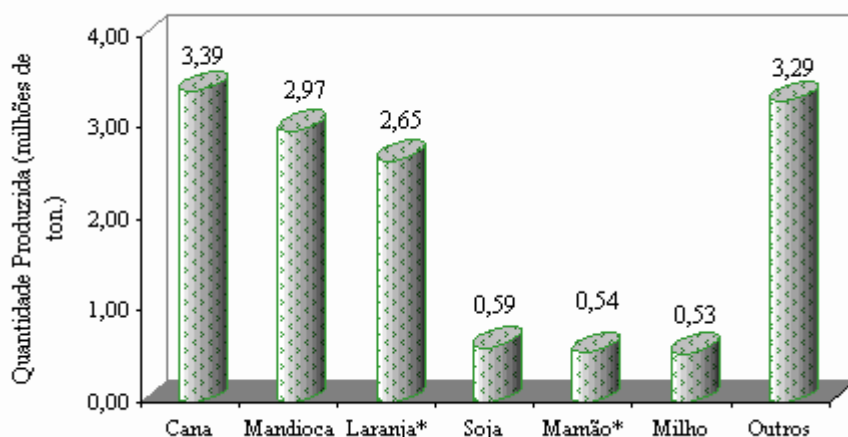


Figura 4. Quantidade Produzida dos Principais Produtos de Culturas Temporárias e Permanentes do Estado da Bahia (1994).

Quanto ao efetivo animal, o rebanho bovino é o mais expressivo em termos quantitativos, seguido do rebanho de suínos. A mesorregião do Sudoeste Baiano responde pelo maior número de cabeças de gado bovino, nesta os municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga e Angé sobressaem-se.

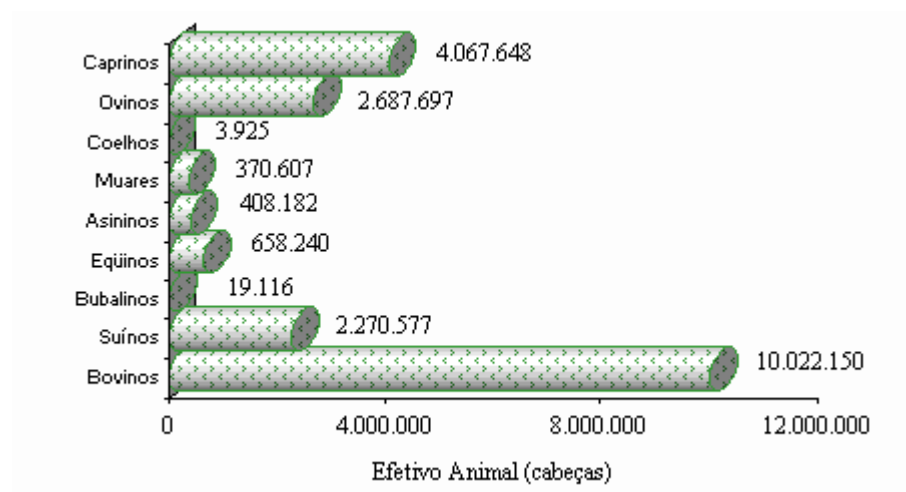


Figura 5. Efetivo Animal do Estado da Bahia (1994).

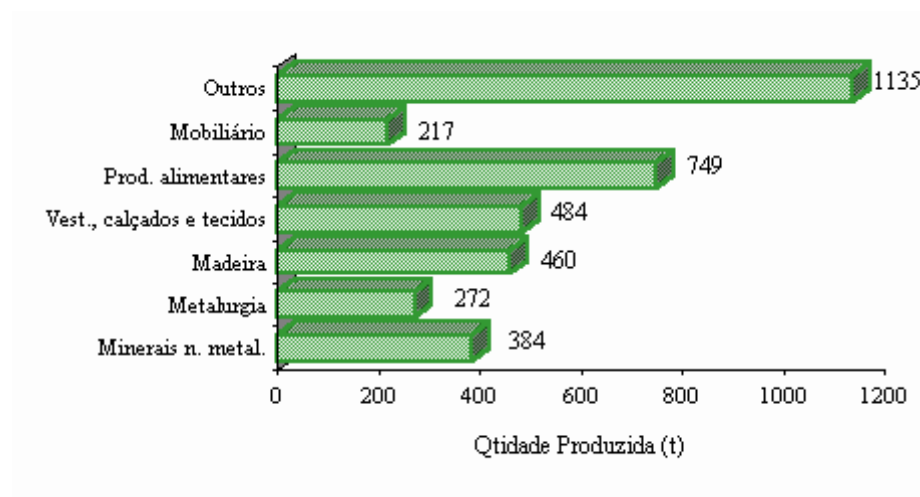


Figura 6. Número de Estabelecimentos Segundo os Gêneros de Atividade (1994).

Lista das Unidades de Conservação Existentes no Estado

O Quadro 2 apresenta as unidades de conservação inseridas no Estado da Bahia.

Quadro 2. Relação das Unidades de Conservação no Estado da Bahia.

Nome da UC	Município de Abrangência	Área (ha.)	Formações Vegetais	Atividades Desenvolvidas			
				EA	UP	PQ	FZ
APA Bacia do Rio de Janeiro**	Barreiras	26.341	Cerrado com várzeas e buritis.		x		
APA Bacia Hidrográfica Joanes I**	Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas	5.022	Remanescentes de Mata Atlântica		x		
APA Cachoeira Pancada Grande**	Ituberá	50	Remanescente de Mata Atlântica		x		
APA Candengo**	Valença	7.000	Remanescente de Mata Atlântica		x		
APA Caraiva/Trancoso**	Porto Seguro	31.900	Remanescente de Mata Atlântica		x		
APA Coroa Vermelha**	Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Eunápolis	4.100	Restinga e Mata Atlântica		x		
APA Costa de Itacaré/S. Grande **	Ubaitaba/Itacaré	14.925	Mata Atlântica e Restinga		x		
APA do Santo Antônio**	Santa Cruz de Cabrália e Belmonte	23.000	nd		x		
APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho**	Morro do chapéu, São Gabriel e João Dourado	11.900	Cerradão, Cerrado e Mata de Galeria		x		
APA Guaibim**	Valença	2.000	Mata Atlântica				
APA Lagoa Encantada**	Ilhéus	1.800	Remanescente de Mata Atlântica	x	x		
APA Lagoa Guarajuba**	Camaçari	230	Restinga de porte arbóreo, arbustivo e herbáceo		x		
APA Lagoas e Dunas do Abaeté **	Salvador	1.800	Veg. Dunas Arbustiva e Herbácea	x	x	x	x
APA Litoral Norte**	Jandaíra, Esplanada entre Rios e Mata de São João	142.000	Mata Atlântica e Restinga		x		
APA Mangue Seco**	Jandaíra	3.395	Restinga, Manguezal e Coqueiral		x		

APA Marimbus/Iraquara**	Lençóis, Seabra, Iraquara, Palmeiras	102.000	Caatinga, Cerrado, Remanescente de Mata Atlântica		x		
APA Ponta da Baleia/Abrolhos**	Caravelas/Alcobaça	34.600	Remanescente de Mata Atlântica e Restinga		x		
APA Rio Capivara**	Camaçari, Perímetro. de Salvador	1.800	Áreas de Várzeas, Restinga e Coqueiral		x		
APA Serra do Barbado**	Abaíra, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires e Érico Cardoso	63.652	Cerrado, Cerradão, destacando-se as Matas de Galerias		x		
APA Tinharé/Boipeba**	Cairú	43.300	Remanescentes primários de Mata Atlântica, Restinga e Manguezais		x		
APA Vale das Cascatas**	Pau-Brasil	5.880	nd		x		
Área de Preservação Ambiental Cinturão Verde do COPEC**	Camaçari	2.707	Remanescente de Mata Atlântica, Pinus, Eucalyptus	x	x		
ARIE Corobobó***	Euclides da Cunha	7.500	Mata Atlântica		x		
E.E. Estadual Wenceslau Guimarães**	Wenceslau Guimarães	1.939					
E.E. Ilha do Medo**	Itaparica	1,2	Restinga e Remanescente de Mata Atlântica	x	x		
E.E. Pau Brasil**	Eunápolis, Porto Seguro	1.145	Mata Atlântica	x	x	x	x
E.E. Raso Da Catarina**	Paulo Afonso	99.772	Caatinga	x		x	x
Parque da Cidade Joventino Silva*	Salvador	70	Remanescentes de Mata Atlântica e Restinga Arbórea		x		x
Parque Dunas de Abrantes*	Camaçari	700	Costeira, De Dunas		x		x
Parque Ecológico Municipal de Vilas do Atlântico*	Lauro de Freitas	1.730	Vegetação de Dunas, Remanescentes de Mata Atlântica		x		x
Parque Estadual Morro do Chapéu**	Morro do chapéu	6.000	Mata de Galeria Caatinga, Cerrado		x		
Parque Estadual Serra do Conduru **	Uruçuca e Ilhéus	7.000	nd				
Parque Floresta e R. Ecológica Itaparica**	Mar Grande e Vera Cruz	3.724	Remanescente de Mata Atlântica		x		

Parque Garcia D'Ávila**	Mata de São João e Camaçari	7.000	Manguezal, Restinga e Remanescente de Mata Atlântica		x		x
Parque Ilha dos Frades*	Salvador	380	Restinga, Arbustiva e Herbácea e Remanescente de Mata Atlântica		x		
Parque Lagoa e Dunas do Abaeté*	Salvador	1.410	Restinga e Dunas	x	x	x	x
Parque Marinho de Abrolhos***	Caravelas	91.235	Herbácea, de Gramíneas e Ciperáceas	x	x	x	x
Parque Metropolitano de Pirajá *	Salvador	1.550	Remanescente de Mata Atlântica				
Parque Metropolitano de Pituacu*	Salvador	430	Remanescentes de Mata Atlântica	x	x		x
Parque Municipal São Bartolomeu*	Salvador	75	Remanescente de Mata Atlântica	x	x	x	x
Parque Nacional da Chapada Diamantina***	Lençóis, Andaraí, Palmeiras, Mucugê e Ibicoara	152.000	Cerrado, Caatinga, Remanescentes de Mata Atlântica	x	x	x	x
Parque Nacional Monte Pascoal ***	Porto seguro	22.500	Mata Atlântica Manguezais, Restinga	x	x	x	x
Parque Zoobotânico G. Vargas*	Salvador	18	Remanescente de Mata Atlântica		x	x	
Reserva Biológica do Una***	Una	11.400	Mata Atlântica	x		x	x
Reserva Cotegipe/CIA**	Salvador, Simões Filho	118	Mata Atlântica Secundária do tipo Hidrófila Costeira, Arbustiva e Herbácea		x		
Reserva Maracás*	Maracás	10	Caatinga e Remanescente de Mata Atlântica		x		
Reserva Sapiroanga	Mata de São João	INDET.	Restinga Arbórea Remanescente de Mata Atlântica		x		x
Reserva Wenceslau Guimarães *	Wenceslau Guimarães	1.200	Remanescente de Mata Atlântica		x		
RPPN Boa Vista***	Malhada	2.000	Caatinga		x		
RPPN Boa Vista***	Malhada	1.500	Caatinga		x		
RPPN Boa Vista***	Malhada	1.700	Caatinga		x		
RPPN Faz. Flor de Liz***	Ribeira do Pombal	5	Mata Atlântica		x		
RPPN Faz. Forte***	Malhada	1.500	Caatinga		x		
RPPN Faz. Forte***	Malhada	1.800	Caatinga		x		
RPPN Faz. Itacira***	Itapebi	100	Caatinga		x		

RPPN Faz. Kaybi***	Ubaíra	5	Mata Atlântica		x		
RPPN Fazenda Avaí***	Caravelas	469	Remanescente de Mata Atlântica		x		
RPPN Fazenda Coqueiros ***	Simões filho	87	Remanescente de Mata Atlântica		x		
RPPN Fazenda Itacira***	Itapebi	100	Remanescente de Mata Atlântica		x		
RPPN Fazenda Morrinhos***	Queimadas	726	Caatinga		x		
RPPN Fazenda Pé de Serra***	Ibotirama	1.259	Caatinga		x		
RPPN Lagoa das Campinas***	Palmas de Monte Alto	1.000	Caatinga		x		
RPPN Lontra/Saudade***	Entre Rios	1.377	Mata Atlântica		x		
RPPN Pindorama***	Itabela	47	Mata Atlântica		x		
RPPN Retiro***	Malhada	3.000	Caatinga		x		
RPPN Salto do Apepique***	Ilhéus	118	Mata Atlântica		x		
RPPN São João***	Ilhéus	25	Mata Atlântica		x		
RPPN Serra do Teimoso***	Jussari	200	Mata Atlântica		x		

APA = Área de Proteção Ambiental; RPPN = Reserva Particular do Patrimônio Natural; EA = educação ambiental; UP = uso público; PQ = pesquisa; FZ = fiscalização; (*) Unidades de Conservação Municipais; (**) Unidades de Conservação Estaduais; (***) Unidades de Conservação Federais.

O quadro 3 apresenta as Terras Indígenas, a área total, a população indígena, a situação de demarcação e os municípios abrangidos do Estado da Bahia.

Quadro 3. Terras Indígenas do Estado da Bahia

Terra Indígena	Área Total	População Indígena	Demarcada		Municípios Abrangidos
			Sim	Não	
	(ha)				
Águas Belas	1200	86		x	Prado
Barra	38	32	x		Barra
Barra Velha	8627	1082	x		Porto Seguro
Brejo dos Burgos	17700	793		x	Glória
Caramaru – Paraguaçu	36000	1449		x	Itabuna, Itajú do Colônia e Pau Brasil
Coroa Vermelha	1450	620		x	Santa Cruz Cabrália
Fazenda Bahiana ou Nova Vida	308	nd	x		Camamu
Ibotirama (Faz. Morrinhos)	2020	332	x		Ibotirama
Imbiriba	398	120	x		Porto Seguro

Kantarure da Bahia	nd	nd		x	Glória
Kiriri	12300	1526	x		Ribira do Pombal e Banzae
Massacará	8020	1200	x		Euclides da Cunha
Mata Medonha	550	155	x		Santa Cruz Cabralia
Nova Rodelas	4032	708	x		Rodelas
Pankararé	29297	1400	x		Glória
Rodelas (Área Urbana)	104	450	x		Rodelas
Vargem Alegre	981	130	x		Bom Jesus da Lapa

ND = Não Disponível

Órgãos Estaduais

Nos quadros 4 e 5 são apresentadas listas de órgãos estaduais governamentais e não-governamentais do Estado da Bahia, relacionados ou não com a área ambiental. Nestes, são identificadas a área de atuação e possíveis interrelações com a Unidade de Conservação.

Quadro 4. Lista de Organizações Governamentais do Estado da Bahia.

Nome	Endereço	Contato	Área de atuação
Assembléia Legislativa da Bahia	Av. Luiz Viana Filho, s/n - Centro Administrativo da Bahia Assembléia Legislativa - Prédio Anexo Sala 120 - Salvador CEP 41.745-000	Tel: (071) 370-7140 Fax: 371-0883 Telefax: 371-7890 - Gabinete Deputados: Paulo Jackson, João Henrique Carneiro, Edson Duarte	fiscalização, projetos com comunidades e lobby ambiental.
Câmara Municipal de Salvador	Praça Municipal, s/n, Centro Anexo IB-Matos, Gab.03 Salvador CEP 40.020-010	Telefax: (071)321-3535 Vereadores: Zezeu Ribeiro, Luis Bassuma, Zilton Rocha, Daniel Almeida	fiscalização, proj. com comunidades e lobby ambiental.
Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – CEPED	Rodovia BA-512, Km 0 Camaçari CEP 42.800-000	Tel: (071) 832-1111 Fax: (071) 832-2095 Telex: (071) 0146	monitoramento, pesquisa e conservação ambiental, projetos com comunidades.

Centro de Recursos Ambientais - CRA	Rua Rio São Francisco, 01 - Monte Serrat CP 6.653 Salvador CEP 40.425-060	Tel: (071) 312-7191 Fax: (071) 312-7198 Telex: (071) 0182	monitoramento, fiscalização, conservação e educação ambiental.
Conselho Municipal do Meio Ambiente	Sala da Câmara de Vereadores Morro do Chapéu CEP 46.900-000	ND	Monitoramento e educação ambiental.
Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM	Rua Rio São Francisco, 01 - Monte Serrat Salvador - CEP 40425-060	Tel: (071) 312-7191 Fax: 312-7198 - Telex: (071) 0182	Licenciamento ambiental, fiscalização.
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Salvador	Praça Municipal, s/n - Centro Câmara Municipal de Salvador Anexo IB - Matos Gab.03 Salvador CEP 40.020-010	Vereador Javier Alfaya Telefax: (071) 321-3535	fiscalização e lobby ambiental.
Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa	Av. Luiz Viana Filho, s/n - Centro Administrativo da Bahia Assembléia Legislativa - Prédio Anexo - Sala 120 Salvador CEP 41.745-000	Tel: (071) 370-7140 Fax: 371-0883 Telefax: 371-7890 - Gabinete	fiscalização, proj. com comunidades e lobby ambiental.
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Rua do Horto, 931 - Tremembé S.Paulo CEP 02377-000	Tel: (011) 952 85 55 - Ramal 244 Fax: (011) 204 80 67 -Ramal 304	fiscalização, educação ambiental, lobby ambiental, administração de recursos naturais e monitoramento.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA /Centro nacioNal de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical – CNPMF	Rua Embrapa, s/n Cruz das Almas CEP 44.380-000	Tel: (075) 721 2120	pesquisa ambiental.
IBAMA – Superintendência Estadual da Bahia	Av. Juracy Magalhães Jr., 608, Rio Vermelho Salvador CEP 41.940-060	Tel: (071) 240-7322 Fax: (071) 240-7913 Telex: (071)1677	monitoramento, fiscalização, conservação, educação e pesquisa ambiental, projetos com comunidades e administração de recursos naturais.
Instituto de Geociências	Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus Universitário de Ondina Salvador CEP 40.170-290	Tel: 247-2566 Fax: 247-2486	pesquisa.
Prefeitura Municipal de Una	Rua Professor Jozafá Sucupira - Una	Tel: (073) 236 20 21	Fiscalização, educação ambiental, proj. com comunidades.
Procuradoria da República da Bahia	Av. Sete de Setembro, 2365, Corredor da Vitória Salvador CEP 40.080-002	Tel: 359-8469/8724 Fax: 336-5576/5687	fiscalização, trabalho com a comunidade e monitoramento ambiental.
Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia	Av. Governador Luiz Viana Filho, 250, 2ª avenida - Centro Administrativo da Bahia Salvador CEP 41.745-400	Tel: (071) 371-0952/0953 Fax: (071) 371-3206 Telex: (071) 7105	administração de recursos naturais, proj. com comunidades, pesquisa.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMEA	Av. Sete de Setembro, 89 Edifício Oxumaré, 7º andar - Ladeira de São Bento CEP 40.020-190 - Salvador	Tel: (071) 243-0766 Fax: (071) 243-0205	conservação, fiscalização, educação ambiental, monitoramento e administração de recursos naturais

Universidade Católica do Salvador – UCSAL	Praça 2 de Julho, nº 7 - Campo Grande Salvador CEP 40.080-121	Tel: 336-5244 Fax: 336-0853	pesquisa, educação ambiental e ecoturismo.
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS	Km 3 BR 116 - Campus Universitário de Feira de Santana CEP 44.100-000	Tel: (075) 224-1521 Fax: (075) 244-1926 Telex: (075) 2403	pesquisa, ecoturismo, educação ambiental e projeto com comunidades.
Universidade Estadual da Bahia - UNEB	Estrada das Barreiras, s/n, Cabula Salvador CEP 41.195-001	Tel: 387-5000 Fax: 387-5019	pesquisa, ecoturismo e educação ambiental.
Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC	Km 16 da Rodovia Ilhéus -Itabuna Ilhéus CEP 45 650- 000	Tel: (073) 231 26 71 Fax: (073) 212 21 95	pesquisa, educação ambiental, proj. com comunidades e monitoramento
Universidade Federal da Bahia - UFBA	Rua Augusto Viana, Bairro do Canela s/n CEP 40.110-060 - Salvador	Tel: 247-3511 Fax: 245-6909	pesquisa, monitoramento, projetos com comunidades e educação ambiental.

Quadro 5. Lista de Organizações Não-Governamentais do Estado da Bahia.

Nome	Endereço	Contato	Área de atuação
Aruaná para Recursos Ambientais e Artísticos	Condomínio João Figueiras, Bloco 07, Ap. 04 - Ponto de Parada Simões Filho CEP 43.700-000	Tel: (071) 243-3537	Educação ambiental, projetos com comunidades, ecoturismo e fiscalização ambiental.
Assembléia Permanente das Entidades Ambientais da Bahia - APEDEMA/BA	Caixa Postal 73 Irecê/BA CEP 44.900-000	Renato Tomazelli Telefax: (075) 654-1218	Fiscalização, projetos com comunidades

Associação Amigos da Natureza de Morro do Chapéu- AMAM	Rua Flaviano Guimaeães, s/n Morro do Chapéu CEP 44.850- 000	nd	Fiscalização, conservação, educação ambiental e ecoturismo.
Associação Bonfinense de Proteção ao Meio Ambiente – ABOPMA	Av. Dois de Julho, 35 Senhor do Bonfim CEP 48.970-000	Tel: (071) 841 4083 Fax: (071) 841 4084	Projetos com comunidades, educação ambiental, administração de recursos naturais e fiscalização ambiental
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/BA	Rua Metódio Coelho, nº. 104, Edifício. Liberal Center, Sala: 403 - Candial Salvador CEP 40.275-440	nd	Conservação ambiental e fiscalização.
Associação Cultural Cabralia Arte e Ecologia – ASCAE	Rua Nova, 36 - Centro Santa Cruz de Cabralia CEP 45.810-000	Ricardo Montagna Tel: (073)282-1242 / (071) 358-9235 Fax (073)282-1111	Fiscalização, pesquisa, conservação, projetos com comunidades, educação ambiental, ecoturismo, administração de recursos naturais, lobby ambiental.
Associação de Desenvolvimento Rural Integrado – ADERI	SOS Rio Corrente Rua Almirante Antônio Barbosa, 53 Santa Maria da Vitória CEP 47.640-000	Tel: (073) 483 1130 Fax: (073) 483 1994	Educação ambiental, ecoturismo.
Associação dos Amigos do Parque São Bartolomeu	Rua Rio Kaquende, nº. 375, Itacaranha Salvador CEP 40.710-090	Tel: (071) 241 4653	Educação ambiental, projetos com comunidades, ecoturismo, pesquisa e conservação
Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAÍ	Rua Santa Isabel, nº. 04, Pelourinho Salvador	Tel: 247-4945 Fax 322-4320	Indígena, projetos com comunidades.

Centro de Educação São Bartolomeu	Praça 15 de Novembro, 17 - Terreiro de Jesus Salvador CEP 40.025-010	Telefax: (071) 241-4653 Ana Lúcia M. Formigli	Educação ambiental, projetos com comunidades e conservação
Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremos Sul da Bahia — CEPEDES	Av. Porto Seguro, 108, Sala 03 Eunápolis CEP 45.825-000	José Augusto Tosado Telefax: (073) 281-2768	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental, monitoramento e pesquisa
Centro de Pesquisa e Manejo de Abrolhos - Centro Abrolhos	Rua Barão de Rio Branco, 277 - Centro Caravelas CEP 45.900-000	Tel: (073) 297-2768 Fax (073) 297-1111	Financiamento, projetos com comunidades, conservação, educação e lobby ambiental, ecoturismo, monitoramento, administração de recursos naturais, pesquisa e fiscalização.
CODEVAJI - Comissão de Defesa do Meio Ambiente do Vale do Jequiçá	Rua Salvador Andrade, 01 Elísio Medrado CEP 45.305-000	Nilton de Oliveira Tel: (075)749-2113 Fax: 749-2131	Educação ambiental, projetos com comunidades e conservação
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA	Sala da Câmara de Vereadores Morro do Chapéu CEP 44.850-000	Tel: 9075) 832 2095	Projetos com comunidades, conservação, fiscalização, educação ambiental e administração de recursos naturais.
CURUPIRA - Movimento de Proteção às Árvores	Rua Antão Gonçalves, 46 - Pituba Salvador CEP 41.810-260	Tel: (071) 379-7416 EBDA Tel: (071) 375-1574 R: 1688 Fax 375-1145 Stênio Barbosa Tel: (071) 379-7416 (resid.)	Conservação, educação ambiental e projetos com comunidades.

ECOTUBA - Instituto Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural do Sul da Bahia	Caixa Postal 066 Ilhéus CEP 45 650 000	Tel: (073) 229 91 08	Pesquisa, conservação, educação ambiental, ecoturismo
Fundação Centro Brasileiro de Pesquisa e Proteção às Tartarugas Marinhas Fundação PRÓ-TAMAR	Caixa Postal 2.219 - Rio Vermelho Salvador CEP 40.210-970	Tel: (071) 876-1113/1045 824-1193 Fax: (071) 876-1067	Conservação, educação ambiental, ecoturismo, monitoramento, pesquisa e fiscalização
Fundação Garcia D'ávila - FGD	Praça Gago Coutinho, 282 - Loja, Térreo 25-A, Aeroporto 2 de Julho Salvador CEP 41.500-570	Tel: (071) 876-1133 Fax : (071) 876-1112	Projetos com comunidades, ecoturismo, pesquisa, fiscalização e educação ambiental.
Fundação Patrulha Ecológica da Bahia	Praia de Sepetiba, Lote 11, Quadra 11 - Cond. Vilas do Atlântico Lauro de Freitas CEP 42.700-000	: Moisés Assunção Tel: (071) 248-3699 (Trab.) Fax : (071) 351-9555 Cel: 971-9555	Fiscalização e educação ambiental.
Fundação Pau-Brasil – FUNDAB	Horto Zoobotânico da Ceplante - Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 22, Caixa Postal 07 Itabuna CEP 46.600-000	Tel. : (073) 214-3002 Fax:(073) 231-8801/3801	Financiamento, conservação ambiental, educação ambiental e pesquisa
Fundação PROGECET	Caixa Postal 7167 Salvador CEP 41.811-970	Tel: (071) 974 4070	Projetos com comunidades, conservação, educação ambiental, administração de recursos naturais, pesquisa, ecoturismo
Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ	Av. Juracy Magalhães Jr., 768, Edf. RV Center, 1º andar - Rio Vermelho Salvador CEP 41.940-060	Elbano Paschoal/Renato Cunha Telefax: (071) 240-6822 gambá@ax.apc.org gambá@ufba.br	Conservação, monitoramento, pesquisa, projetos com comunidades e educação ambiental.

Grupo Ambientalista de Camaçari – CALANGO	Caixa Postal 29 Camaçari CEP 42.800-000	Nourival Silva	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Ambientalista de Palmeiras - GAP	Rua da Ponte, s/nº Palmeiras CEP 46.930-000	Tel: (075) 332-2194	Educação ambiental, fiscalização, trabalhos com comunidades e conservação ambiental.
Grupo Ambientalista de Saubara - GAS	Rua do Taboão, 217 Saubara CEP 22.220-000	Tel. : (075) 241-1411 (Betinho)	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Ambientalista Ecoterra	Travessa Lídio Mesquita, 01 - Rio Vermelho Salvador CEP 40.210-100	Tel: (071) 339-1183 Fax:(071) 339-1170 Humberto Argolo - Egnaldo Araújo 247-2760 Alba Geudeville 237-2105 Escola Guiomar Muniz Pereira - Fax : 237-3692	Projetos com comunidades, fiscalização, educação ambiental,
Grupo de Apoio a Recuperação Ambiental – GUARÁ	Rua Ernestino Pires, 151 - Bairro dos Índios Jacobina CEP 44.700-000	Osmar Matos Santos (CEF) Tel: (075) 621-1328/3375 Fax: 621-3890	Conservação, monitoramento, educação ambiental, fiscalização e administração de recursos ambientais.
Grupo de apoio ao índio pataxó - gaipa	Rodovia BR. 367, Km 51 Caixa Postal 78 Porto Seguro CEP 45.820-000	João Gilberto Telefax: (073)288-2075	Indígena, projetos com comunidades, conservação ambiental.
Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental – GARRA	Caixa Postal 73 Irecê CEP 44.900-000	Renato Tomazelli Telefax: (075) 654-1218	Projetos com comunidades e educação ambiental

Grupo de Defesa Ambiental - GRUDEAM	Rua X, Lote 05, Quadra 42 - Jardim Armação Salvador CEP 41.760-060	Rafael Barbosa Tel: (071) 231-2821	Conservação ambiental, fiscalização, trabalho com comunidades e educação ambiental
Grupo de Estudos de Cetáceos da Bahia – GECET Instituto de Biologia da UFBA / Deptº de Zoologia	Av. Ademar de barbos, s/nº - Campus de Ondina Salvador CEP 40.017-290	Tel: (071) 247-3744 / 235-8055 Fax: (071) 245-6909	Pesquisa, conservação ambiental, fiscalização, educação ambiental e trabalho com comunidades
Grupo de Recomposição Ambiental – GERMEN	Rua Inácio Acioli, 26 - Maciel/Pelourinho Salvador CEP 40.025-100	José Augusto Saraiva Telefax: (071) 321-3968	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental, ecoturismo, monitoramento e pesquisa
Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente – GRAMA	Caixa Postal 147 Itabuna CEP 45.600-000	Tel: (073) 212-1361 Fax: 214-1317 (Ass. de Meio Ambiente da Prefeitura de Itabuna)	Educação ambiental e conservação.
Grupo Ecologia Urgente - GEU	Rua José Marcelino, 69 - Centro Morro do Chapéu CEP 44.850-000	Tel: (075) 653-1040	Ecoturismo, educação ambiental, conservação e fiscalização.
Grupo Ecológico Ambientalista Ipecanunha	Prefeitura Municipal de Ibirataia Ibirataia CEP 45.850-000	Leinato Santos/Lêda Souza	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Ecológico Copioba	Rua Manoel Caetano Passos, 243-A Salvador	Tel: (075) 721-2762 Fax:(075) 721-2868	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Ecológico de Macaúbas - GEMA	Rua César Zama, s/nº Macaúbas CEP : 46.500-000	Fax : (073) 473-1102 Joaquim Souza ('Bico')	Fiscalização e educação ambiental.

Grupo Ecológico Humanista PAPAMEL	Rua José Muniz Ferreira, 446 Ipiaú CEP 45.570-000	Emídio Neto/Deraldo - 531-1005 Tel: (073) 531-1103 ou 531-1397 Fax: (073) 531-2729 (Prefeitura)	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental, administração de recursos naturais e fiscalização.
Grupo Ecológico Nativo	Ladeira do Abaeté, 11 Salvador CEP 41.610-730	Kleber Fonseca Antônio Conceição Tel: (071) 249-6204	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental e monitoramento.
Grupo Ecológico Rio de Contas - GERC	Rua Capitão Silvino de Araújo, 515 - Joaquim Romão Jequié CEP 45.200-000	Marcos Ferreira - Celular: 983-0056/ Domingos Ailton - 525-6381 Telefax: (073) 525-6309	Fiscalização, educação ambiental, ecoturismo e lobby ambiental
Grupo Ecológico Terra Viva - GETV	Av. Ferreira Bandeira, 142, Térreo - Centro Santo Amaro CEP 44.200-000	Luís Henrique Albuquerque	Conservação ambiental, administração de recursos naturais e educação ambiental
Grupo Ecológico Vida Verde-Viver	Av. João Durval, 150 Cond. Parque Cajueiro, Bl 08, apto 302 - Brasília Feira de Santana CEP 44.100-000	Emanuel Dutra (075) 622-9378 (Casa) / 221-6393(trab) Fax:(075) 623-1038 Maria de Fátima (Fafá) (casa) 223-1878/ (UEFS) 224-1521	Fiscalização e educação ambiental
Grupo Mãe Natureza Ecologia Viva	Av. Presidente Vargas, 362 - Centro CEP 46.140-000 - Livramento de Brumado	(073) 444-2119 - Raimundo Nunes (071) 321-3591 - Nunes/Toinho (Salvador)	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Oeste Baiano de Pesquisas Espeleológicas – GOBAPE	Praça Ruy Barbosa, 42 - A - Centro Santana CEP 47.700-000	Aloísio Cardoso Tel: (071) 248-3503	Conservação, fiscalização, monitoramento e educação ambiental

Grupo Sul-Baiano de Espeleologia - GSBE	Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC Rodovia Ilhéus-Itabuna - DEAA Ilhéus CEP 45.660-000	Tel: (073) 212-2555 Fax: (071) 212-2195	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental, ecoturismo, pesquisa e fiscalização
Grupo Terra	Rua José de Alencar, 19 Camaçari CEP 42.800-000	Contatos: Agda de Assis - (071) 821-1757/1011 Ramal 168/Durval - 821-1590	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Vida	Rua João Veloso, 202 Pau Brasil CEP 45.890-000	Eduardo Passos	Fiscalização e educação ambiental.
Grupo Viver a Natureza	Rua José Marcelino, 69 - Centro Morro do Chapéu CEP 44.859 - 000	Tel: (075) 653-1040	Educação ambiental
Instituto de Estudo Sócio-Ambiental do Sul da Bahia – IESB	Caixa Postal 84 Ilhéus CEP 45.660-000	Pablo Villanueva/Carlos Alberto Mesquita Telefax: (073) 231-2179	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental, ecoturismo, monitoramento e pesquisa.
Instituto de Permacultura da Bahia	Condomínio Águas Finas, quadra E, Lote 04 Lauro de Freitas CEP 42.700-000	Tel: (071) 378-1115/2676 Fax: (071)378-1520	Projetos com comunidades, educação ambiental e ecoturismo.
JUPARÁ- Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais	Rua Luiz Gama 475 Sítio Boa Vista (Av. Itabuna) Caixa Postal 317 Ilhéus CEP 45 650 -000	Telefax: (073) 231 87 07	Projetos com comunidades, conservação, educação ambiental e fiscalização.

MATER- Movimento Ambientalista Terra	Rua São João, 153 Caetité CEP 46.400-000	Anaíde Fernandes Tel: (073) 454-1906/1739	Fiscalização e educação ambiental.
MEL - Movimento Ecológico Lafaietense	Rua Filinto Souza, 92 - Centro Lafaiete Coutinho CEP 45.210-000	Tel: (073) 541-2148/2144 Raimundo Novaes	Fiscalização e educação ambiental.
Movimento SOS Chapada Diamantina	Rua Barão de Sincorá, 31 Itanhaçu CEP 46.640-000	Tel: (073) 415-2024	Educação ambiental, fiscalização e projetos com comunidades.
Movimento Água Viva	Km 22 Rod. Ilhéus Caixa Postal 07 Itabuna	Luís Fernando de Deus Tel: (073) 214-3000	Fiscalização e educação ambiental.
Movimento Ambientalista do Colégio Estadual Profª. Maria de Lourdes Veloso – MACRO	Av. Manoel Chaves, s/n - Ao lado do Colégio Estadual Itabuna -CEP 45.600-000	nd	Projetos com comunidades, financiamento, conservação, educação ambiental, ecoturismo e pesquisa.
Movimento de Defesa do município de Porto Seguro	Rua dos Maracanãs, 157 - Centro	Tel. (073) 288-2489 Euclides Sena	Projetos com comunidades, monitoramento, fiscalização e educação ambiental.
Movimento de Defesa do São Francisco – MDSF	Rua 15 de novembro, 1160 Juazeiro CEP 48.900-000	Tel: (075) 811 1758 Fax: (075) 815 4336	Educação ambiental e fiscalização.
Movimento de Resistência Ecológica Boto-Negro	Rua Monte Verde, s/n. Alto da Boa Vista Itacaré CEP 45.530-000	Ana Monteiro/Oscar Tel: (073)251-2100	Fiscalização, projetos com comunidades e educação ambiental.

Movimento Ecológico Rio Contense	Pça. Senador Tanajura, 625, Centro Rio de Contas CEP 46.170-000	Tel: (073) 475 2018	Conservação, monitoramento, fiscalização, pesquisa, ecoturismo e educação ambiental.
Movimento Sociedade Alternativa	Av. Flaviana Guimarães, 37 - Centro Juazeiro CEP 48. 900-000	Tel: 811-1796	Fiscalização, projetos com comunidades e educação ambiental.
Movimento SOS Chapada Diamantina	Rua José Marcelino, 69 - Centro Morro do Chapéu CEP 44.850-000	Tel: (075) 653-1040 Irmão Delmar Lopes Alvim	Trabalhos com comunidades, educação ambiental, conservação e fiscalização.
Movimento SOS Chapada Diamantina	Rua Pio XII, 73 – Centro Seabra CEP 46.640-000	Tel: (075) 331-1045 Andiara Coutinho	Conservação, fiscalização, projetos com comunidades e educação ambiental.
Movimento SOS Rio Paraguaçu - MSRP	Rua Francisco Nardes Pires, 59, Centro Barra da Estiva CEP 46.650-000	Tel: (073) 450 1077 Fax: (073) 450 1190	Fiscalização e educação ambiental
Núcleo Ambientalista da Souza Soares - NACSS	Av. José Pereira Sampaio, s/n Souto Soares CEP 46.900-000	Contatos: Wilton Neves Tel: (075) 339-2139 (trab.)/339-2137 (recados)	Projetos com comunidades, educação ambiental, fiscalização e conservação.
Organização para o Equilíbrio da Terra – ORPET	Av. Paulo VI, 1.656, Edifício Chile, Ap. 304 - Cond. Jardim América Salvador - CEP 41.810-001	Tel: (071) 964-7182 Paulo Gusmão (recado)	Conservação, projetos com comunidades, educação ambiental e fiscalização
Pré-Associação Ecológica de Brumado	Rua Monteiro Lobato, 55 Brumado CEP 46.100-000	Adeildo Silva Santos	Fiscalização e educação ambiental.

Projeto Mamíferos Marinhos da Bahia - MAMA/BA	Caixa Postal: 7314 CEP 41.811-970 Salvador	Tel: (071) 532-4792 Fax: (071) 245-1231	Conservação, projetos com comunidades, monitoramento, pesquisa e educação ambiental.
Projeto ONÇA	Caixa Postal, 24 Valença CEP 45.400-000	Tel: (075) 741-2266 Carsten bening	Fiscalização, pesquisa e educação ambiental.
Rede de Ong's da Mata Atlântica/ Grupo Ambientalista da Bahia- GAMBA	Av. Juracy Magalhães Jr. , 768 Ed. RV Center, Primeiro andar- Rio Vermelho Salvador CEP 41 940- 060	Telefax: (071) 240 68 22 gamba@ax.apc.org	Fiscalização, monitoramento, conservação, lobby ambiental, administração de recursos naturais, ecoturismo, projetos com comunidades, pesquisa e educação ambiental.
Secretaria Executiva das Entidades Ambientistas do Nordeste - SEAN	Rua Inácio Acioli, 26 - Maciel / Pelourinho Salvador CEP 40.025-100	Telefax: (071) 321-3968	Conservação ambiental, educação ambiental e projetos com comunidades.
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP	Av. Juracy Magalhães Jr., 768- 17º andar Edifício RV Center Salvador CEP 41.940-060	Telefax: (071) 242-8520	Educação ambiental e projetos com comunidades.
Sociedade Baiana de Defesa Animal – SBADA	Caixa Postal 7.964 Salvador CEP 41.900-970	Helen Thomas (071) 379-0041 Ailton Lira 243- 6103 (Hosp. Veter/da UFBA) / 240-0708 (resid)	Educação ambiental, fiscalização, conservação.
Sociedade Brasileira da Fauna - SBEF	Rua Monte Conselho, 45 - Rio Vermelho Salvador CEP 41.940-370	Marco Túlio	Conservação, monitoramento e fiscalização.

Sociedade Espeleológica de Campo Formoso	Rua Dr. Alexandre Guimarães, 71 Campo Formoso CEP 44.790-000	Tel: (075) 845-1344/1070 (Iraci)	Projetos com comunidades, conservação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental.
SOS Rio Corrente	Caixa Postal, 47 Santa Maria da Vitória CEP 47.640-000	nd	Fiscalização e educação ambiental.
Terra Viva - Centro de Desenvolvimento Agro-Ecológico	Rua Rondônia, 338 Itamarajú CEP 45.830-000	Telefax: (073) 294-1963 Sindicato dos Bancários Fax : (073) 294-3418	Projetos com comunidades, conservação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental.
Unidade de Planejamento Agropecuário - UPAGRO	Rua Praça da Bandeira, 10 - Centro Juazeiro CEP 48.830-000	Tel: (075) 811-2171	Fiscalização, projetos com comunidades e educação ambiental

nd = não disponível

Notas:

1. Esse encarte foi elaborado pela consultora Maria Angélica Garcia em setembro/98 e, em face da natureza dos dados aqui contidos, deve ser atualizado periodicamente.
2. IBGE. 1996. Anuário Estatístico do Brasil. Volume 56. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 8-32 pp.
3. IBGE, 1996. Op. cit.
4. IBGE. 1996. Contagem da População - Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar. Volume 1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 724 pp.
5. Jorge Khoury. Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia. SICM — Assessoria Econômica.
6. MMA. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 1995. Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil - Subsídios à Implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro. Coordenações Estaduais do Gerenciamento Costeiro. Brasília. Programa Nacional do Meio Ambiente. 211 pp.

Encarte 4

CONTEXTO REGIONAL

ENCARTE 4: INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

No contexto regional será abordado a Área de Influência da Reserva Biológica de Una, a qual abrange municípios, bacias hidrográficas, empreendimentos, rodovias e quaisquer atividades que possam interferir diretamente na Unidade e vice-versa. Este encarte tem o intuito de caracterizar a região onde a Reserva está inserida, com vistas à identificação e avaliação, para futuras ações de manejo na área.

4.1. Descrição da Área de Influência

A área da Unidade insere-se totalmente no município de Una, porém devido as facilidades de acesso rodoviário e características da região, considera-se a Área de Influência para a Reserva, parte dos municípios vizinhos que possam provocar alguma interferência na área. Assim, a parcela sul dos municípios de Ilhéus e Itabuna, incluindo as sedes de ambos, parte do município de Buerarema e parte leste do município de Arataca estão sendo considerados na Área de Influência, conforme a Figura 03 - Mapa de Área de Influência.

A Área de Influência localiza-se na Mesorregião Geográfica Sul Baiano e Microrregião Geográfica Ilhéus - Itabuna (IBGE, 1991) possuindo cerca de 249.376 ha de extensão inserida entre as coordenadas 14° 15' a 15° 15' latitude Sul e 38° 30' e 39° 15' longitude Oeste, englobando parte das bacias hidrográficas do rio Una e do rio Cachoeira e da sub-bacia do rio Maruim.

Os municípios de Ilhéus e Itabuna são os que apresentam maior influência sobre a Unidade, pois além de abrigar as facilidades e infra-estrutura de apoio à área, o principal acesso até a REBIO é feito por Ilhéus.

Os demais municípios, Arataca e Buerarema, apresentam influência sobre a Unidade, devido as serrarias, pressão de caça e retirada de madeira. Estes foram incluídos também pela proximidade à Reserva e pela existência da rodovia BR-101, a qual atravessa-os no sentido norte-sul.

A Área de Influência abrange parte das bacias do rio Cachoeira e do rio Una ou Aliança. A rede de drenagem da bacia do rio Cachoeira banha áreas do município de Itororó, Firmino Alves, Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Itajú do Colônia, Ibicaraí, Buerarema, Itapé, Itabuna e Ilhéus, possuindo uma superfície de 4.380 km², com uma densidade de drenagem na ordem de 0,19 km/km². Uma parte desta bacia está sendo considerada como Área de Influência enfocando principalmente o rio Cachoeira que localiza-se entre os municípios de Itabuna e Ilhéus, margeando a estrada BR-415 que liga estes municípios. O relevo desta bacia é bem diversificado, apresentando todos os padrões, de Plano a Montanhoso, com predominância do tipo Ondulado. O rio Cachoeira recebe esta denominação a partir da confluência dos rios Colônia e Salgado que ficam fora da Área de Influência. No seu percurso de 50 km, banha os municípios de Itapé, Itabuna e Ilhéus, onde após haver confundido suas águas com as dos rios Santana e Fundão no local conhecido como Coroa Grande, lança-se no Oceano Atlântico, cerca de 3,5 km à jusante daquele ponto (ROCHA, 1976).

A cobertura vegetal predominante na bacia é de gramíneas, que ocorrem em pastos limpos manejados, existindo ainda algumas manchas de matas secundárias em médias e pequenas extensões. Na parte inferior da bacia, tem-se concentração do cultivo de cacau e formações de capoeira com pequenas pastagens. Na desembocadura, encontra-se formações de Mangue em

estágios arbustivos e semi-arbóreos. Ao sul de Ilhéus nota-se uma faixa de Restinga com sua vegetação rasteira.

A bacia do Una banha áreas dos municípios de Una, Canavieiras e Buerarema. Sua superfície é da ordem de 1.695 km² e cerca de 70% desta área encontra-se dentro da Área de Influência, sendo que a maior parte desta bacia banha a cidade de Una, como mostra a Figura 03.

O rio Una recebe esta denominação a partir da confluência dos braços Norte e Sul, o que se dá nas imediações do núcleo colonial de Una. Deste ponto até o oceano Atlântico, seu curso possui uma extensão de 25 km. A partir da confluência dos braços corre inicialmente na direção Oeste-Leste, mudando à poucos quilômetros do povoado de Pedras para a direção NW-SE, onde sofre uma brusca inflexão, passando a correr praticamente na direção norte-sul, paralelo ao litoral até sua foz na barra do Una. Praticamente é um rio encaixado em vale, só se tornando de planície nas imediações da sede municipal, até sua foz.

O braço sul do Una (rio Aliança) é um dos principais formadores da bacia, possuindo uma extensão de 68 km e grande volume d' água. Nasce na serra de São Roque no município de Una, correndo em sua maior parte sobre leito rochoso, formando diversas corredeiras e algumas cachoeiras. O braço norte do Una tem sua nascente na serra do Peito da Moça, a exemplo do rio Aliança apresenta diversas corredeiras, com extensão de 42 km. O rio São Pedro, junto aos dois rios anteriores é um dos formadores da bacia, possuindo grande densidade de drenagem. Nasce na divisa dos municípios de Camacã e Una.

A bacia do rio Una apresenta-se piriforme com um relevo dos mais movimentados, sendo caracterizada predominantemente pelos tipos Montanhoso e Forte Ondulado a Ondulado, havendo predominância do último, que ocupa parte central da bacia. Este relevo tem seu ponto máximo na serra do Jauú, com cerca de 700 m de altitude. Os relevos Plano e Suave Ondulado são encontrados no litoral e nas imediações da sede o município de Una, bem como o tipo Escarpado a Montanhoso nas regiões Norte e Noroeste deste município (ROCHA, 1976).

Toda a bacia está situada dentro da região de ocorrência da Mata Higrófila (Mata Costeira e Litorânea). Nesta área verificam-se culturas de cacau e ocorrências de algumas áreas de capoeira, principalmente na parte central da bacia. Próximo à costa ocorrem associações com Palmáceas, especialmente piaçaveiras (*Attalea funifera*). Há também grandes extensões ocupadas por seringais, além de outras culturas que foram implantadas na década de 70 como a pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), o cravo-da-índia (*Syzygium aromaticum*), entre outros. Na desembocadura do rio Una tem-se pequenas formações de Brejo, Mangue e Restinga.

As principais serras existentes na Área de Influência são: serra de São Roque e das Piabas que divide as bacias do Cachoeira e Una e os municípios de Itabuna e Una, serra do Mangue que divide as bacias do rio Cachoeira e Una e os municípios de Buerarema e Una, serra do Padeiro e das Trempes que divide as bacias dos rios Cachoeira e Maruim, bem como os municípios de Una com Buerarema e Ilhéus. A divisa das bacias dos rios Cachoeira e Una é feita pela serra do Macuco, serra do Jauú e, por último a serra de São Roque onde nasce o rio Aliança.

Descrições dos municípios inseridos na Área de Influência:

São Jorge de Ilhéus foi criado pela Carta Régia em 25 de abril de 1535, elevando-se a categoria de cidade em 1881, quando apresentava uma pequena população de 6.000 habitantes. Possui uma área de 1.712 km² inseridos nas coordenadas geográficas 14° 47' latitude sul e 39° 03' longitude oeste.

A sede do Município e as vilas localizadas ao sul desta sede estão incluídas na Área de Influência da REBIO.

A sede do município de Itabuna, a estrada Itabuna-Ilhéus e parte do rio Cachoeira fazem parte da Área de Influência da Reserva. O município de Itabuna fornecer a maioria dos serviços de manutenção à Unidade, como consertos de automóveis ou de equipamentos em geral, bem como um comércio que oferece melhores opções de compra de materiais, com boa infra-estrutura para apoiar os trabalhos da Unidade.

Criado em 1906 o município de Itabuna, localiza-se a menos de 30 quilômetros de Ilhéus, com uma área de 584 km². Começou a ser povoado efetivamente à partir de 1860 (POLVORA & PADILHA, 1978).

Apenas a sede do município de Buerarema e uma pequena parte que engloba a rodovia BR-101 estão inseridas na Área de Influência.

O município de Buerarema foi criado através da Lei Estadual nº 1.170 no dia 17 de setembro de 1959. Este município possui uma área de 240 km² entre as coordenadas 14° 57' latitude sul e 39° 19' longitude oeste.

Segundo informações, este município exerce influência sobre a área da Unidade, pois abriga serrarias, caçadores, bem como os ocupantes da fazenda Piedade, localizada próxima a Reserva, vindos deste município. Pelo que consta, não existem projetos específicos sobre educação ambiental ou relacionados à proteção e manejo do meio ambiente que estejam sendo conduzidos pela prefeitura.

O município de Arataca foi considerado na Área de Influência devido à sua proximidade com a UC e a existência de uma via de acesso ligando este município à Una. A sede municipal e a parte leste do seu território estão inseridos na Área de Influência. No entanto, ainda não foi diagnosticado alguma influência positiva ou negativa deste município sobre a Unidade. Foi criado em 09 de maio de 1985, através da Lei Estadual de nº 4.442, apresentando apenas uma vila, denominada Itatingui. Arataca possui uma área de 397 km² entre as coordenadas 15° 16' latitude sul e 39° 25' longitude oeste.

Unidades de Conservação existentes na Área de Influência

De uma maneira geral, existem poucas Unidades de Conservação na Área de Influência. Pode-se citar apenas uma, a Mata da Esperança.

A Mata da Esperança localiza-se entre os municípios de Ilhéus e Itabuna, na rodovia BR-415, apresentando cerca de 400 ha de floresta. Esta Unidade está subordinada à prefeitura de Ilhéus. Segundo informações da Assessoria de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento Estratégico desta prefeitura, existe uma mobilização interna para o desenvolvimento de um planejamento com o intuito de implementar a área, contemplando atividades de educação ambiental e o estabelecimento de um Jardim Botânico no local.

Segundo informações da DICOE não existe nenhuma Reserva Particulares do Patrimônio Natural - RPPN dentro da Área de Influência.

A Área de Influência apresenta a rodovia federal BR-101 que atravessa sentido norte-sul, sua parte oeste, conforme ilustrado no mapa temático. A rodovia é uma das mais importantes vias de acesso à Região Nordeste, apresentando intenso tráfego de veículos de carga, carros de passeios e coletivos.

Além desta rodovia, a BR-415, estrada que liga Ilhéus e Itabuna também está dentro da Área de Influência, bem como várias estradas de terra vicinais, sendo que as principais são Arataca-Una e Buerarema-Ilhéus. A rodovia estadual BA-001 que liga Ilhéus a Canavieiras é asfaltada em toda sua extensão e margeia o litoral, sendo um dos motivos pelo aumento do fluxo turístico local.

4.2. Uso e Ocupação do solo e principais atividades econômicas

Na bacia do rio Una existem duas pequenas hidrelétricas: de Juçari e Dendhevea. A hidrelétrica de Juçari, fornece energia para os distritos de Juçari (Itabuna), Arataca, Itatingui e povoados de Anuri e Rio Branco.

A hidrelétrica Dendhevea situada na fazenda Dendhevea, no núcleo de São Rafael é constituída por uma barragem em alvenaria, represando as águas do rio Aliança, armazenando até 106 m³ de água. O abastecimento de energia é totalmente destinado para os trabalhos da fazenda como casa de farinha, fabrico da borracha, serraria, uso doméstico, entre outros (ROCHA, 1976).

Atividade Agrícola

No século XIX prevaleciam na região as atividades extrativistas, cultivos de cana-de-açúcar e de mandioca e lavouras de subsistência.

Quanto ao estabelecimento das plantações de cacau, no decorrer do século XVIII ocorreram as primeiras tentativas de implantação no estado, caracterizadas pela dispersão e descontinuidade. Trazido da Amazônia, o cacau (*Theobroma cacao*) adaptou-se às condições ecológicas sul-baianas, mas não entrava nos hábitos alimentares dos lavradores e o comércio por ele não se interessava, sendo preferidas as colheitas mais rápidas e de fácil processamento. Na segunda metade do século XIX o cacau foi encarado mais como uma curiosidade do que uma atividade econômica. Somente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século atual, o cultivo de cacau assumiu caráter monocultor, transformando a área em produção para o mercado. Daí em diante a cacauicultura desenvolveu-se plenamente apesar de enfrentar algumas crises.

O Barão de São Lourenço em 1870, ao se referir às potencialidade e às deficiências na exportação das Comarcas do Sul, comentava: "abundam os requerimentos para cortes de madeiras para arrendamento das matas e para comprar insumo, tudo com o fim único de devastação. Se não houverem providências enérgicas, o esperançoso futuro das Comarcas do Sul evaporará com o calor dos incêndios e com o estrondo do machado".

As povoações litorâneas oriundas das economias canavieira e de mandioca surgiram entre 1530 e 1575. As cidades interioranas do cacau, a exceção de Jequié, datam do século XX. Até o século passado, fora da costa e resultante de outras atividades agrícolas ou da exploração da floresta, não surgiram aglomerados urbanos importantes. O município de Una teve seu ciclo da cana-de-açúcar e mandioca em 1770. O agricultor estabelecido com seus engenhos ou casas-de-farinha, não quis aventurar-se ao cultivo do cacau.

Trechos de historiadores contemporâneos (POLVORA & PADILHA, 1978) mostram a conquista lenta da terra para esta região. Observou-se uma ocupação progressiva dos espaços vazios, o desbravamento, a partilha, as lutas travadas entre clãs poderosos pela posse de novas áreas

favoráveis à cultura cacauera, à medida que os preços se mostravam mais compensadores nos mercados internacionais.

Por breve período, o cacau foi o segundo produto mais importante das exportações no Brasil, perdendo apenas para o café. Até 1980, o sul da Bahia possuía mais de 500.000 ha plantados com cacau, que correspondia a 95% de produção brasileira e 20% da mundial (ALGER & CALDAS 1996). A região cacauera estende-se da margem sul do rio Doce, no Espírito Santo até o Recôncavo Baiano, numa faixa de 70 km ao longo do litoral, formada por 53 municípios, com área territorial de 27.173 km² e população de 1.406.022 habitantes, conhecida como costa do cacau.

Em 1975 o cacau alcançou US\$ 5.000 por tonelada, sendo uma das épocas em que mais se desmatou. O preço internacional do cacau (em amêndoas), depois com a queda do preço em 1989, US\$ 1.000 por tonelada, que se manteve até hoje, incentivou o corte de madeira na região.

A crise da região foi agravada com a introdução acidental, no ano de 1989, do fungo (*Crinipellis pernicioso*) responsável pela vassoura-de-bruxa, originário da Amazônia.

Nos primeiros anos da década de 60 verificou-se um aumento do plantio de seringueira na região, que perdurou até 1967, quando, principalmente em virtude do ataque generalizado do mal-das-folhas, foi praticamente interrompida a ampliação da heveacultura.

No final da década de 70 madeireiros do Espírito Santo, chegaram ao sul da Bahia para explorar madeira. Primeiramente retiraram a madeira de lei, depois madeira para estacas e por último para carvão.

Os fazendeiros, de uma forma geral, não se beneficiam da extração de madeira para implementação de pastagem, pois os preços pagos pela madeira são muito baixos e a retirada da cobertura florestal acarretará problemas futuros de erosão do solo e perda de sua fertilidade.

Segundo ALGER & CALDAS (1996) a crítica mais comum feita aos fazendeiros do cacau nunca foi a devastação, mas a falta de empenho em abrir novas frentes agrícolas, pois as matas extensas das fazendas sempre foram utilizadas como argumento em favor da reforma agrária. Para evitar este problema, os fazendeiros muitas vezes dividem os registros das propriedades entre vários integrantes da família.

Vale destacar que, apesar da pujança econômica, aspectos sociais negativos resultaram da forma como se estruturou a economia cacauera. O fato de ter sido uma atividade produtiva geradora de elevado valor econômico e de emprego, foi incapaz de desencadear um processo de desenvolvimento regional capaz de atingir uma parcela significativa da população.

A cacauicultura estruturou-se no sul da Bahia em propriedades concentradas em relativamente poucos donos de terra, na sua maioria ligados à vida e a interesses urbanos. Embora possamos encontrar elevado número de propriedade relativamente pequenas (< 100 ha), é comum encontrar proprietários com dezenas de fazendas. A forma como se estruturou a lavoura cacauera, associada com a elevada aspiração pelo cacau, trouxe outras conseqüenciais sócio-econômicas indesejáveis, tais como, expansão do cultivo do cacau em áreas marginais, menosprezando os riscos de uma monocultura fortemente dependente do mercado externo, e o desinteresse pela produção de alimentos ao nível da unidade produtiva e mesmo regional. Este desinteresse implica num desembolso maior da população do campo na aquisição de alimentos, refletindo negativamente na qualidade alimentar da população pobre (TREVIZAN, 1993).

Acentua-se ultimamente a tendência de diversificar as atividades econômicas, com estímulos governamentais para as culturas de coco, dendê e atividades de pecuária bovina, e pesca.

Existem ainda uma possibilidade de investimentos dos países asiáticos. A Malásia deseja plantar até 300.000 ha de dendê no sul da Bahia, trazendo um novo ciclo econômico para a região. Maior produtor de óleo de dendê do mundo, a Malásia detém cerca de 65% da produção, mas não possui mais área e nem mão-de-obra para expandir seus negócios. Atraídos pelo clima e solos ideais para a produção do dendê, empresários malaios deverão visitar em breve a região para continuar as negociações iniciadas em janeiro de 1997. Segundo informações do diretor da CEPLAC, o sul da Bahia possui cerca de 900.000 ha altamente propícios à produção de dendê, além de tecnologia e porto para seu escoamento. Numa primeira etapa os malaios pretendem implantar 50.000 ha. O dendê vem sendo usado amplamente como óleo comestível nos Estados Unidos e Canadá. Ao contrário do azeite produzido no Brasil, o óleo de dendê é refinado e transparente, igual aos outros óleos vegetais, mas com a vantagem de ter menos colesterol. Também é utilizado como lubrificante de aeronaves e na indústria cosmética, apresentando crescente mercado mundial (HEREDIA, 1997). Ambientalmente a mudança de áreas de cabucas por dendezal é muito desvantajosa, pois esta cultura para ser implantada exige o corte raso, ou seja, total retirada da cobertura vegetal. Diferente da cabuca, que ainda mantém algumas populações vegetais e animais.

Atividade Turística

A atividade turística está sendo intensivamente estimulada pelo governo do estado. A Coordenação de Desenvolvimento do Turismo - CODETUR, ligada a Secretaria da Cultura e Turismo do governo do estado da Bahia, elaborou o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia. O objetivo é dotar o estado das condições necessárias para o aproveitamento de suas potencialidade naturais, históricas e culturais, ordenando o espaço territorial e definindo as ações necessárias ao desenvolvimento do turismo. Desta forma, foram definidas Zonas Turísticas e uma delas é a Costa do Cacau, litoral sul, abrangendo os municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras.

Observa-se ainda, em Olivença distrito de Ilhéus, situada ao sul deste município, aumento da especulação imobiliária e crescimento turístico muito acentuado nos últimos anos. Inúmeras barracas de piaçava estão sendo instaladas na beira da praia para atendimento ao público, como também existem muitos hotéis, pousadas e pensões distribuídos ao longo da rodovia BA-001.

Paralelamente ao crescimento da atividade turística de veraneio, o estabelecimento de condomínios particulares, estão sendo feitos sem planejamento em áreas de mangue aterradas indiscriminadamente.

Atualmente a tendência política do município de Ilhéus é fomentar as atividades turísticas da região. Devido a este aspecto e a crescente demanda desta atividade, hotéis de luxo estão sendo construídos e remodelados para atendimento ao público.

Na Ilha de Comandatuba, parte pertencente ao município de Una, o hotel Transamérica recebe turistas ao longo do ano. Este hotel possui condomínio e serviço de assistência médica próprios, heliporto, além de outras facilidades e diversões peculiares desta categoria de hotel. O acesso é feito pela BA-001 em sentido Ilhéus-Una.

Atividade Madeireira

Existem cerca de 63 Planos de Manejo Florestal na região de Ilhéus que estão sendo analisados por técnicos da Diretoria de Recursos Naturais - DIREN e pelos técnicos do Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus. O parecer elaborado pelos técnicos da DIREN recomendam a paralisação da

exploração florestal para fins comerciais, até que algumas providências sejam tomadas, tais como: levantamento detalhado dos remanescentes de Mata Atlântica, levantamento das populações das espécies de interesse comercial, estudos dos efeitos da exploração na dinâmica populacional das espécies-alvo, bem como estabelecimento de critérios que definam áreas e estoques mínimos para que seja permitida a exploração florestal, entre outros.

Entre agosto de 1994 e fevereiro de 1995, foram levantadas algumas informações sobre 15 serrarias na região de Una, junto aos respectivos proprietários. Estão sendo processados 21 m³ de toras por dia, através de técnicas de extração seletiva, em florestas primárias, secundárias e cabruças. Ao todo, cerca de 80.000 m³ são processados anualmente. Os madeireiros utilizam-se de 60 espécies vegetais. MESQUITA (1996) calcula que para o abastecimento destas serrarias é necessário que 18,3 mil árvores sejam cortadas por ano. Informa ainda que, para cada árvore extraída são derrubados cerca de 250 m² de floresta.

A retirada de madeira é na maioria das vezes feita de forma irregular, ou mesmo ilegal. A atividade extrativista, até bem pouco tempo, buscava atender uma crescente indústria madeireira e carvoeira que se implantou na região. A madeira é escoada em toras para o sul do país ou atende as serrarias/carvoarias da região, geralmente de migrantes capixabas que, impossibilitados de atuar em seu estado, devido ao depauperamento de seu recursos naturais, vem se deslocando para o sul da Bahia (CRA, 1995).

Através de pesquisas junto aos produtores rurais, foi comprovado que cerca de 90% dos pequenos produtores admitem que derrubariam suas matas se pudessem financiar a implantação de culturas agrícolas, 45% dos grandes produtores querem conservar áreas de floresta (ALGER & CALDAS, 1996).

Segundo informações do Escritório Regional em Ilhéus existem na região, cerca de 20 serrarias em atividade, onde chegaram a existir mais de 300 serrarias. A movimentação de madeira é 10 vezes maior no período noturno que no diurno.

4.3. Caracterização da população

A população do interior da Bahia apresentou um crescimento inferior ao da região metropolitana. O ritmo de crescimento no interior foi de 1,82%, enquanto o da região metropolitana foi 3,19%. A densidade demográfica no interior teve um crescimento relativo de 21,90%, com 16,59 hab./km².

Entre os 10 municípios mais populosos do estado da Bahia encontra-se Ilhéus e Itabuna, em quarto e quinto lugares, respectivamente. A população somada destes 10 municípios correspondia em 1991 a 31,28% da população estadual (IBGE, 1995).

As taxas de analfabetismo no estado da Bahia vem decrescendo nas últimas décadas, embora a proporção de analfabetos ainda seja considerada elevada. No estado como um todo, verificou-se grandes reduções nos níveis de analfabetismo das crianças de 10 anos, com 35,23% em 1991. Quando considerada a situação de domicílio, constatou-se que, embora as reduções tenham sido significativas, as diferenças entre o urbano e o rural foram bem distintas em função da magnitude das taxas; no rural de 55,59% e no urbano de 22,04%. Para as pessoas de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo também sofreu decréscimo entre 1980 e 1991, ficando em torno de 35,30% no último levantamento, apresentando as mesmas tendências quando considerada a situação do domicílio.

No município de Itabuna, cerca de 29.869 crianças estão na idade pré-escolar e 38.277 cursam o ensino fundamental entre 7 a 14 anos. A taxa de analfabetismo das pessoas de 7 a 14 anos fica em torno de 20,40% e em mais de 15 anos em 22,50% (IBGE, 1991).

Segundo informações do Centro de Estatística e Informações - CEI (1993) o município de Ilhéus possui cerca de 223.482 habitantes, distribuídos em 144.014 na região urbana e 79.468 na rural, com uma taxa de urbanização de 64,44% e densidade demográfica de 13,04 hab./km².

O município de Itabuna apresentava uma população de 185.277 habitantes, com uma taxa de crescimento média anual de 1,73% e densidade demográfica de 317,26 hab./km². A proporção de população urbana é na ordem de 95,84% (IBGE, 1991).

A população total de Buerarema, fica em torno de 20.803 habitantes, distribuídos em 15.947 na zona urbana e 4.856 na zona rural, apresentando uma taxa de urbanização de 76,66% e densidade demográfica de 102 hab./km².

Conforme dados do IBGE (1991) existem, entre a população residente do município de Arataca, cerca de 13.530 habitantes, distribuídos em 4.386 na zona urbana e 9.147 na zona rural, apresentando uma taxa de urbanização de 32,39% e com densidade demográfica de 34,06 hab./km². Tanto a taxa de urbanização quanto a densidade demográfica são as mais baixas apresentadas na Área de Influência.

Observa-se na Figura 04 que a principal atividade econômica ativa da Área de Influência é a agricultura, detendo 43%, sendo seguida da industrial, com 15,4%.

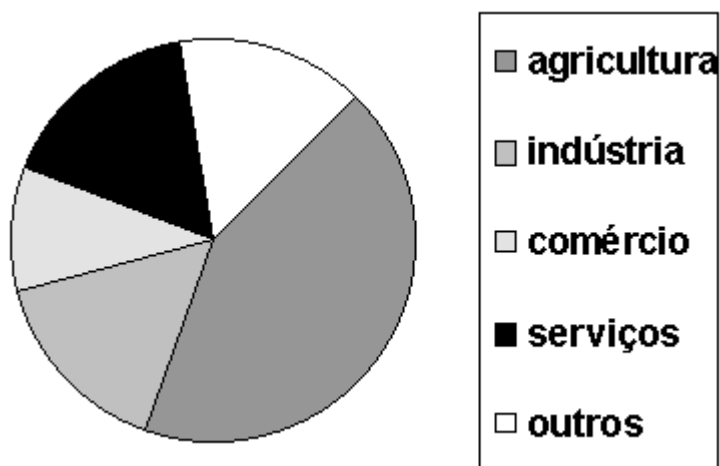


Figura 04 - Distribuição da atividade econômica da população na Área de Influência.

Finalmente, analisando o rendimento médio relacionado ao salário mínimo vê-se que em 1980, a diferença entre a área urbana e a área rural foi de 2,76 salários mínimos. Esta relação no decorrer da década, diminuiu para 1,82 salário mínimo.

O desemprego em massa, tanto no setor rural quanto no setor urbano, a migração do campo para a periferia urbana da região, engrossando a pobreza urbana, demandando mais investimentos do setor público na infra-estrutura urbana, são algumas das marcas deixadas na região, no início dos anos 90, pela crise do sistema produtivo regional baseado na monocultura, na concentração dos bens de produção e não produção local de alimentos.

Na questão migratória, os movimentos populacionais de uma região para outra apresentam-se particularmente associados a crise do cacau. Com a mudança no sistema de produção de cacau, envolvendo menor mão-de-obra por unidade de área, o desemprego aumentou significativamente, forçando muitas famílias abandonarem a região em busca de melhores condições de vida.

O desemprego direto decorrente do cultivo do cacau é indicado pelo número de hectares cultivados por trabalhador. Segundo pesquisas desenvolvidas no Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC, no início dos anos 80, um trabalhador respondia pelos trabalhos de 2 a 4 hectares, a depender do nível tecnológico adotado, sendo que nos anos 90 este trabalhador responde por 8 hectares em média (TREVIZAN, 1993).

4.4. Características culturais

Ilhéus é uma cidade histórica tendo suas raízes no estabelecimento da população brasileira, com a criação do Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1816. Após a transmigração da família real para o Brasil, foi constituída a Província da Bahia, dividida nas Comarcas da Bahia, Jacobina, Porto Seguro e Ilhéus.

Na primeira metade deste mesmo século houveram tentativas de colonização orientada. A Colônia do Almada, fundada por imigrantes alemães em 1.812, foi uma tentativa que não obteve êxito. Até o século passado as migrações subvencionadas pelo governo com o objetivo de colonizar as Comarcas do Sul constituíram em sucessivos fracassos e prejuízos. As migrações espontâneas eram até então raras. O cacau já havia sido introduzido na região, mas a policultura de pequeno porte não gerava capitais e, conseqüentemente não fixava populações rurais numerosas.

A vida econômica ficou estagnada até o advento da República, então a região de Ilhéus se manteve preservada até o século XIX. No entanto, extraía-se ali o pau-brasil.

Historiadores sugerem que o surgimento de uma "civilização" cacaueira foi em decorrência da Abolição da Escravatura e da extraordinária demanda do produto no continente europeu.

A região onde se insere a REBIO tem suas características culturais influenciadas pelo cultivo do cacau e na história da colonização do Brasil.

Com relação às festividades regionais, na cidade de Ilhéus em janeiro tem-se a festa de São Sebastião. No último domingo do mês de setembro ocorre uma procissão marítima em homenagem a São Miguel e no dia 23 de abril, São Jorge é homenageado por cerimônias do Candomblé.

Em Una, os principais eventos são a Micareta que é um carnaval fora de época no dia 02 de agosto, em homenagem ao aniversário da cidade. No ano de 1994, o tema da micareta foi o mico-leão-da-cara-dourada, a cidade teve na decoração a cara do mico. No dia 19 de março ocorre a festa do Padroeiro da cidade, em homenagem a São José com festejos religiosos, procissão, quermesse, etc. As principais festividades apresentam cunho religioso: entre os dias 18 a 20 de janeiro o padroeiro

de Comandatuba, São Sebastião é comemorado. Em 13 de junho ocorre a festa de Santo Antônio no distrito de Pedras, São João é comemorado entre os dias 23 e 24. Destaca-se ainda a comemoração das festas juninas com quadrilhas, quermesse e alimentos típicos da data.

Antigamente, no distrito de Colônia comemorava-se as festividades típicas japonesas, pois este distrito teve a colonização desta etnia nas décadas de 40 e 50.

A Festa do Cacau ocorre em Itabuna no mês de outubro e na primeira quinzena de novembro exposições agropecuárias regionais.

O artesanato regional tem como base artefatos de couro, madeira, cerâmica, bordados e madeira, bem como o famoso chocolate caseiro.

A gastronomia local não difere muito da típica baiana, destacando-se iguarias feitas ao óleo de dendê, frutos do mar, pescados e doces regionais. Desta forma, tem-se o acarajé, fritada de camarão, de peixe, moquecas diversas, o vatapá, cuscuz ao leite, a cocada, entre outros.

4.5. Infra-estrutura disponível para o apoio à Unidade

Uma pequena parte da infra-estrutura de apoio para a Reserva Biológica de Una é obtida do município mais próximo, a cidade de Una. Este apoio consiste em serviços de conserto de automóveis, correio, obtenção de material de consumo, serviços bancários, entre outros. Porém, Ilhéus e Itabuna fornecem muito apoio e facilidades a UC.

Como se trata de uma cidade turística, Ilhéus apresenta uma boa infra-estrutura para recebimento dos turistas contando com uma ampla e confortável rede de hotéis e restaurantes, bem como também sistemas de pousadas. Ao todo são 72 estabelecimentos de hospedagem, sendo: 22 hotéis, 39 pousadas e 11 pensões.

Quanto à infra-estrutura da área da saúde, o município conta com um hospital público e quatro hospitais particulares, somando 524 leitos. O município de Itabuna apresenta 63 unidades de saúde, sendo 55 sem internação e 8 com internação. Existem cerca de 4,69% de leitos por habitante do município (IBGE, 1991).

Para a educação, tem-se para pré-escola, 25 estabelecimentos estaduais e 22 municipais, com 4 creches municipais que atendem cerca de 412 crianças. São 130 escolas municipais, 29 estaduais e 8 particulares voltadas para o ensino de 1º grau e três escolas estaduais, 2 municipais e 4 particulares de 2º grau. Para atividades de cultura e lazer o município possui um cinema, duas bibliotecas, uma pública e outra privada, bem como três teatros.

Para a segurança pública há um contingente de 65 soldados da polícia civil e 724 da polícia militar.

Os serviços de correio e telégrafos são feitos por apenas uma agência postal telegráfica localizada no centro da cidade de Ilhéus. Possui dois estabelecimento bancários públicos, uma agência do Banco do Brasil S/A e outra do Banco do Estado da Bahia S/A, bem como Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, além de agências de outros bancos privados.

A infra-estrutura de Una para atender a saúde pública é precária. Existe um posto de saúde somente para vacinação, bem como hospital Santa Casa em precárias condições e um expresso médico

instalado em um ônibus. Ao todo o sistema de saúde soma cerca de 100 leitos, todos pertencentes às instituições públicas.

A Polícia Militar do estado, possui ao todo, oito policiais lotados nos serviços de segurança pública e a polícia civil apenas dois agentes.

A fonte de captação de água para a sede do município é feita do rio Una, passando por uma estação de tratamento e distribuída por rede. A empresa que faz este serviço para a população é a Empresa Baiana de Saneamento-EMBASA. O sistema de abastecimento do município possui um conjunto simples, constituído por uma represa de alvenaria de pedra que acumula as águas do Ribeirão do Jacão (fonte de alimentação) onde está instalada uma caixa coletora de aproximadamente 4 m³. A água é bombeada da caixa através de uma unidade constituída por dois motores de 13 cv cada, com uma vazão de 7 litros de água/segundo, para o reservatório com capacidade de 253 m³, distribuída para toda a cidade.

O município ainda apresenta esgotamento pluvial, mas não sanitário, que é feito através de fossas sépticas. O depósito do lixo urbano é feito a céu aberto sem nenhum tipo de tratamento ou acondicionamento prévio.

A sede da cidade possui uma agência do correio, uma agência do Banco do Brasil, bem como um posto telefônico.

O transporte rodoviário é feito por quatro empresas dos sistema de transporte coletivo, sendo uma responsável pelo transporte urbano e três pelo transporte regional.

O município de Una conta ainda com 2 hotéis e duas pousadas. As principais atrações turísticas são a cachoeira Repartimento, lagoa do Mabaço e a praia do Itapororoca. Há uma tendência para exploração do ecoturismo em Una, existia um grande interesse do prefeito anterior de implantar um projeto turístico em Pedras.

Existe apenas um porto de abastecimento de combustível o que dificulta os serviços da Unidade.

4.6. Ações ambientais exercidas por outras instituições

- **Política Ambiental**

No ano de 1988 a Mata Atlântica torna-se Patrimônio Nacional, por disposição da Constituição Brasileira então promulgada. Ainda neste ano, cinco estados brasileiros consorciaram seus esforços pela conservação da Mata Atlântica: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Em 1989, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aderiram ao Consórcio.

Entre 1991 e 1992 o Man and Biosphere - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/MAB-UNESCO, atendendo a solicitação do governo brasileiro declara Reserva da Biosfera as partes mais significativas dos remanescentes da Mata Atlântica do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e da região da Serra da Mantiqueira do estado de Minas Gerais, incluindo áreas marítimas e a maioria das ilhas costeiras e oceânicas desses estados.

Em 1993, o programa MAB-UNESCO, complementando o trabalho já iniciado, declara também parte desta Reserva da Biosfera as porções de Mata Atlântica da região Nordeste, compreendendo

do Ceará à Bahia, bem como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e as demais áreas de Minas Gerais não contempladas nas resoluções anteriores. Desta forma, a Reserva da Biosfera envolve parte dos territórios de 14 estados costeiros entre o Ceará e Rio Grande do Sul, e o estado de Minas Gerais.

A Reserva da Biosfera é um instrumento de planificação que permite, através do zoneamento, o trabalho permanente e solidário para a conservação e a implantação do desenvolvimento sustentado junto a um ecossistema representativo do planeta. No caso da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica esses esforços são compartilhados pelos governos Federal e Estaduais, por cientistas e ambientalistas interessados na Mata Atlântica e também por seus moradores (CORREA, 1996).

O Consórcio Mata Atlântica é um órgão governamental de apoio ao Sistema de gestão da Reserva. Exerce por delegação, o papel de Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera. Atua, quando solicitado, no apoio aos Comitês Estaduais de Implantação, articulando os trabalhos dos órgãos federais e estaduais para a implantação da Reserva em cada estado, assegurando a compatibilização das atuações sugeridas pelos grupos temáticos ao Plano de Ação.

O Consórcio trabalha também para assegurar coordenação e harmonia às ações dos órgãos federal e estaduais na implantação da Reserva da Biosfera e em iniciativas para a conservação deste bioma.

As diretrizes para as atividades do Consórcio são estabelecidas por seu Conselho de Secretários. Este Conselho é composto pelos Secretários de Meio Ambiente dos 14 estados consorciados e pelo presidente do IBAMA. Conta ainda com dois assessores técnicos em cada estado e dois junto ao governo federal.

Em síntese a Reserva da Biosfera tem três objetivos: conservação da biodiversidade do bioma Mata Atlântica, implantação do desenvolvimento sustentado na área de abrangência de seus principais remanescentes e conhecimento científico.

Foi instituída a idéia de se implantar Áreas Pilotos dentro do Projeto Parques e Reservas, que têm por finalidade priorizar a realização de experimentos. Estas devem buscar as melhores formas de manejar a flora, fauna e a produção sustentada dos recursos naturais, bem como incrementar a recuperação da biodiversidade e dos processos de conservação. Assim, a região da REBIO de Una foi escolhida como uma área piloto. Uma das estratégias sugeridas para compatibilizar uma situação de instabilidade econômica com a conservação da biodiversidade é o planejamento do uso da terra em áreas particulares próximas às áreas de conservação. O objetivo seria incentivar usos agrícolas ou turísticos minimizando o impacto humano e aumentando o tamanho do habitat utilizável pela fauna.

- **Extensão e Pesquisa na Área Ambiental**

A CEPLAC tem tido um importante papel no desenvolvimento da região, através da pesquisa agro-econômica, extensão rural, estudos do ambiente natural, além de contribuir nos projetos de infraestrutura relacionados com o desenvolvimento agrícola.

Vários pesquisadores deste órgão tem se dedicado em estudar o ecossistema da Mata Atlântica da região, enfocando áreas de conhecimento como ecologia, conservação e biologia geral.

A Universidade de Santa Cruz-UESC está se estruturando com vistas a formar uma equipe científica na área de ciências ambientais. Há três anos a Universidade promove um curso de *lato sensu* cujo o título é Gestão e Desenvolvimento Ambiental.

Como se trata de uma universidade relativamente nova, concursos para contratação de professores estão sendo feitos com o intuito de formar o Departamento de Ciências Biológicas. Vários docentes já desenvolvem pesquisas na área de ecologia e apresentam interesse em pesquisar na REBIO.

Atualmente o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do sul da Bahia-IESB está elaborando, junto à Conservation International, um levantamento de alternativas econômicas para a região de Una. Foi feito um diagnóstico preliminar. O programa de extensão rural com agricultores enfoca a viabilização das atividades econômicas alternativas através da orientação técnica, pesquisa de mercado, utilização auto-sustentável da Zona de Transição da Reserva, reutilização de áreas previamente desmatadas e estabelecimento de regras de uso do solo, entre outras.

O Projeto Remanescentes de Floresta da região de Una (RestaUna) visa investigar como o processo de fragmentação e uso antrópico do ambiente, que ocorre na região sudeste da Bahia, influenciam os padrões locais de biodiversidade. O objetivo principal é avaliar as respostas populacionais de importantes grupos taxonômicos à fragmentação e ao uso da terra; descrevendo os padrões de distribuição de espécies encontradas nos ambientes naturais e alterados pelo uso antrópico, com vistas a obter informações que viabilizem estratégias eficientes para a preservação.

Está previsto neste projeto o intercâmbio entre os pesquisadores envolvidos e professores das escolas municipais da região, incluindo ciclos de palestras nas escolas municipais, bem como visitas às estações de coleta. Além da Prefeitura Municipal de Una este projeto conta com a Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade de São Paulo - USP, Universidade de Campinas - UNICAMP e Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia-IESB. A execução dos sub-projetos será conduzida por alunos dos cursos de doutorado e mestrado em Zoologia e em Ecologia da USP e UNICAMP, respectivamente.

Existem poucas informações sobre como o processo de fragmentação de habitats naturais afetam os padrões de biodiversidade, bem como sobre seu impacto nos diferentes grupos de organismos.

A possibilidade de criação de corredores de vegetação, que estabeleçam a conexão entre as áreas remanescentes de maior extensão, vem sendo apontada como uma das alternativas para a manutenção da biodiversidade e recuperação da Mata Atlântica. Porém, sem o conhecimento sobre o uso dos diferentes tipos de ambientes pelas comunidades tanto da fauna quanto da flora, não é possível saber do potencial destes corredores para proteção destas comunidades. Neste contexto, informações sobre a ecologia do mosaico ambiental, estrutura das comunidades nesses ambientes, características auto-ecológicas das espécies tornam-se ferramentas imprescindíveis para a definição de prioridades e estratégias de conservação da biodiversidade regional.

Como objetivos específicos, o projeto pretende: 1) descrever a estrutura da vegetação através da análise de composição e cobertura do dossel de áreas de mata contínua, fragmentos florestais de diferentes tamanhos, áreas secundárias e sob o cultivo de cacau; 2) descrever os padrões de utilização destes ambientes pela fauna, levantando dados sobre a abundância relativa de espécies e a composição das comunidades de lepidópteros, coleópteros, aves, mamíferos terrestres e morcegos.

Serão amostrados fragmentos florestais de diferentes tamanhos e dois tipos de ambientes alterados, predominantes no entorno da REBIO. Estes correspondem, na região de Una, áreas de cultivos de cacau e vegetação secundária em vários estágios sucessionais. Estes resultados serão comparados com aqueles obtidos para uma área de floresta contínua que servirá como área controle, aqui representada pela REBIO.

A integração destes sub-projetos se dará através da adoção de metodologias compatíveis enquadradas em um delineamento experimental único, de forma a otimizar os esforços com a utilização de uma estrutura comum.

A CEPLAC está desenvolvendo um programa com o objetivo de levantar os recursos hidrográficos na região de Ilhéus, visando seu manejo e conservação dos mananciais.

- **Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento**

Vários projetos de campo tem como objetivo compatibilizar aspectos sociais com a conservação da natureza, sendo denominados "Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento" (PICD). Estes são voltados para a viabilização de Unidades de Conservação, através do estímulo a alternativas econômicas sustentáveis com a participação de comunidades locais.

Uma ONG local, denominada Jupará, desenvolve um projeto com o apoio financeiro do WWF cujo título é: "Projeto de Assistência Técnica em Agricultura Alternativa Ligada à Conservação das Áreas Florestais de Pequenos Produtores na Zona de Transição de Una". Este projeto está sendo implementado por esta ONG em 35 comunidades rurais, localizadas em 17 municípios da região cacauera do sul da Bahia. Além da REBIO de Una o projeto abrange outras áreas de proteção ambiental, tais como: Área de Proteção Ambiental -APA da Lagoa Encantada em Ilhéus, Reserva Florestal em Wenceslau Guimarães, Reserva da CEPLAC localizada no município de Santa Luzia, APA da Cachoeira de Pancada Grande em Ituberá, APA das ilhas de Tinharé/Boipeba em Nilo Peçanha e a Reserva Indígena Paraguassu/Caramuru abrangendo três municípios (JUPARÁ, 1997).

Este trabalho apresenta os seguintes tópicos: necessidade de desenvolver uma agricultura economicamente viável e alternativas de mercado, bem como assistência técnica para pequenos produtores; critério técnico para avaliar os planos de manejo florestal sustentável; necessidade de clarear as definições de vegetação legalmente protegida pelo decreto da Mata Atlântica; necessidade de trabalho para trabalhadores sem-terra no município de Una; alternativas para o corte da "cabruca" e áreas de floresta nativa tradicionalmente mantida pela plantação de cacau e expandir os esforços para educação ambiental com o público em geral, particularmente no município de Una.

No entorno da UC são enfocadas três comunidades: Fazenda Fortaleza com 50 famílias, Cajueiro I com 55 e Cajueiro II com 24. Entre as atividades da instituição está a orientação para a produção agrícola e agroflorestal. Desta forma, foram distribuídas 11.252 toletes de cana, 95.000 sementes de açaí e 1.830 mudas de dendê, por intermédio de outras instituições que atuam em conjunto. Cultivos perenes estão sendo incentivados, como piaçava, cajueiro, dendê, juçara, coco da Bahia, cacau, cupuaçu, jaca, graviola, cajá, cajarana, seringa, goiaba, macadâmia, mangostão, entre outros. Estas culturas já foram testadas e adaptadas há mais de 10 anos através dos sistemas desenvolvidos pelos pequenos produtores tradicionais.

- **Licenciamento Ambiental**

O licenciamento ambiental é feito pelo Centro de Recursos Ambientais-CRA, o qual atua nos projetos industriais, agropecuários, empreendimentos de grande porte que se situem em área relevante do ponto de vista ambiental. É feita uma vistoria do empreendimento, expedido um parecer que fica condicionado a avaliação do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, o qual formula a política estadual de meio ambiente. O CRA promove o embasamento técnico para o conselho. Para as atividades industriais são emitidas as seguintes licenças: de localização, de

implantação e de operação. Além de licenças ambientais o CRA promove controle e monitoramento da qualidade ambiental, fiscalizando a emissão de efluentes, por exemplo. Para empreendimentos agropecuários, os bancos antes de autorizarem o financiamento exigem a apresentação da licença ambiental. Atualmente a proposta é promover uma ação conjunta com os outros órgãos para determinar normas ambientais dos financiamentos.

- **Capacitação de Gestores Ambientais**

O Programa de Capacitação de Gestores e Educadores Ambientais elaborado pelo CRA tem os objetivos de dotar agentes multiplicadores de informações básicas sobre a questão ambiental e aplicar métodos e técnicas de educação popular aos problemas ambientais das comunidades, com gestão que apontem a sua solução.

Cursos de gestão Ambiental, Educação Popular Ambiental, Manejo de Bacias Hidrográficas, Gestão de Resíduos Sólidos, Direito Ambiental, Gestão Ambiental na Indústria e de Guias de Eco-turismo serão realizados. Estes cursos são ministrados para servidores públicos municipais, estaduais e federais, professores de 1º e 2º graus, estudantes e técnicos de nível superior, advogados, técnicos envolvidos nas atividades industriais, guias turísticos, lideranças comunitárias e outras pessoas interessadas. Junto a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, o CRA apoia o curso de *lato sensu* em Gestão Ambiental que teve início em 1991, participando do colegiado. Há ainda uma proposta de incluir no *currículum* básico de graduação um programa de capacitação de gestores e educadores ambientais.

- **Educação Ambiental**

O CRA ainda desenvolve um programa de assessoramento das secretarias de meio ambiente e educação dos municípios interessados, com fornecimento de material básico sobre o meio ambiente.

O projeto "Educação Ambiental do Mico-leão-baiano" foi iniciado em 1990, na CEPLAC por Maria Cristina Alves, onde existia um centro de visitantes. As crianças das escolas recebiam palestras e faziam caminhadas numa pequena trilha adjacente a este centro. Havia ainda, recintos para o recebimento de micos-leões-de-cara-dourada apreendidos de particulares. Este local foi conhecido como Centro de Educação da Natureza, tendo seu término em 1994. No momento, foi solicitado ao IBAMA a retirada destes animais, não havendo condições financeiras para sua manutenção, pois com a finalização do projeto, os recursos estão escassos.

Desde outubro de 1995, Gabriel Santos, técnico do IESB, conduz um projeto de educação ambiental, financiado pelo grupo J&B. O projeto divulga a importância da REBIO para conservação do mico-leão-da-cara-dourada e de toda a biota que lá se encontra. O principal alvo são professores de escolas rurais do entorno, para atuarem como agentes multiplicadores dos conceitos de conservação, tentando mitigar os danos causados por caçadores, posseiros, invasores, madeireiros, piaçaveiros, entre outros. A Semana do Meio Ambiente em Una foi comemorada, com um concurso de redação e desenho. Os cinco primeiros colocados ganharam um passeio monitorado na Reserva juntamente com os professores. O trabalho enfoca ainda 25 pequenas e médias propriedades e 25 grandes propriedades localizadas no entorno da Reserva, tendo dois objetivos: 1) o reconhecimento da importância das matas tanto da Reserva como aquelas que se encontram nas propriedades e, 2) a conservação destes fragmentos de matas da região, ampliando a área de conservação da Unidade.

Os posseiros estão fora do projeto de educação ambiental, no entanto, a idéia é retomar este aspecto, ou seja, promover um levantamento de campo junto aos posseiros, levantar precisamente o número de pessoas, área ocupada, plantio, enfim, reunir dados para que possam facilitar a desocupação dos mesmos das terras da Reserva.

Por outro lado, a Secretaria de Educação do Município de Una está implementando um trabalho de extensão nas escolas rurais para desenvolvimento de um programa de educação ambiental. Está sendo feito um levantamento de dados junto às escolas rurais e urbanas, para determinação das diretrizes de implementação. Como primeiro passo, será feito um curso de capacitação para professores que serão treinados para o trabalho com educação ambiental. Num segundo passo, tanto professores, quanto alunos serão envolvidos.

- **Desenvolvimento de APA's**

A CODETUR engaja-se no processo de desenvolvimento da Bahia como articuladora, atuando efetivamente na implementação de uma estratégia turística, de curto, médio e longo prazos.

Dentro desta perspectiva de implementar empreendimentos turísticos a Secretaria de Turismo do estado da Bahia está investindo no desenvolvimento das Áreas de Proteção Ambiental estaduais para inserir mais um componente nas atividades turísticas do estado, o turismo ecológico. Além da criação de novas APA's, a CODETUR, através de contratos com empresas privadas, está elaborando os Planos Diretores, ou Planos de Manejo conforme o tratamento dado pelos próprios técnicos da instituição, para orientar as atividades de utilização destas áreas protegidas. Neste planejamento avaliação de impactos ambientais, planejamento de urbanização e estabelecimento de empreendimentos turísticos são contemplados.

- **Turismo Ecológico**

Há um projeto de criar um parque demonstrativo de ecoturismo em uma propriedade vizinha da REBIO, que apresenta área de mata adjacente à UC, na propriedade de Sr. Manoel Targino. Este proprietário desistiu do plano de manejo florestal para investir em ecoturismo. Foi feito um acordo com o proprietário que vendeu parte da fazenda para o IESB, cerca de 80 ha. Este projeto recebe apoio da ONG, Conservation International.

Atualmente o turismo regional é voltado somente para as praias, não sendo enfocados aspectos culturais das fazendas de cacau, seringa e históricos da região.

Será elaborado um Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para tal atividade. Está prevista a construção de instalações para receber os turistas, melhoria de estradas de acesso, implementação de trilhas e uma passarela na copa das árvores para que os visitantes possam caminhar ("canopy walk"). O oferecimento de infra-estrutura para apreciar a copa das árvores quer seja através de passarelas ou de mini-bondes, é uma técnica muito difundida em países que tem tradição no ecoturismo, como a Costa Rica e a Venezuela, por exemplo.

- **Levantamento dos Recursos Naturais da Região**

O projeto "Aerofotogrametria Alternativa para apoiar Unidades de Conservação no sul da Bahia", está sendo desenvolvido por instituições privadas e do governo, tendo a participação das seguintes organizações: IBAMA (PREVFOGO), Departamento de Desenvolvimento Florestal - DDF, IESB e Conservation International.

Este projeto tem como objetivo a verificação da utilidade, praticidade, economia e facilidade de uma tecnologia alternativa de baixo custo e alto desempenho adequado para análise dos corredores florestais da Mata Atlântica, através de fotografias aéreas obtidas de aparelhos adaptados, diferentemente do sistema convencional.

O teste incluirá as áreas do entorno das Unidades de Conservação localizadas no sul da Bahia, incluindo a Reserva Biológica de Una. Será feito um sobrevôo preliminar da REBIO, no mês de maio, do corrente ano. As áreas que serão mapeadas medem aproximadamente 40 km². Espera-se deste trabalho obter um diagnóstico mais preciso da situação em que se encontra os remanescentes de Mata Atlântica do entorno da UC.

O IESB também desenvolve um trabalho que se constitui numa primeira caracterização da área geográfica que seria a Zona de Transição da REBIO de Una, com o objetivo de priorizar áreas de conservação. Os dados permitirão o subsequente zoneamento e implantação de incentivos fiscais beneficiando o manejo sustentável na Zona de Transição. A área do trabalho abrange um raio de 15 quilômetros do centro da REBIO.

O objetivo do trabalho é a localização e quantificação das florestas nas fazendas particulares perto da REBIO de Una, para priorizar esforços de conservação. Ao final deste trabalho será possível saber qual a distribuição dos fragmentos de mata por tamanho e quais são contíguos à UC. Além disso, poderá ser feito um prognóstico da taxa de desmatamento e eliminação dos fragmentos remanescentes. O estudo também mostra qual a capacidade que o sistema de informação geográfica (SIG) pode ter na classificação de áreas para a conservação da biodiversidade. O primeiro resultado deste estudo mostrou que dentro da reserva existem somente 4.457 ha de mata. Algumas fazendas, no entanto, possuem remanescentes que são contíguos com a floresta da Reserva. São definidos como contínuos, aqueles fragmentos florestais com não mais que 30 metros de área aberta, separando-os dos fragmentos adjacentes. Utilizando-se deste conceito, a área total da floresta considerada contígua à Reserva de Una, incluindo a floresta dentro da UC, foi de 14.216 ha.

Depois de localizar e quantificar os remanescentes de mata em relação à Reserva o objetivo final foi o de analisar a taxa de degradação dos remanescentes. Para tanto, dados de imagens de satélite com pesquisa de campo foram combinados. A maior causa para a degradação do ecossistema é a indústria madeireira, que está degradando cerca de 1.120 ha da região por ano. Além desta exploração, estimativa-se que aproximadamente 500 ha por ano de mata secundária estão sendo derrubados sem a comercialização das árvores.

A partir destes dados, concluiu-se que a proteção da biodiversidade oferecida pela REBIO depende diretamente das matas contíguas à reserva. Mesmo em um município do sul bahiano, conhecido pela existência de grandes fragmentos de floresta. Os dados indicam que somente 25% da área terrestre do município de Una ainda apresentam alguma cobertura florestal, e que a maior parte está concentrada perto da UC.

4.7. Apoio Institucional

Instituto de Terras da Bahia - INTERBA

O INTERBA esclarece sobre as questões fundiárias, sobreposições de documentos de registros, promove registros de títulos, faz demarcações de terra, promove ações discriminatórias com trabalho de campo para levantar informações das propriedades, confeccionando todos os levantamentos topográficos *in loco* para a definição das divisas, cadastrando as propriedades envolvidas, listando as benfeitorias e as atividades das propriedades.

Foram os técnicos do INTERBA que promoveram a medição dos primeiros 5.000 ha da Unidade, adquiridos pelo IBAMA. Calcula-se que estejam faltando 30 km de perímetro para serem demarcados e esclarecidos.

Fundação Pau-Brasil

Fundação Pau-Brasil está assumindo a Mata da Esperança em Ilhéus, tendo como principal objetivo a formação de um Horto Zoobotânico e o desenvolvimento de programa de Educação Ambiental. É formada por apenas 2 pessoas contratadas e algumas que auxiliam através de trabalho voluntário. Esta fundação serve de intermediária apoiando projetos de meio ambiente. Atualmente encontrando-se em fase de estruturação para implementar algumas atividades ambientais e científicas.

GRAMA - Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente

Estão se articulando para a criação de uma APA de forma organizada nas nascentes do rio Una. A proposta é criar uma Área de Proteção Ambiental - APA maior em Anuri, envolvendo várias nascentes deste rio.

Um membro da ONG atua no Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM como relator dos projetos da região, acompanhando a APA Ilhéus-Itacaré e Estrada Parque Itacaré.

Jupará - Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais

Em março de 1991 foi formado o Coletivo de Entidades, sendo elas: Pólo Sindical, CPT e Conselho Missionário Indigenista - CIMI, com o objetivo de unificar os recursos, pois cada entidade tem características próprias: sindical, pastoral e missionária. O Jupará, fundado em Ilhéus em julho de 1995, nasceu basicamente do Departamento de Pequenos Produtores do Pólo do Cacau. A organização é comprometida com o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, visando a conservação da natureza. A estratégia do trabalho da instituição inclui atividades de assistência técnica e extensão.

O corpo técnico é composto por três técnicos agrícolas, 3 técnicos sócio-ambientais educadores, 1 advogado e 1 socióloga colaboradora. Recebe ainda apoios de várias outras instituições como:

United States Agency for International Development - USAID, Pathfinder e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE.

O objetivo do Jupará é trabalhar, organizar e melhorar a pequena produção, qualidade biológica, agroecologia através da consciência da importância do meio ambiente.

É feito o aproveitamento das frutas com a confecção de doces, polpas e licores, abordando dois aspectos: o beneficiamento e a comercialização. Nas reuniões com pequenos produtores discute-se a questão da mata ciliar, os remanescentes e a criação de RPPN's. Atua em parceria com o Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia - IESB em assessorias de mapeamento dos fragmentos remanescentes, assentamento e alternativas econômicas.

A intensidade de sua atuação varia em diferentes comunidades, tendo dedicado maior atenção em três comunidades localizadas no entorno da REBIO, classificadas como atividades intensivas. Os objetivos gerais do projeto são: maximizar a área de floresta nativa no entorno da REBIO de Una, desenvolver e disseminar um modelo de conservação que integra a proteção de uma Reserva com a melhoria de vida de populações carentes. A meta é atingir cerca de 70% das famílias nas três comunidades intensivas e 35% famílias em quatro comunidades com atividades semi-intensivas. O que representa a participação de 1.089 famílias, considerando as 35 comunidades.

Em 18 meses de projeto, foram realizadas 2.657 oficinas, 510 círculos de estudos junto às comunidades. As oficinas tratam de vários temas, como: biodigestor, compostagem, calda biológica, solo cimento, faixa de retenção, uso de ervas medicinais, alimentação alternativa, hortas de fundo de quintal, identidade feminina, auto-estima, conhecimento do corpo, gestão das associações comunitárias, entre outros, tendo cerca de 1.132 participantes entre homens e mulheres.

Os resultados mostram que 216 famílias estão aplicando as novas técnicas assimiladas. Os círculos de estudos tratam temas como: agroecologia, sistemas agroflorestais, RPPN's, sistema solar, atmosfera terrestre, planeta terra, desequilíbrio ecológico, etc. Os resultados concretos deste trabalho incluem uma visível conscientização dos pequenos produtores em relação à conservação e ao manejo sustentado dos recursos naturais, refletidas nas iniciativas de proibição da caça e da extração da madeira, combate ao uso do fogo, cuidados com as nascentes. Entre elas se destaca o compromisso assumido pela comunidade Cajueiro II, existente na área do entorno da REBIO, de manter em cada um dos 24 lotes individuais, cerca de 30% de remanescentes florestais, 40% de agrofloresta e os 30% restantes com agricultura intensiva. Vale ressaltar que atualmente esta comunidade dispõe de 70% de sua área coberta por floresta.

Além disso, a instituição realiza visitas individuais de assistência técnica. Círculos de estudos foram realizados para o beneficiamento, aproveitamento e comercialização dos subprodutos da mandioca, piaçava, e guaraná.

World Wide Fund for Nature - WWF

O WWF, fundado em 1961 na Suíça, onde permanece seu secretariado internacional, atua em mais de 100 países, contando com 4,7 milhões de aliados. Atualmente configura entre uma das maiores organizações não governamentais do mundo. No Brasil, esta organização atua desde 1971, sendo que nestes 25 anos desenvolveu cerca de 350 projetos de conservação, a maioria com organizações não governamentais regionais. A criação de uma organização nacional autônoma, ocorreu em agosto de 1996.

O seu objetivo principal é de promover a conservação da natureza e dos processos ecológicos. Para tanto, executa diagnósticos ambientais e pesquisas científicas, desenvolve e testa modelos alternativos através de projetos de campo, e dissemina resultados obtidos com práticas de educação ambiental, comunicação, desenvolvimento institucional e políticas públicas, a nível nacional e internacional.

A maior parte dos recursos do WWF, cerca de 65% são originários de doações individuais. O restante vem de várias fontes, inclusive iniciativa privada, fundações e agências bilaterais de assistência. Os recursos recebidos de agências internacionais e governos, representam 17% do total.

Esta ONG acompanha ainda, tratados ambientais internacionais, resolução de conflitos ambientais, política econômica e meio ambiente, comércio internacionais de fauna e flora silvestres, entre outros. Conta com 15 profissionais da área técnica e 13 da área administrativa.

Entre os anos de 1995 e 1996 o WWF conduziu cerca de 41 projetos com atividades de apoio à pesquisa, projetos de campo, legislação e políticas públicas, educação ambiental e comunicação. Destaca-se a participação nas seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, Parque Nacional do Jaú, Reserva Biológica de Poço das Antas e Reserva Biológica de Una.

O WWF há muitos anos vem desenvolvendo atividades de auxílio para a REBIO de Una. Primeiramente, foi uma das instituições que articularam levantando fundos para a aquisição de um corredor que ligasse os dois blocos da Reserva, os quais inicialmente estavam separados. Esta ONG internacional vem dando suporte técnico e financeiro para a condução de várias atividades de educação ambiental e pesquisa sobre o mico-leão-da-cara-dourada.

Desde 1991, o WWF auxilia as atividades científicas do pesquisador americano James Dietz, que estuda a biologia do mico-leão-da-cara-dourada. No entanto, ao que tudo indica, este pesquisador não contará mais com os recursos desta instituição no próximo ano.

Atualmente recursos financeiros estão sendo destinados para Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento, que visa buscar alternativas econômicas viáveis para os fazendeiros de cacau e pequenos agricultores do entorno.

O projeto do Jupará é apoiado pelo WWF que está estimulando a busca de alternativas econômicas para a população rural promovendo a sustentabilidade e a manutenção da função natural do ecossistema.

Em 1989/90 teve início um projeto de educação ambiental tendo a participação do IBAMA e do WWF. Através de participação informal, um fazendeiro cedeu a infra-estrutura e montou uma escolinha que tinha o objetivo de preparar a nova geração que mora no entorno da unidade. Os professores desenvolvem atividades na escola rural que é mantida pela prefeitura nos dias de hoje. Este trabalho continua tendo o apoio do IBAMA. O salário dos professores é custeado pela prefeitura e a Reserva fornece o transporte para merenda escolar, material de divulgação: cartazes, folderes e empresta mimeógrafo.

Centro de Recursos Ambientais- CRA

O Centro de Recursos Ambientais, com apoio do Banco Mundial e do IBAMA dentro do Programa Nacional do Meio Ambiente, está conduzindo o Programa de Gerenciamento Costeiro da Bahia. O objetivo deste programa é o de gerenciar de forma participativa a ocupação, o aproveitamento dos

recursos naturais e as atividades sócio-econômicas desenvolvidas na zona costeira, promovendo o desenvolvimento sustentado, através de quatro instrumentos básicos: macrozoneamento, Sistema de Informações de Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), sistema de monitoramento e plano de gestão.

Prefeitura Municipal de Ilhéus

A Secretaria de Planejamento Estratégico através da Assessoria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ilhéus está implantando algumas Unidades de Conservação de uso direto e indireto.

Antigamente para proteger a biodiversidade regional existia apenas a REBIO de Una como um centro de referência. Atualmente outras áreas protegidas estão sendo criadas e implementadas como: Parque Estadual do Conduru, criado em fevereiro último e o Parque Estadual da Mata da Esperança com 400 ha, onde pretende-se implantar um Centro de Educação Ambiental e um Jardim Botânico.

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia - IESB

O Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia - IESB é uma organização não governamental que foi criado oficialmente em setembro de 1994, possuindo um contingente de cerca de 12 técnicos. Este instituto vem desenvolvendo trabalhos no entorno da REBIO deste 1993, tendo elaborado seu primeiro trabalho com o apoio do WWF, avaliando, através de imagens de satélite, a situação de desmatamento da região de Una.

Existe no IESB um programa de políticas públicas para conservação da zona cacauieira, que recebe apoio da Fundação Ford e da United State Agency for International Development-USAID. Este projeto apresenta várias linhas de ação como: crédito rural, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ecológico, reforma agrária na região, entre outros. Pelo trato do corredor biológico a responsabilidade do IESB é de fomentar a criação de RPPN's no entorno da REBIO.

O IESB está apoiando a criação de RPPN's na região de Ilhéus e Una, através de orientação sobre o processo de criação, auxílio na confecção de mapas, divulgação do material do IBAMA, entre outras. Calcula-se que atualmente existem 5 pedidos para a criação de RPPN's.

Além disso, o IESB está promovendo um levantamento da questão fundiária do entorno da UC, visando estabelecer regras para os assentamentos em áreas remanescentes de Mata Atlântica. Sabe-se que o Movimento Sem-terra listou sete propriedades para promover a ocupação na região de Una, das quais cinco estão na Zona de Transição da Unidade.

A Prof.a Heloísa Orlando, está desenvolvendo uma pesquisa para o CNPq, junto à Universidade Federal da Bahia, com o apoio do IESB. Esta pesquisa envolve um levantamento fundiário no cartório de Una dos proprietários, posseiros e invasores que residem no interior da REBIO. O objetivo deste trabalho é conhecer efetivamente os ocupantes e estabelecer requerimentos legais para a conservação efetiva da REBIO de Una e sua área do entorno.

Existem 10 fazendas ao redor da UC que apresentam importantes áreas de mata contíguas com a reserva. Há um acordo informal entre estes proprietários e o IESB para a conservação destas matas,

em troca da assistência técnica por parte da ONG, com implantação de piscicultura, sistemas de exploração de produtos florestais não madeireiros, enriquecimento de açaí e extração de piaçava.

Comissão Executiva para Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC

O governo federal através do Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957 criou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC a fim de restabelecer o equilíbrio financeiro da economia cacaueira e recuperar a lavoura pela via da modernização dos métodos de produção agrícola. Para atingir a segunda parte desse objetivo, a recuperação da lavoura via modernização dos métodos agrícolas, a CEPLAC foi ampliada através da criação do Centro de Pesquisas do Cacau e do Departamento de Extensão em 1963.

O Setor de Recursos Ambientais no Centro de Pesquisa do Cacau-CEPEC, vem desenvolvendo através de seus pesquisadores várias atividades que envolvem o conhecimento científico da Mata Atlântica e a proteção da biodiversidade. O Projeto Mata Atlântica conduzido pelo pesquisador André de Carvalho já coletou e catalogou mais de 800 espécies vegetais na REBIO e região. Todas estas espécies estão herbarizadas e encontram-se depositadas na CEPLAC em um herbário separado. Pesquisas com ofídios e utilização de artrópodes como bioindicadores estão sendo iniciadas.

Conservation International do Brasil

A Conservation International foi criada nos Estados Unidos em 1987 com o objetivo de conservação e uso sustentado da biodiversidade, além de preservação de ecossistemas ameaçados e suas espécies, desenvolvendo projetos de conservação em 22 países, enfocando principalmente regiões em situações críticas (*hotspots areas*), áreas tropicais preservadas e em países com megadiversidade.

Esta ONG internacional atua no Brasil desde 1988, desenvolvendo e apoiando projetos de conservação da biodiversidade em todos os grandes biomas brasileiros: Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Caatinga e Cerrado. Sediada em Belo Horizonte, conta com representações em Brasília, Rio de Janeiro e Campo Grande. No ano de 1990, o programa no Brasil transformou-se em uma entidade nacional autônoma, denominada Instituto Conservation International do Brasil S/C, a qual conta com um corpo técnico formado por 15 profissionais.

Ao todo, quatro programas são desenvolvidos pela instituição, são eles: Programa de Economia da Conservação, Programa de Biologia da Conservação, Programa de Planejamento e Capacitação em Conservação e Programa de Políticas de Conservação.

Várias publicações tanto científicas quanto de divulgação tem sido produzidas pela Conservation International, incluindo vídeos, posters e panfletos.

A Conservation International vem desenvolvendo e apoiando projetos em conjunto com o IESB na região cacaueira do sul da Bahia. A maior parte do suporte financeiro é destinada para os levantamentos dos remanescentes de Mata Atlântica na região, projetos com a Zona de Transição, de busca de alternativas econômicas para atividades rurais e, atualmente projeto de desenvolvimento ecoturístico.

Vários programas são desenvolvidos pela instituição, mais especificamente o Programa de Economia e Conservação, que enfoca projetos de busca de alternativas econômicas para a conservação das florestas do sul do estado da Bahia. Dentro do Programa de Políticas de Conservação existe o projeto de Definição de Prioridade para a Conservação de Biodiversidade no Brasil que engloba Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste.

Fundação Biodiversitas

Criada em 1989, a Fundação Biodiversitas é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, dedicada à conservação da biodiversidade, tendo como principal objetivo espécies da fauna e da flora brasileira e seus ecossistemas. Mantém um programa de conservação de áreas que inclui, entre outras, duas Unidades de Conservação em Minas Gerais e a Estação Biológica de Canudos na Bahia.

Esta ONG desenvolve seus projetos em diversos estados brasileiros através de várias linhas de ação que compreendem: pesquisa com espécies da fauna e da flora e ecossistemas brasileiros, realizações de eventos técnico-científicos e de educação, criação, administração e manejo de Unidades de Conservação, planejamento ambiental, edição de livros técnicos e de divulgação, programas de capacitação ambiental em biologia da conservação, entre outros. Cerca de 20 profissionais da área técnica e sete da área administrativa trabalham na Fundação Biodiversitas.

Dentro do programa de proteção de espécies ameaçadas de extinção, tem-se que a recente redescoberta da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) na caatinga, no nordeste baiano, determinou a criação da Estação Ecológica de Canudos. Esta espécie foi considerada extinta durante 122 anos. Desta forma, a partir de 1988, foi iniciado um programa de conservação desta espécie, o qual envolve pesquisa, censo, monitoramento das populações na natureza e educação ambiental.

Com um programa de pesquisa e proteção de espécies ameaçadas de extinção, enfocam a conservação das seguintes espécies: o tatu-bola do nordeste (*Tolypeutes tricinctus*), o muriqui (*Brachyteles arachnoides*), o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o guariba da mão-ruiva (*Alouatta belzebul*), o tamanduá-bandeira (*Mymercophaga tridactyla*), o macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternus*) e a orquídea *Constantia cipoensis*, endêmica da Serra do Cipó. Destaca-se o macaco-prego-de-peito-amarelo e o mico-leão-da-cara-dourada que ocorrem na REBIO de Una.

Em parceria com outras instituições, a Fundação Biodiversitas tem realizado "workshops" que geram informações capazes de auxiliar políticas públicas na área de conservação, como por exemplo o das Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica do Nordeste, considerando os locais de maior biodiversidade.

A Biodiversitas tem trabalhado no sentido de apoiar os proprietários, incentivando-os e esclarecendo sobre a criação de RPPN's.

Publicações técnicas em decorrência de pesquisas e atividades de educação ambiental são elaboradas para fornecer informações sobre determinados grupos taxonômicos ou ecossistemas ameaçados, um exemplo foi a publicação do Livro Vermelho dos Mamíferos Brasileiros Ameaçados de Extinção, da Lista de Espécies Ameaçadas da Fauna do Estado de Minas Gerais. Esta ONG atua invariavelmente em parceria com a Conservation International.

A Fundação Biodiversitas intermediou a compra do corredor que ligou as duas áreas da REBIO de Una, aumentando a área adquirida para 7.022 ha.

GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia

Esta ONG tem 14 anos de atividades ambientalistas, atuando em várias frentes de trabalhos. O GAMBA tem representação junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, ao Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM e ao Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Atualmente está estruturando um Centro de Informações e Educação sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Participa também da rede de ONG's da Mata Atlântica e no projeto Estudos de Fragmentos da Mata Atlântica. Algumas articulações institucionais sempre são conduzidas como: fórum brasileiro de ONG's, APEDEMA - Assembléia Permanente das Entidades Ambientalistas da Bahia, SEAN - Secretaria Executiva de Entidades Ambientalistas e o Fórum Ambiental do Extremo Sul.

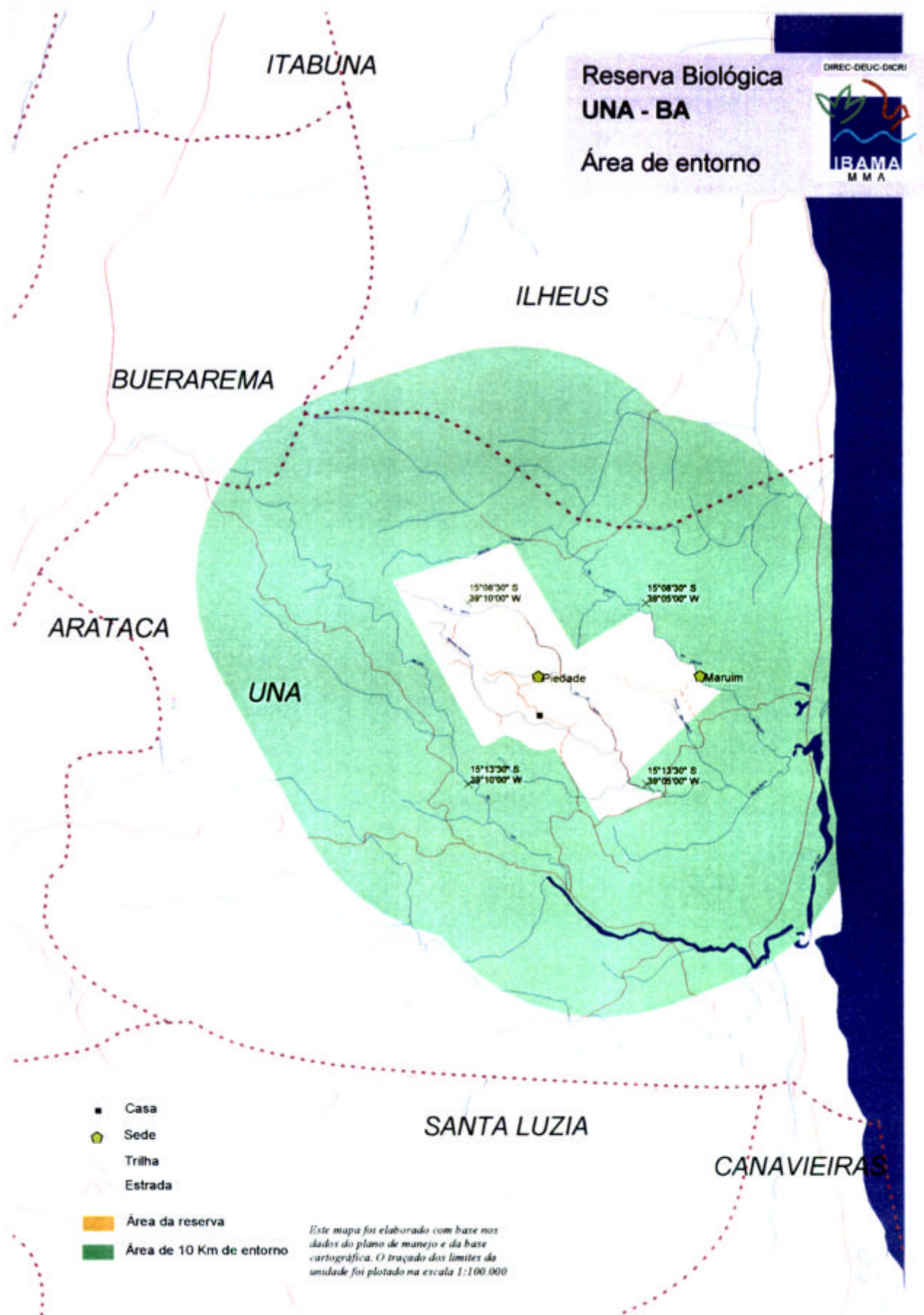
Atualmente esta ONG está apoiando algumas atividades no Parque Nacional de Monte Pascoal juntamente com o IBAMA.

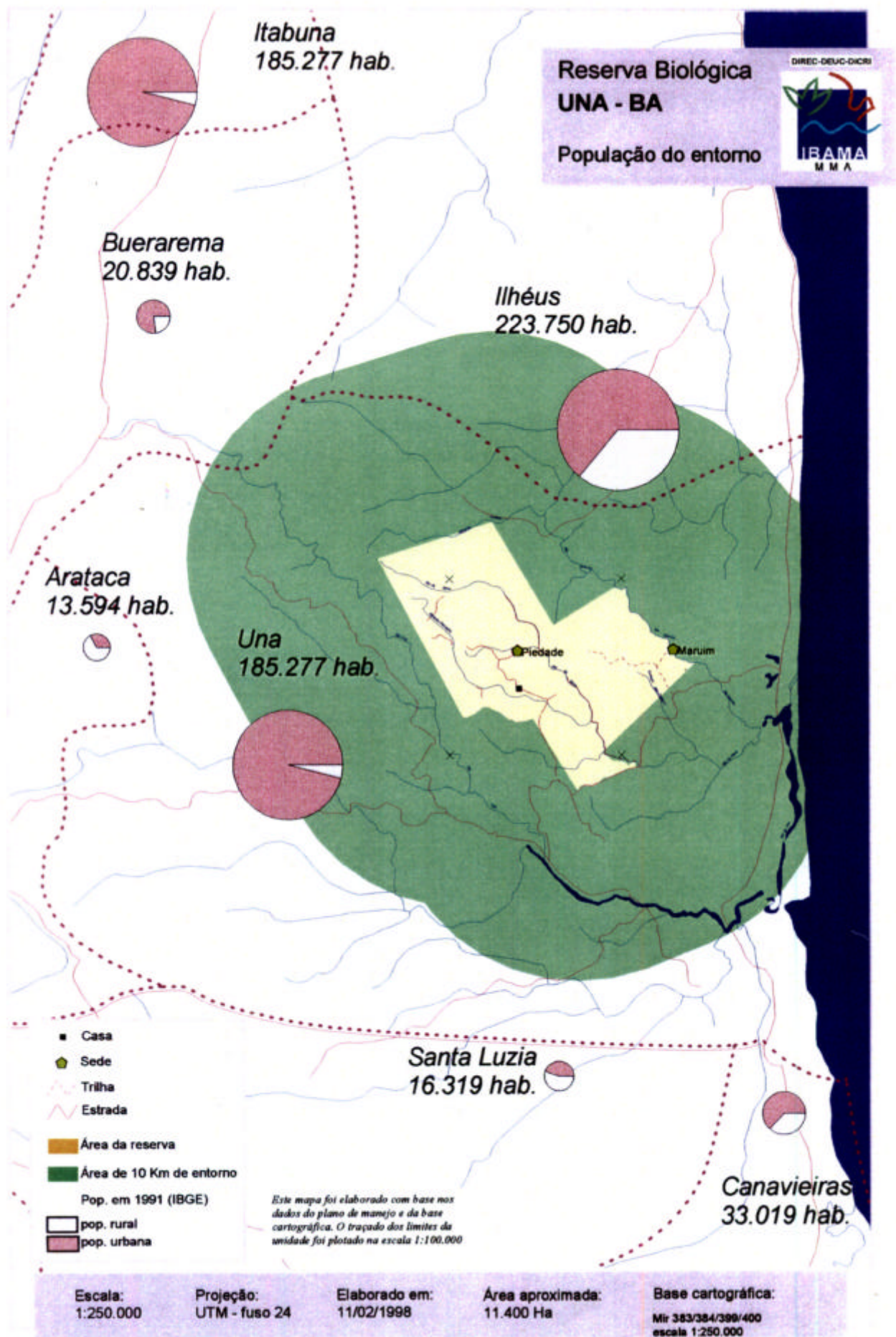
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Foi feito um contato com o Superintendente do INCRA no estado, no sentido de demonstrar a importância de se preservar a Mata Atlântica na região e os riscos que assentamentos desordenados poderiam trazer para este ecossistema. Há uma proposta de para 1997 de promover um planejamento dos assentamentos com a participação de outras instituições interessadas, pois existe uma tendência em desapropriar pelo menos 50 propriedades na região. A maioria destas propriedades, encontram-se na zona cacaueteira, apresentando normalmente grandes áreas de remanescentes de mata, constituindo propriedades maiores, localizadas em áreas periféricas, nitidamente improdutivas. As propriedades que são consideradas produtivas são as mais desejáveis para assentamento pois apresentam solos melhores, próximas de estradas e de grandes centros urbanos, mas que não entram no rol das desapropriadas.

Um importante aspecto para a Zona de Transição da Reserva, é o estabelecimento de regras onde assentamentos do INCRA não deveriam ser recomendados, bem como proibir o desmatamento de áreas que ainda apresentam algum remanescente de mata.

Deve-se buscar alternativas de incentivos para que grandes proprietários preservem os remanescentes florestais, visando evitar que novos desmatamentos ocorram. Por outro lado, pequenos proprietários devem ser desencorajados em usar áreas de mata limítrofes à UC ou que façam um corredor de ligação. Estes produtores deverão ser orientados para desenvolverem suas práticas agrícolas em locais já desmatados, evitando assim novas frentes de desmatamento.





Encarte 5

ZONA de TRANSIÇÃO

ENCARTE 5: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E ZONA DE TRANSIÇÃO

5.1. Caracterização dos Fatores Abióticos da Unidade de Conservação

5.1.1. Clima

O clima foi sem dúvida, um fator de importância na formação e sustentação da vegetação local, onde as variações climáticas refletem a interação de outros fatores, em especial àqueles edafológicos.

A região apresenta o clima do tipo Af na classificação de Köpen (1936), caracterizado por não apresentar período seco definido e com precipitação anual superior a 1.300 mm. Na região de Una as precipitações anuais podem chegar a 1.600 e 1.800 mm em anos chuvosos e as chuvas tendem a ser bem distribuídas durante o ano, embora secas ocasionais possam ocorrer nos meses entre outubro a abril.

Na zona até 70 km da costa o período de chuvas que vai de agosto a outubro, é menor que as demais. Quanto à precipitação pluviométrica a média anual é de 1.500 mm, sendo que as máximas, ocorrem na faixa climática que vai até 40 km da costa. Nesta faixa existem localidades onde a precipitação pluviométrica chega até 2.000 mm.

O mês mais seco é o de maio, chamado pelos agricultores regionais de veranico de maio, com precipitação pluviométrica superior a 60 mm. De um modo geral as precipitações pluviométricas máximas que ocorre no período de fevereiro a julho, são também chamadas de chuvas de inverno.

Segundo registros, de maneira geral ocorrem três períodos mais chuvosos que definem esta região como de chuvas bem distribuídas ao longo do ano; entre janeiro e abril, maio e agosto e outubro a janeiro. Este último período é considerado popularmente como seco, mas na realidade ocorre elevada quantidade de precipitação em poucos dias. Em cada mês citado verifica-se de 8% a 15% da precipitação total anual, não sendo muito comuns percentuais elevados.

A ocorrência de chuvas nessa área está condicionada pela dinâmica das massas de ar. Durante a maior parte do ano, segundo NIMER (1966), a região sul da Bahia está sob a influência da "Massa Tropical Atlântica (mTa). Esta massa de ar origina-se na região entre os anticiclones semifixos do Atlântico e do Pacífico, sendo quente, úmida e muito uniforme, garantindo estabilidade e bom tempo. No inverno é alcançada pela "frente polar" que, através de seu ramo marítimo, provoca o seccionamento da mTa, o que resulta no aparecimento das chamadas "calhas induzidas" ou "linhas de estabilidade tropical". Este fenômeno é o responsável, na região, pelas fortes chuvas de inverno devido à acentuada convergência dos ventos de sudeste. No verão, com o recuo da mTa para leste, fica a área submetida a ação da Massa Equatorial Continental (mEc), ocorrendo aí pesadas chuvas e constantes trovoadas. A mEc é originária da zona de calmarias da depressão continental (Baixa do Chaco), a qual é bastante móvel, quente, de alta umidade relativa, dotada de grande instabilidade convectiva, que dentro de certos limites permite a uniforme distribuição da umidade em altura.

Ao se observar a distribuição das chuvas da região, nota-se que são uma consequência direta do aumento das cotas altimétricas que se elevam à medida que se afastam da costa para o oeste até o planalto interiorano e qualquer rebaixamento dessas cotas provoca mudanças induzindo profundas alterações ecológicas.

O inverno caracteriza-se pela estabilidade responsável por prolongada estiagem observada em quase todo o país. Alguns deslocamentos da Frente Polar Atlântica provocam o aparecimento de instabilidades tropicais, com conseqüente formação de nebulosidade e chuvas, que caracterizam o inverno como úmido. Verifica-se que nos dias chuvosos ocorre sensível queda da temperatura ambiente, atingindo os menores valores médios do ano.

A temperatura da região apresenta-se com médias elevadas de aproximadamente 24°C e pequenas oscilações no decorrer do ano, sendo que no verão alcançam valores médios em torno de 26°C. Nos meses de inverno, principalmente julho a agosto ocorrem as temperaturas mais baixas, mas nunca chegando inferior à 18°C. Para o município de Una as médias máximas ficam em torno de 28°C e mínimas em 19,9°C, apresentando máximas absolutas no mês de março em torno de 32,2°C e mínima no mês de junho com 14°C (SUDENE, 1963).

Os valores médios anuais de temperatura máxima estão em 23°C, sendo que o mínimo oscilam entre 13 e 23°C.

A umidade do ar gira em torno de 80-90%, diminuindo a medida que se avança para o interior. Observa-se ainda que a maior umidade do ar verifica-se no período de maior pluviosidade. Caracteriza-se por apresentar pequenos desvios médios em comparação à média anual, desvios estes da ordem de até 3% apenas. A explicação para estes pequenos desvios, provavelmente reside na influência direta do oceano, que mantém a umidade de maneira quase uniforme ao longo do ano.

A luminosidade da região fica submetida a um total de brilho solar anual em torno de 2.100 horas, sendo que a média diária é de 6 horas. Este número deveria ser mais elevado pelo simples fato da região estar localizada no equador, só não é maior devido à elevada nebulosidade média. Para a cidade de Una foi obtido um total anual de 2.211 horas de sol (CEPLAC, 1973).

A radiação solar da região é bastante elevada no mês de janeiro, decrescendo em junho, sendo que radiações comparativamente baixas ocorrem desde fins do outono até meados do inverno, enquanto que do fim da primavera até início do outono ocorrem as radiações mais altas. Varia entre cerca de 140.000 cal/cm² e 180.000 cal/cm², sendo que em Una a média anual fica em torno de 160.268 cal/cm².

5.1.2. Geologia

CORDANI (1973) definiu no estado da Bahia uma associação de rochas de alto grau de metamorfismo entre Feira de Santana e Rio Pardo, a qual denominou de Complexo Granulítico de Jequié.

Segundo PROJETO RADAM-BRASIL (1981) a REBIO é formada por duas Unidades Estratigráficas: Complexo Jequié e Formação Barreiras, conforme é mostrado na Figura 05.

Uma pequena parte ao norte e outra à noroeste da Reserva e da Zona de Transição pertence ao Complexo Jequié, conforme demonstra o mapa de geologia, sendo que o restante é formado pela Formação Barreiras.

Complexo Jequié

Apresenta no sul da Bahia rochas da fácies granulito, no norte da bacia metassedimentar do rio Pardo, cortadas por diques de diabásico que se estendem até o litoral, desaparecendo ao sul desta bacia. A presença de gnaisses porfiroblásticos foram relatadas.

Diversas análises químicas foram feitas em rochas granulíticas da região de Itabuna, Una e Barra do Rocha, concluindo que o caráter químico intermediário dessas rochas, associado às paragêneses minerais encontradas, indica que os terrenos granulíticos são de pressão média e alta.

Em mapeamento desenvolvido na região de Camacã, constatou-se a presença de granulitos de composição ácida, intermediária e básica, sem contudo individualizá-los devido a grande mistura dessas litologias (DEUS, 1972).

Levando-se em consideração os dados geocronológicos e informações de campo, o sul da Bahia insere-se em partes no Complexo Granulítico de Jequié, contendo uma faixa oriental (faixa costeira), composta de piroxênio-granulitos e granulitos migmatizados, sendo colocada no Pré-Cambriano C e designada como cinturão móvel (CORDANI, 1974).

O Complexo de Jequié apresenta uma extensão contínua desde a região de Jequié, com prolongamento para o sul. Compõe-se essencialmente de gnaisses charnockíticos, gnaisses quartzofeldspáticos e granada-biotita gnaisses, ora com feições metatexíticas, ora diatexíticas, com intercalações minoritárias de anfibolitos, gnaisses enderbíticos e pircilasitos.

Composto de diversos litotipos, sendo estes representados principalmente por rochas metamórficas das fácies granulito, metatexitos, diatexitos e gnaisses diversos. Formações ferríferas, mármore, rochas calcossilicáticas, gnaisses khondalíticos e anfibolitos ocorrem em quantidades subordinadas (PROJETO RADAM-BRASIL, 1981). As rochas granulíticas estão representadas por pircilasitos e gnaisses charnockíticos, charco-enderbíticos, enderbíticos, joturníticos, mangeríticos e hiperstênio-sieníticos, os três últimos em porções bem inferiores aos demais.

Este Complexo está cortado por rochas graníticas e diabásicas de idade transamazônica, as quais estão provavelmente relacionadas à reativação tectônica que afetou principalmente a porção oriental do mesmo. Intrusivas básicas, de idade Espinhaço e alcalinas de idade brasileira, também ocorrem nas imediações de Itabuna e Una (CORDANI *et al.*, 1974).

Ocorrências de muscovita são verificadas nos pegmatitos contidos na faixa granulítica do Complexo Jequié, na maioria das vezes desprovida de interesse econômico, face às diminutas concentrações existentes ou por apresentarem placas de dimensões pequenas que impedem uma aceitação comercial.

Dentro dos limites do Complexo de Jequié algumas áreas apresentam-se mineralizadas, sendo que com relação ao cobre, às vezes relações com corpos básicos e ultrabásicos são guardadas. A presença de níquel tem se revelado a partir de análises químicas das amostras de solos e rochas oriundas de corpo ultrabásicos deste Complexo.

Depósitos dentríticos contendo frações de ilmenita e rutilo são verificados em cordões litorâneos ao longo de uma faixa que se estende desde o município de Belmonte, ao sul, até o de Una, ao norte,

formando concentrações maiores próximas à foz de alguns rios, como o Jequitinhonha, Mangue Alto, Pardo e Poxim do Sul.

Verifica-se para o Complexo Jequié as seguintes possibilidades metalogênicas: manganês relacionado a antigas lentes de gondito, ferro em lentes de formações ferríferas bandeadas de pequenas dimensões, disseminações cupríferas em faixas de granulitos básicos, lentes de mármore magnésiano - contendo fibras de amianto, parecendo haver associações com corpos ultramáficos com paragênese refletida nos mármore e, grafita associada a níveis xistosos, gnaisses granulitos e zonas milonitizadas.

A Floresta Ombrófila Densa ocupa preferencialmente terrenos arqueozóicos, cujo embasamento é representado pelo Complexo Jequié que envolve relevos de planaltos e de piemontes trabalhados em rochas granitizadas do escudo, incluindo cadeias marginais incorporadas ao setor cratônico e uma faixa remobilizada comportando intrusões (PROJETO RADAM-BRASIL, 1981).

Formação Barreiras

A denominação se originou da designação comum "formação das barreiras", ou seja, dos terrígenos costeiros que formam as mesas, ao longo da costa, e que frequentemente são cortados em falésias junto à linha cotidal máxima.

A sua constituição litológica e faciológica, apesar de grande área que ocupa, se repete monotonamente. Os conglomerados compõem-se predominantemente de fenoclastos de quartzo leitoso, arredondados, em meio de seixos de granulitos, arenitos, lamitos, entre outros. A matriz de arenito igualmente complexa em composição da matriz dos conglomerados, apresentam cores variadas, vermelha ou violeta, branca e amarela. A estruturação interna dos bancos de arenitos apresentam, na maioria dos casos, estratificação plano-paralela. Há ocorrências minerais na região de Una de titânio (DEUS, 1972).

A fração pelítica é minoritária e se resume a camadas decimétricas de siltitos varicoloridos. A inter-relação entre as várias litologias é complicada por abundantes truncamentos e superfícies diastemáticas limonitizadas.

Litologicamente a unidade se apresenta com uma sedimentação clástica onde predominam sedimentos arenoso-siltico-argilosos podendo aparecer níveis conglomeráticos. A coloração varia de tons avermelhados a violáceos, podendo também, os sedimentos se apresentarem em tons esbranquiçados. Os sedimentos são inconsolidados ou pouco consolidados, indicando o início do processo de diagênese. Concreções ferruginosas costumam aparecer, sobretudo sustentando o relevo. A gênese destas concreções encontra-se intimamente relacionadas às variações climáticas.

O pacote de sedimentos apresenta-se estratificado em finas camadas que se alternam segundo a variação granulométrica. São comuns as estratificações cruzadas, bem como lentes de arenito ou conglomerados intercalados as camadas mais finas.

A deposição dos sedimentos da Formação Barreiras está relacionada à existência de climas secos, no terciário, quando ocorreu a deposição dos sedimentos na forma de leques aluviais coalescentes que recobriram indistintamente, na faixa litorânea, desde rochas do embasamento cristalino Pré-Cambriano até as rochas da Bacia do Recôncavo.

Esta Formação encontra-se em discordância angular sobre todas as rochas mais antigas. A superfície de discordância é bastante regular, revelando uma peneplanização bastante avançada do

pavimento deposicional. Apresenta-se ainda, formando tabuleiros descontínuos, resíduos que são de uma antiga planície costeira, soerguida ao fim do Terciário. A idade pliocênica atribuída à Formação Barreiras é baseada na análise da rica flora descoberta em 1.870, nas proximidades do extremo norte do Recôncavo.

Para a Formação Barreiras as possibilidades metalogênicas são argila e caulim. A sedimentação foi caracterizada por uma fase de escoamento temporário alimentado por chuvas, transportando grande massa de alteritos. O clima, aliado à tectônica, facilitou um remanejamento e carreamento das alterações preexistentes e a deposição do material em áreas deprimidas, ao longo do litoral e na fossa cretácica. Esses sedimentos são denominados de Série, Grupo ou Formação, caracterizando a unidade geomorfológica de Tabuleiros Costeiros.

As características litológicas e estruturais da Formação Barreiras tornam-na extremamente susceptível à erosão. Quando recoberta pela Mata Atlântica a Formação fica protegida contra o desencadeamento de processos erosivos. No entanto, quando da retirada da cobertura vegetal ou mesmo a realização de cortes sem a necessária atenção, os litotipos do Barreiras, por sua granulometria predominantemente arenosa e inconsolidada associada a um clima com elevados índices de precipitação, propicia a instalação dos sulcos de erosão que rapidamente evoluem para voçorocas. Outra prática comum que propicia a degradação da paisagem e da própria Formação é a retirada das concreções ferruginosas que sustentam o relevo, normalmente retiradas para usar no embasamento de estradas.

O conjunto de características morfológicas definido na região prevê dificuldades de implantação de rodovias e estradas de serviço. A densa rede de drenagem, com embocaduras afogadas, alargadas e digitadas, além dos baxios, terrenos inundáveis e pantanosos, apresenta extensos manguezais. Em geral, tem-se procurado ajustar os traçados das estradas às áreas de contato dos tabuleiros dissecados com as planícies fluviomarinhas, conforme a rodovia que une Canavieiras a Una: a estrada foi talhada nas lombadas que definem a transição dos tabuleiros dissecados em litologia da Formação Barreiras com as Planícies Litorâneas.

5.1.3. Geomorfologia

A Unidade é formada por dois domínios geomorfológicos: Planaltos Inundados e Planaltos Cristalinos, apresentados na Figura 06.

Domínio dos Planaltos Inundados

Este domínio abrange relevos tabuliformes desenvolvidos sobre áreas de depósitos continentais detrítico-sedimentares do Cenozóico, que encobrem ou mascaram as feições estruturais típicas de outros domínios, estando representado por duas regiões geomorfológicas: Planaltos Cimeiros e Baixos Planaltos. Os Planaltos Cimeiros apresentam altimetrias superiores a 800 m; correspondem a extensas superfícies recobertas de depósitos detríticos e eluviais, cangas e couraças ferruginosas, fracamente entalhadas pela drenagem centralizada dos rios Jequiçá, Pardo e Jequitinhonha. Os Baixos Planaltos, que no caso ocorrem na REBIO, são espacialmente descontínuos, apresentando altimetrias que variam de poucos metros a cerca de 400 m, são inundados por sedimentos relacionados com a Formações Barreiras e por elúvios e couraças ferruginosas. Os Baixos Planaltos, quando sujeitos a condições climáticas mais úmidas, demonstram mais significativa atuação do intemperismo químico.

Os trechos situados mais próximos do litoral estão submetidos aos climas tropicais úmido e superúmido e encontram-se, devido a este fator, intensamente dissecados, enquanto setores mais interioranos, onde a umidade é menor, apresentam modelados de aplainamento. A cobertura vegetal da região também varia com a diminuição da umidade, passando de Floresta Ombrófila na maior parte da região à vegetação herbácea/arbustiva encontrada a nordeste.

Região dos Baixos Planaltos

Os Baixos Planaltos estão recobertos por materiais detríticos e lateríticos do Terciário e do Quaternário, muitas vezes identificados como pertencentes à Formação Barreiras. Em alguns trechos afloram rochas de embasamento, como os piroxênios-granulitos e os charnockitos do Pré-Cambriano Inferior, sobretudo a norte e nordeste da região. A atuação da tectônica na área pode ser inferida apenas pelo direcionamento de algumas linhas de cumeeada ou de canais de drenagem, que às vezes formam ângulos ou apresentam sedimentos retilinizados. Os aspectos morfológicos permitem identificar modelados de dissecção homogênea, geralmente concordantes com as coberturas sedimentares costeiras, ditas da Formação Barreiras.

Espessos pacotes de alteração e, localmente, coluviões e depósitos sedimentares recentes recobrem a topografia esculpida nas litologias friáveis da Formação Barreiras.

A retirada do capeamento florestal primitivo acentua o precário equilíbrio estabelecido entre os fatores do meio. As encostas de maior inclinação, acusam deslizamento de massa generalizada quando os pacotes de materiais que suportam atingem níveis de saturação de água e superam índices de plasticidade necessários à sua estabilidade.

A Unidade geomorfológica que abrange cerca de 80% da Reserva é formada por Tabuleiros Interioranos.

Unidade geomorfológica: Tabuleiros Interioranos

A unidade geomorfológica presente no local são os Tabuleiros Interioranos, apresentando altitudes mais frequentes em torno de 200 m, excepcionalmente aproximando-se de 300 m. Os topos são planos ainda preservados, reconhecidos em posições topográficas mais elevadas com relação às bordas dissecadas. Neles identificaram-se predominantemente processo de escoamento superficial semiconcentrados, produzindo sulcos e ravinamentos nas encostas. A atuação desses movimentos de massa é verificada até nas rampas de declividades inferiores a 5°, sobretudo nas extensas áreas dedicadas ao pastoreio ou de vegetação herbácea-arbustiva menos compacta.

Os modelados de dissecção homogênea mapeados nos Tabuleiros Interioranos são feições decorrentes das fases de instalação da drenagem a partir da superfície de aplainamento que marca seus topos, onde se acumularam materiais cenozóicos de origem e espessuras diferenciadas.

A unidade é caracterizada por relevos de topos concordantes pouco elevados. Apresenta trechos de modelados de aplainamento conservado e outros em que já foi submetida à dissecção intensa, respectivamente ao norte e ao sul da unidade.

Domínios dos Planaltos Cristalinos

A denominação dada a estes planaltos pretende mostrar a oposição entre eles e os demais planaltos sedimentares e metassedimentares.

Envolvem relevos planálticos e piemontes trabalhados em rochas granitizadas do escudo, incluindo cadeias marginais incorporadas ao setor cratônico e uma faixa remobilizada com intrusões. Caracterizam modelados de serras nitidamente estruturais, com altitudes superiores a 800 m, cortadas perpendicularmente pela drenagem aproveitando falhas e fraturas, que entalham sulcos profundos, segundo orientações preferenciais herdadas de vários ciclos tectônicos. Predominam processos morfogenéticos associados ao intemperismo químico e ao entalhe fluvial. Neles se distinguem os planaltos soerguidos, a altitudes superiores a 600 m, e os planaltos rebaixados, cujos topos encontram-se em altitudes inferiores a 300 m, balizados por elevações alinhadas na direção norte-sudeste, que podem atingir 1.000 m de altitude.

Este domínio está representado por três regiões geomorfológicas: Planalto Soerguido, Planalto Rebaixado e Planalto Rejuvenescido. Caracteriza-se por uma história geológica que remonta a ciclos orogenéticos muito antigos, Guriense e Transamazônico, com rochas já em grau elevado de metamorfismo e nítido alinhamento do relevo, seguindo direções preferenciais, e áreas de rochas granitizadas. Abrange também áreas da faixa orogênica Ribeira, que sofreu uma reativação no ciclo Brasileiro, com dobramento e inclusão de plutonismo ácido e básico.

A porção sul e uma pequena parte ao norte da UC é formada pela região geomorfológica denominada Planaltos Rebaixados, a qual compreende a Unidade geomorfológica dos Tabuleiros Pré-litorâneos.

Região do Planalto Rebaixado

Engloba relevos topograficamente rebaixados em relação ao Planalto Soerguido, pertencente ao mesmo domínio, com altitudes também decrescentes em direção ao litoral. O arranjo do relevo em faixas que se mantém constantes no sentido norte-sul não é tão nítido quanto naquela região. Inclui alinhamento de serras com altitudes superiores a 800 m e áreas pré-litorâneas e litorâneas onde ocorrem altitudes em torno de 200 m. As marcas da tectônica evidenciam-se através do direcionamento da drenagem e de linhas de cumeada, principalmente no sentido sudoeste-nordeste, acompanhamento de fraturas, falhas ou seqüência de dobramentos. Apresentam feições de "mar de morros", cujas encostas convexas possuem inclinações entre 18 e 22°. Devido à junção dessas características existe uma tendência à formação de movimentos de massa atingindo os alteritos espessos ali comumente encontrados. Nas elevações distribuídas linearmente na região do Planalto Rebaixado a dissecação realizada no sopé das cristas produziu desníveis compreendidos entre 86 a 100 m, seccionando vertentes de inclinação superior a 45°; estes terrenos íngremes constituem áreas críticas para a contenção dos materiais superficiais.

A região encontra-se submetida a intensa dissecação, favorecida pelos climas tropical úmido e superúmido que aí ocorrem. Caracteriza-se por uma profunda alteração das rochas, sendo que a umidade e a densidade da drenagem aumentam com direção ao litoral. A vegetação primitiva é a Floresta Ombrófila Densa, bastante devastada substituída por culturas e pastagens.

Unidade geomorfológica: Tabuleiros Pré-litorâneos

Esta unidade encontra-se topograficamente rebaixada com relação as Serras Marginais e aos Tabuleiros Costeiros, mas coloca-se em nível altimétrico superior aos relevos situados a leste,

registrando altitudes entre 100 a 200 m, de modo geral. Compreende a parte oeste da Unidade de Conservação, tendo relevo mais uniforme, com erosão dissecada intensa e indiferentemente os granulitos e charnockitos muito alterados do Pré-Cambriano Inferior. O espesso manto de alterações existente em toda a área desta unidade inclui, sobre o saprolito da rocha, uma cobertura de latossolos correspondente a material coluvial vermelho-amarelo geralmente de um a dois metros de espessura. Trata-se de uma área de ocupação antiga onde o desmatamento, e substituição da vegetação natural por pastagens, leva a aceleração dos processos erosivos. Os movimentos de massa se intensificam com o pisoteio do gado, evidenciando-se através de encostas inteiras esculpidas em pequenos terraços, enquanto o escoamento superficial difuso e concentrado elementar aprofunda a incisão de sulcos e ravinas, chegando a desenvolver alvéolos de cabeceira.

A drenagem apresenta padrão dendrítico, com influência tectônica manifestada através dos cursos de água, mapeados como vales adaptados à estrutura.

A seção de tabuleiros e colinas compreendem sedimentos argilo-arenosos, datados como do período terciário superior e sedimentos cretáceos, formação Cururupe. Formação Barreiras, com sedimentos argilosos e Formação Cururupe com sedimentos cretáceos. As áreas são localizadas próximas ao litoral na faixa que tem a largura média de 40 km partindo do litoral, nesta faixa encontra-se um clima de florestas tropicais quente-úmido sem estação seca que apresenta com características definidas.

5.1.4. Solos

A REBIO de Una é formada por três tipos de solo: Latossolo Vermelho Amarelo variação Colônia, Podzólico Vermelho Amarelo variação Cururupe e Hidromórficos (LEÃO & SANTANA, 1982), como pode ser observado no Mapa de Solos, Figura 07.

LEÃO & SANTANA (1982) descreveram os solos do município de Una coletando amostras para análise laboratoriais dos seguintes pontos: no Núcleo Colonial, na fazenda Unacau, Vila Brasil, próximo ao rio da Serra na rodovia BA-001, próximo ao rio Maruim, na Estação Experimental Djalma Bahia pertencente a CEPLAC, entre outros. Nestas análises foram determinadas a composição granulométrica, a porcentagem de argila natural, a porosidade do solo, densidade e as porcentagem de carbono e nitrogênio, bem como sua relação a quantidade de fósforo.

A porção oriental da Reserva, voltada para o oceano, apresenta o solo Podzólico Vermelho-amarelo, variação Cururupe, caracteriza-se por ser arenoso, pobre, favorecendo o aparecimento de uma mata alta de restinga com a ocorrência da *Attalea funifera*, a piaçaveira endêmica desse tipo de vegetação sul-baiana. A porção ocidental é constituída de solo Latossolo vermelho-amarelo, variação Colônia, solo um pouco mais rico e profundo, suportando uma vegetação mais exuberante com espécies nobres da mata higrófila regional. A descrição dos solos é feita a seguir, segundo SILVA *et al.* (1975).

Latossolo Vermelho Amarelo variação Colônia (Typic Haplorthox)

Solos com baixo teor de ferro, relevo tipo "tabuleiro", relacionados com sedimentos da Formação Barreiras. São muito profundos (+ 2 m), moderadamente a bem drenados, relevo plano a suave ondulado, de baixa fertilidade natural e baixa diferenciação morfológica entre os horizontes.

O horizonte A (0 a 30 cm) é franco-argilo-arenoso ou franco argiloso, com estrutura granular moderada; o B é argiloso, com estrutura maciça coerente, duro muito friável, plástico e pegajoso. Predominam no horizonte A as cores bruno-escuro e bruno-acinzentado-escuro e no B bruno-amarelado e amarelo-brunado (LEÃO & SANTANA, 1995).

Possui pH ácido (4,3 a 5,1), capacidade de troca de cátions baixa (CTC de 3 a 5 meq/100 g de solo), saturação de bases baixa ($V < 50\%$), saturação de alumínio alta ($100 \text{ Al}/\text{Al}+\text{S} > 50\%$), média capacidade de retenção de água (equivalente de umidade variando de 18 a 25%), teor de carbono de 2,1 a 1,8 no horizonte A, decrescendo regularmente com a profundidade para valores de 0,4 a 0,2% no B. Apresenta alto teor de matéria orgânica no horizonte superficial e com capacidade média de retenção de água (equivalente de umidade 20%). A densidade aparente aumenta sensivelmente no topo do horizonte B, indicando ligeira compactação, que pode dificultar a penetração das águas pluviais e raízes. Em síntese, é um solo pobre em nutrientes, de boas condições físicas, mas que deve ser bem manejado para não ser degradado (SANTANA, comunicação pessoal)

Podzólico Vermelho Amarelo variação Cururupe (Typic Paleudult)

Solos muito profundos, excessivamente drenados, relevo ondulado, relacionados a sedimentos da Formação Barreiras (GONÇALVES, 1975). Tem alta relação textural ($> 2,2$), horizonte A bruno-acinzentado-escuro ou bruno-amarelado-escuro, textura arenosa ou franco-arenosa, sobre um B bruno-amarelado ou vermelho-amarelado, franco-arenoso ou argilo-arenoso, com estrutura maciça pouco coerente, que se desfaz em blocos subangulares fracos e pequenos grumos. Tem pH ácido (4,8 a 5,2), capacidade de troca e saturação de bases muito baixas, respectivamente 3 a 4 meq/100 g de solo e 4 a 20%.

Solos Hidromórficos (Inceptisols)

Solos de fertilidade natural variável, formados a partir de sedimentos aluviais e coluviais sob a influência de um lençol freático permanente ou sazonal. Ocupam as partes mais baixas do relevo e são caracterizados por apresentarem horizonte A de cor bruno-acinzentado, muito escuro ou cinzento muito escuro, com médio a alto teor de matéria orgânica, superposto a horizontes e/ou camadas de cores acinzentadas com mosqueamento, de texturas e estruturas variáveis.

O pH varia de 4,3 a 5,3, capacidade de troca de 4 a 18 meq/100 g de solo, saturação de bases muito baixa ($< 10\%$) a alta ($> 50\%$), alumínio trocável baixo para alguns perfis e muito alto para outros ($> 80\%$), fósforo assimilável baixo (2 ppm).

5.1.5. Hidrografia

A hidrografia da Reserva Biológica de Una é formada por diversos rios e córregos, sendo que o principal é o rio da Serra que nasce na porção oeste correndo sentido sudeste, unindo-se ao ribeirão Bandeira, quando toma o sentido leste e deságua no Oceano Atlântico. A hidrografia básica da área esta representada em todos os mapas temáticos.

Vários ribeirões nascem no interior da reserva, desaguando no rio da Serra, entre eles cita-se o ribeirão Rosário e o córrego São Caetano como os principais.

O rio Maruim que é divisa natural à noroeste da Reserva também é alimentado com alguns tributários cujas nascentes encontram-se no interior da área.

A Unidade está inserida na bacia hidrográfica do Rio Una ou Aliança, a qual apresenta como principais cursos d' água os rios Una, Aliança e o rio São Pedro. A rede de drenagem encontra-se estruturada com padrão subparalelo e retangular, para drenagens de 2º e 3º ordens, respectivamente. A drenagem é exorréica com leitos dos rios apresentando corredeiras e cachoeiras, devido à descida das várias Unidades Geomorfológicas em direção ao mar. No geral, as matas ciliares e a cobertura vegetal desta bacia fora da REBIO, encontram-se relativamente preservadas, seja pela presença da mata em si, pela cultura do cacau na cabruca ou consorciado com a seringueira (CEPLAC, 1976).

A bacia hidrográfica do rio Una é caracterizada geomorfologicamente pela existência de seções que se apresentam bastante individualizadas e se distribuem da seguinte forma: baixada litorânea, tabuleiro, colinas, elevações cristalinas e meta-sedimentares, estão situadas na junção de tabuleiros e colinas que estão localizadas, entre a estreita baixada litorânea formada e de sedimentos quaternários inconsolidados, eflúvios marinhos e coluviais predominantemente de natureza quartzosa e de espessura variável e complexo cristalino e meta-sedimentares que denominam a paisagem regional

Ao longo da bacia do rio Una pode ser observado um modelado com inclinação geral para leste, onde as ondulações em meia laranja predominam.

Alguns pequenos córregos que drenam a Unidade apresentam nascentes na parte externa da mesma. O hábito de jogar lixo às margens dos rios é um dos principais problemas de poluição dos mananciais tanto do entorno como da UC.

Existem pequenos barramentos, geralmente próximo às cabeceiras de drenagem, utilizados normalmente para dessedentação de animais ou suprimento das necessidades das propriedades rurais.

Os recursos hídricos são abundantes, em razão da boa distribuição de chuvas durante o ano. Tal fato é responsável pela perenização da maioria dos canais fluviais, tornando a oferta de água superficial abundante. As águas subterrâneas podem ser encontradas nos planos de fratura que entrecortam as litologias presentes. No entanto, as águas subterrâneas não são tão abundantes quanto as superficiais.

No período das águas, centenas de córregos se formam no interior da Unidade.

A troca da cobertura florestal por pastagens, propicia alterações no regime hidrológico sobretudo nas taxas de infiltração, que não são grandes, ficando ainda menores. O solo fica mais desprotegido no tocante a erosão pluvial e ao ravinamento devido a tendência do escoamento em se concentrar. O processo também é localmente responsável pela drástica redução da evapotranspiração e da umidade relativa do ar, além do aumento de temperatura.

Com a introdução das pastagens modifica-se o regime de escoamento nas vertentes. Há alteração no processo morfogênico, o escoamento difuso concentra-se e passa a ser torrencial, ocorre o comprometimento das camadas superficiais do solo que começam a ser erodidas, ocorrendo a perda de fertilidade. A esta mudança soma-se o pisoteio do gado no solo, que para vencer a barreira topográfica sobe o morro com arroteios. A sinergia destes impactos, origina a formação de terracetes, pequenos movimentos de massa associados a compactação local superficial do solo. Da

mesma forma, ocorrem alterações nas planícies de inundações e nos canais fluviais. Com a retirada da mata ciliar, há um aumento na taxa de sedimentos que chegam ao rio, levando ao assoreamento dos mesmos, com alteração do regime de cheias e redução do tempo de chegada das águas pluviais. Toda esta modificação no ecossistema traz vários prejuízos para a fauna e flora existentes na Reserva.

5.2. Caracterização dos Ambientes Naturais

5.2.1. Vegetação

A Reserva Biológica de Una está inserida na formação fitogeográfica brasileira: Floresta Ombrófila Densa, sendo constituída por fanerófitas ombrófilas sem resistência à seca, geralmente apresentando as gemas foliares desprotegidas. Sua folhagem é sempre verde, podendo apresentar no dossel superior árvores sem folhas durante alguns dias. Esta formação ocupa áreas mais próximas do litoral, onde ocorre um curto período de seca (de até dois meses) durante o ano, apresentando temperaturas acima de 25 °C.

A exuberância, variedade e florística desta formação fitogeográfica despertaram naturalistas do mundo todo para conhecê-la e descrevê-la. O século XIX foi marcado pela visita à Bahia de muitos botânicos que vieram em busca de maiores conhecimentos.

Em 1821 a missão científica russa chefiada por Gustavo de Langsdorff, assessorado pelos botânicos Riedel e Freyreiss, visitou a Bahia e explorou os vales dos rio Una, Itaípe e outros, no sul do estado, estudando e coletando "nas florestas seculares daquela ubérrima região". A figura extraordinária de von Martius superou a todos os visitantes do século. De Salvador foi a Ilhéus voltando pela costa, palmilhando-a e observando a grandiosidade da Floresta Atlântica ainda quase virgem e pouco penetrável.

O século XX tem sido pontilhado de expedições científicas na história da fitologia baiana. Estrangeiros e brasileiros tem contribuído para seu melhor conhecimento. Lastima-se no entanto, que o progresso paradoxalmente esteja exterminando um dos maiores tesouros biológicos do planeta.

A Formação Florestal da região foi classificada primeiramente por VELOSO (1965) como Floresta Pluvial Tropical e no ano seguinte por LIMA (1966) como Floresta Perenifolia Latifoliada Higrófila Hileiana Baiana. Por último GOUVEA *et al.* (1976) classificaram-na de Mata Higrófila Sul-Baiana. Esta formação é caracterizada por árvores altas, sempre-verdes com folhas amplas, representada por poucos indivíduos e muitas espécies, especialmente Sapotaceae, Leguminosae, Lecythidaceae e Bombacaceae, podendo citar duas espécies características: *Caesalpinia echinata* e *Dalbergia nigra* (MORI & SILVA, 1979). A Mata Higrófila é estratificada, com abundância de epífitas, e um subbosque rico em espécies de Piperaceae, Rubiaceae, Musaceae, Maranthaceae e Zingiberaceae.

Estima-se que a Mata Higrófila cobria 33.435 km², os quais foram reduzidos para 5.852 km², 17% da cobertura original (VINHA *et al.*, 1976).

A Floresta Ombrófila Densa é a formação florestal que ocupa relevos dissecados montanhosos e os planaltos com solos profundos compreendidos entre 100 e 600 m de altitude. É composta por

árvores com alturas em torno de 25 m, uma submata de plântulas da regeneração arbórea, algumas palmeiras e muitas lianas lenhosas. Nessas áreas ocorre também uma série de ecótipos homólogos amazônicos como a Araliaceae, *Didymopanax morototoni* e as Sapotaceae, *Pouteria* spp. e *Chrysophyllum* spp (PROJETO RADAM-BRASIL, 1981).

Com bastante semelhança à Floresta Amazônica, a mata Higrófila Sul-Baiana estende-se por uma faixa paralela à linha da costa de aproximadamente 70 km de largura. É caracterizada pela presença de árvores altas, abundante em epífitas, sempre verdes, latifoliada, com alta diversidade de espécies, e pluri-estratificada (RIZZINI, 1967 & MORI, *et al.* 1983).

Nas poucas áreas remanescentes da floresta localizada nas partes mais conservadas apresentam indivíduos de grande porte, onde se destacam a juerana (*Parckia pendula*), jequitibá (*Cariana* sp.) e ingá (*Inga* sp.). Nas áreas antropizadas ocupadas pela vegetação secundária ocorrem diversas associações, sendo as mais características aquelas compostas por paraíba (*Symaruba* sp.), janaúba (*Hymathanthus* sp.), buracica (*Vochysia* sp.), apianga (*Vismia* sp.) e a piaçava (*Atallea* sp.).

Os agrupamentos naturais remanescentes geralmente são encontrados revestindo os relevos fortemente dissecados de difícil acesso, ou áreas restritas, localizadas nas propriedades, mantidas como reservas ou mesmo áreas protegidas do governo. Está representada por muitos gêneros entre os quais *Cariniana*, *Caryocar*, *Porouma* e *Sloanea*, apresentando indivíduos de grande porte que chegam até a 40 m de altura e 8 m de circunferência. Não obstante, a média das alturas situa-se em torno de 25 metros, o que significa que nessa formação ocorrem árvores emergentes. Observou-se também a presença das palmeiras indaiá (*Atallea compta*), juçara (*Euterpe edulis*) e da taqueara (*Merostachys* sp.).

A vegetação da Unidade parece ter traços interessantes no padrão de distribuição de suas espécies além de um esperado alto grau de endemismo e alta biodiversidade em plantas lenhosas (CARVALHO, 1994).

As florestas úmidas da costa sul-baiana a par de elementos florísticos próprios contém espécies de duas floras: amazônica e atlântica das regiões sudeste e sul, sendo conhecida como Hiléia Baiana (CARVALHO, 1994).

Segundo CARVALHO (comunicação pessoal) existem duas vegetações bem definidas: restinga arbórea com ocorrência de piaçava implantada sobre um solo mais arenoso e uma vegetação mais arbórea e encorpada em solo mais argiloso que fica do lado interior da área tendo o mar como referência.

LEÃO & GOUVEA (1976) também diferenciam as formações vegetais da região em duas: Ecossistema da Floresta Perenifólia Higrófila Fáceis Colônia e Fáceis Cururupe, conforme os solos que ocorrem. Desta forma, na Floresta Perenifólia Higrófila Fáceis Colônia destaca-se as espécies juerana (*Parckia pendula*) e a piaçaveira (*Attalea funifera*). Para a Floresta Perenifólia Higrófila Fáceis Cururupe tem-se uma composição florística que se assemelha à restinga, sendo constatado, neste ecossistema, a presença de *Cladonia verticilata* e representantes dos gêneros *Paepalanthus*, *Catassetum*, *Xyris*, *Croton*, *Brassavala*, *Clusia*, *Cupania*, *Begonia*, *Coccoloba*, *Andira*, entre outros.

MORI & BOOM (1983) fizeram uma revisão sobre a vegetação no sul da Bahia. Estes autores afirmam que as raízes tabulares ocorrem em 17% das árvores estudadas; o látex, em 20% e as folhas mesófilas com bordos inteiros, caracterizando as árvores que estão presentes nesta formação, as quais ocorrem em densidade de 891,26/hectares. A mata é aparentemente estratificada em três níveis de árvores, epífitas e cipós, estes dois últimos grupos estão sobre 80% e 37,5% das árvores, respectivamente. Existem espécie que florescem em todas as épocas do ano, no entanto, um pico de floração é definido na primavera, que está provavelmente relacionado com o aumento no

comprimento do dia e/ou na temperatura. Quedas e lançamento de folhas também prevalecem na primavera. As cinco famílias de árvores mais importantes identificadas, considerando aspectos de diversidade, densidade e dominância foram: Myrtaceae, Sapotaceae, Caesalpiniaceae, Lauraceae e Chrysobalanaceae.

Na lista de plantas preliminar da REBIO de Una produzida pelo pesquisador André de Carvalho da CEPLAC, há evidências de plantas endêmicas regionais como a *Arapatiella psillophylla*, *Hirtella angustifolia*, *Attalea furifera*. Além disso, algumas evidências são mostradas através da ocorrência de *Anthodiscus amazonicus*, mostrando a disjunção de espécies, comprovando a ligação amazônica destas matas costeiras sul-baianas. Algumas espécies tem evidenciado isso e estão sendo estudadas por especialistas no Brasil e no exterior, como o *Inga unica*, descrita no interior da UC, na picada da Bandeira por BARNEBY & GRIMES (1994). *Plinia muricata* e *Plinia rara* também ocorrem na região (SOBRAL, 1994).

Na REBIO, já foram listadas aproximadamente 800 espécies de sua flora, sendo que todas estão depositadas no Herbário do CEPEC, algumas das quais foram descritas como novas para a ciência com base no material coletado. Esta lista encontra-se no Anexo II e a cobertura florestal remanescente da Reserva, é demonstrada na Figura 08.

BARNEBY (1994) descobriu na picada do Príncipe, no interior da REBIO, uma nova espécie de Caesalpiniaceae: *Peltogyne chrysopis*.

O grau de desconhecimento acerca da flora da Mata Atlântica é tão grande que ainda hoje espécies são descritas, mesmo sendo um dos ecossistemas mais explorados cientificamente.

O levantamento de espécies raras ou ameaçadas de extinção só recentemente tomou um maior impulso no Brasil. A única lista oficial existente refere-se ao ano de 1980, não sofrendo até o momento alterações.

A partir do ano de 1986, inicialmente com o apoio de WWF vem sendo desenvolvido um projeto com o propósito de identificar um número mais real de espécies raras ou ameaçadas de extinção. Até março de 1990, cerca de 500 espécies estavam sendo examinadas. Aproximadamente 100 já foram selecionadas para publicação, sendo que destas, 63 ocorrem na área de Mata Atlântica (CAMARA, 1991).

Espécies raras como a imbuia (*Ocotea porosa*), o louro (*Ocotea pretiosa*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), aipim (*Brasimum glaucum*) e quiri-preto (*B. glaziovii*) ocorrem na região.

Para a região de Una foi levantada a espécie *Dalbergia frutescens*, com possível ocorrência de *Dalbergia nigra*, *Dalbergia miscolobium* e *D. decipularis* (CARVALHO, 1994). O gênero *Dalbergia* está representado por 10 espécies em quase todos os tipos de vegetação dentro do estado da Bahia.

Das espécies vulgarmente chamadas como jacarandá, *D. nigra*, o jacarandá-da-baía, é a mais amplamente conhecida pela beleza e propriedades de sua valiosa madeira. Se popularizou desde o tempo colonial, não apenas em território nacional mas no comércio exterior de madeira. Esta espécie ocorria de maneira abundante no ecossistema da mata Atlântica, desde o sul da Bahia até o norte de São Paulo (CARVALHO, 1990). Na Bahia, segundo LEÃO & VINHA (1975), a espécie é encontrada em estado nativo em quase todo o sul do estado, porém é mais frequente em uma faixa de terrenos de relevo ondulado e montanhoso desde o rio Itanhém, ao sul até o Jeriquiçá, ao norte.

São distintas ainda as matas de "cumeada" e de "grotá", que são as florestas do relevo dissecado que revestem as colinas e os vales, respectivamente. As florestas das colinas possuem porte inferior às

dos vales e também menor ocorrência de madeira valiosas. As florestas de vales, mais imponentes e ricas de madeiras comerciáveis, por estarem em ambiente ecológico mais favorável, foram quase totalmente retiradas para a implantação de cultura econômicas, mesmo na porção da Reserva onde ainda existem propriedades particulares.

O sub-bosque dessa formação apresenta pouca regeneração, muitas epífitas e trepadeiras das famílias Araceae e Cyclanthaceae. Em áreas com exploração seletiva, a abertura do extrato superior da floresta, verifica-se um adensamento do sub-bosque que apresenta grande abundância de embaúbas (*Cecropia* sp.), corindibas e regeneração intensa de espécies de melastomataceas (*Miconia* sp.). Nestas áreas os indivíduos remanescentes representam espécies de baixo valor comercial tanto pela qualidade do fuste como da madeira, constituindo as matrizes que dão origem às matas secundárias.

Atualmente a Mata Higrófila encontra-se completamente modificada pela intervenção humana, possuindo apenas um pequeno número de agrupamentos naturais remanescentes com pouca alteração. A sua degradação iniciou-se com a colonização do país, pois a floresta foi atrativo principal, não só como indicadora de solos agriculturáveis como também pela abundância de madeiras valiosas. Na Reserva, há grandes faixas de vegetação em fase de sucessão secundária. Na estrada para sede de Maruim há uma formação fechada de dendê, onde foi antigamente uma pastagem. O dendê (*Elaeis guinnensis*) é de origem africana, tendo sido introduzido na região pelos portugueses à partir da época colonial (ZEVEN, 1965).

O processo de exploração seletiva que a região foi submetida, atingiu inicialmente as áreas de maior potencialidade madeireira ou, simplesmente, onde existiam os escassos recursos mais procurados. Este processo continuou pelas demais áreas até a quase total substituição da floresta por culturas diversas e vegetação secundária. Isso provocou o êxodo de grupos tradicionalmente madeireiros para outras áreas mais promissoras. O fato nos leva a crer que mesmo os remanescentes existentes não são representativos como amostras. Todavia, se devidamente pesquisados e associados à bibliografia existente, poderão fornecer uma idéia aproximada da estrutura e da composição florística de outrora.

Na Bahia as madeiras mais caras são: jacarandá-da-Bahia (*Dalbergia nigra*), ipê (*Tabebuia* sp.), peroba (*Aspidosperma* sp.), cedro (*Cedrela odorata*), vinhático (*Plathymenia foliolosa*), aderno (*Astronium concinum*) e putumuju (*Centrolobium* sp.) (MORI & BOOM, 1983).

Quanto a diversidade de espécies vegetais, esta também é evidente em outros grupos de plantas. VINHA *et al.* (1983) promoveram um levantamento das plantas herbáceas, arbustivas, trepadeiras e epífitas que estão associadas a cultura de cacau, obtendo 475 espécies pertencentes a 277 gêneros, de 73 famílias botânicas diferentes.

A família de Araceae no estado da Bahia abrange 54 espécies e subespécies, agrupadas em 15 gêneros, com *Anthurium* (18 espécies) e *Philodendron* (17 espécies), gêneros mais abundantes em número de espécies. Na região da mata higrófila do sul da Bahia ocorrem três espécies de *Philodendron*: *Philodendron insigne*, *P. rudgeanum* e *P. surinamense* (MAYO, 1984). Ainda segundo o mesmo autor, existem 14 espécies de *Anthurium* endêmicas à Mata Atlântica da Bahia e duas de *Philodendron*.

Duas espécies de *Zollernia* foram recentemente descritas com base no material coleta do Projeto Mata Atlântica do Nordeste; *Zollernia magnifica* e *Zollernia modesta*, sendo que esta última foi registrada para a flora da REBIO de Una e é componente das florestas dos tabuleiros do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo (CARVALHO & BARNEBY, 1993 e CARVALHO, 1994).

Em 1979 foi feito um inventário florestal no município de Una, onde 50 parcelas de 0,2 ha foram analisadas, identificando as árvores pela anatomia de pequenas amostras de madeira coletadas. Entre as espécies que se destacam pelo volume e frequência está o parajú (*Manilkara longifolia*). Este inventário consistiu-se em três etapas: fotointerpretação de mapeamento das matas; inventário florestal pelo método sistemático e inventário florestal pelo método em amostragem, ao todo foram inventariadas 263 árvores/ha e 200 m³/ha de volume de madeira (SUDENE, 1979).

Vegetação Secundária de Floresta Ombrófila

Cerca de 38% da área, ainda não foi adquirida, existindo muitas propriedades particulares, as quais apresentam diversos usos e ocupações do solo e vários tipos de vegetação. Desta forma, descreve-se a seguir as características mais conspícuas da vegetação secundária na região com também no interior da Unidade.

Por volta de 1746, o cacau foi casualmente trazido da Amazônia e introduzido no vale do rio Pardo. Este acontecimento refletiu sobre o destino das matas úmidas do sul baiano, onde a cultura, em atual decadência, chegou a ocupar cerca de 600.000 ha (PINTO, 1956).

O maciço das plantações de cacau ocorre na área de mata Higrófila, principalmente na região compreendida entre os paralelos 14° e 16°, ocorrendo também em pequenos trechos na mata Mesófila (MORI & SILVA, 1979).

A cabruca é definida como o método de plantio de cacau sob mata raleada, MANDARINO (1981). É certo que não existe um padrão florístico, biométrico, ou mesmo estrutural horizontal e verticalmente (fitossociologia) para a cabruca. Pode variar entre uma micro-região, entre fazendas e até mesmo dentro de uma mesma fazenda, variando a composição botânica, a densidade e a ocupação de área basal, conforme a localização da propriedade, a declividade do terreno e a idade da plantação.

O mais tradicional sistema de plantio de cacau é conhecido localmente como "cabruca", onde o sub-bosque nativo é removido e algumas árvores silvestres são deixadas para o sombreamento do cacau. MORI *et al.* (1983) estimaram uma densidade de 25 árvores/ha para a cabruca e 891 árvores/ha para a mata nativa. Entretanto, outros autores (ALVES, 1990) encontraram densidades maiores para a cabruca, cerca de 62 árvores/ha verificando que fatores como a declividade do terreno e idade da plantação podem influenciar na densidade. A maior perda na transformação da floresta original para cabruca não é na estrutura da floresta, mas na composição da comunidade de plantas, pois as árvores nativas utilizadas para o sombreamento, representam somente 10% das espécies presentes anteriormente. Apesar desta perda o sistema de cabruca tem a vantagem de conservar parte da flora e da fauna silvestres, além de servir como banco de sementes para espécies arbóreas exploradas comercialmente, e manter uma estrutura similar aquela da floresta original, causando menos impacto do que normalmente ocorre em outras práticas agrícolas (ALVES, 1990). Um aspecto peculiar destas florestas cabrucadas é a abundância de epífitas que, encontrando condições favoráveis, se estabelecem nos troncos e galhos das árvores, principalmente nas de casca corticosa.

Esta vegetação constitui-se em capoeiras de porte e fâcies variáveis, em geral densas e ricas de palmeiras. Predominam nos tabuleiros litorâneos do terciário-Quaternário, com raras espécies esclerófilas e abundância de malacófilas. O número de regeneração por gemas adventícias da base dos caules e das raízes é elevado em *Tapira*, *Bowdichia*, *Protium*, *Guarea* e *Simaruba*, espécies que desenvolvem estruturas subterrâneas avantajadas. A destruição da matéria orgânica pelo fogo e lixiviação do solo criam condições, por vezes, favoráveis para se desenvolver uma flora acidófila, e filicíneas (*Blechnum* e *Pteridium*), gramíneas e ciperáceas (*Imperata*, *Chusquea* e *Scleria*) ou

palmeiras (*Polyandrococos* e *Atallea*) podem surgir e dominar na comunidade. A embaúba (*Cecropia adenopus*) e a corindiba (*Trema micrantha*) surgem frequentemente e compõem a primeira sucessão arbórea, até que espécies de crescimento mais lento as sobrepujam. A matataúba (*Didymopanax morototoni*), a janúba (*Hymatanthus phagadaenica*), o jenipapo (*Genipa americana*), a biriba (*Eschweilera ovata*), o murici (*Byrsonima sericea*) e os mundururus (*Henriettia* e *Miconia* spp.) são elementos da sucessão arbórea que, juntamente com *Tapirira guianensis*, *Simaruba versicolor*, *Protium heptaphyllum* e muitas outras espécies, compõem essas peculiares capoeiras. Persistem nas clareiras mais iluminadas alguns capins dos gêneros *Homolepis*, *Lasiacis* e *Ichnanthus* (PROJETO RADAM-BRASIL, 1981).

5.2.2. Fauna

BROWN (1979) divide a Floresta Atlântica em quatro centros de endemismo, baseando-se na distribuição de borboletas neotropicais, Heliconiini e Ithomiinae (Nymphalidae), sendo que a REBIO de Una está inserida em um destes centros. Sabe-se que este ecossistema como um todo apresenta além de bolsões de endemismos, alta biodiversidade faunística.

Não existe uma lista de fauna da Reserva Biológica, produzida através de levantamentos sistemáticos. Algumas pessoas procuram a Unidade para o desenvolvimento de pesquisa, mas poucas atividades científicas foram realizadas até o momento. No entanto, alguns observadores de aves passaram pela Reserva, produziram algumas listas de aves mas estas informações nunca chegaram até a Unidade.

Segundo informações dos agentes de defesa florestal é muito comum avistar catetos (*Tayassu tajacu*), macacos-prego, sauá, sagüis e micos. No entanto, não há indícios que ainda seja encontrada na área da Reserva, animais maiores como anta (*Tapirus terrestris*). Espécies intensivamente caçadas como macuco (*Tinamus solitarius*), mutum (*Crax blumenbachii*), cotia (*Dasyprocta* sp.) teiú (*Tupinambis teguixim*), paca (*Agouti paca*), quati (*Nasua nasua*), veado (*Mazama* sp), jacu (*Penelope* sp), ou aquelas mais letárgicas como tamanaduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) ainda podem ser observadas no interior da UC.

Entre as espécies de vertebrados exclusivas da fauna baiana figuram primatas mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternos*) e sagüi (*Callithrix kuhli*), como roedores (*Echimys pictus*) (RYLANDS, 1993). Serpentes como *Bothrops pirajai* (CAMPBELL & LAMAR, 1989), aves (*Atilla rufus hellmayeri*, *Conophaga melanops nigrifrons*, *Scyatolopus psychopompus*; ANTAS, 1993) são também apontadas como endêmicas da Bahia.

Estudos desenvolvidos na região tanto com serpentes, quanto com coleópteros, indicam que os padrões de distribuição de tais grupos taxonômicos são complexos, fazendo-se necessário ampliar as pesquisas e intensificar as amostragens em determinados locais no sul da Bahia.

Além das Unidades de Conservação, outro aspecto técnico e legal, contemplado no Decreto nº 750 de 10/02/93, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, é a implantação de corredores de fauna entre remanescentes de Mata Atlântica. Um dos principais benefícios dos corredores é ampliar a área para manejo da fauna e promover a integração entre as populações, principalmente de mamíferos. A teoria genética populacional indica claramente, que uma população pequena, isolada em sua totalidade, dificilmente pode subsistir por longo tempo. O exemplo de áreas

protegidas de conservação de outros países mostram que 40% da fauna foi perdida nos últimos 70 anos, por insuficiente tamanho da área para manter populações geneticamente viáveis (CÂMARA, 1991).

Com a redução de habitat que está sendo provocada devido ao desmatamento generalizado na região da Unidade, a fauna que utilizava-se da cabruca ou de outros fragmentos de floresta, está sendo empurrada para o interior da reserva. Este processo de insularização resultará em extinções locais, bem como migrações de espécies para outras áreas.

Particularmente no sul da Bahia, a caça de subsistência e o comércio de animais de estimação são atividades muito comuns. Milhares de espécimes de aves, principalmente psitacídeos são comercializados ao longo das rodovias. A rodovia BR-101 já possui tradição como ponto de venda de animais capturados na floresta sul-baiana.

O processo de ocupação da Reserva por posseiros que trabalham a terra reduz o pouco habitat disponível para as espécies da fauna e aumenta os efeitos de borda alterando a formação e o microclima original do ecossistema.

Como outra ameaça a conservação da Unidade tem-se um grande desconhecimento sobre o ecossistema em geral. Até a fauna que normalmente é o primeiro componente a ser estudado, ainda apresenta poucas informações com respeito ao seu grau de proteção e conservação.

Herpetofauna

Segundo CRA (1995) existem cerca de 12 espécies de vertebrados ameaçados de extinção no sudeste baiano, entre elas cita-se duas espécies de répteis: jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) e surucucu-pico-de-jaca (*Lachesis muta rhombeata*).

De uma maneira geral, o grupos dos répteis são pouquíssimos estudados, parte por serem de difícil localização e acompanhamento, parte pela antipatia que despertam na maioria das pessoas. Por este pouco conhecimento científico os répteis quase nunca são considerados de forma específica em projetos de conservação, sofrendo da mesma maneira, ou até mais que as outras espécies da fauna, com a redução de habitats, insularização, poluição e outros problemas ambientais.

Para a região onde se insere a REBIO de Una, segundo ARGOLO (1992) algumas espécies foram coletadas, encontrando-se depositadas no Laboratório de Ofiologia do CEPEC, em Ilhéus. Neste trabalho, ao todo foram levantadas, quatro espécies de lagartos pertencentes a duas famílias, Lacertilia e Teiidae, e 20 espécies de serpentes de quatro famílias, a saber: Boidae, Colubridae, Elapidae e Viperidae, sendo que destas, a espécie *Lachesis muta rhombeata* encontra-se na lista dos animais brasileiros ameaçados de extinção (ARGOLO, comunicação pessoal). A relação das espécies e suas respectivas famílias encontram-se no Anexo III.

BOKERMANN (1973) descreveu mais duas espécies de rãs para a região de Ilhéus: *Sphaenorhynchus prasinus*, espécie semelhante com *habra*, descrita no alto Amazonas, com a qual tem em comum o aspecto geral, tipo de canto e modo de reprodução, diferindo pela forma da cabeça, pelo tímpano muito evidente e pelo colorido. O nome *prasinus* foi dado em alusão à cor verde desta espécie em vida. A outra espécie descrita pelo mesmo autor é *Sphaenorhynchus pauloalvini*, sendo dedicada ao Dr. Paulo de Tarso Alvim, ex-diretor técnico do CEPEC/CEPLAC.

Um exemplo do desconhecimento sobre a região acerca da herpetofauna é que nos últimos 30 anos foram descritas 9 espécies novas de anfíbios (BOKERMANN, 1973, 1974; CARAMASCHI, *et al.*,

1992; CARCERELLI & CARAMASCHI, 1992), e uma nova espécie de lagarto (RODRIGUES, 1993).

Segundo ARGOLO (comunicação pessoal) a partir de 1986 os estudos sobre serpentes do sudeste da Bahia foram substancialmente ampliados pelo Laboratório de Ofiologia do CEPEC. Os resultados obtidos até o momento, indicam a ocorrência de 69 espécies para a região. O estudo apontou 35 espécies disjuntas com a região amazônica, três novas ocorrências para a região e um contingente razoável de espécies umbrícolas (ARGOLO, 1992).

Coletas feitas identificaram 5 espécies de rãs do gênero *Eleutherodactylus* (*binotatus*, *ramagii*, *bilineatus*, *vinhai* e *paulodutraii*), todas nas plantações de cacau, em locais bastante sombreados e com espessa camada de folhas de cacau no chão. Destas, *Eleutherodactylus bilineatus*, *vinhai* e *ramagii* foram descritas em 1974 por BOKERMANN. Outras espécie de anfíbios colecionados na região pelo mesmo autor foram: *Bufo typhonius*, *Bufo crucifer*, *Leptodactylus mystaceus*, *Leptodactylus* sp. (grupos *marmoratus*) e *Pyllobates* sp.

Avifauna

Há na Floresta Atlântica um grande número de endemismo de espécies da avifauna. Entre as aves da floresta litorânea há elementos amazônicos, como o mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*), o jacu-estalo (*Neomorphus geoffroyi*) e várias espécies de passeriformes como contingídeos dos gêneros *Cotinga*, *Xipholena* e *Lipaugus*.

As florestas das baixadas costeiras do Brasil são consideradas extremamente importantes devido à ocorrência do grande número de aves endêmicas, sendo que SCOTT & BROOKE (1985) identificaram 74 espécies endêmicas da Mata Atlântica no estado da Bahia.

A unidade abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, como o anambé-de-asas-brancas (*Xipholena atropurpurea*) observado pelo Sr. Luiz Gonzaga, do "International Council for Bird Preservation", quando estava em visita a REBIO no ano de 1986. Abriga ainda, várias espécies de aves ameaçadas de extinção como *Pipile jacuntinga*, *Crax blumenbachii*, *Tinamus solitarius*, *Morphus guyannensis*, *Spizaetus tyrannus*, *Pyrrhura cruentata*, *Pyrrura leucotis*, *Amazona rodhocorita* (COIMBRA-Fº, comunicação pessoal).

Segundo observações oportunísticas de LINDBERGH (1986) espécies mais comuns são facilmente avistadas como: beija-flor (*Phaetornis ruber*), urubu-de-cabeça-amarela (*Cathartes aura*), chimango (*Milvago chimachima*), bico-de-agulha-de-rabo-vermelho (*Galbula ruficauda*), wissia (*Rhytipterna simplex*), urubu-comum (*Coragyps atratus*).

Na porção mais ao leste pode-se observar algumas espécies relativas ao ecossistema de Restinga como a rolinha-de-asa-canela (*Columbina minuta*), o beija-flor (*Amazilia fimbriata*), o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), o vite-vite (*Hylophilus thoracicus*), o pia-cobra (*Geothlypis aequinoctialis*), os traupídeos *Tangara peruviana* e o tiê-sangue *Ramphocelus bresilius*, além do fringilídeo galinha-da-serra *Coryphospingus pileatus*.

Dada a deficiência de informações sobre as espécies que habitam a REBIO e a importância deste grupo da fauna para diagnosticar a qualidade do ecossistema, sendo amplamente utilizados como bioindicadores, torna-se imprescindível o desenvolvimento de um levantamento detalhado da avifauna local, bem como um diagnóstico de sua situação.

Segundo PINTO (1993), foram registradas para a região da Unidade 155 espécies de aves, distribuídas em 40 famílias e 16 ordens, relacionadas no Anexo IV.

O número de espécies registradas é expressivo considerando que representa cerca de 10% da espécies que ocorrem em todo o território brasileiro.

Muitas espécies observadas por PINTO (1993) são dependentes de ambientes florestais e, por isso, estão confinadas às manchas de matas que ainda restam na região, como por exemplo: *Tinamus solitarius*, *Ciccaba virgata*, *Pteroglossus aracari*, *Ramphastos vitellinus*, *Piculus flavigula*, *Glyphorynchus spirurus*, *Drymophila squamata*, *Conopophaga melanops* e *Arremon taciturnus* (SICK, 1985).

Mastofauna

A fauna de mamíferos na Mata Atlântica é bastante rica, compreendendo aproximadamente 215 espécies, das quais cerca de 39% é representada por pequenos mamíferos não voadores (HERRMANN *et al.*, 1991). São escassas as informações sobre a fauna de pequenos mamíferos no sul da Bahia. Levantamentos foram realizados na década de 40 para fins de estudos epidemiológicos na região (LAEMMERT *et al.*, 1946).

PINTO (1993) desenvolveu um inventário faunístico considerando comunidades naturais em diferentes estágios e formações (mata primária, mata secundária e restinga). Nas áreas com diferentes usos da terra, tais como, culturas de dendê, cacau e consórcio de seringa com cacau, foram capturadas 14 espécies de mamíferos, sendo três marsupiais e 11 roedores. A lista de espécies de mamíferos encontra-se no Anexo V.

Devido ao surtos periódicos de pequenos mamíferos que atacam os frutos do cacaueiro, o Centro de Pesquisas do Cacau tem realizado capturas esporádicas e pretende iniciar em breve um levantamento sistemático de pequenos mamíferos na região cacaueira (CEPEC, 1990).

A distribuição de alguns mamíferos menos conspícuos, é pouco conhecida. O caso dos ouriços do Novo Mundo, ainda está sendo revisto por pesquisadores. Segundo OLIVER & SANTOS (1991) a espécie *Chaetomys subspinosus* não foi registrada na natureza por 30 anos dado a rápida e intensiva destruição das florestas, sendo que outrora sua distribuição abrangia o sul de Sergipe até a Bahia. Estudos comprovam que *Chaetomys subspinosus* e *Sphiggurus i. insidiosus* são espécies simpátricas. *Sphiggurus* tem um distribuição mais ampla e contínua, indo desde a Floresta Atlântica do sul de Sergipe até o sul do Rio de Janeiro. Ambas espécies sobrevivem em vários habitats, incluindo floresta primária, secundária, restinga e até cabruca. Na maioria dos casos a presença de *Chaetomys* está associada com a permanência de extensivas áreas de floresta, incluindo a cabruca. *Sphiggurus*, por outro lado, apresenta condições de sobreviver em áreas mais degradadas como capoeiras. A existência de *Chaetomys* e *Sphiggurus* na REBIO de Una é confiável (OLIVER & SANTOS, 1991).

Várias fontes reportam a ocorrência de duas espécies de preguiça na REBIO de Una, *Bradypus torquatus* e *Bradypus variegatus* (OLIVER & SANTOS, 1991).

Pode-se dizer que a unidade situa-se em um centro de endemismo de mamíferos. Existem três espécies endêmicas de primatas: *Callithrix kuhli*, *Leontopithecus chrysomelas* e *Cebus apella xanthosternos*.

Espécies como *Callicebus p. melanochir*, *Bradypus torquatus* e *Chaetomys subspinosus* estão ameaçados de extinção. Para o *Bradypus torquatus* a REBIO de Una é uma das 4 áreas protegidas que abrigam esta espécie ameaçada, endêmica da Mata Atlântica.

Observações esparsas de *Mazama americana*, *Brachyteles arachnoides*, *Alouatta fusca*, *Lutra longicaudis*, *Chetomis subspinosus* e *Cebus apella xanthosternos* foram feitas em 1976 pelo Dr. COIMBRA -FILHO, em visita à área. No entanto, ao que tudo indica o miqui (*Brachyteles arachnoides*) e o bugio (*Alouatta fusca*), que ocorriam na região de Una, já encontram-se extintos localmente.

Segundo observações oportunísticas sabe-se que irara (*Eira barbara*), cachorro do mato (*Cerdocyon thous*), tatu (*Dasyurus hybridus*), cotia (*Dasyprocta aguti*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), ainda ocorrem na REBIO (LINDBERGH, 1986).

Primates

Há evidências que a distribuição original do *Cebus a. xanthosternos* fica entre o leste e sul do rio São Francisco até as florestas da costa do estado da Bahia (SANTOS & LERNOULD, 1993). Populações naturais desta espécie são extremamente raras e estão declinando drasticamente, não somente por causa da acelerada destruição das florestas, mas também por causa da caça (MITTERMEIER *et al.*, 1982).

Como resultados dos levantamentos de campo conduzidos por William Oliver e Ilmar Santos nos anos de 1986 e 1987, foram feitas recomendações de expansão do programa em cativeiro para a conservação do macaco-prego-de-peito-amarelo. Em 1992 foi estabelecido um comitê internacional do *C. a. xanthosternos* e *C. a. robustus*. Este último ocorre ao sul do rio Jequitinhonha a norte do rio Doce, do sul da Bahia até norte do Espírito Santo, não ocorrendo na Reserva Biológica de Una. É severamente caçado para servir de alimentação ou como animal de estimação.

Mico-leão-da-cara-dourada

Os trabalhos com micos-leões começaram como resultado da "Wild Animal Preservation Trust Conference", cujo o tema foi "Saving the Lion Marmosets", ocorrida em 1972. Estudos de longo prazo, conduzidos pelo Zoológico de Washington e Smithsonian Institution, enfocaram comportamento social e reprodutivo das espécies de micos-leões, com o principal objetivo de expandir e aplicar técnicas atuais de biologia da conservação.

O mico-leão-da-cara-dourada encontra-se numa faixa litorânea de 175 km entre os rios da Contas e Jequitinhonha.

Os resultados da análise da viabilidade da população dos micos (AVP) de DIETZ (1995), sugerem que a Reserva é pequena para garantir a sobrevivência da espécie por longo prazo. Entretanto, a estimativa do número de micos que baseou esta conclusão foi calculada extrapolando informações vindas de uma área mais conservada da UC. A área oeste, por sua vez, foi previamente ocupada por 85 famílias de posseiros, e a maioria de sua vegetação encontra-se em vários estágios de sucessão secundária em virtude de desmatamentos ocorridos. De uma maneira realista, os estudos sugerem que os micos-leões-da-cara-dourada rapidamente se tornarão extintos quando a floresta adjacente à reserva for cortada. O pesquisador propõe expandir o papel da Reserva com um centro de treinamento e pesquisa, atraindo recursos humanos e financeiros, o que poderia promover um comitê local, nacional ou internacional para a conservação da região geográfica.

A primeira análise de viabilidade da população foi feita em 1990, utilizando dados do mico-leão-dourado. Os territórios dos micos não se sobrepõem e considerou-se à época da análise que estes territórios possuíam em média 79 ha. Desta forma, a Reserva continha 75 grupos, com tamanho médio de 5 indivíduos por grupo. Estima-se que ainda existem 375 indivíduos dentro da Unidade. Usando o programa Vórtex, estimou-se que em 100 anos a probabilidade de extinção dos micos, sem incluir área adjacentes é de 27%. Na simulação, adicionando 4.000 ha, ou seja, considerando todo o tamanho do decreto a probabilidade de extinção diminui significativamente.

Trabalhos científicos teóricos sugerem que o tamanho da população efetiva deve ser no mínimo de 500 indivíduos para garantir a sobrevivência de populações isoladas por longo período, com um probabilidade de sobrevivência de 95% nos próximos 200 anos. Dois dos três grupos observados utilizam-se de áreas adjacentes à reserva, ficando vulneráveis a caçadores (DIETZ, 1992). Com a aquisição do corredor de mata ligando os dois blocos iniciais da reserva, a diversidade genética do mico teoricamente aumentou de 89,5% para 93,5%.

Segundo DIETZ (1997, comunicação pessoal), após cinco anos de observação de 44 indivíduos de micos-leões-da-cara-dourada, correspondente a 7 grupos, ações de manejo da área deverão ser feitas para maximizar a probabilidade de sobrevivência da espécie. O tamanho utilizado por esta espécie é em torno de 92,8 ha. Os grupos são formados por cinco indivíduos em média. Conclui-se que a REBIO de Una tem 240 micos, distribuídos em 48 grupos reprodutores, apresentando uma população efetiva de 96 indivíduos. Isto corresponde a cerca de 20% do mínimo necessário para a sobrevivência desta população a longo prazo. Em outras palavras a área necessária de floresta contínua para assegurar uma população viável é de 22.500 ha. Assim, a Reserva não tem um tamanho suficiente para garantir a sobrevivência desta ameaçada espécie.

A área invadida por posseiros não pode ser considerada como parte efetiva do habitat protegido dos micos-leões, antes que a questão fundiária seja resolvida (LINDBERGH, 1986).

A Reserva Biológica de Una é insuficiente para manter a viabilidade do mico-leão-de-cara-dourada, mas segundo estimativa recente, mais de 6.000 destes animais ainda vivem em matas pertencentes a fazendeiros de cacau (ALGER & CALDAS, 1996).

Há também um centro de triagem na CEPLAC onde atualmente existem 40 micos-leões-de-cara-dourada, resultantes dos trabalhos de apreensões de animais em cativeiro. Estes animais não são tatuados e se reproduzem sem ordenamento, não participando do programa de conservação da espécie, pois não se sabe a origem da maior parte e reproduzem-se sem ordenamento, existindo muito indivíduos aparentados. Muitos animais apresentam escoriações e feridas, geradas pelas brigas.

Entomofauna

Além de espécies da flora, espécies da fauna também tem sido descritas na região de Una.

Para o estado da Bahia a literatura registra apenas uma centena de táxons. No entanto, o sul do estado caracteriza-se por ser extremamente rico em espécies, devido principalmente à variedade de ecossistemas existentes na região, sendo que a Mata Atlântica mais uma vez é a mais importante. Numerosas espécies de insetos são endêmicas a este ecossistema. Isto é confirmado para o caso dos Formicidae (BRANDÃO, 1989). Este autor descreve uma nova espécie de formiga *Belonopelta minima* que habita formações de cabruca.

Como a Mata Atlântica foi uma faixa contínua, é de se esperar que muitas espécies de insetos que ocorrem no sul deste bioma, também ocorram no sul da Bahia. Em alguns grupos de Coleóptera, relativamente bem levantados na Bahia e com espécimes na coleção do CEPEC, apresenta indícios de que o rio Jequitinhonha é uma barreira natural, delimitando a distribuição geográfica das espécies. O gênero *Heliconius* (Lepidoptera) tem sido coletado em quase todas as partes do Brasil, incluindo as matas da Bahia (Brown, 1976, citado por DELABIE, comunicação pessoal).

Phoridae é uma família de Diptera bem representada em número de espécies e em número de indivíduos nas matas úmidas tropicais, incluindo áquelas da Bahia. No entanto, estudos mais detalhados desta família e mesmo do grupo são muito escassos.

Nestes últimos 10 anos, coletas de formigas na Reserva tem sido feitas, sendo contabilizadas até o momento 183 espécies, as quais estão relacionadas no Anexo VI. Estas devem representar cerca de um terço à metade das espécies que provavelmente existem na reserva. Entre as espécies de formigas listadas, algumas merecem destaque: áquelas endêmicas da mata higrófila do sudeste da Bahia (*Blepharidatta* sp, *Camponotus* sp, *Cyphomyrmex* sp, *Neostruma* sp) e espécies de amplitude geográfica, mas localmente raras da subfamília Cerapachyinae. Numerosas espécies constituem, na mata úmida do sudeste da Bahia, uma população isolada do núcleo mais importante que encontra-se na região Amazônica, como por exemplo as espécies *Ochetomyrmex subpolitus* e *Pachycondyla cavinodis* (DELABIE *et al.*, 1997).

Ictiofauna

Não há referências acerca da fauna de peixes que ocorrem na Reserva Biológica, sabe-se no entanto, que as espécies citadas a seguir, ocorrem no sul da Bahia e encontram-se ameaçadas: *Oligosarcus macrolepis*, *Rachoviscus graciliceps*, *Nematocharax venustus*, *Mimagoniates sylvicola*, *Henochilus wheatlandii*, *Moojenichthys* sp., *Prochilodus hartii*, *Leporinus garmani*, *L. melanopleura*, *Rivulus depressus*, (MENEZES, 1993).

Efeito da modificação do habitat nas espécies da fauna

A diversidade de aves e mamíferos em cabruca é menor que em mata primária, mas maior que em áreas onde o cacau foi plantado sob bananeiras ou árvores exóticas, como *Erythrina*, no sistema de derrubada total (ALVES, 1990).

Grupos que se utilizam do sub-bosque da floresta são altamente susceptíveis ao distúrbio do habitat. Grandes herbívoros, como o veado (*Mazama americana*), o cateto (*Tayassu tajacu*) e a anta (*Tapirus terrestris*), não são frequentemente avistados em áreas de florestas, sendo completamente ausentes na "cabruca". O mesmo acontece para grandes roedores como *Dasyprocta agouti* e *Agouti paca* (ALVES, 1990).

Grandes aves frugívoras ou insetívoras que normalmente forrageiam no chão da floresta também mostraram um tendência a não persistirem em ambientes de cabruca. Algumas espécies como a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o aracuã (*Ortalis aracuan*), inambú (*Chryturellus variegatus*), aparentemente abundantes na floresta estavam completamente ausentes na cabruca, segundo a pesquisa de ALVES (1990).

5.3. Aspectos Culturais e Históricos

Os primeiros desbravadores do território que atualmente integram o Município de Una ocuparam as terras no ano de 1770, requerendo sesmária a D. Rodrigues José de Menezes, então governador e Capitão Geral da Província da Bahia. Em 26 de julho de 1787 foi concedida pela rainha de Portugal, a sesmária requerida, situada na confluência dos rios Una e Cachoeira (hoje Sapucaieira). A fazenda recebeu a denominação de São José. Logo depois foram chegando colonos alemães, austríacos, poloneses, teuto-russos, que formaram nova povoação na embocadura do rio Maruim, afluente do rio Una pela margem esquerda e próxima à foz.

A povoação, em virtude das águas escuras do rio, tomou o nome de Una, sendo tempos depois tragada pelo mar, obrigando seus habitantes recuarem-se alguns poucos quilômetros para o interior, conservando a mesma denominação.

Em 1860, por força da Resolução Provincial nº 842, de 21 de julho, esta povoação foi elevada a Freguesia e Distrito, sob o patrocínio de Santo Antônio da Barra de Una. Desmembrado de Canavieiras em 2 de agosto de 1890, foi criado o município de Una, com sede no lugar denominado Pedras, começando a funcionar no dia 16 do mesmo mês.

Como o ato de criação não delimitava a área territorial, o município foi reanexado ao município de Canavieiras em 1923, denominado Cachoeirinha. Todavia, em 2 de agosto de 1924, a Lei Estadual nº 1718, restaurou o município, delimitando a sua área. No ano de 1939, a vila de Cachoeirinha foi elevada a categoria de cidade, com a denominação de Una, pelo Decreto-Lei Federal nº 311, ratificado pelo Decreto Estadual nº 11.087. A sede da cidade ficou localizada na fazenda São José de propriedade de Pereira de Almeida e irmãos, que fizeram a doação de 5.600 m², às margens do rio Una.

De acordo com a Divisão Administrativa do Brasil de 1933, o município ficou integrado por dois distritos, o da sede (Una) e Xapuri, permanecendo até 1937. Em 1944 o distrito de Xapuri passou a denominar-se Arataca. Em 1953 sua composição administrativa ficou constituída de três distritos: Una, Arataca e Itatingui; continuando até o desmembramento dos distritos de Arataca e Itatingui.

O município atualmente é formado pelos povoados de Pedras, Comandatuba, Colônia, Vila Brasil, Outeiro e Vila São João.

O povoado de Pedras, situado à margem esquerda do rio Una, conta com uma população de aproximadamente 1.300 habitantes, na sua maioria pescadores, catadores de mariscos, que vendem na cidade ou em Ilhéus. Em 1945, Pedras foi porto de escoamento da produção de cacau de todo o município. O único meio de transporte para a capital era através dos navios da Navegação Baiana e dos Iates Itabuna, Empresa e Itacaré, através do Instituto de Cacau e da empresa Petycultor, ambos sediadas em Una.

Segundo a crença popular este povoado possui fontes de águas medicinais.

Sediada à esquerda do canal de Comandatuba, o povoado de mesmo nome abriga artesãos e pescadores. Seu maior desenvolvimento foi a partir da construção da BA-001 e do hotel Transamérica, da Companhia Real de Hotéis-Nordeste. Passando por Comandatuba, tem-se acesso às praias de Itaporoca e Una Mirim, que é uma pequena enseada. Em Una Mirim existia um

aglomerado de ocas indígenas, cujos os moradores vinham pescar na Lagoa Mirim, ocupando terras onde está situada a fazenda Bolandeira.

O povoado de Colônia inicialmente recebeu um colono português, um alemão e um italiano e 42 famílias japonesas, que chegaram em 1953, e depois mais 11 famílias no ano seguinte. A agricultura se desenvolveu nas fazendas, antigos lotes, com cacau, seringueira, mangostão, maracujá, guaraná, banana da terra e prata, cravo, canela, louro, pimenta-do-reino, laranja e verduras.

Estes colonos estrangeiros foram os desbravadores e concentraram-se na agricultura e os capixabas nas últimas décadas vem ocupando a terra com a indústria madeireira.

5.4. Ocorrência de Fogo e Fenômenos Naturais Excepcionais

Os incêndios são provocados devido às práticas de limpeza e renovação de pastos em áreas de cultivos dos posseiros e das propriedades vizinhas. Em relação a este problema, levantamentos anteriores estimam que algumas propriedades, são potencialmente propagadoras de fogo, evoluindo para o interior da Reserva. Estes produtores desenvolvem atividades agrícolas que contemplam no seu manejo queimadas anuais.

Em fevereiro de 1995, a Unidade sofreu um incêndio que durou 8 dias destruindo cerca de 600 ha à noroeste da área. O controle foi feito por uma equipe de 12 homens.

Uma campanha de conscientização contra o uso criminoso e indiscriminado do fogo e suas consequências foi vinculada nos espaços de utilidade pública das rádios, TV's e jornais da região.

No ano anterior em 1994, um incêndio destruiu cerca de 80 ha, mas foi rapidamente controlado.

A Unidade apresenta poucos equipamentos de combate à incêndio. Segundo informações, os abafadores normalmente utilizados para combater focos de incêndio não funcionam em ambientes de mata existentes na UC. Alguns aceiros são utilizados para controlar o fogo.

As atividades dos posseiros provocam a ocorrência de incêndios pontuais.

5.5. Atividades da Unidade de Conservação e seus Impactos Evidentes

5.5.1. Atividades Apropriadas

Fiscalização

Os Agentes de Defesa Florestal fiscalizam a Reserva principalmente à pé ou montados diariamente, sem ter uma ronda pré-determinada, o que promove a efetividade dos trabalhos de fiscalização. Não existem postos de fiscalização e o apoio a tal atividade é feito na sede Piedade. Rondas noturnas são efetuadas uma vez por semana sem dia marcado e, conforme a necessidade do momento, são promovidas expedições de surpresa.

Para as atividades de fiscalização a REBIO conta com um efetivo de cinco Agentes de Defesa Florestal que trabalham em duas equipes.

Quando há alguma ocorrência, autos de infração são lavrados e, no caso de caçadores e piaçaveiros os apetrechos são apreendidos. Relatórios mensais e anuais das ocorrências são gerados.

Foi realizado em setembro de 1996, pelo IESB, um Diagnóstico Rural Participativo - DPR, junto aos Agentes de Defesa Florestal. As experiências mais comuns deste diagnóstico são desenvolvidas com comunidades rurais pobres existentes nas regiões tropicais. Estes diagnósticos são voltados para facilitar o entendimento das percepções destas comunidades quanto ao meio ambiente, com o objetivo de prevenir impactos e orientar a intervenção do governo em projetos de desenvolvimento. No caso específico da REBIO o diagnóstico foi feito com o objetivo de conhecer as percepções dos funcionários da UC, quanto à importância de seu papel para a conservação da Unidade. Foi observado que os Agentes de Defesa Florestal apresentam uma grande coesão e senso de equipe, além de apreciarem os trabalhos de proteção que desenvolvem na área. De uma maneira geral, as principais reivindicações foram: aumento do efetivo de Agentes de Defesa Florestal, infra-estrutura e equipamentos adequados para apoiar as atividades diárias de proteção da REBIO, orientação e treinamento inicial que possibilite o efetivo cumprimento das funções, bem como o estímulo institucional. Todos declararam que foram aprendendo acerca das atividades, através de experiências vivenciadas e de trocas de informações entre eles. Segundo o relatório técnico do trabalho, a coesão entre os agentes é notável.

As atividades de fiscalização do entorno fica a cargo do Escritório Regional de Ilhéus, que é responsável pelo disciplinamento dos processos em 39 municípios, o que abrange uma área de 17.000 km². Para isso conta com 18 funcionários e apenas 6 Agentes de Defesa Florestal. Atualmente existem 68 planos de manejo florestal para a região, sendo que 16 estão em processo de análise, 11 suspensos por apresentarem irregularidades, 17 cancelados e apenas 19 são considerados aptos. Este escritório atua em apreensão de animais comercializados, controle e fiscalização da atividade pesqueira marítima e em águas interiores.

A Zona de Transição da REBIO é considerada pelos técnicos do Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus como 'área vermelha', pois apresenta intensa atividade madeireira, ou seja, o município tem vocação para extração florestal. A abertura de novas serrarias e carpintarias está sendo fomentada tanto nos municípios de Santa Luzia e Camacã como no município de Una pela crise da cultura cacauera, devido à infestação da vassoura-de-bruxa.

A maior parte da região não conta com boas estradas, o que contribui para o isolamento dos habitantes e dificultando os trabalhos de fiscalização por parte do IBAMA.

O processo de autorização da madeira beneficiada vem atrapalhando a fiscalização do IBAMA, que não dispõe de capacidade para acompanhar todos os planos de manejo em campo, as atividades limitam-se ao atendimento de denúncias, ocorrendo em torno de 70 a 100 denúncias por mês.. Há uma evidente escassez de recursos humanos e equipamentos para trabalho de fiscalização pois este escritório conta com apenas um veículo em bom estado para as diligências, em um raio de ação de 200 km.

Pesquisa

Informações acerca do ecossistema local, seu grau de conservação e impactos que vem sofrendo, ainda são pouco disponíveis. Segundo o Núcleo de Pesquisa e Monitoramento do Departamento de Unidades de Conservação - DEUC, o qual controla as atividades científicas que são desenvolvidas nas Unidades de Conservação de uso indireto, apenas cinco pesquisas estão sendo realizadas na REBIO de Una:

- "*Efeitos do Desmatamento nas Relações Simbióticas entre Primatas Brasileiros*", sendo desenvolvido pela pesquisadora norte-americana Beck Raboy, que está cursando o doutorado na Universidade de Maryland, desde junho de 1996. O objetivo do projeto é comparar a ecologia entre as duas espécies de calitriquídeos (*Callithrix kuhli* e *Leontopithecus chrysomelas*), com o intuito de obter melhor compreensão das forças ecológicas e evolutivas que afetam as relações entre a comunidade de primatas na REBIO de Una, determinando as bases evolutivas de associações interespecíficas entre estas duas espécies de primatas ameaçados da floresta primária. O estudo também propõe determinar o efeito da degradação do habitat nestas associações;
- "Análise de Viabilidade da População para Micos-leões-da-cara-dourada na Reserva Biológica de Una: Efeitos da Degradação do Habitat", realizada por Dr. James Dietz pesquisador da Universidade de Maryland, desde de 1991. Os objetivos desta pesquisa são: determinar o tamanho e tipo de mata necessária para a preservação dessa espécie a longo prazo; priorizar áreas adjacentes à Reserva em termos de sua contribuição potencial para esta área crítica. Como outro objetivo da pesquisa tem-se orientar o trabalho do IBAMA e organizações financiadoras a fim de adquirir e anexar essas áreas a Unidade e/ou melhorar as chances de preservação das matas, através da educação dos fazendeiros. Os micos são acompanhados diariamente por um auxiliar de campo, que através de radiotelemetria segue alguns grupos, registrando informações sobre a ecologia da espécie, com o intuito de conhecer qual a área de vida utilizada por cada grupo ("home range");
- "*Inventário e Diversidade de Espécies de Mamíferos da Região da Reserva Biológica de Una-BA*". Proposta de Gustavo Alberto da Fonseca, iniciado em 1996, tem como objetivo inventariar e identificar os padrões de diversidade de espécies de pequenos mamíferos e primatas em áreas de vegetação nativa e em áreas de cabruca da região da REBIO. O projeto pretende gerar conhecimento sobre a biodiversidade local, com duração prevista de 14 meses;
- "*PROJETO MATA ATLÂNTICA DO NORDESTE*": este projeto de pesquisa é coordenado pelo pesquisador da CEPLAC, Dr. André Maurício Vieira de Carvalho. Participam desta pesquisa as seguintes instituições: CEPEC/CEPLAC, The New York Botanical Garden, Universidade de Santa Cruz, IBAMA e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. O objetivo geral deste projeto é o estudo da flora e da fauna nas Unidades de Conservação do IBAMA no sul da Bahia. Este projeto é formado por quatro sub-projetos:

- I. Florística e Fitossociologia: conduzido por 4 pesquisadores oriundos da CEPLAC, UESC e New York Botanical Garden. Os objetivos do projeto são: promover o conhecimento da composição florística da Mata Atlântica, através de sua caracterização qualitativa e quantitativa, em áreas remanescentes deste ecossistema; fomentar o treinamento, capacitação e fixação de recursos humanos, especialmente em ecologia e taxonomia de plantas da região; ampliar as coleções científicas de áreas do domínio da Mata Atlântica, propiciando sua organização, manutenção e guarda, com respectivo acesso às informações

- pelos organismos interessados; identificar e caracterizar as espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção; gerar dados e informações capazes de subsidiarem e incentivarem ações conservacionistas e no que tange ao manejo e a educação ambiental nas áreas inventariadas;
- II. Inventário da Herpetofauna: conduzido pelo pesquisador Antonio Jorge S. Argôlo, do Laboratório de Ofiologia da CEPLAC. Os objetivos do projeto são: ampliar o inventário faunístico dos répteis e anfíbios para as floresta remanescentes do sul da Bahia, com vistas a subsidiar a análise dos padrões de distribuição das espécies e obter dados sobre a ecologia e história natural das mesmas nestes locais; identificar a presença de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção e aprofundar o conhecimento dos respectivos "status" nas UC's; identificar as serpentes peçonhentas destes locais e desenvolver campanhas educativas junto às equipes das Unidades e demais pesquisadores envolvidos no Projeto, no sentido do reconhecimento das mesmas e profilaxia dos acidentes; treinar estudantes da Universidade Estadual de Santa Cruz para atividades de coleta e observações de répteis e anfíbios em ambiente natural, bem como para a taxonomia e catalogação em coletas científicas.
- III. Comunidade de Formicidae: cujo pesquisador responsável é o Sr. Jacques Delabie da CEPLAC. Os objetivos deste projeto são: ampliar os conhecimentos sobre a natureza e a ecologia das Formicidae de áreas remanescentes da região do sul da Bahia, através de estudos específicos em diferentes tipos de formações vegetais; caracterizar as espécies endêmicas, raras e ou susceptíveis de serem colocadas num esquema amplo de conservação que incorporasse os invertebrados, geralmente ignorados nas listas de espécies protegidas por lei; avaliar o estudo de formigas como bioindicadoras em áreas de conservação e em áreas de recuperação da cobertura vegetal, ampliar a coleção científica de referência de Formicidae do Laboratório de Mimercologia do CEPEC, incorporando informações coletadas em estudos de biogeografia de formigas; treinar estudantes da Universidade Estadual de Santa Cruz no desenvolvimento de estudos em ecologia de comunidade e taxonomia de Formicidae;
- IV. Estudo de Phoridae (Diptera) associados a formigas e abelhas: conduzido pelo pesquisador Forbes Benton do Laboratório de Mimercologia do CEPEC. Os objetivos deste projeto são: levantar a fauna de Phoridae na REBIO de Una e no PARNA de Monte Pascoal; determinar as espécies nativas e endêmicas desses locais; elaborar chaves para a determinação das espécies de alguns gêneros selecionados de Phoridae ocorrentes na Mata Atlântica; levantar a fauna de abelha na REBIO de Una e PARNA de Monte Pascoal; fazer observações e anotações da história natural dos insetos em geral nas áreas protegidas, com fotografias e, quando possível, com ênfase nas espécies nativas e endêmicas.
- *"Comunidade de Morcegos em Remanescentes Florestais da Região de Una, Bahia"*. Proposta de Deborah Maria de Faria, doutoranda em Ecologia pela Universidade de Campinas - UNICAMP. O objetivo do trabalho é avaliar o possível impacto do processo de fragmentação e conversão de habitat naturais sob as comunidades de morcegos na região de Una, verificando quais as mudanças na estrutura das comunidades em fragmentos florestais e áreas de cultivo de cacau, comparada com uma área de floresta contínua e protegida, representada pela Reserva Biológica de Una;

Existem algumas propostas de pesquisa:

- "Uso do Hábitat e Morfologia das Asas de Morcegos Frugívoros da Família Phyllostomidae", proposta apresentada por Julio E. Baumgarten, doutorando em Ecologia pela UNICAMP, tendo como objetivos gerais identificar a composição da comunidade e a

abundância relativa das espécies de morcegos frugívoros em habitats diferentes, quanto à densidade da vegetação e altura presentes em áreas remanescentes de Mata Atlântica. A pesquisa tem como objetivo específico: estudar os atributos morfológicos das espécies de morcegos frugívoros da família Phyllostomidae que compartilham uma mesma área de vida e verificar o grau de sobre-posição na dieta das espécies frugívoras que vivem em uma mesma área.

Educação Ambiental

A administração da REBIO iniciou, dois anos atrás um trabalho de divulgação da UC, junto às escolas rurais do entorno, com atividades de esclarecimento através da demonstração de material educativo sobre a área, palestras, entre outras. Estas atividades continuam sendo conduzidas pelos professores e a Reserva fornece, quando necessário, um apoio logístico. Porém, mesmo com esta boa experiência, as atividades de educação ambiental no entorno da UC e no município de Una ainda são muito tímidas.

O IESB atualmente mantém um Programa de Educação Ambiental para a Comunidade do Entorno da REBIO de Una. O objetivo do projeto é esclarecer e dar conhecimento sobre a importância da Reserva Biológica para proteger espécies ameaçadas e o ecossistema, bem como motivá-la a participar de sua proteção e dos remanescentes florestais existentes na zona de transição.

O trabalho desenvolveu-se de 1995, sendo reestruturado em janeiro de 1996 e continua até hoje. Mensagens são vinculadas sobre a utilização do fogo baseadas nas informações obtidas do IBAMA, informações sobre o meio ambiente para os proprietários, idéias para preservar a mata de suas propriedade, proibição da caça, entre outras. O trabalho enfoca apenas adultos como professores rurais e proprietários, que servirão de agentes multiplicadores.

Sete grandes fazendas e quatro pequenas propriedades, que fazem divisa com a unidade e apresentam remanescentes florestais, participam do programa. Estão sendo colocadas placas com letras fosforescentes, 12 que ficam na entrada da reserva (em cada lado da pista), duas na área de entorno, quatro nas travessias de animais silvestres e, outras 10 distribuídas em pontos chaves, chamando a atenção das proximidades da REBIO. Além destas, 80 placas com nome da propriedade e os números da lei de proibição da caça e desmatamento estão sendo produzidas. Até o momento, todos os proprietários contactados pela equipe de educação ambiental do IESB, estão interessados em colocar as placas.

A fazenda Jaqueiral de propriedade do Sr. Manoel Targino fornece materiais educativos e explicativas sobre a UC. O retorno desta ação tem sido a colaboração de moradores da região e a diminuição da pressão de caça, pelo menos nas proximidades desta fazenda.

5.5.2. Atividades Conflitantes

Várias atividades conflitantes com os objetivos de criação da Unidade são observadas na área, dentre elas tem-se a caça e a extração de piaçava. Mas, a atividade mais impactante e destruidora que a Reserva vem sofrendo é a ocupação humana, devido à presença de posseiros e de trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST.

Com o intuito de ocupar um área considerada "improdutiva" pelos agricultores, estes promovem derrubadas da mata, com a utilização do fogo e implantação de roças de mandioca e milho.

A política da reforma agrária é um fator significativo para os desmatamentos. A lei fundiária, de certa forma, incentiva as invasões em áreas de mata, pois o governo só pode desapropriar e indenizar o dono de uma fazenda invadida, legalizando-a como área de reforma agrária, considerando a terra ociosa. Esta política tem pouca participação na área total desmatada no sul da Bahia, comparada com a derrubada praticada por grandes proprietários, mas o grande valor ecológico das matas extintas ou degradadas por causa dessa política multiplica sua importância como causa de desmatamento ecologicamente destrutivo.

Pode-se dizer que a Unidade divide-se em dois blocos, conforme a ocupação e os impactos que vem sofrendo. A parte leste da Unidade, onde fica a sede de Maruim, apresenta mata mais preservada, onde não existem posseiros, sofrendo menor pressão de caça e de piaçaveiros. Os fazendeiros vizinhos normalmente colaboram com a fiscalização e tem influência da área de pesquisa do micoleão-da-cara-dourada. Existem ainda, alguns problemas com a retirada de piaçava.

Na porção oeste, na sede Piedade, a situação é muito preocupante. Nesta parte da UC a impressão que se tem, observando a paisagem é de estar percorrendo fazendas e sítios no interior do sul baiano; cercas, estradas, trilhas, plantios de abacaxi, seringueiras, roças de milho e mandioca, galinheiros e construções rurais compõem a paisagem juntamente com alguns pequenos fragmentos de Mata Atlântica. Estima-se que estes posseiros ocupam ao todo uma área de 500 ha, distribuídos em aproximadamente 2.000 ha da área da Reserva, a qual já foi adquirida pelo IBAMA. No entanto, esta informação não é precisa, pois ainda não foi efetuada a medição das posses. Os posseiros que habitam a área exploram a terra com cultivo, pastoreio, retirada de madeira, atividade de caça, pequenas queimadas e um emaranhado de trilhas de acesso. Estes posseiros não gostam de ser fiscalizados, agravando mais as relações com o IBAMA. A situação econômica destas posses está estagnada, com diminuição do ritmo das atividades rurais. De uma forma geral, os posseiros querem ser indenizados e saírem para outros lugares que ofereçam melhores condições de trabalho.

Há diversos níveis de posseiros, alguns possuem condições financeiras mais estáveis, sendo que a maioria não reside na posse, estando no aguardo da indenização.

Logo após a criação da Reserva Biológica de Una em 1980, cerca de 5% de sua área foi ocupada. O padrão de ocupação pelos posseiros é o mesmo observado na maioria das Unidades de Conservação do Brasil. Segundo informação dos técnicos do IESB, várias posses da REBIO possuem escrituras lavradas em cartório.

A caça é uma prática muito difundida na região de Una, sendo possível encontrar tanto caçadores esportivos, quanto de subsistência, que utilizam, entre outras técnicas, um artifício para caçar denominado canhão.

A rodovia BR-101 serve de ponto de comércio ilegal e escoamento da fauna silvestre brasileira, especialmente aquela do estado da Bahia. Aves como papagaios, periquitos e passeriformes são constantemente vistos em pequenas gaiolas na beira da estrada para serem comercializados. Além destes, sagüis do gênero *Callithrix* adultos e filhotes, são mais comumente encontrados, quando muito arredios, são dopados ou embriagados para simularem mansidão à seus futuros donos.

Outro problema que a Reserva vem enfrentando é a exploração ilegal de piaçava do interior. A fibra que sai do caule é retirada, passando por um processo de industrialização. A parte mais grossa da fibra é utilizada para produção de vassoura e a parte mais fina para cobertura de cabanas. Cerca de R\$ 10,00 são pagos por 15 kg de fibra. Em comparação com outras atividades rurais, configura dentre uma das mais rentáveis na região. Os trabalhos de fiscalização e a educação ambiental estão se mostrando efetivos na diminuição deste problema específico.

Os planos de manejo florestais existentes no entorno também constituem-se em atividades conflitantes, pois a manutenção da integridade da Reserva depende diretamente da conservação dos remanescentes florestais do entorno.

Em agosto de 1996 foi feita uma nova vistoria na fazenda Graciosa, localizada na Zona de Transição da UC, pois não houve exploração madeireira anterior na área. O processo foi encaminhado para a divisão jurídica da Superintendência Estadual do IBAMA - SUPES - BA, solicitando um parecer quanto à legalidade da exploração por se tratar uma Zona de Transição de área protegida. A divisão jurídica se manifestou favorável a emissão de autorização deste plano de manejo florestal. Mesmo assim o processo ainda está suspenso, pois o Escritório Regional de Ilhéus entende que a questão ainda não foi suficientemente esclarecida. Técnicos da Diretoria de Recursos Naturais - DIREN/IBAMA foram avaliar a situação legal destes Planos de Manejo Florestais na região de Ilhéus, posicionando-se contrários à aprovação destes Planos.

Outro plano de manejo florestal na Zona de Transição, ao nordeste da Unidade, é na fazenda Jaqueiral com 233 ha de propriedade do Sr. Manuel Targino de Araújo. O proprietário solicitou uma renovação da licença para explorar madeira em 148 ha, a qual venceu em janeiro deste ano. Ao todo são pleiteados 1.260 m³ de madeira em toras. Esta madeira já foi paga e o proprietário aguarda apenas a licença para sua retirada. A licença de exploração foi cancelada.

Ainda dentro da Zona de Transição da Reserva, ao longo da estrada que liga a BR-101 a Una, passando por Santa Luzia, na medida que se caminha para oeste, percebe-se que o cacau cultivado na cabruca perde espaço para o cacau consorciado com seringa, plantações de dendê e outras culturas. Há remanescentes de Mata Atlântica em estágios médio e avançado de regeneração. A vassoura-de-bruxa, também é encontrada na maioria das lavouras da região, tendo menor incidência no alto das serras e em espaços onde a diversificação de culturas é maior.

No entorno da REBIO encontram-se propriedades agrícolas de vários tamanhos que desenvolvem diversas atividades, dentre as quais se destacam os cultivos do cacau, seringueira e pasto, ocorrendo também na parte mais próxima ao litoral, o extrativismo de piaçava. Encontram-se nestas fazendas significantes fragmentos florestais, interligados por corredores de matas, capoeiras, cabrucas ou seringueiras, formando junto com a REBIO de Una uma área prioritária para manejo e conservação de um grande número de espécies da fauna e flora.

Em janeiro de 1997, o Banco do Nordeste - BNB autorizou o financiamento para que dois posseiros que vivem no interior da Reserva plantassem banana. O Chefe da Unidade procurou o Banco e esclareceu sobre a condição destas posses e a existência de uma Unidade de Conservação no local. O financiamento foi imediatamente suspenso, porém os posseiros já haviam iniciado a plantação. Cerca de 24 posseiros estão ocupando parte dos 7.022 ha regularizados, sendo que 8 posseiros estão com pedidos de reintegração de posse. Não se sabe do tamanho das áreas ocupadas pelas posses.

5.6. Aspectos Institucionais

5.6.1. Pessoal

A Unidade possui apenas seis funcionários no seu contingente, sendo quatro Agentes de Defesa Florestal, um Agente de Atividades Agropecuárias e um Chefe, todos residentes na cidade de Una. O Quadro 03 mostra as características do pessoal lotado na Unidade.

Quadro 03: Pessoal lotado na Unidade.

Nome	Tempo de Serviço Total /IBAMA	Idade	Escol.	Cargo	Função
Saturnino Neto Firmo de Sousa	30/ 17	45	3º grau	Chefe	Admin.
Antonio Hugo Ferreira da Silva	14 /14	37	2º grau	AAA ¹	Fiscal.
Ivan dos Santos Leão	20/ 18	40	2º grau	ADF ²	Fiscal.
Netonias Rocha dos Santos	30/ 18	43	2º grau	ADF	Fiscal.
Edísio Pereira dos Santos	17/ 17	37	2º grau	ADF	Fiscal.
Weilton Francisco Santos	17/ 17	46	2º grau	ADF	Fiscal.

¹ Agente de Atividades Agropecuárias

² Agente de Defesa Florestal

Todos os Agentes de Defesa Florestal participaram de alguns cursos de treinamento e de capacitação pessoal, que tratavam dos procedimentos de proteção e fiscalização da Unidade, uso de equipamentos, entre outros.

Apenas os servidores Ivan e Weilton participaram de um curso de treinamento em fiscalização de Unidades de Conservação, que teve lugar em Belo Horizonte, no ano de 1994. O servidor Netonias participou de dois cursos de fiscalização em 1981 e outro em 1982.

O Chefe da Unidade é biólogo, com especialização em nível de *lato sensu* em Desenvolvimento e Gestão Ambiental, obtida em 1992, pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Apresenta ainda, vários cursos de curta duração, podendo-se citar: um curso de combate a incêndios florestais realizado no ano de 1984, na FLONA de Capão Bonito; Manejo e Administração de Unidades de Conservação em 1986, promovido pelo ex-IBDF e Universidade de Viçosa; Curso Prático de Desenvolvimento de Apoio Comunitário às Unidades de Conservação em 1987; Curso em Educação Ambiental, promovido pelo WWF e IBAMA conduzido na Reserva Biológica de Poço das Antas, no ano de 1993; bem como um curso de Gerenciamento e Planejamento de Unidade de Conservação, em 1994.

Além destes funcionários, a Unidade conta com três vigilantes de uma empresa particular Seguarda-Seguro e Guarda de Valores de Salvador, que cuidam da proteção do patrimônio, desde dezembro de 1994. Estes funcionários residem na REBIO, ocupando três casas localizadas na sede de Maruim, Piedade e no rio da Serra.

Segundo informações há uma possibilidade de aumentar este quadro de funcionários com a transferência de um funcionário da CEPLAC para a Reserva.

De uma maneira geral, foi detectada a necessidade da promoção de cursos com maior frequência, abordando legislação ambiental, proteção de Unidades de Conservação, combate à incêndios, primeiros-socorros, entre outros. Esta necessidade foi externalizada por todos os funcionários.

5.6.2. Infra-estrutura e Equipamentos

Infra-estrutura:

Existem três vias internas: a) Bandeira, com 23 km, que liga a sede Piedade à localidade denominada Bandeira; b) Piedade possui 36 km ligando a sede Piedade à Colônia; sendo que ambas estão em condições muito ruins de uso e, c) Maruim, com 24 km que liga a sede Maruim à uma estrada vicinal, a qual atinge a BA-001, estando em condições precárias, ficando muitas vezes, intransitável devido à ação das chuvas, quando estas ocorrem em excesso. Todas estas vias internas são transitadas apenas por automóveis tracionados.

Ao todo a Unidade possui 420 m² de área construída, sendo que a sede Piedade abriga 60% desta área. A infra-estrutura compreende casas de alvenaria, madeira e taipa, bem como galpões e garagens, discriminada no Quadro 04.

Quadro 04 - Relação de infra-estrutura da REBIO de Una.

Uso Atual	Localização	Área (m ²)	OBSERVAÇÕES
alojamento de pesquisadores, administração e fiscalização	Maruim	98	mista de taipa e madeira
moradia do vigia	Maruim	40	madeira (pré-fabricada)
almoxarifado e depósito de material	Maruim	141	galpão de alvenaria
moradia do vigia	rio da Serra	36	taipa
moradia do vigia	Piedade	45	taipa
administração e fiscalização	Piedade	200	alvenaria
alojamento dos pesquisadores	Piedade	92	alvenaria
escritório e almoxarifado	Piedade	68	alvenaria

Possui ainda dois tanques com capacidade de armazenamento de 18.000 litros de água.

A casa que serve como alojamento de pesquisadores e escritório, localizada na sede Maruim, possui: 3 quartos, uma cozinha, um banheiro, um escritório, duas salas, encontrando-se em boas condições de uso.

Quando o IBAMA comprou a Reserva as casas das propriedades localizada na sede Maruim, foram incorporadas ao patrimônio público e, posteriormente na indenização dos posseiros, as benfeitorias das posses também foram se incorporando. As casas servem de apoio para fiscalização e de pesquisadores, entre outros. Existe uma construção com dois quartos e banheiro no interior da UC, na localidade denominada rio da Serra, onde mora um dos vigilantes contratados para proteção do patrimônio.

Equipamentos:

A maioria dos equipamentos encontram-se em condições de utilização, mas alguns já estão ultrapassados. No Quadro 05 é apresentada a relação dos equipamentos, estados de conservação e a utilidade dos mesmos.

Quadro 05: Relação dos equipamento da REBIO.

Equipamentos	Qti.	Em cond. de uso	A dar baixa	Utilização
armário de madeira com portas corrediças em cerejeira	1	1	-	administração
armário de madeira com 2 portas vaivém	4	3	-	administração
armário de madeira (fórmica branca, para cozinha)	1	1	-	administração
armário de madeira com 7 portas e 3 gavetas	1	-	1	administração
arquivo de aço com 8 gavetas	2	2	-	administração
bebedouro	1	1	-	administração
beliches	8	2	6	administração
burros	5	5	-	admin./fisc.
cadeira fixa sem braço	22	18	4	administração
cadeira giratória sem braço e com rodízio	2	2	-	administração

camas de solteiro de madeira	4	3	1	pesquisa/fisc.
filmadora panasonic (S-LIVA 14081)	1	1	-	educ. amb.
fogão DAKO de duas bocas	2	1	1	administração
fogão DAKO de 4 bocas	3	2	1	pesquisa/fisc.
gerador (corujinha 1.800 N - 94473 S-B64 A19)	1	-	1	pesquisa/fisc.
grupo gerador 5 KVA motor de 9 HP	1	1	-	pesquisa/fisc.
máquina de escreve manual Remington	1	1	-	administração
máquina fotográfica Yashica	1	1	-	admin./fisc.
mesa de copa e cozinha	3	2	1	administração
mesa de madeira com 2 gavetas	1	1	-	administração
mesa de madeira com 3 gavetas	6 ¹	5	1	administração
mesa de madeira com 6 gavetas	1	1	-	em Ilhéus
mesa para telefone de madeira	1	1	-	administração
mimeógrafo a álcool (Menno)	1	1	-	educ. amb.
motocicleta (Honda XL 250 R)	1	1	-	admin./fisc.
ozonizador - Europa sport line	1	1	-	administração
pistola 765 mm (FGJ00842 - Taurus)	1	1	-	fiscalização
projektor de slides (Marca IEC)	1	1	-	educ. amb.
refrigerador (Consul)	3	2	1	administração

revólver calibre 38 - cano curto	6	6	-	fiscalizaçã o
revólver calibre 32	2	2	-	fiscalizaçã o
selas para montaria baiana completa	6	3	3	fiscalizaçã o
sofá com 3 lugares (curvim preto)	1	1	-	administra ção
toyota Jeep (ano 1989)	1	1	-	admin./fisc .
toyota pickup cabine dupla (ano 1992)	1	1	-	admin./fisc .
toyota pickups cabine dupla (ano 1996)	1	nova	-	administra ção

1. uma destas mesas encontra-se no escritório do IBAMA em Ilhéus.

A UC não possui energia elétrica e nem equipamentos de comunicação, como rádio, móvel ou fixo e nem mesmo sistema de telefonia rural.

Para o bom desenvolvimento das atividades administrativas são necessários sistemas de comunicação e transporte eficiente. Porém, a Reserva não conta com um sistema de telecomunicação próprio, o que é feito através do telefone particular existente na residência do Chefe em Una.

Serviços de manutenção, aquisição de peças ou quaisquer materiais necessários são obtidos em Una, Ilhéus ou Itabuna.

5.6.3. Estrutura Organizacional

A Reserva é subordinada diretamente à Superintendência do IBAMA no estado da Bahia - SUPES/BA, apoiada pelo Núcleo de Unidades de Conservação - NUC.

A Diretoria de Ecossistemas - DIREC, através de seu Departamento de Unidades de Conservação - DEUC, de sua Divisão de Manejo - DIMAN e de sua Coordenadoria de Gerenciamento de Unidades de Conservação - DIGER fornecem o apoio técnico necessário. Definições de estratégias de planejamento, visando sua conservação, ações políticas e normas relativas às Unidades de Conservação cabem à DIMAN, e a DIGER a orientação na parte administrativa.

A Divisão de Manejo ainda não está oficializada no IBAMA, sendo responsável pelas atividades de implementação e manejo das UC's. Esta divisão está estruturada em 6 núcleos temáticos, a saber: Núcleo de Proteção, Núcleo de Planejamento, Núcleo de Eco-turismo, Núcleo de Pesquisa e Monitoramento, Núcleo de Integração com o Entorno e Núcleo de Uso Público.

A SUPES/BA tem como função resolver assuntos administrativos e rotineiros, utilizando-se para isso do NUC, como forma de melhorar a comunicação entre a UC, a SUPES e o DEUC, agilizando os trâmites burocráticos. O NUC também tem participação efetiva nas decisões e orientações técnicas acerca das Unidades de Conservação.

O orçamento anual da Unidade é elaborado pelo Chefe e encaminhado ao DEUC. Até o momento os recursos alocados na Unidade, neste últimos anos foram oriundos de recursos próprios, de acordo com os relatórios fornecidos pela Assessoria Orçamentária e Financeira da DIREC.

Como pode ser observado no Quadro 06, a aplicação dos recursos para os anos de 1995 e 1996 foi menos eficiente que para o ano de 1994, quando todos os recursos foram utilizados. Isto foi devido aos entraves ocorridos na liberação dos recursos orçamentários da União. Em 1996 os recursos orçamentários previstos foram maiores que os recursos financeiros disponibilizados.

Quadro 06: Recursos empenhados e liquidados para os anos de 1994, 1995 e 1996.

Ano	Recursos Empenhados (R\$)	Recursos Liquidados (R\$)	% Liquidado
1994	6.368,00	6.368,00	100
1995	20.459,29	15.246,89	74,52
1996	20.294,29	15.246,89	75,13

5.7. Caracterização da Zona de Transição

O conceito de Zona de Transição utilizado neste encarte é "a porção do território e águas jurisdicionais adjacentes a uma Unidade de Conservação, definida pelo Poder Público, submetida a restrição de uso com o propósito de reduzir impactos sobre a área protegida decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas", segundo o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.892, de 1992, preparado pela equipe conjunta IBAMA/MMA (IBAMA, 1996).

A Resolução CONAMA nº 13 de 1990, estabelece que caberá ao órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e do meio ambiente definir as atividades na sua área de entorno que possam afetar a biota da área protegida. Define ainda, o limite legal das áreas circundantes num raio de dez quilômetros, onde qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente. Esta resolução não estabelece quais atividades são consideradas prejudiciais às Unidades de Conservação, bem

como o conceito de Zona de Transição e os critérios gerais para o seu estabelecimento. Acrescenta-se que, uma vez consideradas prejudiciais, não deveriam de nenhuma forma serem licenciadas.

5.7.1. Descrição da Zona de Transição

A Zona de Transição abrange 10 km de raio a partir dos limites legais circundantes da Reserva Biológica, estando totalmente situada dentro dos limites do município de Una, conforme a Figura 09 - Mapa da Zona de Transição.

Desta forma, pode-se observar através do Mapa da Zona de Transição sua abrangência e limites, descrito abaixo:

- ao norte: abrange todo o povoado de vila Brasil com cerca de 400 habitantes e a subbacia do rio Maruim;
- ao leste: a rodovia BA-001, o assentamento Cajueiro I e II, o povoado de Pedras, vários cursos d' água que desaguam no mar, a costa e o parte do ecossistema de mangue;

O assentamento mais próximo da Reserva e dentro da Zona de Transição é o Cajueiro I e II, fundado 9 anos atrás, resultado da invasão de fazendas com monocultura de cacau abandonadas pelos proprietários falidos. O processo de desapropriação da Cajueiro II foi enviado no final de 1996 à Brasília para ser decretado. Por se tratar de uma área de relevância ambiental, vários órgãos, como INCRA, IBAMA e IESB, se pronunciaram, elaborando uma justificativa para a desapropriação. No entanto, o INCRA em Brasília ainda não emitiu o documento de posse.

- ao sul: a sede do município de Una, duas Estações Experimentais da CEPLAC (Djalma Bahia e Lemos Maia), o povoado de Colônia e parte da Ilha de Comandatuba. O município de Una, possui uma área de 1.179 km², distando cerca de 500 km da capital, Salvador. Apresenta seis distritos: Vila Brasil, Colônia, Pedras, Comandatuba, Vila São João e Outeiro.

Na Ilha de Comandatuba existem várias fazendas de coco e uma pequena vila com aproximadamente 100 famílias. Está sendo iniciada a criação comercial de abelhas nativas, quatro espécies por uma ONG, denominada Ecotuba, a qual está concentrando esforços para transformar a ilha em um exemplo de desenvolvimento autosustentável através do ecoturismo e de outras atividades econômicas alternativas.

- à oeste: abrange as nascentes de alguns cursos d' água que passam pela UC, a fazenda Piedade, Tabocas, as quais apresentam-se atualmente ocupadas por famílias do MST, a fazenda Unacau e a estrada que liga Una à Arataca.

Localizada à oeste da Unidade, a fazenda Piedade, foi ocupada por posseiros duas ou três vezes em anos anteriores, da mesma forma, que a fazenda Tabocas, vizinha à fazenda Piedade. Estas duas fazendas encontram-se ocupadas por 400 famílias, que estão desmatando a área para começar as atividades agrícolas e caracterizar a ocupação das terras.

O juiz de Una deu uma liminar de reintegração de posse para retirar os invasores da fazenda Piedade, no entanto, esta liminar ainda não foi cumprida. As invasões e ocupações de terra na região sempre existiram, porém, antigamente o processo de grilagem era mais comum.

Segundo informações de pesquisadores do IESB, contatos já foram feitos com o IBAMA e INCRA para que estas invasões não se transformem em assentamentos oficiais. Ainda segundo informações destes técnicos, há uma lista de sete propriedades localizadas na Zona de Transição da Unidade que serão ocupadas por outras famílias. Quando os trabalhadores ocupam áreas que apresentam cobertura florestal a primeira providência é o desmatamento e a comercialização da madeira para madeireiros que pagam um preço muito baixo. De um modo geral, estas áreas apresentam solo arenoso, impróprio para agricultura, os quais se tornarão totalmente improdutivos em menos de 2 ou 3 anos de agricultura intensiva.

Foi feita uma vistoria por técnicos do INCRA na fazenda Tabocas. O parecer resultante desta vistoria desaconselha o assentamento nesta propriedade, sugerindo a procura de outras áreas, para relocar as famílias assentadas. O parecer sugere ainda, que perante acordo entre INCRA e IBAMA, a desapropriação da fazenda e a doação para o IBAMA desta propriedade, para cumprir o papel ambiental, dada a relevância da área em questão.

Muitos colonos sem terra ocupam áreas florestadas consideradas como áreas inexploradas e por isso improdutivas. Essa prática comum é estimulada, muitas vezes pela legislação atual e pelo órgão governamental que oficialmente regulariza os assentamentos em áreas florestadas. Essa política agrária, do ponto de vista ambiental, é indesejável e desnecessária, considerando que há inúmeras e extensas propriedades privadas já desmatadas e abandonadas.

Ainda no limite oeste da REBIO, a fazenda Unacau, empresa do grupo Gomes de Almeida Fernandes, desenvolve atividade cacaeira, utilizando-se, segundo informações, de grandes quantidades de defensivos agrícolas. Na parte que faz limite com a Reserva, os proprietários estão substituindo a plantação de cacau por pupunha, em aproximadamente 600 ha. Nesta fazenda a preservação de uma área de reserva legal, correspondendo a 20% do tamanho da propriedade não foi respeitada. Mas, devido à multa do IBAMA, em 1994, a área de reserva legal foi averbada em cartório e demarcada. O grupo possui duas propriedades, uma contígua à UC, com 1.343 ha. Parte da propriedade está dentro da área do decreto, a outra propriedade localiza-se na Zona de Transição da REBIO.

Há casos de Planos de Manejo Florestal aprovados na Zona de Transição da Unidade, contrariando o artigo 7º do Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993, que encontra-se no Anexo VII. Proíbe a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e fauna silvestre ameaçadas de extinção, formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda proteger entorno de Unidades de Conservação. No caso a vegetação do entorno da REBIO apresenta estes três aspectos, pois: sabe-se devido à estudos científicos que o mico-leão-da-cara-dourada, espécie ameaçada de extinção, utiliza-se das áreas de floresta do entorno da UC, as quais formam corredores, protegendo a Reserva.

Os remanescentes florestais da região como áreas de mata secundária, são considerados pelos madeireiros como aptos para silvicultura.

Segundo informações do técnico do Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus, Sr. Marcelo Matos Monteiro existem dois Planos de Manejo Florestal na zona de Transição da Unidade. O proprietário da fazenda Graciosa, Sr. Elizeu Mantovani teve um plano de manejo aprovado em maio de 1993 e uma vistoria no ano seguinte, que culminou na emissão da autorização de exploração em 205 ha da fazenda. No entanto, o proprietário não promoveu nenhuma retirada de madeira. No laudo técnico foi autorizada a exploração de 2.264 m³ em dois talhões, sendo que o talhão corresponde a 50,8 ha.

5.7.2. Uso e Ocupação do Solo

Como a Zona de Transição abrange a maior parte do município de Una será feita a descrição do uso e ocupação do solo deste município. Possui 1.347 minifúndios, ocupando 15.906 ha e 101 empresas rurais com 20.740 ha. A principal atividade agrícola praticada no entorno da REBIO de Una é a cacauicultura, representando cerca de 32% das terras ocupadas com agricultura, sendo que a seringa ficou em segundo lugar correspondendo a 26% de uso do solo (IBGE, 1991).

Segundo o relatório do Projeto Parques e Reservas, as maiores densidades demográficas observadas encontram-se na região onde se insere a REBIO, com 50 a 100 habitantes por km².

O município apresenta solo com aptidão agrícola regular para lavoura e silvicultura, sendo que para pastagens naturais não apresenta aptidão (CEI, 1993).

Foram registrados 21 tipos diferentes de cultivos para a região de Una, especialmente na Zona de Transição da UC. Na última década vem ocorrendo a expansão da atividade pecuária, ocupando 21% da área total cultivada, bem como o dendê que representou cerca de 15%. De forma mais específica o atual uso do solo está representado por cacau (*Theobroma cacao*), pastagens com capins sempre verde (*Paniculum maximum*), gordura (*Melinas minutiflora*) e braquiária (*Brachiaria* sp.), seringueira (*Hevea brasiliensis*), cravo-da-índia (*Eugenia cariophilata*), mandioca (*Manihot* sp.), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), urucum (*Bixia orellana*), guaraná (*Paulinia cupana*), pupunha (*Bactris* sp.), citros (*Citrus* sp.), coco-da-bahia (*Cocus nucifera*), banana (*Musa* sp.), maracujá (*Passiflora edulis*), abacaxi (*Ananas comosus*), entre outros. O restante da área está ocupada com matas, capoeiras e infra-estrutura viária e predial (CRA, 1995).

Conforme pode ser observado no Quadro 07 a maior parte da área no ano de 1980 foi utilizada com lavoura, cerca de 53.536 ha foram utilizados.

As áreas de mata e capoeira estão cedendo lugar para o pasto. Existem ainda, duas propriedades com financiamento do BNDES que substituiu a cabruca pelo plantio de pupunha e outra que está implantando maracujá e abacaxi para extração de polpa, (ALGER *et al.* 1996). Já existe uma tendência das grandes propriedades plantarem pupunha em substituição ao cacau, o que representa uma grande desvantagem para o meio ambiente, pois na plantação de cacau a cobertura vegetal permanece, mas para o plantio de pupunha não.

Quadro 07: Área e utilização das terras por classe de atividade econômica, de 1980 e 1985.

ANO	Total ^I	Lavoura	TOTAL (ha)		
			Pastagens	Matas e Florestas	Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas
1980	133.134	53.536	12.553	52.340	12.090
1985	139.792	63.622	13.493	49.934	10.639

Fonte: IBGE, 1991

Em 1990, o município de Una continha 25% de sua cobertura vegetal, neste ano existia cerca de 9.716 ha de mata adjacente à Reserva.

Uma das explicações do município de Una possuir os maiores remanescentes de mata na região foi o difícil acesso e os pobres solos no município que não estimularam o plantio do cacau. Esta realidade mudou com programas governamentais incentivando a instalação de um pólo de produção de borracha no município, nos anos 70, e com a construção da estrada asfaltada ligando Una até Ilhéus em 1983.

Paralelamente ao avanço da fronteira agrícola cacaueira, houve também um avanço no desmatamento da Mata Atlântica. A lavoura de cacau, paradoxalmente, pode ser considerada também como a principal responsável por ter conservado muita da biodiversidade da Mata Atlântica, já que grande parte se implantou sob o sombreamento de árvores nativas, no sistema denominado "cabruca".

Na região cacaueira, até pouco tempo predominava o sistema de "cabruca". Porém, devido a crise do cacau a região vem experimentando uma forte e crescente tendência de conversão da utilização da terra para atividades agropecuárias e outros tipos de plantio mais impactantes, além de uma pressão elevada sobre os recursos madeireiros ainda existentes nas propriedades privadas.

O maior efetivo dos principais rebanhos concentra-se em bovinos e muares, tendo os suínos a terceira colocação em números de cabeças (IBGE, 1991). Os principais produtos de origem animal obtidos, são: o leite de vaca, ovos de galinha e mel.

A atividade madeireira também ocorre no município de Una, onde existem aproximadamente 6 serrarias em plena atividade, com 3 serrarias de grande porte. Estas serrarias compram madeira de fora, de pequenos, médios e grandes fazendeiros da região. Por causa da crise do cacau, até a madeira que servia para o sombreamento do cacau está sendo explorada. Esta exploração está sendo feita de maneira desordenada e, muitas vezes, não segue a determinação dos Planos de Manejo Florestais, quando estes existem.

Várias irregularidades são praticadas tanto no setor privado quanto público. Segundo ORLANDO (1996) há o total descumprimento da lei quanto à questão fundiária e à proteção do patrimônio natural. A exploração de madeira, vem sendo feita sem nenhum acompanhamento técnico, através de planos de manejo que não obedecem às normas técnicas durante o corte e posterior à ele. Segundo a pesquisadora a indústria de extração de madeira é o maior agente de degradação na região de Una. Dados do IESB, indicam que 1.200 ha, no município de Una, estão sendo explorados para obtenção de madeira e outros 500 ha/ano estão sendo derrubados pelo agricultores, sem prever a comercialização da madeira retirada.

Ao todo existem 15 planos de manejo no município de Una, que se encontram discriminados no Quadro 8.

ORLANDO (1996) informa que em 1993, uma ação civil pública foi impetrada com o intuito de suspender os planos de manejo para exploração de madeira no entorno da Reserva. No entanto, mesmo tendo identificado várias irregularidades, o pedido liminar para a suspensão dos planos de manejo florestal foi negado.

As guias de exploração de madeira emitidas pelo IBAMA são usadas por alguns madeireiros para a retirada de madeira de outros locais.

Uma outra importante atividade econômica da região rural de Una é a exploração da piaçaveira *Attalea funifera*, que fornece fibras para fins industriais e artesanais, utilizadas na fabricação de

vassouras, cordas, enchimento de estofados, chapéus, bolsas, cestas, entre outros. O resíduo do beneficiamento das fibras, conhecido como palha ou borra é amplamente usado na cobertura de construções rurais e urbanas, restaurantes, barracas de praia e casas. Outros produtos desta palmeira, como o coquilho, produz óleos e farinhas comestíveis, sendo também utilizado como carvão combustível, e na confecção de cabos para canivetes e botões. A maior parte da produção é absorvida internamente, ao que tudo indica há uma taxa de mortalidade de 5% das palmeiras que são submetidas a extração da fibra.

PROPRIETÁRIO	ANO DO PROTOCOLO	ÁREA DO PROJETO (ha)	VOLUME EXPLORADO (m3)	SITUAÇÃO
Unacau	93	10	3.086	cancelado
Elizeu Mantovani	91	49	1.990	suspensão
Fazenda Ipiranga	93	85	2.935	em análise
Agropecuária da Serra	90	106	4.238	em análise
Comercial Camacau Agropastoril	93	103	6.049	em análise
Espólio de Antônio S. Pinheiro	92	266.5	9.691,87	cancelado
Galileu Pizarro Marin Fº	92	57,88	2.577	cancelado
Hugo Comércio e Indústria Ltda	89	100	3.253	suspensão
GNS Indústria Madeireira Ltda	95	38	1.024	suspensão
Pindorama, Agric. Comércio e Ind. Ltda	90	85,68	3.180	em análise
Manoel Targino de Araújo	93	148	7.261	cancelado
Raízes Agropecuária Ltda	92	399	16.402	suspensão
Gileno Ribeiro dos Santos	93	30	727	cancelado
Madeira Ibirapuera	90	520	27.795	cancelado
Júlio Souza Neto	93	103	6.049	em análise

Quadro 08: Planos de Manejo Florestais no município de Una.

Fonte: DIMAF/DIREN/IBAMA (março de 1997).

5.7.3. Caracterização da População

A população residente fica em torno de 23.712 habitantes distribuídos em 5.315 na zona urbana e 18.397 na zona rural, sendo que a zona rural abrange cerca de 77,6% da população (IBGE, 1991). No entanto, segundo dados publicados no DOU (1996) estima-se que a população de Una tenha 24.479 habitantes. Acredita-se que esta estimativa não se aproxima da realidade e o tamanho real da população fica em torno de 55.000 habitantes, pois nas últimas eleições, em outubro de 1996, haviam 18.000 eleitores.

O ensino básico do município de Una conta em maior parte com escolas rurais, sendo apresentado no Quadro 09. As aulas são ministradas por 223 docentes; 7 com nível superior, 116 de nível médio, com magistério e 100 leigos.

Os professores das escolas são oriundos de cursos de magistérios locais e normalmente não participam de nenhuma reciclagem rotineira. Os diretores das escolas rurais ficam sediados em Una, distantes da realidade do local. Além disso, há uma inadequada distribuição geográfica das escolas, há falta de material de ensino básico, baixa remuneração, o que intensifica os baixos níveis de permanência dos alunos durante o ano letivo.

Quadro 09 - Estabelecimentos de ensino no município de Una.

Estabelec. de Ensino	Quantidade	Nível	Nº de alunos
pré-escola estadual	5	1º	125
pré-escola municipal	3	1º	60
escola estadual	6	1º	1.385
escola municipal	48	1º	3.580
escola municipal	1	2º	106

Fonte: CEI (1995)

Na rede particular de ensino, tem-se duas escolas de 1º com 430 alunos. Ao todo são 10.200 alunos entre 1º e 2º graus.

Segundo informações do Secretário da Educação do Município de Una, para o ano de 1997, mais doze localidades estão sendo analisadas para a implantação de novas escolas. Além disso, está sendo assinado um convênio com o BID para construir mais 5 escolas de formação técnica para o município.

5.7.4. Visão das Comunidades sobre a Unidade de Conservação

A criação da Reserva Biológica não teve nenhum impacto sobre as comunidades do município de Una. Somente os posseiros que ocuparam parte da reserva, tiveram suas posses requeridas e alguns com indenizações. De uma maneira geral, os posseiros e invasores consideram a Unidade um empecilho para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas.

A maior parte da população do município não sabe do verdadeiro papel da Reserva e são indiferentes à condição da área protegida. Nem mesmo pequenos proprietários compreendem a relação próxima da Reserva, acham que a mesma "não serve para nada". Para a administração do município de Una não há consciência coletiva que a UC possa trazer benefícios para o município ou adequar-se ao desenvolvimento. A única menção que é feita com relação à Unidade é da existência de uma espécie de mico que é rara, prendendo atenção de estrangeiros e pesquisadores internacionais.

Alguns hotéis da região, com o intuito de atrair mais turistas, oportunisticamente utilizam-se da imagem do mico-leão como símbolo de preservação e primitividade do ecossistema local, sem contudo ter de fato uma consciência ambientalista ou estarem interessados na proteção do meio ambiente.

5.8. Declaração de Significância

O grau de diversidade biológica aliado ao endemismo e ao grande desconhecimento sobre o ecossistema em questão já justificam quaisquer esforços para a proteção e conservação desta Unidade.

A Reserva Biológica de Una, localizada no sul da Bahia é a única Unidade de Conservação Federal que tem como principal objetivo de manejo a proteção do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*).

A Unidade protege um amostra do ecossistema da Mata higrófila baiana. Esta vegetação apresenta características de grande relevância ecológica e extremamente vulnerável, abrigando a maior diversidade biológica do planeta, com cerca de 450 espécies vegetais/ha e alto grau de endemismo.

A UC apresenta-se em duas formações vegetais: Floresta Perenifólia Higrófila Fáceis Colônia destacando-se espécies como juerana (*Parkia pendula*) e a piaçaveira (*Attalea funifera*) protegendo espécies de valor econômico e de grande utilidade.

Neste ambiente espécies raras como a imbuia (*Ocotea porosa*), o louro (*Ocotea pretiosa*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), aipim (*Brasimum glaucum*) e quiri-preto (*B. glaziovii*), outrora abundantes, possivelmente ainda ocorrem.

Cerca de 800 espécies vegetais já foram catalogadas na REBIO, e destas pelo menos 6 espécies novas foram descritas pela primeira vez pela ciência, nos últimos anos.

Segundo FONSECA (comunicação pessoal, 1995), o que restou da Mata Atlântica no sul da Bahia pode desaparecer nos próximos 30 anos, inviabilizando atividades como o ecoturismo que possibilitaria um retorno econômico para a região.

Acompanhando o que ocorre para a flora, a fauna também apresenta grande diversidade e espécies endêmicas.

Destaca-se a ocorrência de três espécies de primatas endêmicos na região: o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*, o sagui (*Callithrix kuhli*) e o macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternos*).

Para o caso específico do mico-leão, estudos comprovam que a área da Reserva, 11.400 ha, mesmo que totalmente regularizada, ainda seria pequena para manter uma população efetiva mínima viável. Por outro lado, os remanescentes de mata somados com a área da Reserva possam talvez, assegurar a sobrevivência de uma população geneticamente viável de micos.

Várias espécies de anfíbios foram descritas na região na década de 70, as quais possivelmente ocorrem na Reserva, reforçando sua importância como abrigo de espécies raras e endêmicas.

Para aves (ANTAS, 1993) cita as espécies de passeriformes: *Atila rufus hellmayeri*, *Conophaga melanops nigrifrons* e *Scyatolopus psychopompus* como endêmicas da região do sul da Bahia, com provável ocorrência na Unidade. Algumas aves de habitat restrito a trechos de Mata Atlântica entre a Bahia e o Espírito Santo, só podem ser encontrados hoje em Unidades de Conservação.

5.9. Problemática

Analisando os principais problemas levantados na Oficina de Planejamento, a seguir é apresentada a problemática da UC, mostrando suas relações de causa e efeito. Cabe esclarecer que, durante a oficina optou-se por organizar tanto a problemática e os objetivos desejáveis, seguindo os programas e sub-programas de manejo contidos no Roteiro Metodológico (IBAMA, 1996).

Num primeiro momento do seminário, através de uma "tempestade de idéias" os participantes levantaram todos os problemas da Reserva, que posteriormente foram organizados em uma Árvore de Problemas, demonstrada no Anexo VIII.

O problema central diagnosticado foi que **os objetivos de criação da REBIO não foram alcançados**. Os principais fatores que contribuem para que os objetivos não sejam alcançados são:

- **Conhecimento sobre a REBIO insuficiente** principalmente pela escassez do desenvolvimento de pesquisas científicas na UC e da não realização do monitoramento. Este problema de desconhecimento dos ecossistemas da Reserva tem suas causas em vários aspectos inter-relacionados como: a inexistência de um plano de pesquisa com uma estratégia elaborada, pouca divulgação informando que a Unidade está "aberta" para as atividades científicas, interface IBAMA e instituições científicas deficiente, legislação de pesquisa desconhecida em virtude da pouca divulgação já mencionada, autorizações de pesquisa demasiadamente centralizadas, excesso de burocracia para a expedição destas autorizações, bem como carência de apoio adequado à pesquisa. Além disso, foi levantada na discussão que o IBAMA de uma maneira geral apresenta pouca receptividade à alguns métodos científicos, mesmo porque algumas metodologias são inadequadas ao tipo de

Unidade de Conservação, a qual é foco deste Plano. Com respeito ao monitoramento ambiental, tem-se que por falta de um programa que também abrangesse estratégias para o monitoramento o mesmo não é realizado, o que contribui para que todos os fatores abióticos e bióticos relevantes não tenham um acompanhamento adequado, cita-se entre eles: água, solo, fauna e recuperação das áreas degradadas no interior da UC. Outros fatores que agravam e colaboram diretamente com esta situação é a inexistência de convênios com outras instituições e deficiência de pessoal capacitado para promover tal programa;

- **Área de influência não integrada** devido à basicamente quatro fatores principais: insuficiência nos trabalhos de relações públicas, controle ambiental do entorno inadequado, trabalhos de educação ambiental apenas iniciados e poucos incentivos às alternativas de desenvolvimento do entorno. Esta não integração com a área do entorno tem sua principal raiz no fato que as atividades que são desenvolvidas na UC visam a proteção da área, desconsiderando o que se passava no entorno. Devido à estes problemas nas relações públicas da Unidade e mesmo na insipiência dos trabalhos de educação ambiental, ela é tida pela população como área improdutiva, decorrente ainda da baixa integração inter-institucional, da não descoberta de formas de revelar a importância da UC, de uma mídia mal informada e orientada e; da inexistência de um trabalho de divulgação dos objetivos e atividades da Reserva para o público leigo. O efeito apontado desta não integração, entre outros é a não consideração da Unidade na Lei Orgânica do município de Una. Quanto ao controle ambiental apontado como inadequado pelos participantes, isto se dá principalmente devido à inexistência da demarcação dos limites da área do decreto o que gera desconhecimento destes limites. Por falta de controle, ocorre o desmatamento que por sua vez é devido à ocupação de áreas de matas por trabalhadores sem-terra, que não recebem apoio da esfera governamental, provocando a degradação dos remanescentes da Mata Atlântica, ocorrendo ainda, a utilização indevida de agroquímicos nos cultivos de seringa, cacau e café principalmente. Outro fator que colabora com este problema é a pouca participação do Ministério Público e Judiciário local. A consequência de todos estes problemas é que o entorno não dá garantia para a preservação da biodiversidade regional. Os poucos incentivos à alternativas de desenvolvimento geram entre outras, o plantio de culturas de ciclo curto com a necessidade de expansão das áreas desmatadas, produtores sem alternativas econômicas, pobreza no campo, pequenos produtores sem crédito agrícola e pouco conscientizados ou interessados na implementação de técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.
- **Meio ambiente mal manejado** pela baixa proteção e equivocado manejo dos recursos naturais. O manejo equivocado dos recursos é decorrente do ecossistema tão fragmentado, da inexistência de estudos de interrelação da fauna-flora, da presença de animais domésticos na Reserva, da inexistência de um programa de recuperação das áreas degradadas, da inexistência de um inventário florestal qualitativo no local, do pouco conhecimento da fauna ameaçada e, por fim do uso inadequado dos solos e dos recursos hídricos. Com respeito à baixa proteção, as principais causas apontadas foram principalmente duas: pouco recursos humanos (pequeno contingente) e insuficiente estrutura (equipamentos inadequados e obsoletos), resultando nos seguintes efeitos negativos: alto risco de fogo, roubo de palmito e piaçava constantes, atividades de caça não controlada, trânsito sem controle de pessoas alheias à Reserva, entre outros. Todos estes fatores culminam para o aumento da degradação dos ecossistemas, ameaçando o mico-leão-da-cara-dourada bem como outras espécies endêmicas de extinção, além de continuar propiciando a utilização de defensivos agrícolas nas propriedades e posses no interior da UC e, a obtenção de financiamento para plantio pelos posseiros.
- **Operacionalização insuficiente** apresenta quatro raízes: regularização fundiária não realizada, administração e manutenção de equipamentos deficiente, infra-estrutura inadequada e cooperação interinstitucional precária. Tudo isso acontece por ter a UC, um quadro de pessoal insuficiente e pouco capacitado, recursos financeiros escassos para o gerenciamento, os quais muitas vezes demoram para ser liberados. Dos fatores que

contribuem para este quadro negativo cita-se o pouco envolvimento dos próprios integrantes do IBAMA, dificuldades de comunicação institucional, pouca valorização da Unidade por parte do órgão e atribuições sobre-postas nos processos de licenciamento das atividades na região da Reserva, geradas pela indefinição de competências. Com respeito às instalações da Unidade, vale ressaltar que: a falta de sinalização, infra-estrutura inadequada, equipamentos obsoletos, inexistência de cerca e de um sistema de comunicação, vias de acesso em estado precário, inexistência de energia elétrica; levam ao problema central que é infra-estrutura e equipamentos inadequados. A cooperação institucional escassa ocorre em função da pouca integração dos órgãos tanto ambientais quanto agrário/agrícolas. Em decorrência da falta de integração, pouco estímulo e situação deplorável do Estado, baixos salários, desmotivação evidente promovem o isolamento dos órgãos.

Além desta análise tem-se o aspecto sócio-econômico regional, com a decadência da cultura do cacau, os produtores rurais estão buscando alternativas econômicas que se não tão rendozas quanto a cacauicultura, sirvam pelo menos para cobrir o déficit financeiro no qual a maioria se encontra. Desta forma, a primeira providência que estão sendo tomadas nas antigas lavouras de cacau é a derrubada da mata e a implantação de pastagens.

DIREC-ORUC-DICIN



Reserva Biológica UNA - BA Geologia

Escala: 1:100.000

Área aproximada: 11.400 Ha

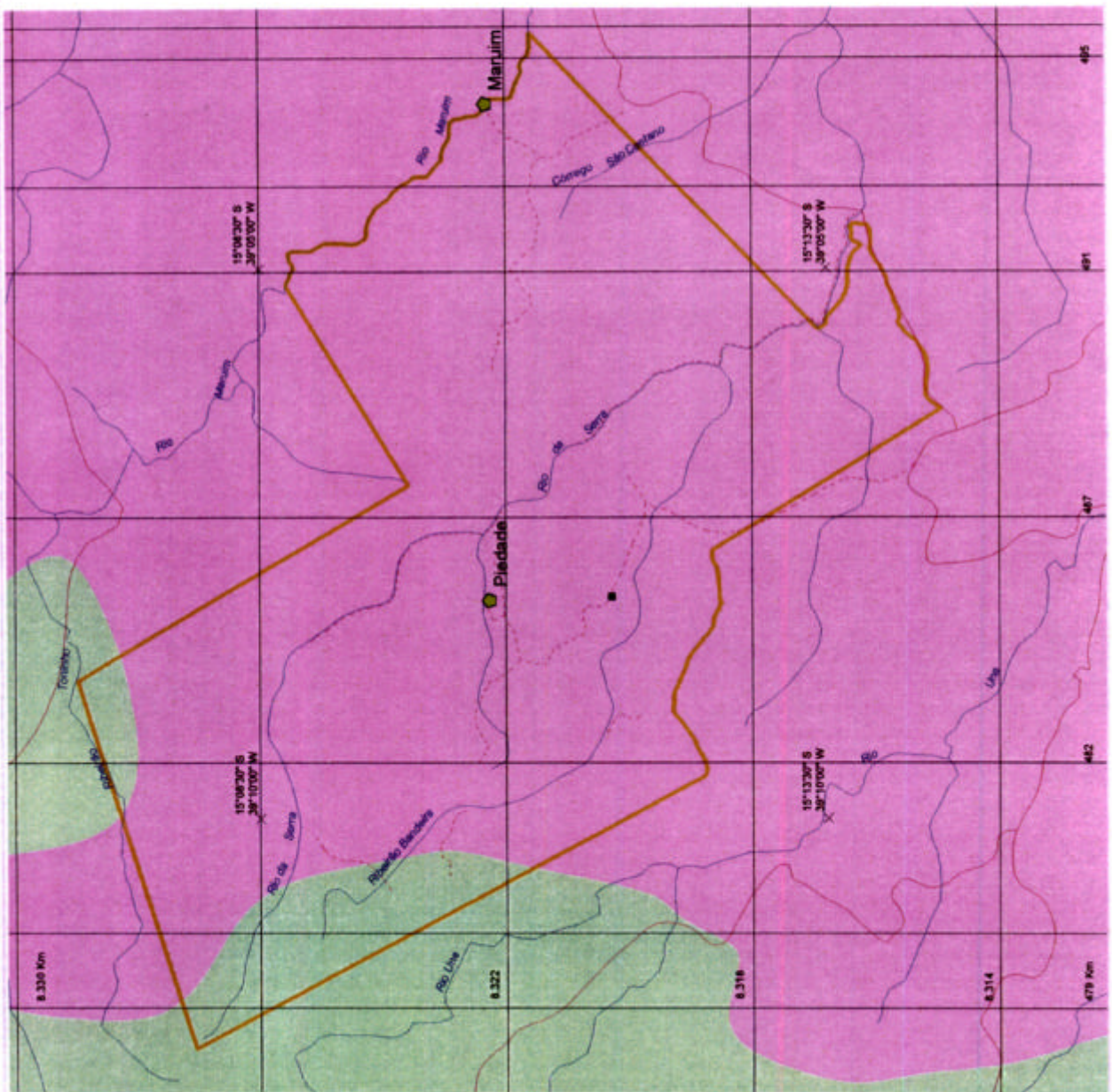
Projeção: UTM - fuso 24

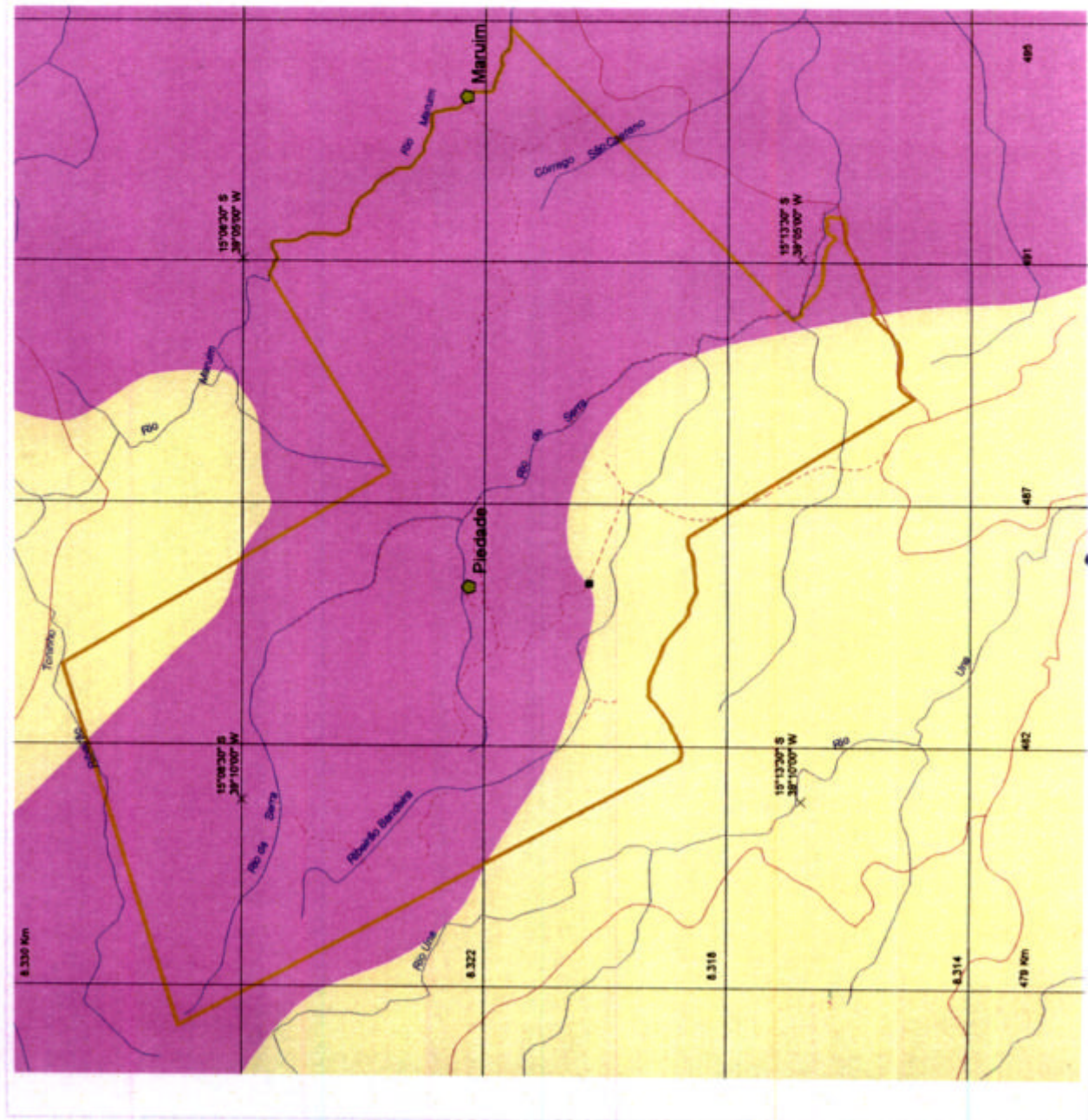
Base cartográfica: Mbr 383/384/389/400
escala 1:250.000

Elaborado em: 11/02/1998

- Casa
- Sede
- Trilha
- Estrada
- Geologia
- complexo de Jequié
- formação Barreiras

Este mapa foi elaborado com base nos dados do plano de manejo e da base cartográfica. O traçado dos limites da unidade foi plotado na escala 1:100.000





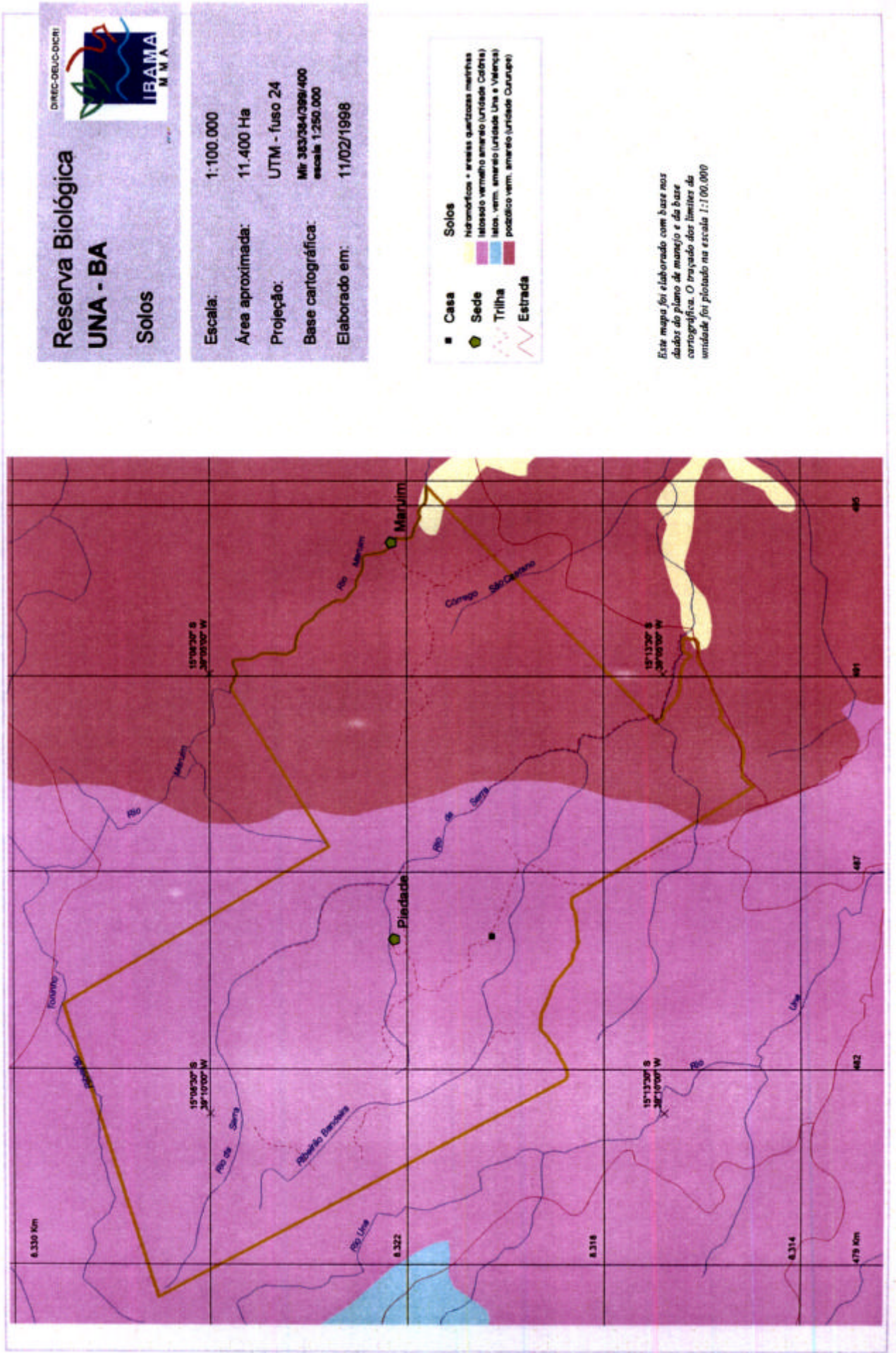
DIREC-DEBUC-DICRI
Reserva Biológica
UNA - BA
Geomorfologia



Escala: 1:100.000
Área aproximada: 11.400 Ha
Projeção: UTM - fuso 24
Base cartográfica: Mir. 383/384/399/400 escala 1:250.000
Elaborado em: 11/02/1998

- Geomorfologia**
- Casa
 - Sede
 - Trilha
 - Estrada
- plan, eroso, plan, retilizado e tabuleiro pré-litorâneo
 plan inundado, baixo plan, e tabuleiros interiores

Este mapa foi elaborado com base nos dados do plano de manejo e da base cartográfica. O traçado dos limites da unidade foi plotado na escala 1:100.000



DIREC-DEUC-DICIN



Reserva Biológica UNA - BA Vegetação

Escala: 1:100.000

Área aproximada: 11.400 Ha

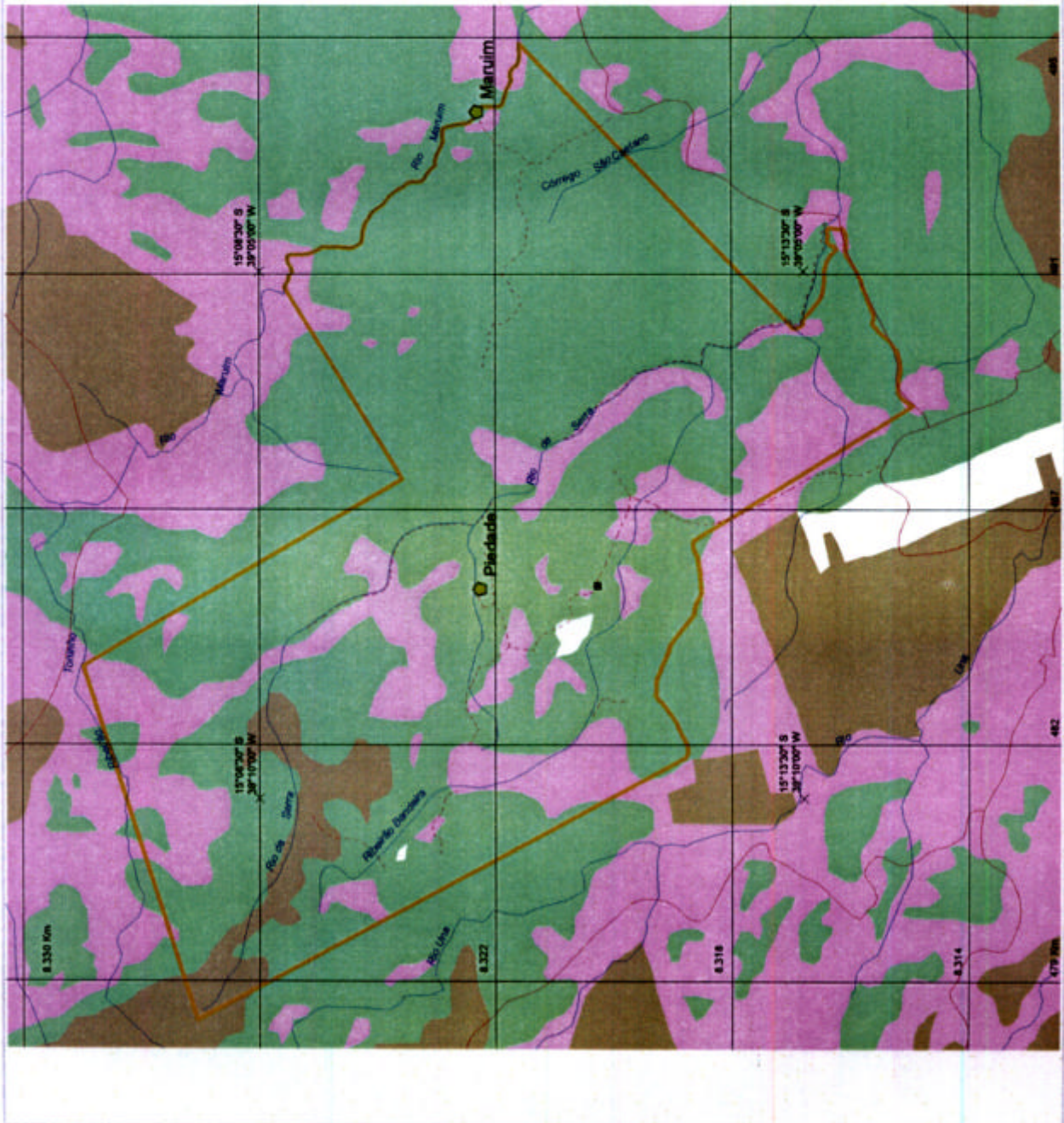
Projeção: UTM - fuso 24

Base cartográfica: Mir 383/38-4/398/400
escala 1:250.000

Elaborado em: 11/02/1998

■	Casa	■	Vegetação
●	Sede	■	área alterada
—	Trilha	■	cobertura florestal em
—	Estrada	■	estágio primitivo
		■	seringal

Este mapa foi elaborado com base nos dados do plano de manejo e da base cartográfica. O traçado dos limites da unidade foi plotado na escala 1:100.000



Encarte 6

PLANEJAMENTO

ENCARTE 6: PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O objetivo superior da Reserva Biológica de Una é **contribuir para a preservação e conservação da Mata Atlântica**. Segundo a matriz de planejamento, tem-se como objetivo geral o **manejo da REBIO adequado e o manejo do entorno orientado**.

6.1. Objetivos Específicos da Unidade de Conservação

A Reserva Biológica de Una apresenta os seguintes objetivos específicos de manejo:

- garantir a preservação de uma parcela representativa do habitat do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), de modo a manter uma população geneticamente viável e a conservar um banco genético da espécie;
- contribuir para a preservação da diversidade biológica do ecossistema da Floresta Ombrófila Densa, mais especificamente Mata Higrófila do sul da Bahia;
- propiciar a sucessão secundária da vegetação nas áreas degradadas ou alteradas, de modo a reconstruir os habitats perdidos das espécies ameaçadas;
- proteger espécies endêmicas, raras, vulneráveis ou ameaçadas de extinção;
- proteger uma área representativa de bolsões de endemismo da Mata Atlântica;
- preservar bancos genéticos tanto da fauna quanto da flora para sua possível utilização pelas gerações futuras;
- possibilitar e fomentar o desenvolvimento de pesquisa científica, de monitoramento ambiental e de treinamento, com o fim de apoiar o manejo para a conservação da UC;
- propiciar o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de integração com o entorno.

6.2. Diretrizes de Planejamento

Foi realizada em Ilhéus - BA entre os dias 11 e 16 de maio de 1997, uma oficina de planejamento que teve a participação de representantes de organizações governamentais e não governamentais direta ou indiretamente envolvidos com a Reserva Biológica de Una. O objetivo principal deste encontro foi o de fornecer subsídios ao Plano de Manejo da mesma. Foi utilizada a metodologia ZOPP, que significa Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos, sendo que os principais objetivos deste planejamento orientaram-se conforme os programas de manejo.

Em princípio foi feita uma análise dos problemas que afetam a Unidade, os quais foram estruturados em árvores, através da relação direta de causa e efeito. Optou-se por desenvolver cada árvore conforme os programas de manejo do Roteiro Metodológico, que se ligam entre si. As árvores básicas de problemas e de objetivos, encontradas nos Anexos VIII e IX, respectivamente, serviram de subsídio para a elaboração da Matriz de Planejamento (Anexo X).

A oficina de planejamento concluiu que os principais Resultados a serem obtidos são:

R1- Conhecimento da REBIO

R2 - Área de Influência mais integrada

R3 - Meio Ambiente adequadamente manejado

R4 - Operacionalização da Unidade aprimorada

Algumas estratégias foram estabelecidas para que o planejamento seja seguido de maneira eficiente e apresente os Resultados esperados.

Foram estabelecidos alguns pressupostos para obter a consecução do Plano de Manejo e consolidação da Unidade:

- avanço progressivo da regularização fundiária conseguido;
- áreas de proteção no entorno da REBIO aumentadas;
- aumento de pessoal da UC;
- integração da política agrícola/agrária com a política ambiental;
- condições e recursos para demarcar obtidos;
- recursos financeiros adequados disponíveis.

Para que a Unidade cumpra com seus objetivos de manejo é imprescindível que a questão fundiária seja resolvida, bem como áreas do entorno estejam protegidas e resguardadas, para funcionarem como zona de amortecimento e extensão dos habitats da Reserva Biológica de Una. Ficou comprovado durante as discussões da oficina que é fundamental o desenvolvimento de trabalhos de controle e fiscalização para a proteção e da manutenção de uma população mínima viável de mico-leão-da-cara-dourada e da biodiversidade.

6.3. Normas Gerais da Reserva

Como a categoria de Reserva Biológica não possui ainda regulamentação específica, as normas gerais de administração e manejo são estabelecidas a seguir, visando regularizar e normatizar as atividades a serem desenvolvidas na REBIO de Una:

- não será permitida a visitação pública, ressalvadas àquelas com finalidades científicas ou educacionais;
- a fiscalização da Reserva deverá ser permanente e sistemática;
- as pesquisas a serem realizadas na REBIO deverão ter a autorização do IBAMA, segundo a legislação e/ou norma vigente;
- a caça, a pesca, a apanha ou a coleta de espécimes da fauna e flora são proibidas em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidade científica, desde que devidamente autorizadas pelo IBAMA;
- nenhuma atividade humana deve comprometer a integridade da área;
- as atividades das propriedades rurais existentes na área da REBIO, até sua desapropriação, devem ser limitadas pelo IBAMA, sendo que não serão permitidas outras atividades novas que enfoquem o uso do solo;
- todo lixo produzido pelos usuários deverá ser retirado da Unidade;
- as normas descritas em cada subprograma e em cada zona de manejo, deverão ser observadas.

6.4. Zoneamento

Conforme o Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto, o zoneamento da Unidade de Conservação tem o intuito de ordenar espacialmente a área, afim de organizar em zonas que comportam diferentes ações de manejo, estruturadas em graus de proteção e intervenções.

As zonas de menor grau de interferência devem ser envolvidas por zonas onde a interferência humana é permitida, sugerindo desta forma, uma gradação de uso, com o objetivo de aumentar a proteção da área.

O zoneamento proposto está considerando o estado de conservação em que a área se encontra, seus problemas e usos, bem como o conhecimento disponível acerca da UC. Este zoneamento, nesta fase, pode ser considerado de caráter provisório, podendo ser modificado no futuro, conforme novos conhecimentos técnicos adquiridos.

Levando-se em consideração a categoria de manejo de Reserva Biológica e os objetivos específicos da Unidade, foram estabelecidas três zonas:

- Zona Primitiva
- Zona de Recuperação
- Zona de Uso Especial

O zoneamento tem como principal objetivo fornecer maior proteção para a área. Posto que não foram feitos levantamentos específicos, para o zoneamento, além dos conhecimentos disponíveis, baseou-se também na visão da equipe de planejamento sobre o estado atual de conservação. Assim, o zoneamento é apresentado no Mapa de Zoneamento, Figura 10.

Como ilustração, a Figura 11 mostra a proporção das zonas de manejo correspondente ao tamanho da UC.

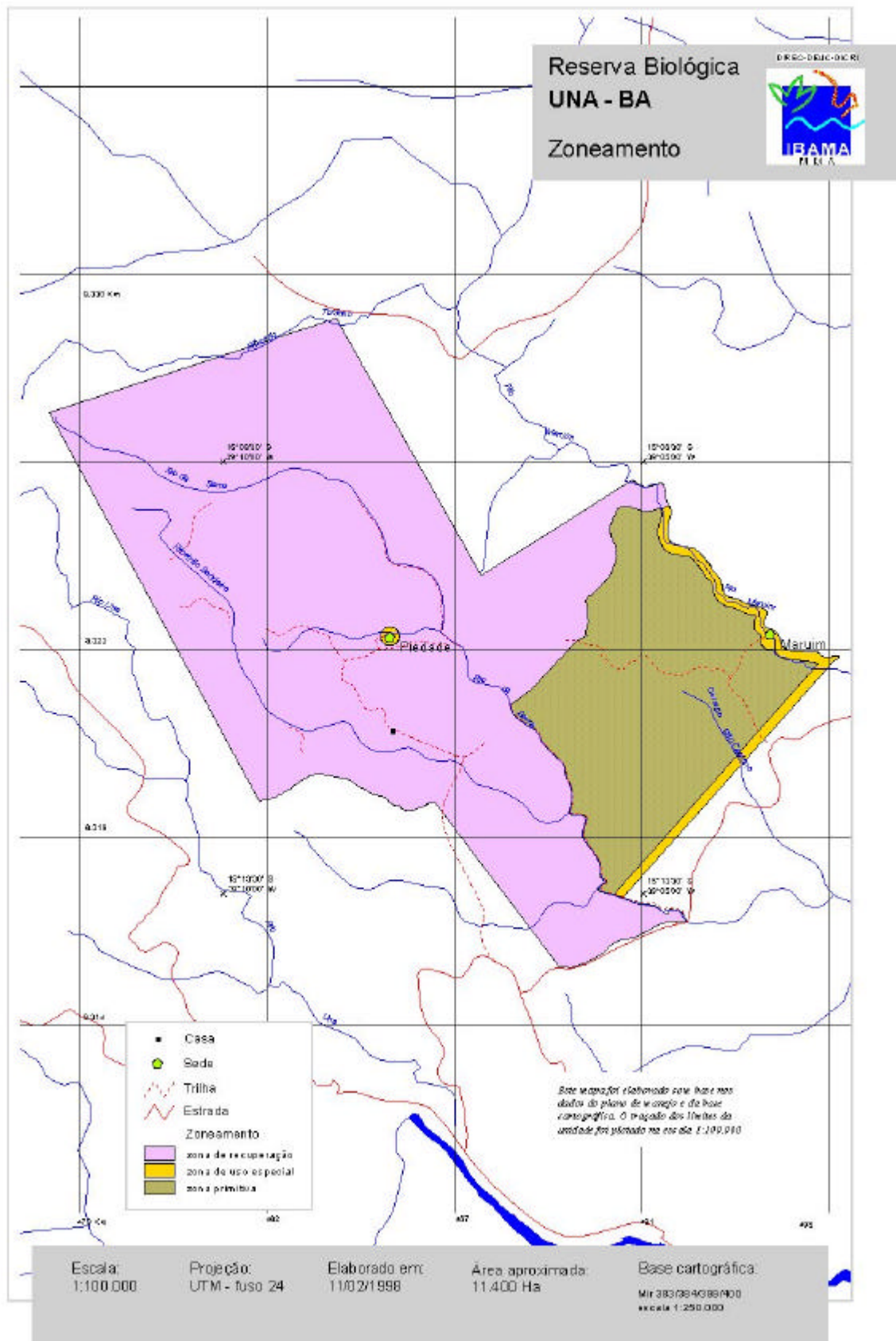


Figura 11 - Distribuição das zonas de manejo na Reserva Biológica de Una.

Zona Primitiva

Definição:

A Zona Primitiva é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação, no caso de categorias de manejo que permitam tais atividades (IBAMA, 1996).

Objetivos específicos:

- preservar o ambiente, os processos naturais e a evolução dos ecossistemas;
- propiciar o desenvolvimento de pesquisa científica e monitoramento, sem qualquer interferência no ambiente natural;
- servir de banco de germoplasma e/ou sementes para processos de sucessão secundária na Zona de Recuperação.

Descrição:

A Zona Primitiva abrange a área mais conservada da Reserva, compreendendo uma área de 2.433 ha na porção leste da Unidade próxima ao rio Maruim e à sede do mesmo nome, o que corresponde a 21% da área total da REBIO. Esta zona apresenta a formação florestal mais primitiva da UC, motivo pelo qual a maior parte dos projetos de pesquisa são aí desenvolvidos.

Normas da Zona Primitiva

- as únicas intervenções permitidas serão aquelas atividades indispensáveis à proteção da área a às investigações científicas e monitoramento ambiental devidamente autorizadas;
- atividades de fiscalização serão permanentes e sistemáticas nesta zona;
- é proibida a construção de infra-estrutura nesta zona;
- o uso de veículos não será permitido;
- não será permitida a abertura de novas estradas, ficando apenas autorizada a utilização e manutenção das trilhas de serviços já existentes;
- não será permitida a introdução de espécies exóticas e/ou domésticas;
- devem ser observadas as normas gerais da Unidade.

Zona de Uso Especial

Definição:

Esta zona contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação, abrangendo habitações, oficinas e outras facilidades. Estas áreas foram escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da Unidade. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural (IBAMA, 1996).

Objetivos específicos:

- servir de apoio para as atividades de fiscalização e administrativas;
- apoiar as atividades científicas no local, fornecendo apoio logístico aos pesquisadores;
- fornecer condições para o funcionamento das outras zonas da UC.

Descrição

A Zona de Uso Especial compreende a infra-estrutura existente nas sedes de Maruim e de Piedade, bem como as estradas internas, as quais servem de apoio às atividades de fiscalização e administrativas da UC. Localiza-se conforme o Mapa de Zoneamento nas porções leste e oeste da Unidade, abrangendo uma área pequena de 926 ha, o que corresponde cerca de 8% da área da Reserva.

Normas da Zona de Uso Especial

- a fiscalização será permanente em toda esta zona;
- não poderão ser abertas novas estradas e o uso de veículos motorizados poderá ser feito apenas até o estacionamento;
- não serão permitidos o uso de buzina e o tráfego em velocidade acima de 40 km/h;
- as construções, reformas e outras atividades nesta zona deverão causar o mínimo impacto possível;
- os esgotos deverão receber um tratamento primário de forma a não contaminarem rios, riachos e nascentes;
- os animais de serviço deverão ser mantidos em piquetes devidamente cercados, de uso exclusivo da Reserva;
- os animais de serviço deverão ter acompanhamento veterinário e/ou zootécnico para orientação do trato com os mesmos (especialmente no que diz respeito à vermifugações, alimentação e prevenção de doenças)
- devem ser observadas as normas gerais da Unidade.

Zona de Recuperação

Definição

É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas por ações antrópicas, tida como uma zona provisória, que uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão, na medida do possível, serem removidas e a restauração deverá ser natural ou estimulada, tendo em vista o grau de degradação. As técnicas de recuperação devem respeitar a composição fitossociológica e a paisagem original. O objetivo geral do manejo é deter a degradação dos recursos e restaurar a área o mais rápido possível.

Segundo o que determina o Roteiro Metodológico, não é prevista a interferência para recuperar áreas degradadas em Unidades de Conservação que estão sendo contempladas com o Plano de Manejo - Fase 1. No entanto, para a REBIO de Una, será feita uma exceção, tendo em vista o alto grau de degradação da área, conforme ilustrado na Figura 8 (Mapa da Cobertura Vegetal Remanescente).

Objetivos específicos

- deter a degradação dos recursos naturais da área;
- permitir a recuperação dos recursos atingidos pela ação antrópica;
- permitir o estímulo dos processos de regeneração natural, afim de acelerar a recuperação das áreas degradadas;
- propiciar o monitoramento dos processos de recuperação e das fases de sucessão ecológica.

Descrição:

Devido ao histórico de ocupação da área e à situação fundiária da Unidade, onde dos 11.400 ha previstos no decreto de criação, apenas 7.000 ha foram adquiridos e encontram-se ocupados por 24 posseiros, a maior parte do ecossistema da área está totalmente descaracterizada. Desta forma, esta zona abrange grande parte da área da REBIO, cerca de 8.041 ha o que corresponde à 70,53%. Esta área não se enquadra em nenhuma outra categoria de zoneamento, pois apresenta mais aspecto de propriedades particulares do que área protegida, dada a paisagem local com plantações, pastagens, criações, entre outros. No entanto, como a área restante deverá ser adquirida e incorporada, pretende-se fomentar a recuperação da vegetação.

Normas da Zona de Recuperação

- a fiscalização deve ser permanente e sistemática, uma vez que parte desta área está habitada por posseiros e outra por proprietários rurais;
- as atividades dos posseiros devem ser restringidas, impedindo o avanço das roças e plantações;
- atividades de pesquisa devem ser incentivadas objetivando estimular o conhecimento acerca dos processos de regeneração natural;

- o acesso à esta zona será restrito à fiscalização, aos pesquisadores e aos proprietários, enquanto o IBAMA não regularizar a situação;
- a recuperação das áreas alteradas deverá ser natural, ou se for o caso, as intervenções humanas devem ser aplicadas com base nos conhecimentos científicos já existentes;
- na medida do possível as espécies exóticas deverão ser eliminadas;
- o uso de veículos automotores será restrito às atividades científicas, administrativas e de fiscalização, bem como aos proprietários, até regularização da situação;
- não será permitido o uso de buzina e o tráfego em velocidade acima de 40 km/h;
- devem ser observadas as normas gerais da Unidade.

6.5. PROGRAMAS DE MANEJO

Os programas de manejo tem o objetivo de agrupar atividades afins que visam atingir os objetivos específicos da Reserva Biológica de Una, permitindo definir ações voltadas principalmente para a proteção da Unidade. Cada sub-programa de manejo apresentará objetivos, resultados esperados, indicadores, requisitos e prioridades. Os programas de manejo abaixo discriminados embasaram-se na oficina de planejamento, no grau de interferência humana da área e na realidade de operacionalização da Reserva e do IBAMA para implementação das atividades. A abrangência dos programas está fundamentada no conhecimento e experiências adquiridas previamente.

Como pré-requisitos para o desenvolvimento das atividades tem-se:

- volume de recursos financeiros aumentado;
- parcerias concretizadas;
- pessoal da UC aumentado em qualificação e quantidade;
- colaboração do INCRA e de outras instituições-chaves obtidas.

Como convênção utilizou-se:

- (asterisco) para atividades asterisco;

? (setas duplas) para normas e;

- (hífen) para sub-atividades.

6.5.1. PROGRAMA DE CONHECIMENTO

O Programa de Conhecimento visa ordenar as ações agrupando-as em dois sub-programas, de Pesquisa e Monitoramento Ambiental, cujo o objetivo é o fornecimento de subsídios para a proteção e o manejo efetivo da Unidade.

Sub-programa de Pesquisa

As Reservas Biológicas são Unidades de Conservação destinadas a assegurar a preservação integral da biota e proporcionar o desenvolvimento de atividades científicas.

O sub-programa de pesquisa apresenta ações que viabilizem o aumento do conhecimento acerca da área. Um dos fatores que auxiliam neste aspecto é o fornecimento de apoio logístico a tal atividade e trabalhos de divulgação das linhas prioritárias de pesquisa, que serão determinadas neste sub-programa. Esta Unidade de Conservação apresenta boa localização e fácil acesso o que contribui para que mais pesquisadores se interessem em desenvolver suas atividades na área, além de contar com a massa crítica da CEPLAC e da UESC, os quais constituem-se as principais instituições de cunho técnico-científico na região.

Objetivo:

- Aumentar o conhecimento técnico-científico sobre os ecossistemas existentes na Reserva, seus componentes e estado de conservação, servindo de subsídios para o manejo da área e elaboração do Plano de Manejo fase 2.

Resultados esperados:

- pesquisas intensificadas;
- conhecimento sobre o *status* de conservação da Unidade obtido;
- levantamentos da fauna e da flora da Unidade obtidos;
- levantamento dos recursos hídricos da Unidade obtido;
- subsídios para o Plano de Recuperação das áreas degradadas obtidos;
- conhecimentos para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo fase 2 disponibilizados.

Indicadores:

- aumento do número de licenças expedidas a cada ano da implementação do Plano;
- aumento das publicações científicas sobre a Reserva;
- mapeamento dos cursos d'água da Unidade
- recebimento dos relatórios anuais das pesquisas;
- Avaliação Ecológica Rápida concluída no término da vigência do Plano.

Atividades e Normas:

- resgatar informações científicas já existentes sobre a Unidade e de ecossistemas semelhantes;
- divulgar as necessidades de pesquisa da UC e facilidades para receber pesquisadores através de um folder ou de uma mala direta a ser veiculada nas universidades e centros científicos;
- Este material de divulgação deverá ser disponibilizado para alunos dos cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, em várias Universidades do país.
- divulgar as pesquisas através do almanaque a ser produzido pelo Jupará;
- O Jupará está elaborando um almanaque que visa trazer informações sobre o uso auto-sustentável da terra, ecológicamente correto, para ser disponibilizado aos pequenos agricultores da zona do entorno. As informações obtidas das pesquisas poderiam ser disponibilizadas para os produtores e moradores do entorno, através deste almanaque.
- fornecer subsídios à cartilha da Educação Ambiental da Prefeitura de Una;
- Será elaborada pela Secretaria de Educação de Una, uma cartilha que auxiliará as atividades de educação ambiental no município. Esta cartilha também seria um interessante instrumento para divulgar os resultados das pesquisas ao público leigo, servindo de interface entre a comunidade científica e a população.
- criar um boletim informativo sobre as pesquisas na REBIO;
- Este boletim de cunho científico terá a participação dos pesquisadores da CEPLAC e da UESC, que se dispuseram em elaborá-lo.
- estabelecer um termo de cooperação técnica com a UESC para incrementar as atividades científicas nas diversas áreas do conhecimento;
- priorizar estudos de caracterização da fauna e flora;
- estabelecer espécies indicadoras que possam auxiliar na avaliação da qualidade ambiental;
- priorizar estudos de caracterização da paisagem;
- priorizar o levantamento dos recursos hídricos do interior e entorno imediato da Unidade;
- Os cursos de campo com alunos de graduação poderão ser realizados na Unidade, o que virá contribuir para aumentar o conhecimento da fauna e flora local.
- buscar o desenvolvimento das pesquisas que subsidiarão o Plano de Manejo fase 2;
- Os levantamentos básicos a serem realizados tratam da caracterização da fauna, flora e recursos hídricos da Unidade.
- Deverá ser feita uma Avaliação Ecológica Rápida que consiste em integrar vários níveis de informações sobre a área-foco, desde imagens de satélites, sobrevôos até avaliações de campo multifocais, este estudo subsidiará a segunda fase do planejamento.
- priorizar estudos específicos para determinar espécies e técnicas a serem utilizadas nos trabalhos de recuperação das áreas degradadas;
- priorizar estudos de inter-relações de fauna e flora (ex: dispersão de sementes, polinização) que trarão subsídios para o manejo das áreas degradadas;
- priorizar estudos das espécies vegetais endêmicas como: ingá (*Inga unica*), roxinho (*Peltogyne chrysopis*) e *Parinari leontopithecii*;
- Como espécies endêmicas e recém-descritas é recomendado que estudos sobre a dinâmica da população destas espécies sejam desenvolvidos, para se ter diagnósticos do status de conservação das mesmas.
- priorizar recursos financeiros e logísticos para a pesquisa;
- Deverá ser previsto no POA, recursos financeiros para a melhoria das instalações, de modo a oferecer um apoio às atividades de pesquisa, principalmente aquelas que objetivem as pesquisas que visam o manejo e a condução da Avaliação Ecológica Rápida base para a elaboração da fase 2 do planejamento.
- priorizar o desenvolvimento de pesquisas sobre o meio físico;
- Deverão ser feita a caracterização do meio físico da Reserva, o que abrange o levantamento de solos, da topografia local e do clima em micro-escala.
- organizar e melhorar o acervo bibliográfico existente na REBIO;

- O pequeno acervo existente na sede de Maruim deverá ser agrupado por temas e acondicionado em um local mais apropriado, para ser consultado por estudantes, profissionais da área e pessoas interessadas.
- Este acervo poderá estar organizado no escritório a ser disponibilizado em Una.
- A administração da Reserva fornecerá aos pesquisadores informações já disponíveis relativas ao assunto pesquisado.
- Os trabalhos de campo dos pesquisadores deverão ser agendados previamente com o Chefe da Unidade.
- empreender estudos de uso e ocupação do solo no entorno;
- buscar parcerias para desenvolver conjuntamente com outras instituições este estudo.
- Deverão ser feitos estudos sobre a característica atual do entorno, grau de intervenção e ocupação para definir qual o tamanho da Zona de Transição da Unidade. Estes trabalhos devem ser feitos com a utilização da Avaliação Ecológica Rápida, considerando as nascentes, utilização do solo, histórico e tendências atuais de ocupação, propondo ações e trabalhos de proteção para esta zona que circunda a Reserva.
- Um dos produtos a ser gerado neste estudo é uma melhor identificação da área de influência da REBIO.

Requisitos

- infra-estrutura adequada para oferecer melhor apoio aos pesquisadores;
- material de divulgação das facilidades oferecidas pela Reserva e das prioridades de pesquisa produzido;
- massa crítica disponível para atuar na REBIO.

Prioridades

- divulgar as necessidades de pesquisa da UC e facilidades para receber pesquisadores através de um folder ou de uma mala direta a ser veiculada nas universidades e centros científicos;
- divulgar as pesquisas através do almanaque a ser produzido pelo Jupará;
- estabelecer um termo de cooperação técnica com a UESC para incrementar as atividades científicas nas diversas áreas do conhecimento;
- priorizar estudos específicos para determinar espécies e técnicas a serem utilizadas nos trabalhos de recuperação das áreas degradadas;
- priorizar recursos financeiros e logísticos para a pesquisa;

Sub-programa de Monitoramento Ambiental

A Reserva Biológica de Una apresenta muitas propriedades no seu interior que ainda desenvolvem atividades agropecuárias. Sendo assim, a utilização de agrotóxicos, os desmatamentos ou quaisquer outras atividades impactantes ao ecossistema local devem ser monitoradas. Este subprograma deve voltar suas atividades para estabelecer indicadores ou espécies-chave que meçam o estado de conservação e proteção da Unidade, bem como prever alguma ação antrópica que traga prejuízos à

área, podendo ser mitigada através do manejo. Especial atenção deverá ser dada para os cursos d'água da Reserva, cujas nascentes localizam-se fora de seu perímetro.

Objetivos:

- Acompanhar as modificações que ocorrem no ecossistema de dentro da Reserva e na Zona de Transição, detectando as atividades antrópicas para proposição de medidas de controle destas ações;
- Obter uma avaliação do andamento do processo de sucessão secundária nas diferentes áreas alteradas e degradadas no interior da UC.

Resultados esperados:

- programa de monitoramento implementado;
- maior conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais pelas propriedades e posseiros existentes do interior da Reserva;
- obtenção de subsídios para indicações técnicas nos trabalhos de recuperação das áreas degradadas.

Indicadores:

- produção intermitente de relatórios de análise da qualidade dos cursos d'água do interior da Reserva;
- indicativas técnicas disponíveis para a recuperação das áreas degradadas;
- conhecimento real sobre a pressão de caça na Reserva e entorno.

Atividades e Normas:

- estabelecer um sistema de monitoramento;
- Deverá ser celebrado convênios ou acordos de cooperação técnica com instituições científicas e outras, principalmente a UESC e a CEPLAC.
- Para obtenção de imagens de satélite, fotografias aéreas ou outros materiais que auxiliem os trabalhos de monitoramento ambiental deverão ser estabelecidas parcerias.
- levantar e avaliar os remanescentes de mata da REBIO através de imagens de satélite e constatação *in loco*;
- celebrar convênios ou acordos de cooperação técnica com a CEPLAC, UESC ou ONG's que possam auxiliar nesta atividade.
- Deverá ser feito um acordo entre o IBAMA e o IESB para estender os trabalhos de avaliação dos remanescentes e disponibilização das informações obtidas.
- monitorar as áreas alteradas que estão em fase de recuperação;
- monitorar o uso da terra nas propriedades e posses;
- monitorar a exploração das espécies da flora que ocorre dentro da UC;
- implementar ficha de monitoramento da fauna caçada, atropelada, comercializada no entorno e dentro da Unidade (Anexo XI);
- coletar dados sobre a fauna;

- coletar dados sobre armadilhas apreendidas (tipo, local encontrado, época, etc);
- promover a avaliação destas.
- Estas fichas trarão informações sobre as armadilhas apreendidas ou encontradas, como também sobre a fauna que está sendo explorada indevidamente dentro da Unidade e nas suas imediações.
- Deverão ser preenchidas pelos Agentes de Defesa Florestais - ADF, pesquisadores e estagiários.
- inserir a REBIO no Programa de Manejo de Recursos Hidrográficos da CEPLAC;
- A Unidade poderá ser inserida neste Programa, trazendo valiosas informações para proteção dos recursos hídricos da Unidade. O monitoramento deverá ser feito no rio da Serra que é o principal curso d'água, tendo suas nascentes fora da Reserva.

Requisitos

- imagens de satélites atualizadas e material de interpretação;
- acordo de cooperação técnica entre IBAMA, UESC, CEPLAC, GRAMA, IESB e outras instituições, com vistas a realizar o monitoramento hídrico, das áreas em recuperação e o levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no entorno;
- disponibilização dos dados coletados por outras instituições ao IBAMA.

Prioridades

- estabelecer um sistema de monitoramento;
- monitorar as áreas alteradas que estão em fase de recuperação;
- monitorar a exploração das espécies da flora e fauna que ocorre dentro da UC;
- inserir a REBIO no Programa de Manejo de Recursos Hidrográficos da CEPLAC;

6.5.2. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM A ÁREA DE INFLUÊNCIA

Este programa apresenta quatro subprogramas de manejo que visam basicamente o desenvolvimento de ações e atitudes voltadas para proteger a Unidade dos impactos ambientais que ocorrem na área do entorno e orientar o uso e ocupação do solo de forma mais sustentável. Propõe ações que minimizem estes impactos, evitando sua insularização e consequente degradação ambiental. Para a REBIO de Una, este programa torna-se fundamental devido ao fato de que a área protegida, comprovadamente, não é suficiente para manter uma população mínima viável de mico-leão-cara-dourada. Além deste aspecto, a utilização da terra nas propriedades do entorno está se tornando cada vez mais impactante, conforme a nova tendência da economia local de substituir áreas de "cabruças" por pastagens que se esgotarão em curto espaço de tempo.

Sub-programa de Relações Públicas

Ações de relações públicas devem ser voltadas para promover a imagem da Reserva e do IBAMA para que sejam mais respeitados e recebam mais ajuda e apoio da comunidade local, organizações governamentais, prefeitura de Una, instituições científicas, entre outras.

No caso da Reserva Biológica de Una, o mico-leão-da-cara-dourada já vem desempenhando o papel de espécie-bandeira, facilitando a compreensão do público-alvo, através da simpatia que é despertada pelo animal.

Objetivo:

- Melhorar a imagem da Reserva Biológica de Una e divulgar as atividades nela desenvolvidas junto a comunidade local, científica, ambientalista e mídia em geral, revelando sua importância para a preservação de uma amostra representativa da Mata Atlântica, proteção da biodiversidade e de espécies ameaçadas de extinção como o mico-leão-da-cara-dourada.

Resultados esperados

- papel de uma Reserva Biológica no contexto federal, estadual e local para a população do entorno esclarecido;
- trabalhos de conservação e de desenvolvimento ambiental que estão sendo conduzidos divulgados;
- compreensão da comunidade local sobre a importância da Reserva conseguida;
- recursos financeiros de organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados para apoiar as atividades da Reserva obtidos.

Indicadores

- número de pessoas que participaram de diferentes eventos promovidos pela UC;
- aumento das instituições apoiando a Unidade;
- aumento das matérias divulgadas em jornais, revistas, documentários;
- aumento dos recursos financeiros investidos na Reserva;
- frequência de casas que estão usando os cartazes distribuídos pela REBIO.

Atividades e Normas

- divulgar as recomendações deste Plano de Manejo;
- elaborar um resumo executivo do Plano com boa programação visual para atender o público leigo e possíveis parceiros;

- Este resumo deverá ser elaborado com a contratação de um consultor para tal trabalho ou buscando parceria para tanto.
- As recomendações deste planejamento deverão constar no resumo, o qual será enviado para instituições de política do meio ambiente, agrícola, de ensino, pesquisa, prefeituras locais e próximas, imprensa, ONG's e a quem possa interessar.
- elaborar material de divulgação da REBIO;
- elaborar folders e cartazes;
- Deverão ser elaborados anualmente 2.500 cartazes e 2.000 folders que serão utilizados tanto pelo trabalho de educação ambiental quanto de divulgação.
- Todo material produzido deverá previamente passar pela apreciação da DIREC.
- editar um vídeo/documentário sobre a UC;
- contactar emissoras de televisão para produzirem um programa sobre a REBIO de Una (por exemplo: Globo Ecologia, Repórter-eco, etc.);
- contatar produtoras internacionais sobre vídeos da natureza com o intuito de obter apoio financeiro e técnico para produção de filmes sobre a Unidade (por exemplo GNT, Discovery, BBC);
- utilizar mais a rádio como divulgador dos valores da REBIO;
- disponibilizar o material de divulgação nas escolas, repartições públicas, universidades, centros de extensão, etc.;
- realizar eventos para divulgar a Reserva;
- promover palestras sobre a importância da Reserva, bem como atividades de proteção, pesquisa e desenvolvimento ambiental conduzidas na área;
- promover eventos comemorativos sobre o tema ambiental;
- intensificar o relacionamento informal do dia-a-dia com o entorno;
- intensificar o relacionamento prefeitura-REBIO-OG's-ONG's;
- participar dos eventos visando aprimorar a imagem do IBAMA;
- Visando inserir a Unidade no contexto político regional, demonstrando a importância dos trabalhos de proteção da Mata Atlântica para a promoção do município e da região, o Chefe deverá participar de reuniões com líderes políticos.
- criar um conselho consultivo com a participação de representantes de organizações governamentais e não governamentais diretamente envolvidos com a Unidade;
- promover reuniões periódicas a cada três meses, com os órgãos envolvidos no processo;
- Sugere-se que o Dr. Aldemar Coimbra-Filho, um dos principais responsáveis pela criação da Reserva Biológica de Una, seja convidado para compor este conselho no posto de Presidente de Honra.
- motivar o legislativo municipal de Una a evidenciar a REBIO na Lei Orgânica do município;
- montar um acervo de fotografias da área da Reserva e entorno;
- solicitar ao WWF envio de cópias e negativos das fotografias da área do entorno recentemente produzidas por um profissional;
- apoiar ações para criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ecológico para o Município de Una.
- identificar local na sede do município de Una para reuniões com as lideranças e parceiros;
- Este local deverá funcionar como ponto de apoio para a Reserva, constituindo-se um pequeno escritório com telefax e secretária eletrônica.
- Deverá ser montado uma pequena biblioteca e uma exposição permanente sobre a UC, para apoiar as atividades dos estudantes.
- Até a implantação do Centro de Vivência definitivo, este local servirá como Centro de Vivência provisório.

Requisitos:

- Resumo Executivo da REBIO;
- material de divulgação (folders e cartazes) produzidos com boa qualidade gráfica;
- aparelhos de televisão e vídeo para auxiliar nas palestras;
- vídeo educativo e de divulgação sobre a Unidade;
- conjunto de slides e fotografias sobre a fauna, flora e programas desenvolvidos na Unidade.

Prioridades

- divulgar as recomendações deste Plano de Manejo;
- elaborar material de divulgação da REBIO;
- realizar eventos para divulgar a Reserva;
- criar um conselho consultivo com a participação de representantes de organizações governamentais e não governamentais diretamente envolvidos com a Unidade;
- identificar local na sede do município de Una para reuniões com as lideranças e parceiros;

Sub-programa de Educação Ambiental

Neste subprograma são contempladas ações que visam a conscientização para a causa ambiental, buscando a participação do público na proteção e conservação da Reserva. Suas atividades e normas tratam do desenvolvimento de atitudes que auxiliem na conservação dos recursos naturais.

Objetivos:

- implementar um programa de educação ambiental nas escolas rurais e urbanas do município de Una, envolvendo os estudantes para a conscientização da conservação da natureza;
- formar agentes multiplicadores locais para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Resultados esperados

- escolas rurais do entorno e da sede do município de Una envolvidas no programa de educação ambiental;
- acordo de cooperação formalizado com a Secretaria Municipal de Educação de Una para a execução deste subprograma;

- parcerias formalizadas com organizações que detêm experiências em trabalhos de educação ambiental, para a consecução das atividades.

Indicadores

- aumento das práticas conservacionistas no entorno da Reserva, com relação ao lixo, a poluição dos mananciais e uso dos recursos;
- mudança de comportamento da população do entorno e daquela residente na Unidade com respeito ao meio ambiente;
- redução da ocorrência de fogo na área;
- redução da ocorrência de caçadores.

Atividades e Normas:

- buscar a criação de um Centro de Vivência;
- identificar locais possíveis para criação do Centro de Vivência e parceiros para apoiar o trabalho;
- identificar possíveis parceiros para auxiliar na implementação do Centro de Vivência;
- Este Centro de Vivência deverá ser estruturado e implementado na periferia da Reserva.
- desenvolver um projeto de Educação Ambiental para a Reserva Biológica de Una;
- buscar parcerias que possam fornecer apoio para a educação ambiental, através de experiências, material educativo, orientações, etc. (NEA, IESB, WWF, CRA, Pref. de Una, Ecotuba, Jupará, CEPLAC, UESC, entre outros)
- elaborar uma agenda de atividades de educação ambiental;
- contactar a prefeitura de Una ou a CEPLAC com o intuito de obter um espaço para a implementação de um escritório e Centro de Vivência provisório.
- utilizar o ponto de encontro provisoriamente como Centro de Vivência;
- Este local poderá ser uma sala ou um conjunto de dependências que servirão como ponto de encontro do conselho consultivo. Deverá ser pleiteada uma linha telefônica para a instalação de um telefax, como principal contato da Reserva.
- Este projeto deverá abranger os seguintes públicos-alvo: posseiros, proprietários do interior da Reserva e do entorno, alunos de 1º e 2º grau das escolas rurais e urbanas do município de Una, turistas que frequentam a Ilha de Comandatuba e a população do município de Una, principalmente.
- Serão fornecidas, a estes públicos, informações da Reserva quanto ao tamanho, complexidade, valor natural, objetivo de criação, problemas, ameaças, entre outros.
- Deverá ainda, abordar de que maneira os cidadãos poderão auxiliar na proteção da Reserva e do meio ambiente como um todo, através de formas de reeducação do uso dos recursos.
- Avaliação do grau de consciência ambiental da população antes da implementação dos programas, através de questionários desenvolvidos especialmente para tal atividade, a serem aplicados em amostragens de cada público-alvo a ser trabalhado.
- O programa basicamente deverá ser estruturado com atividades de apresentação audiovisual, dinâmica em grupos, práticas ambientais, coleta de lixo seletiva (junto à prefeitura), distribuição de material de divulgação, oficinas de teatro, Centro de Vivência, etc.
- Contatos e acordos deverão ser feitos com instituições que apresentam experiência comprovada na área de Educação Ambiental, visando a promoção de cursos para capacitação de monitores e dos professores da rede municipal de ensino.
- produzir material educativo;
- O material deverá ter a linguagem adequada para cada público-alvo detectado.

- Este material consiste em cartilhas, apostilas, jogos educativos, cartazes, folheteria, entre outros. Á princípio sugere-se solicitar ao PREVFOGO, ao Núcleo de Educação Ambiental - NEA da SUPES-BA, ao WWF, entre outros, materiais educativos já disponíveis que possam ser reproduzidos e utilizados no programa de Educação Ambiental.
- buscar e consolidar parcerias para a contratação de um técnico de nível superior, se possível, que será responsável na implementação do programa de educação ambiental;
- integrar a Reserva nas ações de Educação Ambiental, desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais;
- envolver associações e comunidades no programa de Educação Ambiental;
- apresentar palestras e distribuir material educativo;
- A contratação deste, poderá ser feita através de uma ONG. A WWF, Conservation International possuem mais facilidade de contratação de pessoal através de projetos que estabelecem estratégias de ação para a conservação do meio ambiente. Estas instituições poderão ser acionadas neste sentido, com a elaboração de um projeto específico.
- avaliar anualmente a efetividade dos trabalhos de Educação Ambiental;
- Este sub-programa deverá ser avaliado através da aplicação dos mesmos questionários iniciais ao público-alvo e de reuniões junto aos agentes multiplicadores a serem formados.

Requisitos

- um técnico, se possível, de nível superior, com experiência em atividades de educação ambiental e conservação da natureza;
- material educativo produzido;
- uma televisão, um vídeo cassete, um retroprojeter e um projetor de slides;
- sistema de avaliação do programa estabelecido;
- local para receber os estudantes, que poderia ser o Centro de Vivência implantado.

Prioridades

- desenvolver um projeto de Educação Ambiental para a Reserva Biológica de Una;
- produzir material educativo;
- buscar e consolidar parcerias para a contratação de um técnico de nível superior, se possível, que será responsável na implementação do programa de educação ambiental;

Sub-programa de Controle Ambiental

Este sub-programa enfoca o desenvolvimento de ações de controle, fiscalização e monitoramento do entorno da Unidade de Conservação, de modo a prevenir e minimizar impactos ambientais, seguindo o que é estabelecido pela legislação ambiental (IBAMA, 1996). Dado o reduzido efetivo da Unidade e à várias atividades indesejáveis de uso e ocupação indevida da terra, as ações deste sub-programa estão limitadas no entorno imediato da REBIO de Una, buscando parcerias para tais atividades.

Objetivo:

- orientar acerca das restrições do uso da terra, controlando ações que possam trazer impactos negativos sobre o ecossistema da Reserva;
- fiscalizar as atividades desenvolvidas por proprietários de fazendas vizinhas.

Resultados esperados:

- fragmentos que formam corredores e áreas contíguas com a Reserva permanecem conservados;
- áreas de preservação permanente mantidas íntegras;
- ausência de caçadores, piaçaveiros, madeireiros, ocupações e assentamentos no entorno da UC conseguida;
- conscientização dos usuários do entorno da Unidade obtida.

Indicadores:

- redução dos desmatamentos do entorno;
- redução dos auto-de-infrações sobre o uso indevido do meio ambiente;
- eliminação de projetos de desenvolvimento em áreas de preservação permanente.

Atividades e Normas:

- fazer gestão junto ao Jupará, IESB, GRAMA, Ecotuba, WWF e CEPLAC para desenvolver um programa de orientação do uso da terra no entorno da UC;
- orientar sobre as restrições à assentamentos;
- orientar sobre as restrições relativas ao uso do solo no entorno;
- coletar informações sobre ocupações monitoradas pelo Jupará e WWF que subsidiarão um novo modelo de uso do solo na região;
- Informações técnicas sobre esta proposta de novo modelo de uso do solo devem ser coletadas tanto nos programas que estão sendo desenvolvidos por estas ONG's no entorno, quanto de programas de outras parte do Brasil.
- envolver todas as entidades e instituições no papel fiscalizador;
- proceder o monitoramento através de informações obtidas de imagens de satélite, para controlar as atividades de desmatamento e ocupação do entorno.
- articular com o Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus para o desenvolvimento de um programa de fiscalização em conjunto no entorno, tendo como tônica trabalhos de educação e conscientização do produtor;
- Estas atividades poderão também ser desenvolvidas em conjunto com ONG's que já vem utilizando técnicas alternativas de produção autosustentável e agricultura ecológica;
- avaliar o projeto de ecoturismo que está sendo implantado pelo IESB, na propriedade imediatamente vizinha a sede Maruim, aumentando a participação do IBAMA neste processo;
- Deverão ser avaliados os estudos de impactos ambientais deste projeto, com vistas estimar possíveis consequências negativas para a UC;
- estabelecer trabalhos de parceria junto ao INCRA, com o objetivo de oferecer apoio técnico e informações sobre áreas apropriadas para assentamentos agrícolas, sem que isso traga riscos para a REBIO;
- levantar a realidade do uso de agrotóxicos pelas propriedades no interior da UC e entorno;

- monitorar o uso de agrotóxicos;
- estabelecer um acordo de cooperação técnica ou convênio com CEPLAC, UESC, entre outros para auxiliar neste trabalho;
- desenvolver uma ficha para entrevista com os proprietários e posseiros;
- coletar água para avaliação do teor de defensivos agrícolas existentes.

Requisitos

- imagens de satélites atualizadas e interpretadas;
- acordos com instituições de desenvolvimento rural, ONG's e instituições de controle e fiscalização;
- veículos e combustível para a fiscalização do entorno;
- recursos humanos para a fiscalização.

Prioridades

- fazer gestão junto ao Jupará, IESB, GRAMA, Ecotuba, WWF e CEPLAC para desenvolver um programa de orientação do uso da terra no entorno da UC;
- articular com o Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus para o desenvolvimento de um programa de fiscalização em conjunto no entorno, tendo como tônica trabalhos de educação e conscientização do produtor;
- avaliar o projeto de ecoturismo que está sendo implantado pelo IESB, na propriedade imediatamente vizinha a sede Maruim, aumentando a participação do IBAMA neste processo.

Sub-programa de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento

Este subprograma tem como meta auxiliar na promoção do desenvolvimento regional, tendo em vista a diminuição de impactos negativos na utilização direta dos recursos naturais do entorno, endossando o uso de técnicas mais sustentáveis. Atualmente alguns projetos estão sendo desenvolvidos principalmente por duas ONG's locais, Jupará e IESB, as quais buscam trazer aos produtores informações sobre técnicas alternativas de uso do solo.

Objetivo

- incentivar as atividades de desenvolvimento regional alternativo nas propriedades localizadas no entorno da Unidade.

Resultados esperados

- atividades impactantes no entorno diminuídas, devido a adoção de práticas conservacionistas de produção agrícola;
- melhoria de qualidade de vida da comunidade vizinha a UC obtida.

Indicadores

- aumento do número de propriedades utilizando técnicas de uso sustentável do solo;
- aumento do número de projetos respeitando a legislação ambiental;
- aumento do número de empreendimentos ecologicamente sustentados.

Atividades e Normas

- buscar parceria com o IESB, Jupará, Ecotuba, WWF e Grama para o incentivo no desenvolvimento de atividades que visam a sustentabilidade dos recursos naturais da região;
- acompanhar os modelos que estão sendo feitos pelos parceiros;
- participar efetivamente destas atividades;
- divulgar e aplicar a legislação ambiental;
- Deverão ser fomentadas alternativas econômicas, como por exemplo o estabelecimento de RPPN's para exploração do turismo controlado, o ecoturismo, o turismo agro-cultural, a utilização de culturas permanentes em sistemas agroflorestais - SAF, piscicultura, apicultura, entre outros.

Requisitos

- acordos de parceria para a orientação do uso do solo;
- envolvimento das instituições.

Prioridade

- buscar parceria com o IESB, Jupará, Ecotuba, WWF e Grama para o incentivo no desenvolvimento de atividades que visam a sustentabilidade dos recursos naturais da região;

6.5.3. PROGRAMA DE MANEJO DO MEIO AMBIENTE

O Plano de Manejo fase 1 não permite o desenvolvimento de ações de manejo dos recursos naturais devido ao pouco conhecimento sobre a Unidade. No entanto, no caso específico de Una a degradação e a ameaça eminente dos ecossistemas da Reserva é muito grande, devido principalmente, ao histórico da ocupação humana local e à forma de utilização da terra. Assim, são apresentadas no subprograma de Manejo dos Recursos Naturais ações para otimizar a recuperação

destes ecossistemas, haja visto que já foi comprovado cientificamente que a área da Unidade não é suficiente para comportar uma população de mico-leão-de-cara-dourada geneticamente viável e que pesquisas sobre a flora local já trazem alguns subsídios eminentes.

Sub-programa de Manejo dos Recursos

Objetivo

- acompanhar e otimizar a recuperação da vegetação, de modo a aumentar o habitat e melhorar a qualidade daqueles já existentes.

Resultado esperado:

- áreas degradadas e alteradas em processo de recuperação.

Indicadores:

- aumento da área de habitat do mico-leão-da-cara-dourada e de outras espécies mais exigentes ecologicamente.

Atividades e Normas:

- elaborar um Plano de Recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas;
- resgatar informações junto ao IESB sobre as áreas degradadas no interior da UC, localização, estado, tamanho e quantidade.
- O projeto de aerofotogrametria, no qual o PREVFOGO também está envolvido, se encontra em andamento e brevemente poderá fornecer estas informações.
- confirmar *in loco*, o tamanho e a situação das áreas degradadas na Unidade;
- Este plano deverá ser elaborado com a participação de técnicos do IBAMA que já dispõe de grande experiência na área e ser supervisionado pelos mesmos;
- levantar as informações técnicas sobre a vegetação nativa local;
- buscar na bibliografia informações já existentes de levantamentos sobre a ecologia da flora da REBIO;
- estudar a possibilidade de substituição das espécies exóticas por nativas;
- Poderão ser feitas parcerias com instituições de pesquisa e de ensino com o objetivo de desenvolver em conjunto mais estudos para subsidiar a recuperação das áreas.
- Deverão ser feitos levantamentos fisiológicos mais detalhado, o qual fornecerá subsídios para o Plano de Recuperação de Reserva Biológica de Una.

Requisitos

- imagens de satélite atualizadas;

- um técnico especializado em elaboração e desenvolvimento de projetos de recuperação de áreas degradadas e reestruturação de habitats;
- recursos financeiros para viagens de campo;
- recursos financeiros para implantação do projeto de recuperação.

Prioridades

- . elaborar um Plano de Recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas;
- levantar as informações técnicas sobre a vegetação nativa local;
- buscar na bibliografia informações já existentes de levantamentos sobre a ecologia da flora da REBIO;
- estudar a possibilidade de substituição das espécies exóticas por nativas;

Sub-programa de Proteção

O principal objetivo deste sub-programa é o de garantir a dinâmica dos ecossistemas da Unidade e a manutenção de sua biodiversidade. Atividades específicas que poderão levar a degradação da REBIO, serão coibidas através das ações contempladas neste item. Este sub-programa visa também garantir a proteção do patrimônio e dos equipamentos existentes no interior da área.

Objetivo

- proteção da Unidade contra ações que ameacem sua integridade, utilizando-se para tanto, sistemas de fiscalização e de vigilância permanentes.

Resultados esperados

- integridade da UC garantida;
- fauna e flora da REBIO protegida, especialmente as espécies ameaçadas;
- ações degradantes, como a incidência de fogo, por exemplo, impedida;
- continuidade da poluição dos cursos d' água diminuída, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

Indicadores

- diminuição do número de armas apreendidas;
- diminuição do número de autos de infrações;
- diminuição do nível de agrotóxicos dos cursos d' água;
- diminuição dos embargos de desmatamentos e quantidade de madeira apreendida;
- diminuição da incidência de fogo.

Atividades e Normas

- melhorar o sistema de fiscalização;
- avaliar e acompanhar periodicamente as ações da fiscalização;
- realizar avaliação trimestral das atividades, devendo ser redirecionadas quando for o caso;
- Esta avaliação deverá considerar as informações dos sub-programas de monitoramento, de controle e de educação ambiental principalmente.
- desenvolver um trabalho em conjunto com o sub-programa de Educação Ambiental para orientação dos posseiros e proprietários do interior da Reserva;
- educar para o uso do fogo controlado ou de preferência evitar esta prática, utilizando-se para tanto material de orientação;
- estabelecer uma rotina no trato do animais domésticos de serviço da Unidade;
- manter animais de serviço tratados (vacinados, vermifugados, etc.);
- contatar o DDA-Departamento de Defesa Animal para manter fiscalização na área da REBIO em conjunto com os ADF's;
- O DDA poderá fiscalizar a saúde dos animais das propriedades do interior da Reserva.

Requisitos

- treinamento e reciclagem dos ADF;
- equipamentos para a fiscalização;
- obtenção de mais 3 funcionários;
- sedes de Maruim e de Piedade reformadas e equipadas para servir de apoio as atividades;
- rádios móveis nas viaturas e fixos nas sedes;
- mais uma viatura para os trabalhos de campo;
- contrato com a firma de vigilância renovado.

Prioridades

- desenvolver um trabalho em conjunto com o sub-programa de Educação Ambiental para orientação dos posseiros e proprietários do interior da Reserva;

6.5.4. PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO

Os sub-programas do Programa de Operacionalização, visam fornecer estrutura necessária para que os demais programas sejam desenvolvidos.

Sub-programa de Regularização Fundiária

Ações para proporcionar o conhecimento da real situação fundiária da Unidade, bem como definição de estratégias para a completa regularização fundiária estão contempladas neste sub-programa de manejo.

Objetivos:

- demarcar a área do decreto;
- indenização de todos os posseiros da Unidade;
- compra e desapropriação de todas propriedades existentes no interior do decreto de criação.

Resultados esperados:

- posseiros indenizados e posses desocupadas;
- área da Unidade totalmente demarcada e homologada;
- aquisição e desocupação das propriedades iniciadas.

Indicadores

- diminuição do estado de degradação da Unidade;
- retirada de parte do rebanho doméstico do interior da Reserva
- diminuição das ameaças antrópicas aos ecossistemas.

Atividades e Normas

- iniciar processo de regularização fundiária;
- solicitar e reunir as informações existentes sobre o levantamento fundiário;
- Informações mais atualizadas e fidedignas sobre a situação fundiária da Reserva deverão ser obtidas do estudo conduzido pela pesquisadora Dra. Heloisa Orlando, professora associada ao cursos de pós-graduação em Direito da UFBA.
- auxiliar no desenvolvimento da pesquisa supra-citada no que couber;
- estabelecer um termo de cooperação entre IBAMA e UFBA;
- identificar as áreas prioritárias para a regularização, conforme seu grau de conservação e disponibilidade de recursos;
- compatibilizar dados cartoriais com cadastros do INTERBA e INCRA;
- efetuar a avaliação de terras e benfeitorias existentes;
- estabelecer um acordo de cooperação técnica com a CEPLAC e/ou INCRA para estas avaliações;
- pleitear recursos junto às ONG's para auxiliar na indenização dos posseiros e compra de terra;
- A WWF, uma das ONG's que no passado se mobilizaram para levantar fundos para a compra de terras, demonstrou muito interesse e condições em iniciar novamente, em conjunto com o IBAMA, o processo de levantamento de fundos para tal atividade. Além disso, poderá ser feito um projeto, solicitando patrocínio para a demarcação, indenização e aquisição de terras, às empresas de chocolate.
- O comitê do-mico-leão-de-cara-dourada poderá ser envolvido na campanha de levantamento de fundos para a compra de terras;
- prever recebimento de recursos de empresas hidroelétricas (rio das Contas);
- apurar qual empresa responsável pela obra e a extensão da barragem;

- Este processo deverá ser esclarecido e se possível pleitear a obtenção de recursos, conforme o que está previsto na legislação ambiental, Resolução CONAMA 02/96, transcrita no Anexo XII.
- solicitar a DICRI a priorização dos recursos destinados à regularização fundiária;
- concluir o processo de demarcação;
- contactar INTERBA para auxiliar no processo de demarcação;
- Deverá ser firmado um convênio entre IBAMA e INTERBA para demarcar a área do decreto de criação.

Requisitos

- acordo de cooperação com o INTERBA, CEPLAC e INCRA;
- diárias e passagens para acompanhamento técnico e elaboração das avaliações;
- material de consumo e infra-estrutura para apoiar as atividades de demarcação dos limites da REBIO;
- recursos para indenização das posses e para compra das propriedades;
- acordos de parceria com ONG's e outras instituições para levantar fundos.

Prioridades

- iniciar processo de regularização fundiária;
- pleitear recursos junto às ONG's para auxiliar na indenização dos posseiros e compra de terra;
- solicitar a DICRI a priorização dos recursos destinados à regularização fundiária;

Sub-programa de Administração e Manutenção

Este sub-programa trata das atividades e normas relacionadas à organização, administração e recursos humanos necessários para o funcionamento efetivo da Unidade, e para o monitoramento das atividades.

Para consecução dos outros sub-programas, serão definidos os recursos humanos necessários e de que maneira serão obtidos e capacitados. Normas administrativas a serem adotadas pela chefia da Unidade, serão apresentadas.

Atividades relacionadas à reforma, construção de estruturas físicas prioritárias, manutenção, aquisição e recuperação do material e equipamentos permanentes são também previstas neste sub-programa.

Objetivo

- dotar a REBIO de estrutura administrativa para garantir a implementação deste Plano e de prática de manejo;
- aumentar os recursos humanos alocados na Reserva.

Resultados esperados:

- funcionamento da Unidade adequado, conforme seus objetivos de criação;
- pessoal necessário à Reserva, devidamente capacitado e alocado;

Indicadores:

- aumento do número de funcionários fixos em mais 3 funcionários;
- 80% das atividades do plano realizadas.

Atividades e Normas:

- elaborar uma agenda de trabalho conforme o planejamento;
- solicitar a agilização do Regulamento de Reserva Biológica;
- acompanhar o desenvolvimento dos subprogramas, compatibilizando as atividades relativas aos mesmos;
- adequar o quadro funcional da REBIO, conforme organograma no Anexo XIII;
- O desenvolvimento de atividades de rotina como um todo requerem, um número ideal de 16 funcionários lotados na UC, sendo: 2 técnicos de nível superior, 1 técnico para a Educação Ambiental, 1 agente administrativo, 2 serviços gerais, 2 vigias e 8 Agentes de Defesa Florestal.
- No entanto, este plano poderá ser executado por 12 pessoas, pois no momento não há previsão da realização de um concurso público.
- buscar o estabelecimento de um convênio com a Prefeitura de Una para a obtenção de dois funcionários, para auxiliar nos trabalhos de Educação Ambiental e administração;
- verificar junto ao WWF possibilidade de apoio para o desenvolvimento dos trabalhos de Educação Ambiental, propondo a contratação de um técnico para desempenhar tal atividade;
- renovar o contrato com a Seguarda para manter os 3 vigias que já se encontram na Unidade;
- divulgar dentro do IBAMA a necessidade da Reserva em aumentar seu quadro funcional;
- requisitar pessoal em outros órgãos públicos, através de propaganda da Reserva, divulgando os trabalhos que são desenvolvidos, as condições de trabalho e a necessidade de pessoal;
- solicitar a realização de cursos de capacitação e reciclagem dos recursos humanos da Unidade;
- estabelecer estratégias para captação de recursos financeiros;
- A regularização fundiária, trabalhos de educação ambiental, pesquisas e outras atividades que serão desenvolvidas na Unidade podem obter recursos da iniciativa privada através de sistemas de patrocínios, entre outros.
- Deverá ser verificado junto às grandes fábricas de chocolate (Nestlè, Lacta, Garoto, etc.), a possibilidade de lançar uma campanha de arrecadação de fundos para a compra de terra ou indenização dos posseiros.
- O mico-leão-da-cara-dourada poderá ser utilizado como símbolo desta campanha.
- articular junto à CEPLAC a disponibilidade de funcionários a serem redistribuídos para a Reserva.
- incrementar e reorganizar o programa de fiscalização da Unidade;
- capacitar e treinar os novos ADF e/ou funcionários;
- reciclar os atuais ADF;
- colocar placas de sinalização no entorno e interior da Unidade;

- confeccionar 30 placas;
- Estas placas estão distribuídas em 10 de cunho educativo e 20 indicativas; com 2 x 1 m e 1 x 0,5 m, respectivamente.
- Vinte placas correspondendo 10 de cunho educativo e 10 indicativas devem ser colocadas nos limites e interior da UC, e as 10 restantes distribuídas em pontos estratégicos do município de Una, indicando o Centro de Vivência provisório.
- Deverá ser feita uma manutenção anual destas placas.
- estabelecer parcerias para aumentar o contingente para a fiscalização;
- promover trabalhos de manutenção através de um cronograma pré-estabelecido;
- manter e reformar a lataria da Toyota adquirida em 1996;
- Dado o estado avançado de ferrugem deste veículo, para melhor conservá-lo é necessária uma manutenção e revisão completa da lataria do mesmo.
- promover a manutenção dos veículos da Unidade;
- promover a manutenção anual da infra-estrutura.
- manter as instalações para os animais de serviço;
- manter em bom estado de conservação as vias de circulação;
- promover a manutenção dos aceiros, deixando-os livre de vegetação.
- As instalações deverão ser pintadas anualmente.
- prover combustível e óleo para os veículos da Unidade;
- estabelecer estratégias para captação de recursos financeiros.

Requisitos

- convênio com a Prefeitura de Una celebrado;
- convênio com a WWF para contratação de um coordenador de Educação Ambiental;
- obtenção dos recursos humanos e financeiros necessários.

Prioridade

- elaborar uma agenda de trabalho conforme o planejamento;
- adequar o quadro funcional da REBIO, conforme organograma no Anexo XIII;
- colocar placas de sinalização no entorno e interior da Unidade;
- estabelecer parcerias para aumentar o contingente de Agente de Defesa Florestais;

Sub-programa de Infra-estrutura e Equipamentos

Este sub-programa é estruturado de modo a prover a infra-estrutura e equipamentos adequados ao atendimento das atividades previstas nos outros programas.

Objetivos:

- dotar a REBIO de infra-estrutura e equipamentos adequados para a execução dos trabalhos;
- garantir a manutenção e adequação da infra-estrutura da Unidade.

Resultados esperados:

- infra-estrutura das Áreas de Desenvolvimento - AD de Maruim e Piedade reformadas para receber mais pesquisadores e para comportar os trabalhos administrativos e rotineiros da Unidade;
- equipamentos em perfeito estado de funcionamento mantidos;
- casa de pesquisadores na sede de Piedade para utilização contínua mantida;
- Centro de Vivência provisório implantado.

Indicadores

- melhoria da infra-estrutura das Áreas de Desenvolvimento;
- adequação dos equipamentos;
- infra-estrutura atendendo os objetivos dos sub-programas.

Atividades e Normas

- elaborar projeto para a reforma da sede de Maruim;
- A sede de Maruim deverá ser adequada visando o aproveitamento das instalações já existentes, de modo a atender as necessidades administrativas da Unidade e receber pesquisadores.
- Deverá ser feita uma adequação e reforma no galpão da AD Maruim, possibilitando a permanência na UC de até 6 pesquisadores concomitantemente.
- melhorar e reformar os quartos da sede de Piedade;
- Os quartos da sede deverão ser forrados com madeira.
- elaborar projeto de reforma para posto de vigilância da sede de Piedade;
- Deverá ser adequado um banheiro e uma cozinha para esta instalação, como também instalar sistema hidráulico.
- construir o portão de entrada da Unidade, na AD do Mico;
- elaborar o projeto do portão de entrada da Reserva;
- verificar a possibilidade de montar um sistema de energia solar tanto para as AD's Maruim e Piedade;
- adquirir e instalar o sistema de energia solar;
- equipar a sede de Maruim:
- A sede pode ser equipada com 2 camas, 2 colchões e um kit cama, mesa e banho, 1 estante, 1 mesa com 4 cadeiras, 1 computador, 1 impressora, 1 máquina de escrever, 1 vídeo, 1 televisão, 1 projetor de slides, 1 tela de projeção, 1 retroprojetor e material de copa e cozinha.
- O computador a ser adquirido deverá ser um lap-top, pois a Unidade não possui energia elétrica e o sistema solar a ser instalado não comporta o funcionamento de um computador. Este aparelho poderá ser utilizado com bateria quando na Reserva ou no escritório em Una.
- equipar o alojamento de pesquisa na AD Piedade para recebimento dos pesquisadores;
- Os seguintes equipamentos devem ser adquiridos: 1 fogão, geladeira a gás, 3 beliches, 1 mesa grande e 6 cadeiras, 3 armários, 1 mesa pequena e 4 cadeiras, 6 colchões.
- equipar o alojamento de pesquisadores na sede Maruim após a reforma;
- A Unidade deverá ser equipada conforme discriminado a seguir: 3 beliches, 3 armários de madeira, 1 mesa com 6 cadeiras, 1 fogão, 1 armário, 1 geladeira a gás, 3 lampiões, 3 botijões de gás pequenos e 4 botijões de gás grande.
- equipar a sede de Piedade:

- Deverá ser adquirido 1 geladeira a gás, 6 botijões de gás (casco), 4 colchões, 1 kit cama, mesa e banho.
- equipar a fiscalização;
- A fiscalização necessita dos seguintes materiais: uniformes, 4 novas armas (calibre 38), munição, 4 kits de fiscalização, 3 kits de combate a incêndios², 10 botas de borracha, 10 roupas adequadas para combate a incêndio, 10 capacetes, 10 máscaras contra-fumaça e 6 selas completas;
- adquirir uma caminhonete cabine dupla 4x 4;
- adquirir materiais para limpeza, pintura e manutenção das instalações;
- adquirir peças de reposição;
- adquirir dois rádios fixos para a sede e três móveis para as viaturas;
- dotar a UC de equipamentos de primeiro-socorro;
- Deverão ser adquiridos 4 kits que ficarão nos alojamentos e sedes existentes nas AD de Maruim e de Piedade.
- Anualmente estes kits deverão ser renovados.
- adquirir um aparelho de telefax com secretária eletrônica;
- Este aparelho ficará na sala a ser cedida pela prefeitura de Una, onde funcionará um escritório da Unidade e um pequeno Centro de Vivência.
- adquirir jogos de pneus;
- Anualmente deverá ser adquirido 1 jogo de pneu para cada viatura da UC.

Requisitos

- recursos financeiros disponíveis;
- projetos de reforma das casas e do portão.

Prioridades

- elaborar projetos das reformas das instalações da AD Maruim;
- melhorar e reformar os quartos da sede de Piedade;
- construir o portão de entrada da Unidade;
- verificar a possibilidade de montar um sistema de energia solar tanto para as AD's Maruim e Piedade;
- equipar a sede de Maruim;
- equipar a casa de pesquisa na AD Piedade para recebimento dos pesquisadores;
- equipar o alojamento de pesquisadores na AD Maruim após a reforma;
- equipar a fiscalização;
- adquirir um aparelho de telefax com secretária eletrônica;

Sub-programa de Cooperação Institucional

Este sub-programa propõe ações no sentido de manter e fomentar o relacionamento interinstitucional entre o IBAMA e as instituições que estão direta e indiretamente relacionadas com a Unidade, ou aquelas que apresentem interesse em participar dos programas de manejo.

A matriz de cooperação institucional apresentando as principais instituições identificadas como possíveis parceiros, encontra-se no Anexo XIV e a lista de participantes da oficina de planejamento no Anexo XV.

Objetivo

- o estabelecimento de parcerias que auxiliarão o desenvolvimento das atividades previstas neste planejamento, com vistas a proteger e manejar corretamente a Unidade.

Resultados esperados

- convênios, acordos de cooperação técnica, bem como outros tipos de parcerias com as instituições obtidos.

Indicadores

- reuniões realizadas entre o IBAMA e os parceiros;
- aumento da participação das outras instituições nas atividades da Reserva;
- aumento de apoio técnico-financeiro à Reserva, externo ao IBAMA.

Atividades e Normas:

- levantar outras ações passíveis de parcerias;
- Deverão ser feitos contatos com a Prefeitura de Una, WWF, CEPLAC, UESC, o comitê do mico-leão-da-cara-dourada, além de outras ONG's e instituições interessadas, para o estabelecimento de convênio com o IBAMA, com os seguintes objetivos: aumentar o número de funcionários da Unidade, auxiliar na solução da situação fundiária, auxiliar nas atividades de fiscalização, desenvolver atividades de educação ambiental, aumentar as pesquisas e ações técnico-científicas na área e, promover o desenvolvimento integrado do entorno da Reserva;
- propor minuta de convênio e acompanhar o processo de celebração de convênios ou acordos de cooperação bilateral;
- verificar a possibilidade de inserir a Unidade nos programas de desenvolvimento regional da CEPLAC, afim de resguardar a área do entorno de qualquer incentivo de uso do solo;
- envolver o comitê do mico-leão-da-cara-dourada nas ações do Plano de Manejo e regularização fundiária;
- estabelecer convênios com a UESC, CEPLAC e demais centros de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramento ambiental, como também treinamento;
- estreitar o relacionamento com os representantes do Poder Judiciário e Ministério Público local;
- Reuniões deverão ser promovidas com o intuito de estreitar o relacionamento e aumentar a sintonia com o Poder Judiciário. Estas reuniões, preferencialmente deverão contar com a presença de procuradores da SUPES-BA para esclarecer e apoiar as providências legais a serem tomadas na Reserva.
- estabelecer parcerias com a Polícia Federal, Militar ou Florestal com o intuito de iniciar um programa de fiscalização em conjunto;
- estabelecer parcerias com as entidades que trabalham com alternativas de desenvolvimento.

- intermediar a aproximação da Procuradoria da SUPES-BA e do Ministério Público local.
- Para aumentar o apoio legal e jurídico à Reserva o Chefe deverá fomentar e promover esta aproximação, convidando procuradores do IBAMA para participarem de reuniões com o Poder Judiciário local.

Requisitos

- convênios com os principais parceiros celebrados;
- apoios técnico e legal do IBAMA, para aumentar o respeito dos organismos públicos e privados pelo próprio órgão e pela Unidade como um todo.

Prioridades

- levantar outras ações passíveis de parcerias;
- verificar a possibilidade de inserir a Unidade nos programas de desenvolvimento regional da CEPLAC, afim de resguardar a área do entorno de qualquer incentivo de uso do solo;
- estabelecer convênios com a UESC, CEPLAC e demais centros de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramento ambiental, como também treinamento;
- estabelecer parcerias com a Polícia Federal, Militar ou Florestal com o intuito de iniciar um programa de fiscalização em conjunto;

6.6. ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO

As Áreas de Desenvolvimento correspondem a pontos específicos localizados no interior da Unidade, onde são instalados infra-estrutura e equipamentos, minimizando os impactos causados pela sua implantação.

Nesta fase de planejamento foram definidas Áreas de Desenvolvimento voltadas apenas para a administração, pesquisa e proteção da Reserva. Estas áreas foram identificadas após o estabelecimento do zoneamento, acordando com a infra-estrutura já existente.

Desta forma, foram estabelecidas três Áreas de Desenvolvimento: Maruim, Piedade e do Mico, descritas no Quadro 10.

NOME DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO: Maruim		
TEMAS: - Sede administrativa. - alojamento. - posto de fiscalização e vigilância. - depósito.	ATIVIDADES: - pesquisas. - alojamento. - administração. - manutenção. - fiscalização. - acervo bibliográfico.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS: - sede administrativa e dependências; - almoxarifado e depósito; - alojamento de pesquisadores; - acomodações para pernoite dos agentes; - garagem; - sistema de energia solar; - roda d'água; - rádio transmissor-receptor.
LOCALIZAÇÃO: no lado leste da Reserva, nas margens do rio de mesmo nome.		
NOME DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO: Piedade		
TEMAS: - alojamento para pesquisadores. - posto de fiscalização e vigilância. - depósito.	ATIVIDADES: - pesquisas. - alojamento. - manutenção. - fiscalização.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS: - escritório de apoio; - almoxarifado e depósito; - alojamento de pesquisadores; - acomodações para pernoite dos agentes; - garagem; - sistema de energia solar; - rádio transmissor-receptor.
LOCALIZAÇÃO: localiza-se no centro-oeste da Unidade, em instalações de posse desapropriada, próximas à fazenda Piedade.		
NOME DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO: Mico		
TEMAS: - entrada e saída da AD Maruim	ATIVIDADES: - proteção	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS: - portão de entrada da REBIO
LOCALIZAÇÃO: porção leste da Unidade para a AD Maruim, após sair da BA-001.		

Quadro 10: Descrição das Áreas de Desenvolvimento da Reserva Biológica de Una - BA.

Possivelmente haverá a implementação de uma nova Área de Desenvolvimento na periferia da Unidade, porção oeste, após a aquisição de propriedades que estão dentro a área do Decreto, culminando na transferência de algumas atividades que atualmente são desenvolvidas na sede de Piedade, localizada na parte central da Unidade. Desta forma, após esta transferência, a infraestrutura da AD Piedade, deverá apoiar apenas as atividades de proteção e de pesquisa.

6. 7. CIRCULAÇÃO INTERNA

A abertura de novas vias de circulação na Reserva Biológica de Una, não é permitida nesta fase de planejamento, mesmo porque as vias já existentes atendem satisfatoriamente a demanda da Unidade. Portanto, as vias de acesso à Maruim, Piedade, rio da Serra, a trilha do Príncipe e áquelas utilizadas pela fiscalização deverão ser mantidas, continuando os trabalhos de rotina já estabelecidos para a devida manutenção.

Por outro lado, existem muitas estradas e caminhos feitos pelos proprietários e posseiros que além de degradar a vegetação, servem como porta de entrada para caçadores, invasores, piaçaveiros, madeireiros, entre outros. Aconselha-se o fechamento de vias que não estão sendo utilizadas ou que apresentem pouco movimento, e que tenha outros caminhos alternativos. Para isso, primeiramente é necessário um levantamento do uso de tais estradas, devendo posteriormente serem inseridas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, constante no Sub-programa de Manejo dos Recursos Naturais.

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Somente na versão impressa.

**Disponível para Consulta
na Reserva Biológica de Una**

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALGER, K. & ARAÚJO, M. **Desmatamento dos Últimos Remanescentes Florestais próximos à Reserva Biológica de Una: uma ameaça à biodiversidade e a economia local.** Resumos de Pesquisas 1994-1995. 2º Edição. 1996. IESB - Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia. 2-5 p.
- ALGER, K.; ARAUJO, M.; TREVIZAN, S. & SANTOS, G. **Dinâmica do uso da Terra no entorno da Reserva Biológica de Una.** Resumos de Pesquisas 1994-1995. 2º Edição. 1996. IESB.12-16 p.
- ALVES, M. C. 1990. **The role of cacao plantations in the conservation of the Atlantic Forest of Southern Bahia, Brazil.** University of Florida. Master Thesis 167 p.
- ANTAS, P. de T. Z. 1993. **Aves.** In: Workshop Prioridades Para a Conservação da Biodiversidade do Nordeste do Brasil, Recife, 1993, s. 1., s. e., 26 p.
- ARGOLO, A. K. S. 1992. **Considerações sobre a ofiofauna dos cacauais do Sudeste da Bahia, Brasil.** Ilhéus. Universidade Estadual de Santa Cruz. (Datilografado)
- BENTON, F. Subprojeto 4. Estudo de Phoridae (Diptera) Associados a Formigas e Abelhas. Projeto de pesquisa, não publicado. 1996.
- BOKERMANN, W. C. A. 1973. Duas novas espécies de *Sphaenorynchus* da Bahia. (Anura, Hylidae). **Rev. Brasileira de Biologia**, 33(4): 589-94.
- BOKERMANN, W. C. A. 1974. Três espécies novas de *Eleutherodactylus* do sudeste da Bahia, Brasil. (Anura, Leptodactylidae). **Rev. Brasileira de Biologia**, 34(1):11-18.
- BRANDÃO, C. R. F. 1989. *Belonopelta minima* new species (Hymenoptera, Formicidae, Ponerinae) from eastern Brazil. **Rev. Brasileira de Entomologia** 33(1): 135-138.
- BROOKE, J. 1993. Brazilian rain forest yields most diversity for species of trees. New York: **The New York Times** (30th March) C4.
- BROWN, k. s. 1979. **Ecologia, geografia e evolução nas florestas tropicais.** Tese de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, Brasil. 485 p.
- CÂMARA, I. G. 1992. **Plano de Ação para a Mata Atlântica.** Fundação SOS Mata Atlântica. 152 p.
- CAMPBELL, J. A. & LAMAR, W. 1989. **The venomous reptiles of Latin America.** Ithaca, New York, Cornell University Press. 380 p.
- CARAMASCHI, U.; SILVA, H. R. & BRITO-PEREIRA, M. C. 1992. A new species of Phyllodytes (Anura, Hylidae) from Southern Bahia, Brazil. **Copeia** (1):187-191.
- CARCERELLI, L. C. & CARAMASCHI, U. 1992. Ocorrência do gênero *Crossodactylus* Dumèril & Bibron, 1841 no Nordeste brasileiro, com descrição de duas espécies novas (Amphibia, Anura, Leptodactylidae). **Revista Brasileira de Biologia** 52(3):415-22.
- CARVALHO, A. M. V. 1990. Os Jacarandás da Bahia. **Agrotropica**, 2 (1): 1-10.

CARVALHO, A. M. & BARNEBY, R. C. 1993. The genus *Zollernia* (Fabaceae: Swartzieae) in Bahia, Brazil. **Brittonia**, 45 (3): 208-12.

CARVALHO, A. M. & BARNEBY, R. C. 1994. **O gênero *Zollernia* (Fabaceae: Swartzieae) na Bahia, Brasil.** In: Resumos do XLV Congresso Nacional Botânica. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo. 23 a 29 de janeiro de 1994.

CARVALHO, A. M. 1994. The genus *Dalbergia* L. f. in Bahia, Brazil. Proceedings of an International Workshop. Ed. WESTLEY, S. B. & ROSHETKO, J. M. **Nitrogen Fixing Tree Association. Special Issue.** 207 p.

CEI - Centro de Estatísticas e Informações. **1993. Informações Básicas dos Municípios Baianos.** 5 Volume I e II. Região Litoral Sul. Salvador.

CEPLAC. Setor de Climatologia. Dados Meteorológicos calculados. Itabuna, 1973.

CEPLAC/CEPEC. 1976. **Diagnóstico Sócio-econômico da região cacauzeira.** Recursos Hídricos. Volume 5. 133 p.

CORDANI, U. G.; ISOTTA, C. A. L.; ABREU, A. C. S. **Idades radiométricas das rochas alcalinas do sul da Bahia.** In: Congresso Brasileiro de Geologia, 28º, Porto Alegre, 1974. Sociedade Brasileira de Geologia, v. 6, p. 253-9.

CORREA, F. 1996. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.** Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão. Caderno 2. Consórcio Mata Atlântica e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 27 p.

CRA. Centro de Recursos Ambientais. 1994. **Cadastro de Unidades de Conservação do Estado da Bahia.** Salvador, Bahia. 78 p.

CRA. Centro de Recursos Ambientais. 1995. **Diagnóstico Ambiental da Região Cacaueira.** Camacã. 104 p.

DELABIE, J. H. C.; MARINHO, C. S. F. & NASCIMENTO, I. C. 1997. **Inventário preliminar das formigas (Insecta; Hymenoptera; Formicidae) da Reserva Biológica e de áreas conexas no município de Una, Bahia.** (relatório não publicado). Laboratório de Mirmecologia, CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia.

DEUS, P. B. 1972. Geologia da Quadrícula de Camacã Noroeste. **Boletim Técnico** 18. CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia, Brasil. 18 p.

DOU Diário Oficial da União. nº 169. Resolução nº 27, de 27 de agosto de 1996.

Diário Oficial da União. nº 236 de 11 de dezembro de 1980. página 24795-6.

DIETZ, J. **Population Viability Analysis of Golden-headed Lion Tamarin in Una Biological Reserve, Brazil.** 18/07/91 - 31/07/93.

FONSECA, G. A. B.; HERRMANN, G. LEITE, Y. L. R.; MITTERMEIER, R. A.; RYLANDS, A. B. & PATTON, J. L. 1996. Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil. **Occasional Papers in Conservation Biology.** nº 4. 38 p.

GALANTE, M. L. V. 1997. **Unidades de Conservação: base conceitual, princípios e diretrizes**. Brasília (não publicado). 30 p.

HEREDIA, M. Malásia vai plantar dendê no Brasil: 300 mil hectares. **Folha de Londrina**, 11 de abril de 1997. página 6.

HERRMANN, G.; SILVA, L. F. B. M. & FONSECA, G. A. B. 1991. **Padrões de diversidade de espécies de pequenos mamíferos não-voadores em áreas secundárias de mata Atlântica**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Zoologia, p. 443.

IBAMA. 1996. Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto. Brasília. 110 p.

IBDF. 1982. Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, Fundação Brasileira para Conservação da Natureza - FBCN. Ministério da Agricultura, Brasília.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. 1991. Censo Demográfico. Características Gerais de População e Instrução, nº 17. FIBGE. 156 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. 1995. Censo Demográfico. Situação Demográfica, Social e Econômica: Primeiras Considerações. Rio de Janeiro. 23 p.

Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia - IESB. **Uma Experiência de Diagnóstico Rápido Participativo na Reserva Biológica de Una**. 1ª edição. Novembro de 1996. relatório técnico.

JUPARÁ. **Agroecológico na Região Cacaueira da Bahia. Conservação e Desenvolvimento Comunitário**. Relatório de Atividades. 27 de janeiro de 1997. não publicado.

LEÃO, A. C. & GOUVEA, J. B. S. 1976. Fisionomia, estrutura e condições ecológicas da vegetação da região cacaueira baiana, folha Mascote. **Boletim Técnico** nº 22, CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia. 20 p.

LEÃO, A. C. & SANTANA, S. O. 1982. Solos do Bolsão do Maroim. Área do Pequeno Produtor. **Boletim Técnico** nº 92. CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia. 51 p.

LEÃO, A. C. & SANTANA, S. O. 1995. Solos da Estação Experimental Djalma Bahia, Una, Bahia. **Boletim Técnico** nº 179. CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia. 29 p.

LEÃO, A. C. & VINHA, S. G. 1975. Ocorrência do Jacarandá no sul da Bahia. **Cacau Atualidades**. Vol. 12, jan-mar, nº 1. Ilhéus.

LEITE, M. **A cartada do mico**. Folha de São Paulo, Suplemento Ciência do dia 10 de abril de 1994.

LINDBERGH, S. M. O mico-leão-de-cara-dourada na Reserva Biológica de Una, Bahia. Relatório de viagem de 22 de novembro a 02 de dezembro de 1986. (não publicado).

MANDARINO, E. P. 1981. Implantação de cacauais sob mata raleada nas condições da Bahia. **Boletim Técnico** nº 85. CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia. 19 p.

MELO, A. A. O. 1973. Solos do Núcleo Colonial de Una. **Boletim Técnico** nº 26. CEPEC/CEPLAC. Ilhéus, Bahia.

- MENEZES, N. A. 1993. **Relatório Grupo Temático Biota Aquática**. In: Workshop Prioridades Para a Conservação da Biodiversidade do Nordeste do Brasil, Recife, 1993, s. 1., s. e., 9 p.
- MESQUITA, C. A. B. **Serrarias na Região Cacaueira são Insustentáveis Econômica e Ambientalmente**. Resumos de Pesquisas 1994-1995. 2ª Edição. 1996. IESB - Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia. 6-10 p.
- MAYO, S. J. 1984. **Aspectos da fitogeografia das aráceas baianas**. In: Anais do XXXIV Congresso Nacional de Botânica. Vol. II. Porto Alegre - RS. p 215-227.
- MITTERMEIER, R. A.; COIMBRA-FILHO, A. F.; CONSTABLE, I. D. RYLANDS, A. B. & VALLE, C. 1982. **International Zoo Yearbook**, 22:2-17.
- MORI, S. A.; BOOM, B. M. & PRANCE, G. T. 1981. Distribution patterns and conservation of eastern Brazilian coastal forest tree species. **Brittonia**, 33(2): 233-45.
- MORI, S. A.; BOOM, B. M.; CARVALHO, A. M. & SANTOS, T. S. 1983. Southern Bahia moist forest. **The Botanical Review** 49(2): 155-232.
- MORI, S. A. & SILVA, L. A. M. 1979. The Herbarium of the "Centro de Pesquisas do Cacau" at Itabuna, Brazil. **Brittonia**, 31(2): 177-96.
- NIMER, E. 1966. Circulação atmosférica do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 28(3):232-250.
- OLIVER, W. L. R. & SANTOS, I. B. 1991. Threatened endemic mammals of the atlantic forest region of South-east Brazil. Wildlife Preservation Trust. **Special Scientific Report** nº 4. 126 p.
- ORLANDO, H. **Desmatamento em Una**. Jornal A Tarde. 05/06/96.
- PINTO, G. C. P. 1956. Notas preliminares do cacau na Bahia. **Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Leste**, Cruz das Almas, 3(3): 1-57,
- PINTO, L. P. 1993. **Inventário Faunístico e Conservação da Mata Atlântica do Sul da Bahia, Brasil**. Relatório Técnico. Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte, 75 p.
- POLVORA, H. & PADILHA, T. 1978. Notícias sobre a civilização do cacau. Edições Antares Ltda. 24 p.
- PRODACAU. **Programa de Diversificação Agroeconômica das Regiões Produtivas de Cacau**. Versão preliminar, janeiro de 1991. CEPLAC. 147 p.
- PROJETO RADAM-BRASIL. 1981. **Levantamento de Recursos Naturais**. Volume 24 Salvador. Rio de Janeiro. 620 p.
- RIZZINI, C. T. 1967. **Delimitação, caracterização e relações da flora silvestre hileiana**. In: Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. Vol. 4 (Botânica): 13-36.
- ROCHA Fº, C. A. 1976. **Recursos Hídricos**. In: Diagnóstico Sócio-econômico da região cacaueira. Vol. 5. Rio de Janeiro IICA/CEPLAC. 133 p.

RODRIGUES, M. T. 1993. **Relatório do Grupo Temático Répteis e anfíbios**. In: Workshop Prioridades Para a Conservação da Biodiversidade do Nordeste do Brasil, Recife, 1993, s. 1., s. e., 19 p.

RYLANDS, A. B. 1993. **Final report of the mammal working group**. In: Workshop Conservation Priorities for the Atlantic Forest of North-East Brazil, Recife, 1993 s.1, s.e. 60 p.

SANTOS, I. B. & LERNOULD, J. M. 1993. A conservation program for the yellow-breasted capuchin, *Cebus apella xanthosternos*. **Neotropical Primates** 1(1):4-5.

SCOTT, D. A. & BROOKE, M. L. 1985. The endangered avifauna of southeastern Brazil: a report on the BOU/WWF expeditions of 1980/81 and 1981/82. A. W. Diamond & T. E. Lovejoy (eds.). Proceedings of a Workshop and Symposium at the XVIII World Conference of the International Council for Bird Preservation, Cambridge. ICBP (**Technical Publication**, nº 4), p. 115-39.

SILVA, L. F. *et al.* 1975. **Solos da Região Cacaueira e Aptidão Agrícola dos Solos da Região Cacaueira**. In: Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira. Vol. 2. CEPLAC/IICA. Rio de Janeiro. 179 p.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste. 1963. Normas Climatológicas da área da SUDENE. Recife. p. 55-75.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste. 1979. Inventário florestal no estado da Bahia - I. Série Brasil. Recursos Vegetais nº 9. Recife. 231 p.

TREVIZAN, S. D. P. 1993. Mão-de-obra na produção de cacau. Ilhéus, BA. Seção de sócio-economia/Centro de Pesquisa do Cacau/CEPLAC. 3 p. (datilografado).

VINHA, S. G.; RAMOS, T de J. S. & HORI, M. 1976. **Inventário Florestal**. In: Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira pp 11-212. Vol. 7. CEPLAC/IICA. Rio de Janeiro.

VINHA, S. G.; SILVA, L. A. M.; CARVALHO, A. M.; PEREIRA, R. C. & REYES-ZUMETA, H. 1983. Plantas herbáceas, epífitas, arbustivas e trepadeiras associadas à cultura do cacaueiro. Boletim Técnico nº 22. CEPEC/CEPLAC.

ZEVEN, A. C. 1965. The origin of the oil palm (*Elaeis guinnensis*): a summary. **Journal of Nigerian Institute for Oil Palm Research**, 4(15): 216-50.

AVALIAÇÃO e MONITORIA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I				ANO	ANO	RESULTADOS FINANCEIROS		RESULTADOS FÍSICOS		EXEC	DU/SV	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV			PREV.	UTILI	INDI	QUAN					
* resgatar informações científicas já existentes sobre a Unidade e de ecossistemas semelhantes;	REBIO/ DEUC/ NUC/O NCT's Inst. Científ. as			X	X					informações resgatadas	diversas					
* divulgar as necessidades de pesquisa da UC e facilidades para receber pesquisadores (1) ²	(REBIO/ NUC)		X	X	X	X	6.000			prioridades divulgadas	diversos					
* divulgar as pesquisas através do almanaque a ser produzido pelo Jupará	(Jupará) REBIO/ WWF		X	X	X	X				almanaque produzido	1					
* fornecer subsídios à cartilha da Educação Ambiental de Una.	REBIO Prof. de Una/IES II		X	X	X	X				cartilhas produzidas	diversos					
* criar um boletim informativo sobre as pesquisas na UC;	(UESC) REBIO/ CEPLAC		X	X	X	X				boletim produzido	1					
* estabelecer um termo de cooperação técnica com a UESC para inserir as atividades científicas nas diversas áreas do conhecimento;	SUPER-BA NUCRE BHO Inst. Científicas		X	X	X	X				termo estabelecido	1					
* buscar o desenvolvimento das pesquisas que subsidiarão o Plano de Manejo fase 2;	REBIO UESCC EPLAC/ CNGT's			X	X	X				pesquisas em desenv.	diversas					
* priorizar estudos específicos para determinar espécies a serem utilizadas nos trabalhos de recuperação das áreas degradadas;	REBIO DEUC/ Universidades			X	X	X				estudos prioritizados	diversos					
* priorizar estudos de caracterização de fauna e flora;	REBIO DEUC/ Universidades			X	X	X				estudos prioritizados	diversos					
* estabelecer espécies indicadoras que possam auxiliar na avaliação da qualidade ambiental;	REBIO DEUC/ Universidades			X	X	X				espécies estabelecidas	diversos					

1. o responsível pela ação aparece em primeiro lugar na coluna e entre parênteses.
 2. os números que aparecem entre parênteses correspondem ao item discriminado na memória de cálculo.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I					ANO II	ANO III	ANO FINANCEIROS PREV.	RESULTADOS FINANCEIROS UTILIZ.	RESULTADOS FÍSICOS		EXEC.	DESV.	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV	INDIQUIS					QUANT						
* priorizar estudos de caracterização da paisagem (2);	REBIO DEUC/Universidade						X	X	3.000		pesquisas caracterizadas	diversos					
* priorizar o levantamento dos recursos hídricos do interior e entorno da UC;	REBIO DEUC/Universidade						X	X			recursos conhecidos	diversos					
* priorizar estudos específicos para determinar espécies e técnicas a serem utilizadas na recuperação das áreas degradadas;	REBIO DEUC/Universidade						X	X			indicações técnicas	varias					
* priorizar estudos de inter-relação de fauna e flora que terão subsídios para o manejo das áreas degradadas;	REBIO DEUC/Universidade						X	X			subsídios obtidos	idem					
* priorizar estudos das espécies vegetais endêmicas como <i>Inga senecioides</i> , <i>Peltogyne chrysopsis</i> e <i>Parinari leontopetaloides</i> ;	REBIO DEUC/Universidade						X	X			idem	diversos					
* priorizar recursos financeiros e logísticos para a pesquisa;	REBIO DEUC/NUC					X	X	X			idem	diversos					
* priorizar o desenvolvimento de pesquisas sobre o meio físico;	REBIO DEUC/Universidade						X	X			meio físico caracterizado	1					
* organizar e melhorar o acervo bibliográfico existente na REBIO;	REBIO					X	X				acervo organizado e melhorado	1					
* empreender estudos de uso e ocupação do solo no entorno;	(Parceiro) REBIO/NUC						X	X			estudo concluído	1					
* buscar parcerias para desenvolver conjuntamente com outras instituições este estudo;	REBIO	X	X	X	X						parcerias obtidas	diversos					
* estabelecer um sistema de monitoramento;	REBIO						X	X			anúncios de datas	1					

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA					ANO III	ANO II	ANO I	RESULTADOS FINANCEIROS		RESULTADOS FÍSICOS	EXEC. DESV.	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV	PREV.				UTILIZ.	QUAN					
• levantar e avaliar os remanescentes de mata da REBIO através de mapas de satélite e constatação in loco;	(SUPES/DEUC) CEPLA C/IESB-CJ			X	X	X	X	X				avaliação concluída				
• monitorar as áreas alteradas que estão em fase de recuperação (3);	REBIO UESC/C EPLAC/ONG'S			X	X	X	X	X	456		diversos	áreas monitorada				
• monitorar o uso da terra nas propriedades e posses;	(CRAT NCR/A) REBIO			X	X	X	X	X			diversos	uso da terra monitorado				
• monitorar a exploração das espécies da flora que ocorre dentro da UC;	REBIO UESC/C EPLAC			X	X	X	X	X			diversos	exploração da flora monitorada				
• implementar ficha de controle de monitoramento da fauna caçada, atropelada, comercializada no entorno e dentro da Unidade;	REBIO UESC/C EPLAC IESBE COTUB A			X	X	X	X	X			diversos	controle implementada				
• coletar dados sobre a fauna;	REBIO Univeri dades			X	X	X	X	X			diversos	dados coletados				
• coletar dados sobre armadilhas apreendidas (tipo, local, arcestrado, época, etc);	REBIO UESB/Un iversidad es			X	X	X	X	X			diversos	dados coletados				
• promover a avaliação das fichas de controle da fauna (4)	(DEUC) Univeri dades			X	X	X	X	X	3.150		diversos	avaliação concluída				
• inserir a REBIO no Programa de Manejo de Recursos Hídricos do CEPLAC;	(CEPLAC/EBIO) GRAMA/UESC			X	X	X	X	X			1	REBIO inserida no programa				
• divulgar as recomendações deste Plano de Manejo;	REBIO part. da oficina			X	X	X	X	X			diversos	Plano divulgado				
• elaborar um resumo executivo do Plano com boa programação visual para atender o público leigo (5);	(DEUC) REBIO/ SUPES			X	X	X	X	X	3.000		1	res executivo elaborado				

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I				ANO II	ANO III	ANO FINANCEIROS PREV.	UTILIZ.	RESULTADOS FÍSICOS		EXEC.	DESV.	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/COMB. CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV					INDI	QUAN					
• elaborar material de divulgação do REBIO (6);	(DEUC) REBIO'S U.P.E.S.		X	X	X		13.500			mat. veicular do	diversos					
• elaborar folders e cartazes;	(DEUC) REBIO'S U.P.E.S.		X	X	X					mat. distrib.	diversos					
• editar um vídeo documental sobre a UC;	(DEUC) REBIO'S U.P.E.S.		X							vídeo editado	1					
• contatar emissoras de televisão para produzirem um programa sobre o REBIO de Una;	REBIO ONG's e outras	X	X							emissor as contatadas	diversas					
• contatar com produtoras internacionais sobre vídeos de natureza com o intuito de obter apoio;	REBIO		X	X	X					produtor as contatadas	diversas					
• utilizar mais a rádio como divulgador dos valores do REBIO;	REBIO rádios/ONG's	X	X	X	X					programa sobre a UC	1					
• disponibilizar o material de divulgação;	REBIO Prof. parceiros	X	X	X	X					material disponibilizado	diversos					
• realizar eventos para divulgar a Reserva (7);	REBIO parceiros	X	X	X	X		9.780			eventos realizados	diversos					
• promover palestras sobre as atividades da UC;	REBIO	X	X	X	X					palestras promovidas	diversas					
• promover eventos comemorativos;	REBIO pref., ONG's	X	X	X	X					eventos promovidos	diversos					
• intensificar o relacionamento informal do dia-a-dia com o entorno;	REBIO	X	X	X	X					relacionamto intensificado	diversos					
• intensificar o relacionamento predial-REBIO-Universidade-CEPLAC-ONG's;	REBIO prof. Univ. CEPLAC	X	X	X	X					idem	diversos					
• participar dos eventos que aprimoram a imagem do IBAMA;	REBIO parceiros	X	X	X	X					participação efetiva	diversos					

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I				ANO II	ANO III	RESULTADOS FINANCEIROS		RESULTADOS FÍSICOS		EXEC.	DESV.	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV			PREV.	UTILIZ.	INDI.	QUAN.					
• criar um conselho consultivo de representantes de ONG's e OMF's diretamente envolvidos na Unidade;	REBHO/NUC		X	X	X					1 conselho consult. efetivo						
• promover reuniões periódicas a cada três meses, com os órgãos envolvidos no processo;	REBHO conselho		X	X	X					4 por ano reuniões promovidas						
• motivar o legislativo municipal de Una a evidenciar a REBHO na Lei Orgânica do Município;	REBHO DEUC/ Câmara Mun.	X	X	X	X					1 legislativo o motivad						
• montar um acervo de fotografias da área da Reserva e entorno;	REBHO WWFO NG's/Un		X	X	X					1 acervo disponível						
- solicitar ao WWF o envio de cópias das fotografias da área;	REBHO DEUC	X	X	X	X					diversas cópias obtidas						
• apoiar ações para a criação do ICMS ecológico para o município de Una;	REBHO NUC/IE SBC/ON G's	X	X	X	X		X			1 ICMS implantado						
• identificar local na sede do município de Una para reuniões com as lideranças e parceiros;	REBHO CEPLA C/Ped/J upará	X	X	X	X					1 local disponível						
• buscar a criação de um Centro de Vivência;	REBHO Pref. Una/CE PLAC		X	X	X					1 Centro de Vivência						
- identificar locais possíveis para criação do Centro de Vivência e parceiros para apoiar o trabalho;	REBHO ONG's/ comun. ant.		X	X	X		X			1 locais identificados						
- identificar possíveis parceiros para auxiliar na implementação do Centro de Vivência;	REBHO ONG's/ comun. ant.		X	X	X					1 projeto desenvol						
• desenvolver um projeto de Educação Ambiental para a Reserva Biológica de Una;	REBHO NEAD/DIR EC/WWF		X	X	X					diversos estratégias estabelecidas						

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I				ANO II	ANO III	ANO IV	RESULTADOS FINANCEIROS			RESULTADOS FÍSICOS		RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV				PREV.	UTILIZ.	INDI	QUAN	EXEC.			
- buscar parceiros que possam fornecer apoio para a Educação Ambiental;	REBIO IESB/Pref. Japoba/JuparACE/PLAC etc	X	X	X	X							parceiros envolvidos	diversos			
- elaborar uma agenda de atividades de Educação Ambiental;	REBIO parceiros do progr.				X							agenda cumprida	1			
• contactar a prefeitura de Una ou a CEPLAC com o intuito de obter um espaço para a implantação do CV provisório;	REBIO Prof. CEPLAC	X	X									centro implementado	1			
- utilizar período de encontro como Centro de Vivência provisório;	REBIO parceiros			X	X	X	X					idem	1			
- envolver associações e comunidades em programa de Educação Ambiental;	REBIO parceiros	X	X	X	X	X	X					associações e comunidades envolvidas	diversos			
* produzir material educativo (8);	REBIO/parceiros					X	X				31.500	mat. disponível	idem			
* buscar e consolidar parceiros para a contratação de um técnico de nível superior, se possível;	REBIO WWF/D EUC/IN G's	X	X	X								técnico contratado	1			
- integrar a Reserva nas ações de EA desenvolvidas por ONG's e ONG's;	REBIO Envolvidos	X	X	X	X	X	X					REBIO integrada	diversos			
- envolver associações e comunidades no programa de EA;	REBIO Envolvidos	X	X	X	X	X	X					idem	idem			
- apresentar palestras e distribuir material educativo;	REBIO					X	X					EA conduzida	1			
* avaliar anualmente a efetividade do programa;	DEUC/REBIO/NLIC					X	X					projeto avaliado	1 por ano			
* fazer gestão junto ao Japoba, IESB, GRAMA, Ecotuba e WWF para orientação do uso da terra no entorno da UC (2);	REBIO todos parceiros	X	X								3.780	gestão concluída	diversos			

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I				ANO II	ANO III	ANO IV	RESULTADOS FINANCEIROS		EXEC.	DESV.	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV				PREV.	UTILI.					
• orientar sobre as restrições à assentamentos;	(Apurá) REBHO/ INCRA	X	X	X	X	X	X	X	orientar do obtido	idem					
• orientar sobre as restrições relativas ao uso do solo no entorno;	(Apurá) REBHO/ INCRA	X	X	X	X	X	X	X	idem	idem					
• coletar informações sobre ocupações monitoradas que subsidiarão um novo modelo de uso do solo na região;	REBHO	X	X	X	X	X	X	X	diagnóstico das ações	1					
• envolver todas as entidades e instituições no papel fiscalizador;	REBHO/ INCRAC/ RA/ CIBLAC/ Esar, Reg.	X	X	X	X	X	X	X	fiscaliza	idem					
• proceder o monitoramento através de informações obtidas de imagens de satélite;	(ESB) REBHO/ DEUC/ CSR		X	X	X	X	X	X	situação esclarecida						
• articular com o Escritório de Regional do IBAMA em Ilheus para um programa de fiscalização do entorno em conjunto;	REBHO Esar. Region.	X	X	X	X	X	X	X	articular do conseguiu da	diversos					
• avaliar o projeto de ecoturismo que está sendo implantado pelo ESB;	REBHO DEUC/ NUC	X	X						projeto avaliado	1					
• estabelecer trabalhos de parceria junto ao INCRA, identificar áreas apropriadas para assentamentos agrícolas no entorno;	SUPES/ INCRA/ REBHO	X	X	X	X				parceria estabelecida	1					
• levantar a realidade do uso de agrovisões pelas propriedades no interior da UC e entorno;	(CRA) REBHO/ ONG's		X	X	X	X	X	X	uso de agrovisões	diversos					
• monitorar o uso de agrovisões;	REBHO CRAC/ EPLAC	X	X	X	X	X	X	X	uso monitorado	diversos					
• estabelecer um acordo de cooperação técnica com CEPLAC, UESC, etc.;	REBHO DIREC/ parceria	X	X	X	X				acordo estabelecido	1					
• desenvolver uma ficha padrão para entrevista com os proprietários e posseiros;	REBHO ONG's	X	X						ficha desenvolvida	1					

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

AÇÕES/ATIVIDADES	RESP.	CRONOGRAMA ANO I					ANO II	ANO III	RESULTADOS FINANCEIROS PREV.	UTILIZ.	RESULTADOS FÍSICOS INDI	QUAN	EXEC.	DESV.	RAZÃO DO DESVIO	AJUSTE/AÇÕES CORRETIVAS	OBSERVAÇÕES
		I	II	III	IV												
- coletar água para avaliação do teor de defensivos agrícolas existentes.	CEPLAC UESCR EBIOAGR A						X	X			água avaliada						
* buscar parceria com o IESB, Jupará, Ecotuba, WWF e Gramma para o incentivo no desenvolvimento de atividades que visam a sustentabilidade dos recursos naturais da região.	REBIO Jupará/ WWF ONG's	X	X	X	X	X	X			parceria estabelecida	diversos						
- acompanhar os modelos que estão sendo feitos pelos parceiros;	REBIO Jupará/ WWF	X	X	X	X	X	X			modelos acompanhados	diversos						
- participar ativamente destas atividades;	REBIO Jupará/ WWF	X	X	X	X	X	X			REBIO presente							
- divulgar e aplicar a legislação ambiental.	REBIO Jupará/ WWF	X	X	X	X	X	X			legislação divulgada	diversas						

ANEXOS

ANEXO I

DECRETO N. 85.463 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980.

Cria no Estado da Bahia, no Município de Una, a Reserva Biológica de Una, com os limites que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do artigo 5º, letra "a", da Lei n.º 4.771 de 15 de setembro de 1965, e artigo 5º, letra "a", da Lei n.º 5.197 (2), de 3 de janeiro de 1967, decreta:

Art. 1º Fica criado, no Estado da Bahia, Município de Una, a Reserva Biológica de Una, com área estimada em 11.400 ha (onze mil e quatrocentos hectares), subordinada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A Reserva de que trata este artigo está compreendida dentro do seguinte perímetro: Iniciando num ponto da margem direita do rio Maruim com coordenadas geográficas: 15º 10' 53" S de latitude e 30º 02' 51" W de longitude (ponto 1); deste ponto, segue por uma linha seca, com 226º 30' de azimute verdadeiro e com uma extensão de 6,6 Km aproximadamente, linha limítrofe com a Fazenda Serra do Cacau, até um ponto na margem direita do rio da Serra com coordenadas geográficas: 15º 13' 22" S de latitude e 30º 05' 30" W de longitude (ponto 2); desce pela margem direita do rio da Serra até a ponte da estrada que liga, atualmente, Ilhéus a Una (ponto 3); daí, segue por esta estrada, no sentido de Una, até o ponto de coordenadas geográficas: 15º 14' 30" S de latitude e 30º 06' 18" W de longitude (ponto 4); deste ponto, segue por uma linha seca, com 328º de azimute verdadeiro e com uma extensão de 4,4 Km aproximadamente, até encontrar a margem esquerda de um afluente do ribeirão Bandeira no ponto de coordenadas geográficas: 15º 12' 29" S de latitude e 37º 07' 35" W de longitude (ponto 5); daí, sobe pela margem esquerda deste afluente até sua cabeceira no ponto de coordenadas geográficas: 15º 12' 24" S de latitude e 39º 09' 37" W de longitude (ponto 6); deste ponto, segue por uma linha seca, com 331º 30' de azimute verdadeiro e com uma extensão de 9,3 Km aproximadamente, até encontrar a cabeceira da nascente principal do rio da Serra no ponto de coordenadas geográficas: 15º 07' 55" S de latitude e 39º 12' 06" W de longitude (ponto 7); daí, por uma linha seca, com 72º de azimute verdadeiro e com uma distância de 6,3 Km aproximadamente, até encontrar a margem direita do ribeirão Toninho no ponto de coordenadas geográficas: 15º 06' 53" S de latitude e 39º 08' 45" W de longitude (ponto 8); segue por uma linha seca, com 150º de azimute verdadeiro e com uma extensão de 6,2 Km aproximadamente, até o ponto de coordenadas geográficas: 15º 09' 48" S de latitude e 39º 06' 58" W de longitude (ponto 9); daí segue por outra linha seca, com 58º de azimute verdadeiro e com uma extensão de 3,8 Km aproximadamente, até encontrar a margem direita do rio Maruim (ponto 10); desce o rio Maruim, pela sua margem direita, até o ponto 1, fechando perímetro.

Art. 2º A Reserva Biológica de Una tem por finalidade precípua a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais ali existentes, sendo vedadas as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécies de flora e fauna silvestres e domésticas ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente.

Art. 3º A Reserva Biológica de Una ficará sujeita ao regime especial do Código Florestal, instituído pelas Leis ns. 4.771, de 15 de setembro de 1969 e 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Figueiredo - Presidente da República.

Angelo Amaury Stábile.

ANEXO II

Checklist da Flora da REBIO de Una, atualizada em 27 de novembro de 1996, por André de Carvalho, pesquisador do Centro de Pesquisa do Cacau - CEPLAC

FAMÍLIA	ESPÉCIES
Acanthaceae	<i>Aphelandra blanchetiana/ Geisomeria nitida/ Justicia sp 1/ Justicia sp 2/ Justicia cydoniaefolia/ J. symphyantha/ J. symphyantha obtusifolia/ Ruellia sp 1/ Ruellia affinis</i>
Amaryllidaceae	<i>Griffinia sp 1/ Tapirira guianensis/ Thyrsodium spruceanum</i>
Apocynaceae	<i>Aspidosperma oblongum/ Forsteronia sp 1/ Himatanthus phagedaenicus/ Lacmellea aculeata/ Macoubea guianensis/ M. cestroides/ Mandevilla funiformis/ Mesechites sp 1/ Raulvolfia bahiensis/ Tabernaemontana</i>
Annonaceae	<i>Anaxagorea dolichocarpa/ Guatteria sp 1/ Guatteria sp 2/ Guatteria oligocarpa/ Hornschuquia cf. cauliflora/ Pseudoxandra bahiensis/ Rollinia bahiensis/ Xylopia sp 1/ Xylopia involucrata/</i>
Aquifoliaceae	<i>Ilex theezans</i>
Araceae	<i>Anthurium bellum/ A. gladiifolium/ A. jilekii/ A. pentaphyllum/ A. scandens/ Heteropsis cf. jenmanii/ Monstera adansonii/ Phillodendron sp 1/ Philodendron fragrantissimum/ P. insigne/ P. longilaminatum/ P. ornatum/ P. pedatum/ P. recurvifolium/ P. rudgeanum/ P. scandens/ P. surinamense/ P. williamsii/ Rhodospatha oblongata/ Zomicarpa ? riedeliana</i>
Araliaceae	<i>Didymopanax morototoni</i>
Arecaceae (=Palmae)	<i>Atallea funifera/ Bactris bahiensis/ B. hirta/ B. horridispatha/ Desmoncus orthacanthus/ Euterpe edulis/ Geoma pauciflora/ G. rubescens/ Syagrus botryphora</i>
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia brasiliensis</i>
Asclepiadaceae	<i>Ditassa arianeae</i>
Bignoniaceae	<i>Adenocalymma sp 1/ A. cymbalum/ Arrabidea conjugata/ A. rego/ Tabebuia serratifolia/ T. stenocalyx/</i>
Bombacaceae	<i>Eritheca globosa</i>
Boraginaceae	<i>Cordia sp 1/ Cordia sp 2/ Cordia sp 3/ Cordia sp 4/ Cordia cf. magnoliaefolia/ Cordia cf. nodosa/ Cordia sagotii/ Tournefortia sp 1/ Tournefortia sp 2</i>
Bromeliaceae	<i>Aechmea sp 1/ A. lamarckei/ A. lingulata/ A. mollis/ Billbergia chlorosticta/ B. morilii/ Cryptanthus sp 1/ C. beuckeri/ Guzmania lingulata/ Hohenbergia ramageana/ Lymania alvimii/ L. azurea/ L. smithii/ Nidularium sp 1/ N. weberii/ Rombergia brasiliensis/ Streptocalyx currani/ Tillandsia bulbosa/ Vriesea sp 1/ V. duvaliana/ V. drepanocarpa/ V. platynema/ V. psittacina</i>
Burmaniaceae	<i>Gymnosiphon divaricatus</i>
Burseraceae	<i>Protium sp 1/ P. aracouchini</i>

Caricaceae	<i>Jacaratia heptaphylla</i>
Caryocaraceae	<i>Anthodiscus amazonicus</i>
Chrysobalanaceae	<i>Chrysobalanus icaco/ Hirtella angustifolia/ H. bicornis/ Licania cf. discolor/ L. hoehnei/ L. lamentanda/ L. littoralis/ Parinari leontopithecii/ P. littoralis</i>
Clusiaceae	<i>Kielmeyera neglecta/ Tovomita sp 1/ T. brasiliensis/ T. choisyana/ T. mangle/ Vismia ferruginea/ Vismia latifolia</i>
Commelinaceae	<i>Dichorisandra sp 1/ Dichorisandra hexandra</i>
Compositae	<i>Acanthospermum australe/ Mikania sp 1/ M. mattos-silvae/ M. nigricans/ M. nodulosa/ M. salzmännifolia/ Piptocarpha gustavo-valerioana/ P. lundiana/ P. pyriformis/ P. venula/ Rolandra fruticosa/ Vernonia diffusa</i>
Connaraceae	<i>Connarus cf. cuneifolius</i>
Convolvulaceae	<i>Ipomoea sp 1/ Jacquemontia sp 1</i>
Curcubitaceae	<i>Cayaponia trifoliolata/ Gurania acuminata/ Psiguria sp 1</i>
Cyclanthaceae	<i>Evodianthus funifer</i>
Cyperaceae	<i>Becquerelia clarkei/ B. cymosa/ Calyptrocarya fragifera/ Cyperus sp 1/ C. haspan/ C. adoratus/ Diplacrum capitatum/ Eleocharis interstincta/ Hypolytrum bullatum/ Rhynchosphora cephalotes/ R. conata/ R. exaltata/ R. marisculus/ R. pubera/ R. rugosa/ R. tenuis/ Scleria sp 1/ Scleria sp 2/ Scleria sp 3/ Scleria sp 4/ Scleria secans</i>
Dilleniaceae	<i>Davilla aff. grandifolia/ D. kinthii/ D. macrocarpa/ Doliocarpus dentatus</i>
Dioscoriaceae	<i>Dioscorea sp 1</i>
Ebenaceae	<i>Diospyrus sp 1/ Diospyrus cf. miltonii</i>
Elaeocarpaceae	<i>Sloanea alnifolia</i>
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum sp 1/ Erythroxylum sp 2/ Erythroxylum sp 3/ Erythroxylum martii/ Erythroxylum mattos-silvae</i>
Euphorbiaceae	<i>Actinostemon sp1/ Actinostemon sp2/ Actinostemon klotzschii/ Adenophaedra megalophylla/ Aparistimum cordatum/ Bernardia scabra/ Mabea brasiliensis/ M. occidentalis/ Ophthalmoblaston penduculare/ Pausandra morisiana/ Pera sp1/ P. glabrata/ P. heteranthera/ Sebastiana hispida</i>
Flacourtiaceae	<i>Carpotroche brasiliensis/ Casearia sp1/ C. commersoniana/ C. javitensis</i>
Gentianaceae	<i>Voyria flavescens/V. obconica</i>
Gesneriaceae	<i>Codonanthe uleana/ Nematanthus corticola</i>

FAMÍLIA	ESPÉCIES
Gramineae	<i>Andropogon bicornis/ Criciuma assymetrica/Ichnanthus bambusiflorus/I. drepanophyllus/ I. memoralis/ I. tenuis/ Merostachys sp1/ Merostachys sp2/ Merostachys sp3/ Olyra latifolia/ O. micrantha/ Panicum pilosum/ Parodiolyra ramosissima/ Pharus lappulaceus</i>
Heliconiaceae	<i>Heliconia richardiana</i>
Hippocrateaceae	<i>Cheilochinium sp1/ Tontelea sp1/ T. attenuata</i>
Humiriaceae	<i>Humiria balsamifera/ Humiriastrum spiritu-sancti/ Sacoglottis sp1/ Schistostemon retusum</i>
Icacinaceae	<i>Discophora guianensis/ Emmotum nitens/ Leretia cordata</i>
Labiatae	<i>Hyptis atrorubens</i>
Lauraceae	<i>Aniba intermedia/ Licaria sp1/ L. bahiana / L. chrysophylla/ Nectandra sp1/ Ocotea nitida/ Rhodostemonodaphne (sp. nova)</i>
Lacistemataceae	<i>Lacistema pubescens/ L. robustum</i>
Lecythidaceae	<i>Eschweilera alvimii/ E. ovata/ E. complanata</i>
Leguminosae (Caes)	<i>Apuleia leiocarpa/ Arapatiella emarginata/ A. psillophylla/ Bocoa aff. limae/ Chamaecrista sp1/ C. duartei/ C. ensiformes/ Dialium guianensis/ Harleyodendron unifoliolatum/ Macrolobium rigidum/ Melanoxylon brauna/ Moldenhawera sp1/ M. cuprea/ Myrocarpus frondosus/Peltogyne chrysopis/ Sclerolobium densiflorum/ Senna sp1/ S. affinis/ S. multijuga/ Swartzia macrostachya/S. peremarginata/S. simplex/ Zollernia modesta</i>
Leguminosae (Mim.)	<i>Abarema filamentosa/ Affonsea sp1/ Balizia pedicellaris/ Calliandra bella/ Inga sp1/Inga sp2/ Inga sp3/ I. capitata/ I. marginata/ I. subnuda/ I. thibaudiana/ I. unica/ Mimosa sp1/ Mimosa sp2/Pseudopiptadenia contorta</i>
Leguminosae (Pap.)	<i>Andira marauensis/ Bowdichia virgilioides/ Dalbergia frutescens/ Desmodium axillare/ Diplotropis purpurea/ Vatarelopsis araroba/ Zornia gemella</i>
Liliaceae	<i>Herreria salsaparrilha</i>
Loganiaceae	<i>Spigelia laurina/ Strychnos bahiensis</i>
Loranthaceae	<i>Ixocactus clandestinus/ Phoradendron acinacifolium/ P. crassifolium/ Phthirusa sp1/ Psittacanthus dichrous/ Struthanthus sp1</i>
Lythraceae	<i>Cuphea sp1/ C. antisiphilica/ C. sessilifolia</i>
Malpighiaceae	<i>Byrsonima alvimii/ B. sericea/ B. stipulaceae/ Heteropteris anomala/ H. coleoptera/ H. rubiginosa/ Hiraea bullata/ Stigmaphyllon sp1/ S. blanchetii/ S. macropodum/ Tetrapteryx acutifolia/ T. anisoptera/ T. mucronata/ T. phlomoides</i>

FAMÍLIA	ESPÉCIES
Malvaceae	<i>Pavonia sp1/ P. canellata/ Sida linifolia</i>
Marantaceae	<i>Calathea sp1/ Calathea sp2/ C. argyrophylla/ C. brasiliensis/ rotundifolia/ Ctenanthe pilosa/ Maranta sp1/ Monotagna grallatum/ Saranthe sp1/ Stromanthe sp1/ S. porteana</i>
Marcgraviaceae	<i>Marcgravia cf. picta</i>
Melastomataceae	<i>Aciotis acutiflora/ A. cf. paludosa/ Bertolonia carmoi/ Clidemia capitellata/ Henriettea succosa/ Leandra cf. lancifolia/ L. rhamnifolia/ L. rufescens/ Miconia chartacea/ M. lurida/ M. minutiflora/ M. nervosa/ M. pileata/ M. prasina/ M. rimalis/ M. ruficalyx/ M. serrulata/ Tibouchina elegans</i>
Meliaceae	<i>Guarea sp1/ Guarea cf. blanchetii/ Trichilia sp1/ T. lepidota</i>
Mendonciaceae	<i>Mendoncia bahiensis (sp. nova inédita)</i>
Menispermaceae	<i>Chondrodendron sp1/ C. microphyllum/ Orthomene schomburgkii</i>
Monimiaceae	<i>Siparuna guianensis</i>
Moraceae	<i>Helicostylis tomentosa/ Pourouma mollis/ P. velutina/ Sorocea sp1/ S. hilarii</i>
Myristicaceae	<i>Virola gardneri/ V. officinalis</i>
Myrtaceae	<i>Calyptranthes sp1/ Eugenia sp1/ Eugenia sp2/ Eugenia sp3/ Eugenia sp4/ Eugenia sp5/ Eugenia sp6/ Eugenia sp7/ Eugenia sp8/ Eugenia itacarensis/ E. flamingensis/ Gomidesia sp1/ G. martiana/ Marlierea sp1/ Marlierea sp2/ Marlierea sp3/ M. obversa/ M. verticillares/ Myrcia sp1/ Myrcia sp2/ Myrcia sp3/ M. alagoensis/ M. fallax/ M. insularis/ M. obtecta/ Neomitranthes sp1/ Neomitranthes sp2/ Neomitranthes sp3/ Plinia sp1/ Plinia sp2/ Plinia sp3</i>
Nyctaginaceae	<i>Guapira sp1/ Guapira sp2/ Guapira sp3/ G. cf. laxiflora/ G. opposita/ Neea sp1/ Neea sp2/ Neea sp3/ N. floribunda/ N. hirsuta/ N. macrophylla/ N. madeirana/ N. verticillata</i>
Ochnaceae	<i>Elvasia tricarpellata/ Ouratea sp1/ O. decipiens/ Sauvagesia erecta</i>
Olacaceae	<i>Aptandra tubicina/ Dulacia papillosa/ Heisteria raddiana</i>
Orchidaceae	<i>Gongora sp1/ Habenaria pratensis/ Koellensteina altissima/ K. graminca/ Pleurothalis sp1/ Polystachya sp1/ Stelis sp1/ Stenorrhynchus sp1/ Stenorrhynchus sp2</i>
Oxalidaceae	<i>Oxalis alvimii</i>
Passifloraceae	<i>Passiflora alata/ Passiflora haematostigma/Tetrastylis sp1/ Tetrastylis ovalis</i>
Piperaceae	<i>Peperomia macrostachya/ P. magnoliaefolia/ Piper sp1/ Piper cladense/ P. ilheusense</i>
Polygalaceae	<i>Bredemeyera kunthiana/ Polygala sp1/ Securidaca cf. leiocarpa</i>
Polygonaceae	<i>Coccoloba sp1/ Coccoloba confusa/ C. parimemsis/ C. ochreolata/ Polygonum hydropiperoides</i>
Proteaceae	<i>Ademostephanus sp1</i>

Ranunculaceae	<i>Clematis dioica</i>
Rapateaceae	<i>Rapatea paludosa</i>
Rubiaceae	<i>Alibertia concolor/ Amaioua intermedia var. brasiliiana/ Borreria sp1/ Borreria cymosa/ Chiococca alba/ Chomelia sp1/ Coccocypselum sp1/ Coccocypselum aureum/ Coussarea sp1/ Coussarea sp2/ Coussarea sp3/ Coussarea bahiensis/ C. cf. racemosa/ Declieuxia tenuiflora/ Emmeorhiza umbellata/ Faramaea cf. martiana/ F. glaziovii/ Hillia parasitica/ Malanea sp1/ Malanea macrophylla/ Palicourea guianensis/ Posoqueria sp1/ Psychotria sp1/ Psychotria sp2/ Psychotria sp3/ Psychotria sp4/ Psychotria sp5/ Psychotria sp6/ Psychotria sp7/ Psychotria astrellantha/ P. erecta/ hancorniiifolia/ P. jambosioides/ P. mapourioides/ P. platypoda/ P. purpurascens/ Randia armata/ Salzmannia nitida/ Schradera polycephala/ Sipanea biflora/ Stachyrrhena harleyii</i>
Rutaceae	<i>Angostura sp1/Angostura pentagyma/ Dictyoloma vandellianum/ Esenbeckia grandiflora/ Hortia arborea/ Pilocarpus sp1/ Pilocarpus pauciflorus/ P. riedelianus/ Rauia sp. nova 1/ Rauia sp. nova 2/ Rauia sp3/ Rauia trifoliata</i>
Sapotaceae	<i>Crysophyllum splendens/ Ecclinusa ramiflora/ Manilkara longifolia/ M. maxima/ Micropholis gardneriana/ M. guianensis/ M. venulosa/ Pouteria sp1/ Pouteria sp2/ Pouteria sp3/ Pouteria bangii/ P. microstrigosa/ P. reticulata/ Pradosia bahiensis/ P. lactescens/ Sprucella aerana/ S. crassipedicellata</i>
Sapindaceae	<i>Cupania bracteosa/ Cupania aff. crassifolia/ Cupania cf. racemosa/ Matayba guianensis/ Paullinia racemosa/ P. weinmanniaefolia/ Serjania scopulifera/ Talisia elephantipes/ Thinouia sp1</i>
Scrophulariaceae	<i>Torenia thouarsii</i>
Simaroubaceae	<i>Picramnia ciliata/ P. gardneri/ Simaba cedron</i>
Smilacaceae	<i>Smilax sp1/ Smilax sp2</i>
Solanaceae	<i>Athenaea lucida/ Solanum polytrichum/ S. rupincola/ S. swartzianum/ S. thomasiaefolium</i>
Styracaceae	<i>Styrax glabratus</i>
Thymelaeaceae	<i>Daphnopsis sp1/ Daphnopsis sanctae-teresae</i>
Tiliaceae	<i>Apeiba albiflora</i>
Trigoniaceae	<i>Trigonia nivia/ T. rytidocarpa</i>
Verbenaceae	<i>Stachytarpheta cayennensis</i>
Violaceae	<i>Paypayrola blanchetiana/ Rinorea bahiensis</i>
Vitaceae	<i>Cissus trigona</i>

FAMÍLIA	ESPÉCIES
Zingiberaceae	<i>Costus scaber</i>
PTERIDÓFITAS	
Aspleniaceae	<i>Asplenium serratum/ Cyclodium meniscioides</i>
Cyatheaceae	<i>Trichopteris corcovadensis/ T. praecinta</i>
Davalliaceae	<i>Nephrolepis rivularis</i>
Dennstaedtiaceae	<i>Lindsaea lancea/ L. stricta</i>
Dryopteridaceae	<i>Stigmatopteris guianensis</i>
Gleicheniaceae	<i>Dicranopteris sp1</i>
Hymenophyllaceae	<i>Hymenophyllum sp1/ Trichomanes elegans/ T. pinnatum</i>
Lomariospsidaceae	<i>Lomagrama guianensis</i>
Lycopodiaceae	<i>Lycopodium cernuum</i>
Polypodiaceae	<i>Dicranoglossum furcatum</i>
Schizaeaceae	<i>Anemia phyllitides/ Lygodium volubile/ Schizaea elegans/ S. fluminensis</i>
Thelypteridaceae	<i>Thelypteris longifolia</i>
Vittariaceae	<i>Vittaria lineata</i>

Fonte: CARVALHO (não publicado)

ANEXO III

Lista de répteis obtidos na localidade de Una.

SUBORDEM	LACERTILIA
Família	Espécie
Iguanidae	<i>Anolis</i> sp.
	<i>Tropidurus torquatus</i>
Teiidae	<i>Ameiva ameiva</i>
	<i>Kentropyx calcarata</i>
SUBORDEM	OPHIDAE
Família	Espécie
Boidae	<i>Boa constrictor</i>
	<i>Epicrates cenchria</i>
	<i>Eunectes murinus</i>
Colubridae	<i>Dipsas neivai</i>
	<i>Drymoluber dichrous</i>
	<i>Elapomorphus wuchereri</i>
	<i>Erytrolamprys aesculapii</i>
	<i>Liophis cobellus</i>
	<i>Mastigodryas bifossatus</i>
	<i>Oxybelis aneneus</i>
	<i>Oxyrhopus guibei</i>
	<i>Oxyrhopus petola</i>
	<i>Philodryas olfersii</i>

	<i>Philodryas patagoniensis</i>
	<i>Pseudoboa nigra</i>
	<i>Pseustes sulphureus</i>
	<i>Sibynomorphus neuwiedii</i>
	<i>Spilotes pullatus</i>
	<i>Xenodon rabdocephalus</i>
	<i>Xenopholis scalaris</i>
Elapidae	<i>Micrurus corallinus</i>
Viperidae	<i>Bothriopsis bilineata</i>
	<i>Bothrops leucurus</i>
	<i>Bothrops jararaca</i>
	<i>Lachesis muta rhombeata*</i>

* incluída na lista oficial dos animais brasileiros ameaçados de extinção.

Fonte: ARGOLO (não publicado).

ANEXO IV

ORDEM	FAMÍLIA	ESPÉCIES
Tinamidae	Tinamidae	<i>Tinamus solitarius/ T. soui/ Crypturellus variegatus/ C. parvirostris/ Rhynchotus rufescens</i>
	Nothurinae	<i>Nothura maculosa</i>
Ciconiiformes	Ardeidae	<i>Egretta thula/ Butorides striatus</i>
Falconiformes	Cathartidae	<i>Sarcoramphus papa/ Coragyps atratus/ Cathartes aura</i>
	Accipitridae	<i>Buteo albonatua/ B. magnirostris/ Gampsonyx swainsoni/ Elanoides forficatus/ Chondrohierax uncinatus/ Harpanus bidentatus/ Parabuteo unicinctus</i>
	Falconidae	<i>Herpotheres cachinnans/ Polyborus plancus/ Micrastus ruficollis/ Milvafo chimachima</i>
Galliformes	Cracidae	<i>Ortalis araucuan/ Pipile jacutinga/ Penelope superciliares</i>
	Phasianidae	<i>Odontophorus capueira</i>
Gruiformes	Rallidae	<i>Porzana albicollis/ Rallus nigricans/ Aramides cajanea</i>
Charadriiformes	Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>
Columbiformes	Columbidae	<i>Columba speciosa/ C. plumbea/ Columbina minuta/ C. talpacoti/ Claravis pretiosa/ Leptotila verreauxi/ Scardafella squatomata</i>
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Ara sp./ Aratinga leucopthalmus/ Aratinga aurea/ Forpus xanthopterygius/ Brotogeris tirica/ Pinus maximiliani/ Amazona aestiva/ A. rodhocoryta</i>
Cuculiformes	Cuculidae	<i>Piaya cayana/ Crotophaga ani/ Guira guira/ Tapera naevia/ Coccyzus melacoryphus/ Crotophaga major</i>
Strigiformes	Strigidae	<i>Otus choliba/ Glaucidium brasilianum/ Ciccaba virgata/ Pulsatrix perspicillata/ Speotyto cunicularia</i>
Caprimulgiformes	Nyctibiidae	<i>Nyctibeus griseus</i>
	Caprimulgidae	<i>Lurocalis semitorquatus/ Chordeiles sp./ Nyctidromus albicollis/ N. ocellatus/ Caprimulgus rufus</i>
Apodiformes	Apodidae	<i>Chaetura cinereiventris</i>

	Trochilidae	<i>Phaethornis petrei/ P. ruber/ Eupetomena macroura/ Thalurania glaucopsis/ Hyloclaris sp./ Colibri serrirostris/ Aphantochroa cirrhochloris</i>
Trogoniformes	Trogonidae	<i>Trogon viridis</i>
Craciiformes	Alcedinidae	<i>Ceryle torquata/ Chloroceryle amazona</i>
	Momotidae	<i>Baryphthengus ruficapillus</i>

Relação das espécies de aves observadas no município de Una entre novembro de 1992 e fevereiro de 1993.

ORDEM	FAMÍLIA	ESPÉCIES
Piciformes	Galbulidae	<i>Galbula ruficauda</i>
	Bucconidae	<i>Malacoptila striata/ Chelidoptera tenebrosa/ Nystalus charuru</i>
	Ramphastidae	<i>Pteroglossus aracari/ Ramphastos vitellinus/ Selenidera maculirostris</i>
	Picidae	<i>Picumnus exilis/ P. flavigula/Celeus sp/ Dryocopus lineatus/ Melanerpes flavifrons/ Campephilus robustus</i>
	Phalacrocoraciidae	<i>Phalacrocorax olivaceus</i>
Passeriformes	Dendrocolaptidae	<i>Sittasomus griseicapillus/ Glyphorhynchus spirurus/ Xiphorhynchus guttatus/ Campylohamphus falcularius/ Dendrocincla turdina/ Dendrocolaptes platyrostris/ Capiloramphus falcularis</i>
	Furnariidae	<i>Furnarius rufus/ Synallaxis ruficapilla/ Certhiaxis cinnamomea/ Phacellodomus rufifrons/ Xenops rutilans</i>
	Formicariidae	<i>Thamnophilus palliatus/ T. punctatus/ Myrmotherula sp/ Herpsilochmus pileatus/ Formicivora grisea/ Drymophila ferruginea/ D. squamata/ Pyriglena leucoptera/ Formicarius colma/ Conopophaga melanops</i>
	Cotingidae	<i>Xipholena atropurpurea/ Lipaugus vociferans/ Pachyramphus castaneus/ P. polychopterus/ Tityra sp/ Procnias nudicollis</i>
	Pipridae	<i>Pipra rubrocapilla/ P. pipra/ Chiroxiphia pareola/ Manacus manacus/ Machaeropterus regulus</i>
	Tyranidae	<i>Fluvicola nengeta/ Machetornis rixosus/ Tyrannus melancholicus/ Empidonomus varius/ Legatus leucophatus/ Megarhynchus pitangua/ Myiodynastes</i>

		<i>maculatus/ Myiozetetes similis/ Pitangus sulphuratus/ Atilla rufus/ Myiarchus ferox/ M. fasciatus/ Tolmomyias sp./ Todiropus cinereum/ Phylloscartes flaveola/ Elaenia flavogaster/ Camptostoma obsoletum/ Leptopogon amaurocephalus/ Mionectes oleagineus/ Corythopsis delalandi</i>
	Hirundinidae	<i>Phaeoprogne tapera/ Progne chalybea/ Notiochelidon cyanoleuca/ Stelgidopteryx ruficollis</i>
	Troglodytidae	<i>Campylorhynchus turdinus/ Thryothorus genibarbis/ Troglodytes aedon</i>
	Mimidae	<i>Mimus saturninus/ Donacobius atricapillus</i>
	Turdidae	<i>Turdus rufiventris/ Turdus leucomelas/ Turdus albicollis/ T. fumigatus</i>
ORDEM	FAMÍLIA	ESPÉCIES
	Sylviidae	<i>Ramphocaenus melanurus</i>
	Vireonidae	<i>Cychlarhis gujanensis/ Vireo chivi</i>
	Icteridae	<i>Cacicus cela/ Cacicus haemorrhous/ Gnorimopsar chopi/ Psarocolius decumans</i>
	Parulidae	<i>Basileuterus rivularis</i>
	Coerebidae	<i>Coereba flaveola/ Cyanerpes cyaneus/ Chlorophanes spiza/ Dacnis cayana</i>
	Thraupidae	<i>Euphonia chlorotica/ E. violacea/ Tangara velia/ T. seledon/ T. mexicana/ T. cyanoptera/ T. cayana/ T. sayaca/ Thraupis palmarum/ Ramphocelus bresilius/ Tachyphonus cristatus/ Nemosia pileata/ Hemithraupis flavicollis</i>
	Frigillidae	<i>Saltator maximus/ Caryothraustes canadensis/ Volatinia jacarina/ Tiaris fuliginosa/ Sporophila lineola/ S. nigricollis/ S. caerulescens/ S. leucoptera/ S. bouvreuil/ Arremon taciturnus/ Ammodramus humeralis/ Emberizoides herbicola/ Paroaria dominiana/ Oryzoborus angolensis/ Sicalis flaveola</i>
	Ploceidae	<i>Passer domesticus</i>

Fonte: PINTO (1993) & ALVES (1990).

ANEXO V

Relação das espécies de mamíferos que ocorrem na Mata Atlântica e possivelmente também ocorram na área da Reserva.

FAMÍLIA	ESPÉCIE
Didelphidae	<i>Caluromys lanatus</i> / <i>C. philander</i> / <i>Chironectes minimus</i> / <i>Didelphis aurita</i> / <i>Gracilinanus microtarsus</i> / <i>Lutreolina crassicaudata</i> / <i>Marmosa murina</i> / <i>Marmosops incanus</i> / <i>M. paulensis</i> / <i>Micoureus demerarae</i> / <i>Monodelphis americana</i> / <i>M. dimidiata</i> / <i>M. iheringi</i> / <i>M. rubida</i> / <i>M. scalops</i> / <i>M. sorex</i> / <i>M. theresa</i> / <i>M. unistriata</i> / <i>Philander frenata</i> / <i>Thylamys macrura</i>
Myrmecophagidae	<i>Ciclopes didactylus</i> / <i>Mimercophaga tridactyla</i> / <i>Tamandua tetradactyla</i>
Bradypodidae	<i>Bradipus torquatus</i> / <i>B. variegatus</i>
Dasypodidae	<i>Cabassous unicinctus</i> / <i>Dasybus hybridus</i> / <i>D. novemcinctus</i> / <i>D. septemcinctus</i> / <i>Euphractus sexcinctus</i> / <i>Priodontes maximus</i>
Emballonuridae	<i>Centronycteris maximiliani</i> / <i>Diclidurus albus</i> / <i>Peropteryx kappleri</i> / <i>P. leucoptera</i> / <i>P. macrotis</i> / <i>Rhynchonycteris naso</i> / <i>Saccopteryx bilineata</i> / <i>S. leptura</i> / <i>Noctilio albiventris</i> / <i>N. leporinus</i>
Phyllostomidae	<i>Anoura caudifer</i> / <i>A. geoffroyi</i> / <i>Artibeus concolor</i> / <i>A. cinereus</i> / <i>A. fimbriatus</i> / <i>A. jamaicensis</i> / <i>A. lituratus</i> / <i>A. obscurus</i> / <i>A. planirostris</i> / <i>Carollia brevicauda</i> / <i>C. perspicillata</i> / <i>Criroderma doriae</i> / <i>C. villosum</i> / <i>Choeroniscus minor</i> / <i>Chrotopterus auritus</i> / <i>Desmodus rotundus</i> / <i>Diaemus youngi</i> / <i>Diphylla ecaudata</i> / <i>Glossophaga soricina</i> / <i>Lichonycteris obscura</i> / <i>Lonchophylla bokermanni</i> / <i>L. mordax</i> / <i>Lonchorhina aurita</i> / <i>Macrophyllum macrophyllum</i> / <i>Micronycteris brachyotis</i> / <i>M. hirsuta</i> / <i>M. megalotis</i> / <i>M. minuta</i> / <i>M. pusilla</i> / <i>M. sylvestris</i> / <i>Mimon bennetti</i> / <i>M. crenulatum</i> / <i>Phylloderma stenops</i> / <i>Phyllostomus discolor</i> . <i>P. elongatus</i> / <i>P. hastatus</i> / <i>Platyrrhinus brachycephalus</i> / <i>P. lineatus</i> / <i>P. recifinus</i> / <i>Pygoderma bilabiatum</i> / <i>Phinophylla pumilio</i> / <i>Sturnira lilium</i> / <i>S. tildae</i> / <i>Tonatia bidens</i> / <i>T. brasiliense</i> / <i>T. silvicola</i> / <i>Trachops cirrhosus</i> / <i>Uroderma bilobatum</i> / <i>Vampyressa pusilla</i>
Natalidae	<i>Natalus stramineus</i>
Furipteridae	<i>Furipterus horrens</i>
Thyropteridae	<i>Thyroptera tricolor</i>
Vespertilionidae	<i>Eptesicus brasiliensis</i> / <i>E. diminutus</i> / <i>E. furinalis</i> / <i>Histiotus alienus</i> / <i>H. montanus</i> / <i>H. velatus</i> / <i>Lasiurus borealis</i> / <i>L. cinereus</i> / <i>L. ebenus</i> / <i>L. ega</i> / <i>L. egregius</i> / <i>Myotis albescens</i> / <i>M. levis</i> / <i>m. nigricans</i> / <i>M. riparius</i> / <i>M. ruber</i> / <i>M. simus</i> / <i>Rhogeessa tumida</i>
Molossidae	<i>Eumops auripendulus</i> / <i>E. bonariensis</i> / <i>E. glaucinus</i> / <i>E. hansae</i> / <i>E. perotis</i> / <i>Molossops greenhalli</i> / <i>Molossus ater</i> / <i>M. molossus</i> / <i>Nyctinomops aurispinosus</i> / <i>N. laticaudatus</i> / <i>N. macrotis</i> / <i>Tadarida brasiliensis</i>

FAMÍLIA	ESPÉCIE
Callitrichidae	<i>Callithrix kuhli/ Leontopithecus chrysomelas/ Callicebus personatus/ Cebus a. xanthosternos</i>
Canidae	<i>Cerdocyon thous/ Speothos venaticus/ Nasua nasua/ Potos flavus/ Procyon cancrivorus</i>
Mustelidae	<i>Conepatus chinga/ Eira barbara/ Galictis cuja/ G. vittata/ Lutra longicaudis/ Pteronura brasiliensis</i>
Felidae	<i>Herpailurus yaguaroundi/ Leopardus pardalis/ L. tigrinus/ L. wiedii/ Oncifelis geoffroyi/ Panthera onca/ P. concolor</i>
Tapiridae	<i>Tapirus terrestris</i>
Tayassuidae	<i>Tayassu tajacu/ Tayassu pecari</i>
Cervidae	<i>Mazama americana/ M. gouazoubira</i>
Sciuridae	<i>Sciurus aestuans</i>
Muridae	<i>Abrawayaomys ruschii/ Akodon azarae/ A. cursor/ A. leucogula/ A. sanctipaulensis/ A. serrensis/ Blarinomys breviceps/ Bolomys lasiurus/ Calomys callosus/ C. laucha/ Delomys dorsalis/ D. sublineatus/ Holochilus brasiliensis/ Lundomys molitor/ Nectomys squamipes/ Oecomys trinitatis/ Oligoryzomys delticola/ O. eliurus/ Oryzomys capito/ O. intermedius/ O. kelloggi/ O. nitidus/ O. oniscus/ O. ratticeps/ O. subflavus/ Oxymyxherus angularis/ O. dasytrichus/ O. hispidus/ O. iheringi/ O. judex/ O. nasutus/ O. quaestor/ O. rostellatus/ O. rufus/ Phaenomys ferrugineus/ Rhagomys rufescens/R. mastacalis/ Scapteromys tumidus/ Thaptomys nigrita/ Wiedomys pyrrhorhinos/ Wilfredomys oenax/ W. pictipes</i>
Erethizontidae	<i>Coendou prehensilis/ Sphiggurus insidiosus/ S. villosus</i>
Caviidae	<i>Cavia aperea/ C. fulgida/ C. magna/ Galea flavidens/ G. spixii</i>
Hydrochaeridae	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Agoutidae	<i>Agouti paca</i>
Dasyproctidae	<i>Dasyprocta azarae/ D. leporina/ D. prymnolopha</i>
Myocastoridae	<i>Myocastor coypus</i>
Ctenomyidae	<i>Ctenomys torquatus/ C. minutus</i>
Echimyidae	<i>Chaetomys subspinosus/ Clyomys bishopi/ C. laticeps/Echimys brasiliensis/ E. dasythrix/ E. lamarum/ E. nigrispinus/ E. pictus/ E. thomasi/ Euryzygomatomys spinosus/ Kannabateomys amblyonyx/ Trinomys albispinus/ T. dimidiatus/ T. iheringi/ T. myosurus/ T. setosus</i>
Leporidae	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>

Fonte: FONSECA *et al.* (1996)

ANEXO VI

Relação de espécies de formigas coletadas na Reserva Biológica de Una - BA

Espécies	Autor	Tribo	Ref. na Coleção
Dolichoderinae:			
<i>Azteca paraensis bondari</i>	Borgmeier, 1937	Dolichoderini	11
<i>Azteca muelleri</i>	Emery, 1894	Dolichoderini	219
<i>Azteca alfari</i>	Emery, 1894	Dolichoderini	157
<i>Azteca chartifex spiriti</i>	Forel, 1912	Dolichoderini	95
<i>Azteca sp</i>		Dolichoderini	823
<i>Azteca sp</i>		Dolichoderini	155
<i>Dolichoderus lutosus</i>	(Fr. Smith, 1858)	Dolichoderini	261
<i>Dolichoderus diversus</i>	Emery, 1894	Dolichoderini	638
<i>Dolichoderus imitator</i>	Emery, 1894	Dolichoderini	93
<i>Dolichoderus decollatus</i>	Fr. Smith, 1858	Dolichoderini	15
<i>Dolichoderus bidens</i>	(Linnaeus, 1758)	Dolichoderini	83
<i>Dolichoderus setemspinus</i>	Emery, 1894	Dolichoderini	202
<i>Dorymyrmex sp</i>	(Santschi, 1912)	Dolichoderini	204
<i>Linepithema humile</i>	(Mayr, 1866)	Dolichoderini	40
<i>Tapinoma melanocephalum</i>	(Fabricius, 1793)	Dolichoderini	132
Pseudomyrmecinae:			
<i>Pseudomyrmex simplex</i>	(Fr. Smith, 1877)	Pseudomyrmecini	125
<i>Pseudomyrmex tenuis</i>	(Fabricius, 1804)	Pseudomyrmecini	214
<i>Pseudomyrmex termitarius</i>	(Fr. Smith, 1855)	Pseudomyrmecini	129
<i>Pseudomyrmex flavidulus</i>	(Fr. Smith, 1858)	Pseudomyrmecini	5
<i>Pseudomyrmex rochai</i>	(Forel, 1912)	Pseudomyrmecini	115
<i>Pseudomyrmex sp gp pallidus</i>	(Fr. Smith, 1855)	Pseudomyrmecini	727
<i>Pseudomyrmex sp gp pallidus</i>	(Fr. Smith, 1855)	Pseudomyrmecini	726
<i>Pseudomyrmex oculatus</i>	(Fr. Smith, 1855)	Pseudomyrmecini	158
<i>Pseudomyrmex elongatus</i>	(Mayr, 1870)	Pseudomyrmecini	268
<i>Pseudomyrmex sp gr pallens</i>	(Mayr, 1870)	Pseudomyrmecini	177
Cerapachyinae:			
<i>Acanthostichus fuscipennis</i>	Emery, 1895	Acanthostichini	818
<i>Acanthostichus sp</i>		Acanthostichini	906

<i>Cerapachys splendens</i>	Borgmeier, 1957	Cerapachyini	56
<i>Cylindromyrmex brasiliensis</i>	Emery, 1901	Cylindromyrmecini	394
Ecitoninae:			
<i>Eciton burchelli</i>	(Westwood, 1842)	Ecitonini	168
<i>Eciton mexicanum</i>	Roger, 1863	Ecitonini	273
<i>Labidus praedator</i>	(Fr. Smith, 1858)	Ecitonini	128
<i>Nomamyrmex esenbecki</i>	(Westwood, 1842)	Ecitonini	139
<i>Nomamyrmex hartigi</i>	(Westwood, 1842)	Ecitonini	267
Myrmicinae:			
<i>Acromyrmex balzani</i>	(Emery, 1890)	Attini	165
<i>Acromyrmex coronatus</i>	(Fabricius, 1804)	Attini	173
<i>Acromyrmex hystrix</i>	(Latreille, 1802)	Attini	209
<i>Acromyrmex subterraneus brunneus</i>	Forel, 1911	Attini	148
<i>Atta cephalotes</i>	(Linnaeus, 1758)	Attini	137
<i>Atta sexdens rubropilosa</i>	(Forel, 1908)	Attini	314
<i>Blepharidatta sp</i>		Blepharidattini	206
<i>Cardiocondyla wroughtonii</i>	(Forel, 1890)	Formicoxenini	803
<i>Cephalotes atratus</i>	(Linnaeus, 1758)	Cephalotini	36
<i>Crematogaster acuta</i>	(Fabricius, 1804)	Crematogastrini	87
<i>Crematogaster curvispinosa</i>	Mayr, 1862	Crematogastrini	175
<i>Crematogaster limata</i>	Fr. Smith, 1858	Crematogastrini	65
<i>Crematogaster quadriformis</i>	Roger, 1863	Crematogastrini	242
<i>Crematogaster sp</i>		Crematogastrini	284
<i>Crematogaster sp prox. nigropilosa</i>	Mayr, 1870	Crematogastrini	80
<i>Crematogaster sp prox. quadriformis</i>		Crematogastrini	20
Myrmicinae:			
<i>Cyphomyrmex peltatus</i>	Kempf, 1965	Attini	100
<i>Cyphomyrmex rimosus</i>	(Spinola, 1853)	Attini	71
<i>Cyphomyrmex sp prox. bigibbosus</i>		Attini	1213

Espécies	Autor	Tribo	Ref. na Coleção
<i>Cyphomyrmex sp prox. transversus</i>		Attini	211
<i>Cyphomyrmex transversus</i>	Emery, 1894	Attini	359
<i>Cyphomyrmex vorticis</i>	Weber, 1940	Attini	376
<i>Eucryptocerus opacus</i>	(Santschi, 1920)	Cephalotini	839
<i>Eurhopalothrix clypeata</i>	Brown & Kempf, 1960	Basicerotini	195
<i>Gymnomyrmex rugithorax</i>	Kempf, 1959	Dacetonini	72
<i>Hylomyrma balzani</i>	(Emery, 1894)	Myrmicini	637
<i>Hylomyrma immanis</i>	Kempf, 1973	Myrmicini	477
<i>Leptothorax asper</i>	Mayr, 1887	Formicoxenini	334
<i>Leptothorax spininodis</i>	Mayr, 1887	Formicoxenini	335
<i>Leptothorax tristani</i>	(Emery, 1896)	Formicoxenini	233
<i>Megalomyrmex goeldii</i>	Forel, 1912	Solenopsidini	67
<i>Monomorium floricola</i>	(Jerdon, 1852)	Solenopsidini	52
<i>Mycocepurus smithi</i>	Forel, 1893	Attini	64
<i>Myrmicocrypta buenzlii</i>	Borgmeier, 1934	Attini	63
<i>Neostruma sp</i>		Dacetonini	645
<i>Ochetomyrmex subpolitus</i>	(Wheeler, 1916)	Ochetomyrmecini	476
<i>Octostruma jheringhi</i>	(Emery, 1887)	Basicerotini	54
<i>Octostruma petiolata</i>	(Mayr, 1887)	Basicerotini	356
<i>Octostruma stenognatha</i>	Brown & Kempf, 1960	Basicerotini	293
<i>Oligomyrmex panamensis</i>	Wheeler, 1925	Pheidologetonini	285
<i>Pheidole fallax</i>	Mayr, 1870	Pheidolini	327
<i>Pheidole megacephala</i>	(Fabricius, 1793)	Pheidolini	77
<i>Pheidole radoszkowskii</i>	Mayr, 1883	Pheidolini	792
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	90
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	236
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	846
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	7

Espécies	Autor	Tribo	Ref. na Coleção
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	852
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	75
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	13
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	859
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	368
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	279
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	330
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	898
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	900
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	892
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	188
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	114
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	136
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	400
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	29
<i>Pheidole sp</i>		Pheidolini	864
<i>Procryptocerus hylaeus</i>	Kempf, 1851	Cephalotini	146
<i>Procryptocerus marginatus</i>	Borgmeier, 1948	Cephalotini	200
<i>Procryptocerus pictipes</i>	Emery, 1896	Cephalotini	403
<i>Procryptocerus sp prox. goeldii</i>	Forel, 1899	Cephalotini	380
<i>Rhopalothrix sp</i>		Basicerotini	944
<i>Rogeria alzatei</i>	Kugler, 1994	Stenammini	381
<i>Rogeria scobinata</i>	Kugler, 1994	Stenammini	295
<i>Rogeria subarmata</i>	(Kempf, 1961)	Stenammini	51
<i>Sericomyrmex bondari</i>	Borgmeier, 1937	Attini	149
<i>Solenopsis globularia</i>	(Fr. Smith, 1858)	Solenopsidini	251
<i>Solenopsis pollux</i>	Forel, 1893	Solenopsidini	25
<i>Solenopsis sp</i>		Solenopsidini	145
<i>Solenopsis sp</i>		Solenopsidini	47
<i>Solenopsis sp</i>		Solenopsidini	21
<i>Solenopsis sp</i>		Solenopsidini	19
Myrmicinae:			
<i>Strumigenys carinithorax</i>	Borgmeier, 1934	Dacetonini	985
<i>Strumigenys denticulata</i>	Mayr, 1887	Dacetonini	286

Espécies	Autor	Tribo	Ref. na Coleção
<i>Strumigenys elongata</i>	Roger, 1863	Dacetonini	239
<i>Strumigenys sp</i>		Dacetonini	988
<i>Strumigenys subedentata</i>	Mayr, 1887	Dacetonini	133
<i>Wasmannia auropunctata</i>	(Roger, 1863)	Blepharidattini	35
<i>Wasmannia sp</i>		Blepharidattini	270
<i>Zacryptocerus goeldii</i>	(Forel, 1912)	Cephalotini	618
<i>Zacryptocerus maculatus</i>	(Fr. Smith, 1876)	Cephalotini	238
<i>Zacryptocerus minutus</i>	(Fabricius, 1804)	Cephalotini	69
<i>Zacryptocerus pavonii</i>	(Latreille, 1809)	Cephalotini	94
<i>Zacryptocerus pusillus</i>	(Klug, 1824)	Cephalotini	164
<i>Zacryptocerus simillimus</i>	(Kempf, 1951)	Cephalotini	163
<i>Zacryptocerus umbraculatus</i>	(Fabricius, 1804)	Cephalotini	248
Formicinae:			
<i>Acropyga sp prox. fuhrmanni</i>	Forel, 1914	Plagiolepidini	224
<i>Brachymyrmex heeri</i>	Forel, 1874	Brachymyrmecini	252
<i>Brachymyrmex sp</i>		Brachymyrmecini	34
<i>Brachymyrmex sp</i>		Brachymyrmecini	320
<i>Camponotus blandus</i>	(Fr. Smith, 1858)	Camponotini	55
<i>Camponotus cingulatus</i>	(Mayr, 1862)	Camponotini	41
<i>Camponotus crassus</i>	Mayr, 1862	Camponotini	38
<i>Camponotus jheringhi</i>	Forel, 1908	Camponotini	652
<i>Camponotus latangulus</i>	Roger, 1863	Camponotini	231
<i>Camponotus leydigi</i>	Forel, 1886	Camponotini	243
<i>Camponotus novogranadensis</i>	Mayr, 1870	Camponotini	589
<i>Camponotus sericeiventris</i>	(Guerin, 1838)	Camponotini	208
<i>Camponotus sp</i>		Camponotini	171
<i>Camponotus sp</i>		Camponotini	659
<i>Camponotus sp</i>		Camponotini	739
<i>Camponotus sp</i>		Camponotini	650
<i>Camponotus sp</i>		Camponotini	665
<i>Camponotus trapezoideus</i>	Mayr, 1870	Camponotini	264
<i>Dendromyrmex chartifex</i>	(Fr. Smith, 1860)	Camponotini	212
<i>Dendromyrmex nidulans</i>	(Fr. Smith, 1860)	Camponotini	397

<i>Paratrechina fulva</i>	(Mayr, 1862)	Lasiini	68
<i>Paratrechina sp</i>		Lasiini	154
<i>Paratrechina sp</i>		Lasiini	79
Ponerinae:			
<i>Discothyrea sexarticulata</i>	Borgmeier, 1954	Proceratiini	731
<i>Ectatomma permagnum</i>	Forel, 1908	Ectatommini	98
<i>Ectatomma brunneum</i>	Fr. Smith, 1858	Ectatommini	113
<i>Ectatomma tuberculatum</i>	(Olivier, 1791)	Ectatommini	85
<i>Gnamptogenys annulata</i>	Mayr, 1887	Ectatommini	23
<i>Gnamptogenys horni</i>	Santschi, 1929	Ectatommini	117
<i>Gnamptogenys moelleri</i>	(Forel, 1912)	Ectatommini	432
<i>Hypoponera sp</i>		Ponerini	28
<i>Hypoponera sp</i>		Ponerini	371
<i>Hypoponera sp</i>		Ponerini	366
<i>Hypoponera sp</i>		Ponerini	365
<i>Hypoponera sp gp. foreli</i>	Mayr, 1887	Ponerini	282
<i>Leptogenys arcuata</i>	Roger, 1861	Ponerini	109
<i>Leptogenys crudelis</i>	(Fr. Smith, 1858)	Ponerini	96
<i>Odontomachus chelifer</i>	(Latreille, 1802)	Ponerini	190
<i>Odontomachus haematodus</i>	(Linnaeus, 1758)	Ponerini	22
<i>Odontomachus hastatus</i>	(Fabricius, 1804)	Ponerini	216
<i>Odontomachus minutus</i>	Emery, 1894	Ponerini	59
<i>Pachycondyla apicalis</i>	(Latreille, 1802)	Ponerini	27
<i>Pachycondyla carinulata</i>	(Roger, 1861)	Ponerini	213
<i>Pachycondyla crassinoda</i>	(Latreille, 1802)	Ponerini	245
<i>Pachycondyla harpax</i>	(Fabricius, 1804)	Ponerini	1
<i>Pachycondyla metanotalis</i>	Luederwaldt, 1918	Ponerini	92
<i>Pachycondyla obscuricornis</i>	(Emery, 1890)	Ponerini	134
<i>Pachycondyla stigma</i>	(Fabricius, 1804)	Ponerini	743
<i>Pachycondyla striatinodis</i>	(Emery, 1890)	Ponerini	210

Espécies	Autor	Tribo	Ref. na Coleção
<i>Pachycondyla unidentata</i>	(Mayr, 1862)	Ponerini	82
<i>Pachycondyla venusta</i>	Forel, 1912	Ponerini	16
<i>Pachycondyla villosa</i>	(Fabricius, 1804)	Ponerini	88
<i>Pachycondyla cavinodis</i>	(Mann, 1916)	Ponerini	958
<i>Prionopelta</i> sp		Amblyoponini	66
<i>Thaumatomyrmex atrox</i>	Weber, 1939	Thaumatomyrmecini	49
<i>Thaumatomyrmex mutilatus</i>	Mayr, 1887	Thaumatomyrmecini	185
<i>Typhlomyrmex major</i>	Santschi, 1923	Typhlomyrmecini	404

Fonte: DELABIE *et al.* (não publicado).

ANEXO VII

DECRETO N° 750, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 225, § 4º, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 14, alíneas *a* e *b*, da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, no Decreto-Lei n° 289, de 28 de fevereiro de 1967, e na Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981,

DECRETA:

Art. 1º Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), informando-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental.

Art. 2º A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser efetuada desde que observados os seguintes requisitos:

I - não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas, bosqueamento e similares;

II - elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e de garantia de capacidade de manutenção da espécie;

III - estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais;

IV - prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos.

Parágrafo único. Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora, utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, mas ficará sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

Art. 3º Para os efeitos deste decreto, considera-se Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais restingas campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

Art. 4º A supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, serão regulamentadas por ato do Ibama, ouvidos o órgão estadual competente e o Conselho Estadual do Meio Ambiente respectivo, informando-se ao Conama.

Parágrafo único. A supressão ou exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação remanescente da Mata Atlântica seja inferior a cinco por cento da área original, obedecerá ao que estabelece o parágrafo único do art. 1º deste decreto.

Art. 5º Nos casos de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos só serão admitidos quando de conformidade com o plano-diretor do Município e demais legislações de proteção ambiental, mediante prévia autorização dos órgãos estaduais competentes e desde que a vegetação não apresente qualquer das seguintes características:

- I - ser abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;
- II - exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- III - ter excepcional valor paisagístico.

Art. 6º A definição de vegetação primária e secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração da Mata Atlântica será de iniciativa do Ibama, ouvido o órgão competente, aprovado pelo Conama.

Parágrafo único. Qualquer intervenção na Mata Atlântica primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração só poderá ocorrer após o atendimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 7º Fica proibida a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda de proteger o entorno de unidades de conservação, bem como a utilização das áreas de preservação permanente, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 8º A floresta primária ou em estágio avançado e médio de regeneração não perderá esta classificação nos casos de incêndio e/ou desmatamento não licenciados a partir da vigência deste decreto.

Art. 9º O Conama será a instância de recurso administrativo sobre as decisões decorrentes do disposto neste decreto, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 10. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com as disposições do presente decreto.

1º Os empreendimentos ou atividades iniciados ou sendo executados em desconformidade com o disposto neste decreto deverão adaptar-se às suas disposições, no prazo determinado pela autoridade competente.

2º Para os fins previstos no parágrafo anterior, os interessados darão ciência do empreendimento ou da atividade ao órgão de fiscalização local, no prazo de cinco dias, que fará as exigências pertinentes.

Art. 11. O Ibama, em articulação com autoridades estaduais competentes, coordenará rigorosa fiscalização dos projetos existentes em área da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Incumbe aos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), nos casos de infrações às disposições deste decreto:

- a) aplicar as sanções administrativas cabíveis;
- b) informar imediatamente ao Ministério Público, para fins de requisição de inquérito policial, instauração de inquérito civil e propositura de ação penal e civil pública;
- c) representar aos conselhos profissionais competentes em que inscrito o responsável técnico pelo projeto, para apuração de sua responsabilidade, consoante a legislação específica.

Art. 12. O Ministério do Meio Ambiente adotará as providências visando ao rigoroso e fiel cumprimento do presente decreto, e estimulará estudos técnicos e científicos visando à conservação e o manejo racional da Mata Atlântica e sua biodiversidade.

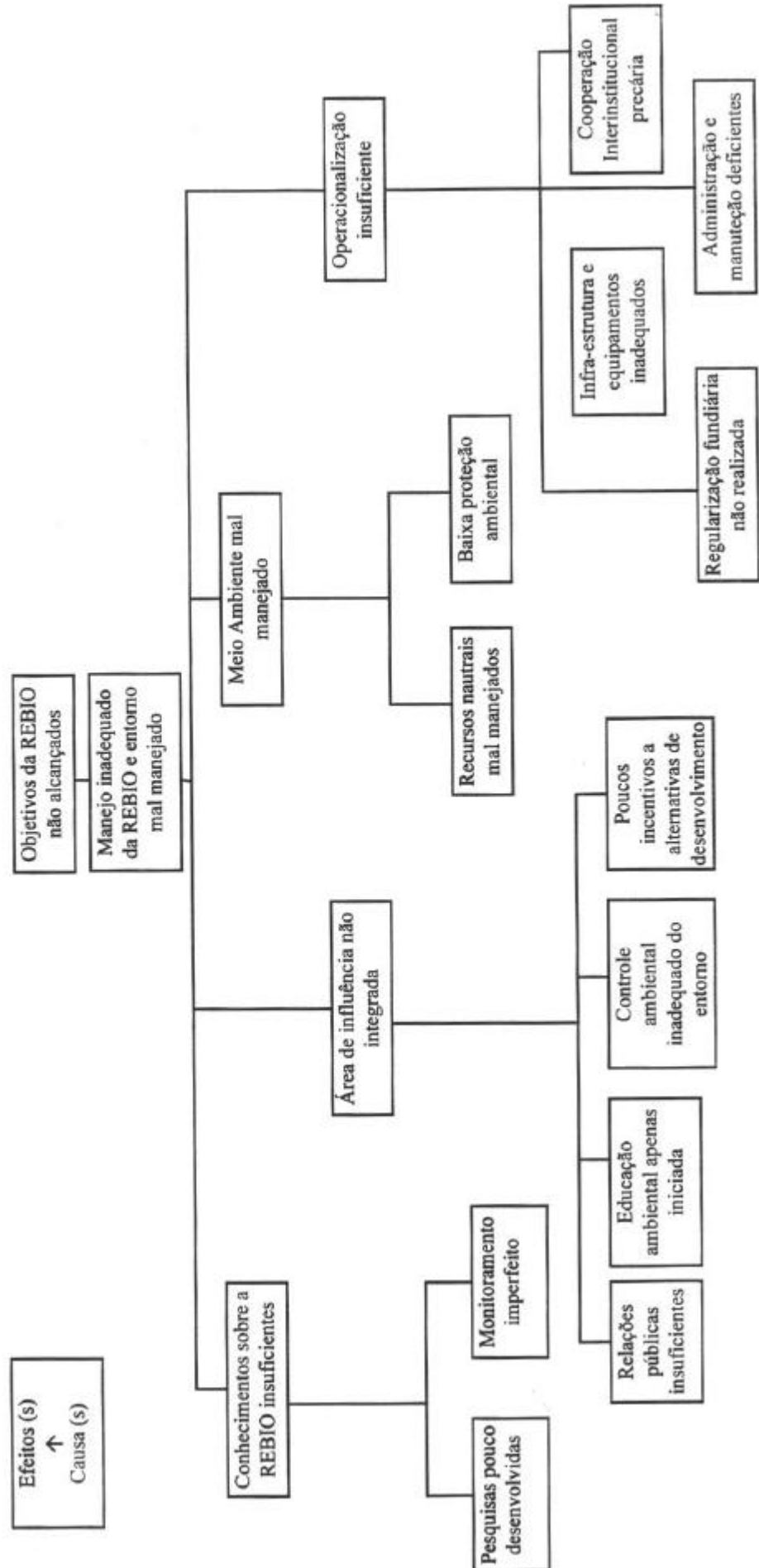
Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se o Decreto nº 99.547, de 25 de setembro de 1990.

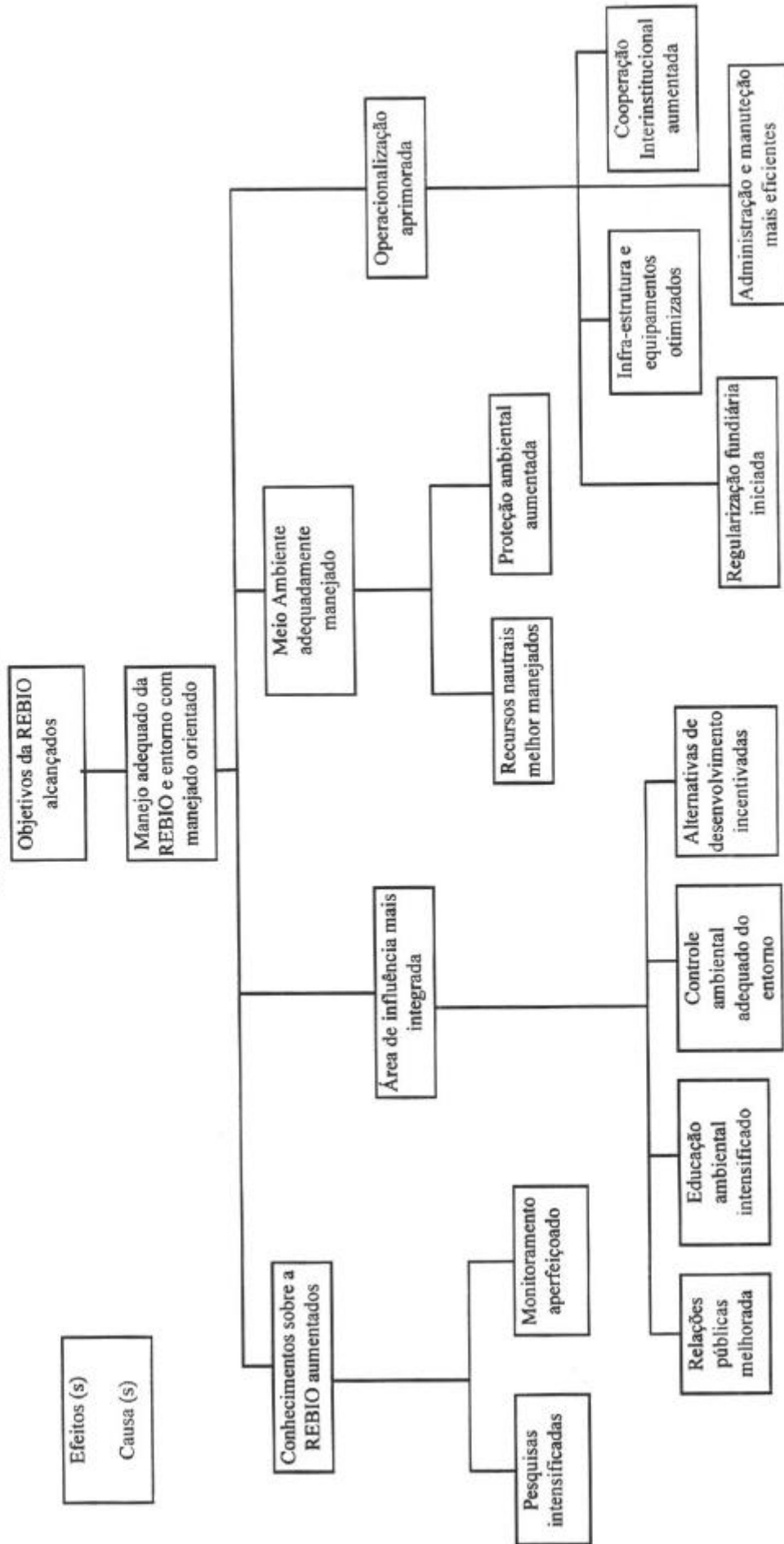
Brasília, 10 de fevereiro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Coutinho Jorge

Anexo VIII
Árvore Básica de Problemas



Árvore Básica de Objetivos



Anexo X

Matriz de Planejamento

Pressupostos: regularização fundiária, área aumentada e entorno controlado.

Pressuposto para Consecução dos Resultados: vontade política para a regularização fundiária, massa crítica para atuar na UC, política agrária e agrícola de acordo com a política ambiental, condições e recursos para demarcação, dados disponibilizados de outras instituições, cronograma liberação de recursos do IBAMA fixado e obedecido.

Objetivo Superior	Objetivos da REBIO alcançados	Indicadores Objetivos	Fontes da Comprovação
Objetivo do Plano	REBIO adequadamente manejada e manejo do entorno alcançado	Percentual melhoria preservação da fauna e flora Os mesmos dos resultados	idem idem
Resultados Desejados	R.1.1. Pesquisas intensificadas	nº de licenças expedidas, nº de relatórios de pesquisas, percentual de pesquisas apresentadas, nº de trabalhos de qualidade publicados, nº de pesquisas relevantes para manejo e conservação, nº de matérias pesquisadas na educação ambiental	relatórios, aerofotos
	R.1.2. Monitoramento ambiental realizado	nº e qualidade dos relatórios, nº de convênios celebrados	atas
	R.3.1. Relações públicas melhoradas	nº de matérias divulgadas, UC incluída na Lei Orgânica de Una, nº de visitantes Centro de Vivência	publicações
	R.3.2. Educação Ambiental intensificada	nº de pessoas conscientizadas, aumento percentual de práticas conservacionistas, percentual redução caçadores, comportamentos mudados, nº de áreas controladas, nº de áreas plantadas com técnicas conservacionistas, redução do fogo	revistas
	R.3.3. Entorno adequadamente controlado	redução percentual de desmatamento, percentual recuperação capociras, percentual regeneração áreas desmatadas, percentual redução projetos em áreas de preservação permanente	autos de infração
	R.3.4. Alternativas de desenvolvimento incentivadas	percentual de exemplos uso sustentável do solo, percentual financiamento desenvolvimento sustentável, nº de empreendimentos ecologicamente sustentados, nº de projetos respeitadores da legislação	escolas
	R.4.1. Manejo de recursos naturais melhorado	percentual de áreas degradadas em processo de recuperação, nº de relatórios, aumento da possibilidade de manutenção da fauna	internet
	R.4.2. Proteção ambiental aumentada	nº de armas apreendidas, nº de autos de infração, exploração madeiras, redução de embargos e desmatamentos, redução incidência do fogo	notas fiscais
	Descrição Sumária	Indicadores Objetivos	Fontes da Comprovação

Anexos

Plano de Manejo - Reserva Biológica de Una - BA (fase I)

	Descrição Sumária	Indicadores Objetivos	Fontes da Comprovação instituições
	R.5.1. Regularização fundiária efetivada	área do decreto demarcada, aumento da área adquirida e desocupada, percentual redução ou retirada dos posseiros	
	R.5.2. Administração e manutenção mais eficientes	regulamento publicado, nº de pessoas atuantes na UC, percentual atividades do Plano realizado	parcerias
	R.5.3. Infra-estrutura e equipamentos otimizados	total de reformas realizadas e equipamentos adquiridos em uso, cronograma financeiros obedecidos	mídia
	R.5.4. Cooperação inter-institucional aumentada	nº de reuniões realizadas, nº de reuniões realizadas, nº de participantes	comitê

Anexo XI

Modelo de Ficha de Monitoramento para controle da fauna caçada.

Data: _____ Horário: _____

Animal encontrado: _____

Local: _____

Estado: () morto

() ferido por bala

() ferido por armadilha

() outros Especificar: _____

Obs.: _____

Armadilha encontrada e/ou apreendida (tipo): _____

Data: _____ Horário: _____

Local: _____

Quantidade: _____



Data: _____ Horário: _____

Animal encontrado: _____

Local: _____

Estado: () morto

() ferido por bala

() ferido por armadilha

() outros Especificar: _____

Obs.: _____

Armadilha encontrada e/ou apreendida (tipo): _____

Data: _____ Horário: _____

Local: _____

Quantidade: _____

ANEXO XII

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002, DE 18 DE ABRIL DE 1996

Determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5 % (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução CONAMA nº 10/87, que exigia como medida compensatória a implantação de estação ecológica

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei no. 6.938, de 31 de agosto de 1981, incisos II e X, do artigo 7º, do Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, resolve:

Art. 1º Para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, o licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento do EIA/RIMA, terá como um dos requisitos a serem atendidos pela entidade licenciada, a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação Ecológica, a critério do órgão licenciador, ouvido o empreendedor.

§ 1º Em função das características da região ou em situações especiais, poderão ser propostos o custeio de atividades ou aquisição de bens para unidades de conservação públicas definidas na legislação, já existentes ou a serem criadas, ou a implantação de uma única unidade para atender a mais de um empreendimento na mesma área de influência.

§ 2º As áreas beneficiadas dever-se-ão se localizar, preferencialmente, na região do empreendimento e visar basicamente a preservação de amostras representativas dos ecossistemas afetados.

Art. 2º O montante dos recursos a serem empregados na área a ser utilizada, bem como o valor dos serviços e das obras de infra-estrutura necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 1º, será proporcional à alteração e ao dano ambiental a ressarcir e não poderá ser inferior a 0,50% (meio por cento) dos custos totais previstos para implantação do empreendimento.

Art. 3º O órgão ambiental competente deverá explicitar todas as condições a serem atendidas pelo empreendedor para o cumprimento do disposto nesta Resolução, durante o processo de licenciamento ambiental.

Parágrafo único. O órgão de licenciamento ambiental competente poderá destinar, mediante convênio com o empreendedor, até 15% (quinze por cento) do total dos recursos previstos no artigo 2º desta Resolução na implantação de sistemas de fiscalização, controle e monitoramento da qualidade ambiental no entorno onde serão implantadas as unidades de conservação.

Art. 4º O EIA/RIMA, relativo ao empreendimento, apresentará proposta ou projeto ou indicará possíveis alternativas para o atendimento ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º O responsável pelo empreendimento, após a implantação da unidade, transferirá seu domínio à entidade do Poder Público responsável pela administração de unidades de conservação, realizando sua manutenção mediante convênio com o órgão competente.

Art. 6º O órgão ambiental competente fiscalizará a implantação das unidades de conservação ou da alternativa que venha a ser adotada, previstas nesta Resolução.

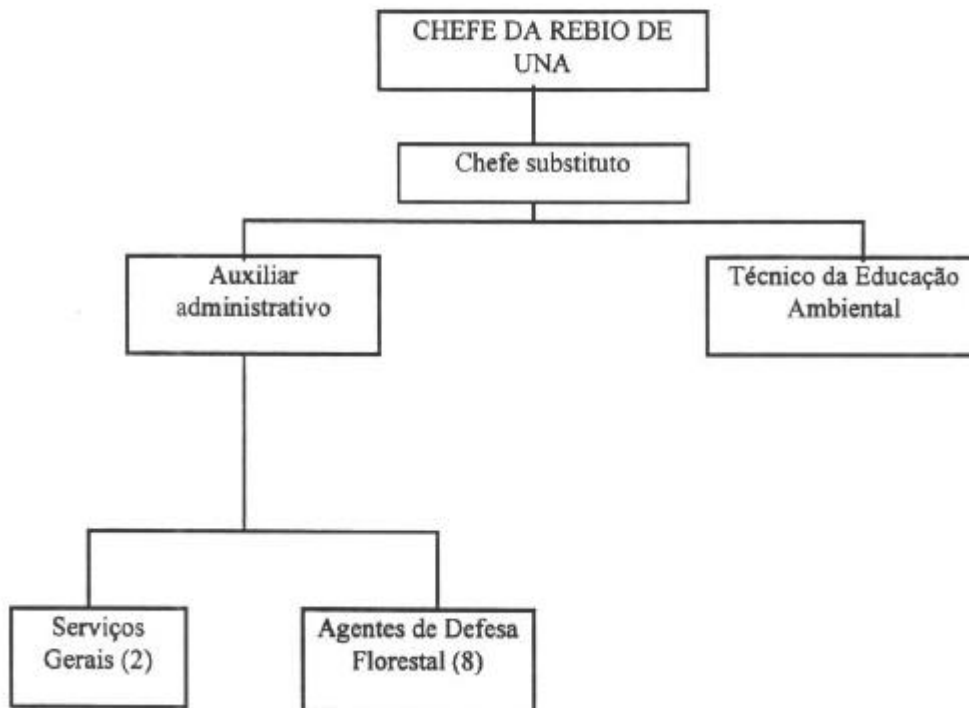
Art. 7º O CONAMA poderá suspender a execução de projetos que estiverem em desacordo com esta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos aos processos de licenciamento ambiental em trâmite nos órgãos competentes.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução/conama/nº 10, de 03 de dezembro de 1987, publicada no D.O.U de 18 de março de 1988, Seção I, Pag 4.563.

Anexo XIII

Organograma da Reserva Biológica de Una - BA



GRUPOS	O QUE O PLANO PODE ESPERAR DELES	O QUE O PLANO PODE TEMER DELES	O QUE PODEM ESPERAR DO PLANO	O QUE PODEM TEMER DO PLANO
Universidade	inclusão da UC em pesquisas, extensão, divulgação	uso inadequado de informações, pesquisas iniciais para a UC, incompreensões	mais apoio às atividades científicas, diretrizes claras para pesquisa	cobranças indevidas
INCRA	parceria assentamento posseiros e invasores	dificuldade em solucionar problemas	conscientização ambiental	pressões para solucionar os problemas
CEPLAC	projetos condizentes com a legislação, apoio técnico e logístico para uso sustentado, extensão e pesquisas	uso indevido da terra do entorno	mudança de imagem, mais apoio técnico	cobrança
INTERBA	apoio técnico para concluir a regularização fundiária	indiferença, falta de envolvimento	orientações claras para soluções dos problemas fundiários de Una	lentidão em aquisição e indenizações
CRA	colaboração técnica e fiscalização	não envolvimento	integração órgãos no controle ambiental	falta de apoio para desenvolver ações
Comunidades	comprensão, envolvimento, apoio à fiscalização, conservação das matas, uso mais adequado do solo	resistências, apoio a caçadores	indicação alternativas econômicas	repressões
Proprietários interior da UC	resistências menores e mais sensibilização	idem, expansão de área agrícola, uso de agrotóxicos	mais agilidade aquisição de terras, justiça nas avaliações propriedades	repressões
Posseiros	o mesmo que os proprietários	o mesmo que proprietários, indenizações	idem do supra mencionado	mal-estar, repressões
Caçadores	que parem com suas caçadas	aumento da caça e sua liberação	alternativas econômica para subsistência	mais dificuldade, mais fiscalização
Integrantes da REBIO	aceitação das mudanças e envolvimento na implementação do Plano de Manejo	descrença e recusa de esforço maior	orientações mais claras, mais pessoal e mais recursos	não implementação, metas superiores as suas possibilidades

Anexo XIV
Matriz de Cooperação Institucional

GRUPOS	O QUE O PLANO PODE ESPERAR DELES	O QUE O PLANO PODE TEMER DELES	O QUE PODEM ESPERAR DO PLANO	O QUE PODEM TEMER DO PLANO
Congresso Nacional	aprovação dos recursos	falta de vontade política	conquista de votos, melhoria de qualidade de vida da população	cobranças
Ministério do Meio Ambiente	priorização das UC's pessoal e recursos	recusa dos recursos	eficiência, integração de parcerias	cobranças
IBAMA	aprovação pessoal e recursos	não envolvimento, recusa das propostas	qualidade de vida, preservação natureza	baixa participação dos parceiros, plano não assumido
Governo Estadual	apoio, parceria na criação de novas UC's	planos de desenvolvimento dissociados da UC	idem, mais votos	cobranças
Legislativo Estadual SUPES - BA	apoio, aprovação do ICM ecológico suporte técnico e administrativo	aprovação de leis contrárias o inverso e ingerências políticas	eficiência e implementação	cobranças não ter condições para implementar e participar como gostaria
Prefeitura de Una	parceria em educação ambiental e soluções	dificuldades quando de mudanças políticas	benefícios, ICM ecológico, comunidades tranquilas	pressões sobre os agricultores
Veredores de Una	considerar a UC na Lei Orgânica	usar a UC para interesses políticos partidários, apoio a invasões, desconsideração da UC	benefícios municipais, empregos, votos, divulgação de Una	problemas na demarcação das terras
Mídia	divulgação correta	desvirtualização de objetivos, só enfoques turísticos	matérias de interesse público	notícias sem interesse público
Parcerias Internacionais	apoio em educação ambiental, propostas de modelos alternativos de assentamento, ajuda nas questões fundiárias. Apoio e profissionais para relações públicas, treinamentos	cobrança de implementação	matéria protegida, gestão aprimorada, reconhecimento do apoio que prestam	mau uso dos recursos
Parcerias Nacionais (ONG's)	divulgação, recursos para pesquisas e implementação, bom entrosamento para atividades sustentáveis	cobrança, uso UC para apenas a auto-promoção	credibilidade, facilidade para pesquisas, espaço e condições de ação	frustração por não implementação

Anexo XV

Lista dos Participantes da Oficina de Planejamento

NOME	INSTITUIÇÃO E CARGO	ENDEREÇO
Anders Jensen Schmidt	ECÓTUBA / Diretor (biólogo)	Cx. P. 066 CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA F: (021) 711-3681 (073) 229-9108 (recados)
André Mauricio de Carvalho	CEPLAC / Pesquisador (eng. agrônomo)	R: Castro Alves, 104 Pontal CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA F: (073) 214-3238 Fax: 214-3204 e 214-3020
André Amorim	UESC / prof. universitário	R: 08, casa 77 Sapetinga CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA F: (073) 214-5105 e 3238 Fax: 212-2195
Demóstenes Lourdelo de Carvalho	GRAMA / Diretor (eng. agrônomo)	Centro Cultural Josué Brandão, sn CEP: 45.600-000 Itabuna-BA F: (073) 212-5457 Fax: 212-1779
Edilene Oliveira de Menezes	IBAMA - DIREC / Técnica do Núcleo de Planejamento	SAIN, Av. L4 Norte, Edif. IBAMA CEP: 70.800-120 Brasília-DF F: (061) 316-1181 Fax: 316-1180
Ernesto Santana dos Reis	INCRA / eng. agrônomo	Av. Sussarana, 640 - CAB Salvador-BA F: (071) 372-6347
Gabriel J. R. dos Santos	IESB / Técnico - educador	Cx. P. 100 CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA F: (073) 634-2179
Gilberto Santos Lisboa	Pref. Mun. Una / Secretário de Educação	Caminho 09, casa 2 CEP: 45.690-000 Una-BA
Herman Rehem Rosa da Silva	CRA / eng. agrônomo	R: Eustáquio Bastos s/n prédio do extinto ICB Telefax: (073) 231-5400
José Eugênio Batista Dias	Pref. Mun. Una / Secr. de Agricultura - produtor rural	R: Prof. Josafá Sucupira CEP: 45.690-000 Una - BA
José Ferreira dos Santos	IBAMA / Escritório Regional - eng. agrônomo	Pç. Visc. de Cairu, sn Centro CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA
Luiz Artur Castanheiras	IBAMA - DIREC / DICRI - eng. florestal	SAIN, Av. L4 Norte, Edif. IBAMA CEP: 70.800-120 Brasília-DF F: (061) 316-1176 Fax: 316-1180
Luiz Carlos Souto Silva	Jupará / Coordenador geral - técnico agrícola e agroecologista	R: Luiz Gama, 475 Sítio B. Vista Cx. P. 317 CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA Telefax: (073) 231-8701

NOME	INSTITUIÇÃO E CARGO	ENDEREÇO
Maria Teresa Fernandes Moraes	IBAMA / SUPES - BA - Chefe do NUC, bióloga	Av. Juracy Magalhães Jr., 608 CEP: 40.940-060 Salvador-BA F: (071) 334-7322 Fax: 240-7913
Nelson de Araújo Queiróz	Consultor Autônomo / Sociólogo	R: Angelo Melani, 2991 CEP: 14.403-636 Franca-SP F: (016) 723-5715
Netonias Rocha dos Santos	IBAMA - REBIO de Una / Agente de Defesa Florestal	Pç da Liberdade, 55 Colônia Una - BA F: (073) 626-1137
Paulo César Souza Navarro	INTERBA / Chefe do Escritório em Ilhéus - agrimensor	Pç Visconde de Cairu, Ed. Carlos Pereira Fº sala 130 CEP: 45.650-000 Ilhéus-BA F:(073) 231-2914 Fax: 634-2913
Robert Buschbacher	WWF / Diretor Técnico - biólogo	QL - 06 Cj. E, 2º andar CEP: 71.700-000 Brasília-DF F: (061) 248-2899 Fax: 248-7176
Saturnino Neto F. de Sousa	IBAMA - REBIO de Una / Chefe, biólogo	Reserva Biológica de Una CEP: 45.690-000 Una-BA Telefax: (073) 236-2166 (resid.)
Sonia M. P. Wiedmann	IBAMA / Procuradora	SAIN, Av. L4 Norte, Edif. Sede IBAMA CEP: 70.800-200 Brasília-DF F: (061) 316-1036 Fax: 322-4114
Valéria Saracura	Consultora Autônoma / zootecnista	SQN, 314, bloco C, apto. 406 CEP: 70.767-030 Brasília-DF Telefax: (061) 274-9159